



**Ricardo Nuno Serralheiro Gonçalves Barroso**      **CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS**





**Ricardo Nuno  
Serralheiro Gonçalves  
Barroso**

## **CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, realizada sob a orientação científica da Doutora Celina Paula Manita Santos, Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e coorientação científica do Doutor Pedro Jorge da Silva Coelho Nobre, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia com bolsa de investigação com a referência SFRH/BD/60472/2009, participado pelo Fundo Social Europeu



## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor João Carlos Matias Celestino Gomes da Rocha**  
professor catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Carlos Fernandes da Silva**  
professor catedrático da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves**  
professor associado com agregação da Escola de Psicologia da Universidade do Minho

**Prof. Doutor Pedro Jorge da Silva Coelho Nobre**  
professor associado com agregação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

**Prof. Doutora Celina Paula Manita Santos**  
professora associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

**Prof. Doutora Cristina Branca Bento de Matos Soeiro Correia Teles**  
professora associada do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz



## agradecimentos

O conhecer de perto as várias histórias de vida, na sua maioria histórias problemáticas, de muitos dos adolescentes que participaram nesta investigação deixou-me mudanças significativas na minha vida. Deixa-me, antes de mais, um conhecimento da vida muito complexo e muito rico. Saber diferenciar melhor o essencial do acessório. Estou-lhes muito grato.

À minha orientadora, Professora Doutora Celina Manita, agradeço a disponibilidade, o apoio e ensinamentos durante a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Pedro Nobre, pela coorientação científica desta tese, pelos ensinamentos, apoio e pelos constantes estímulos motivadores.

À Professora Doutora Carla Machado, da Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Foi ela que me sugeriu o início deste projeto de investigação com adolescentes agressores sexuais. Estou-lhe muito grato pela aprendizagem e pelos reforços demonstrados em vários momentos da minha carreira profissional.

Ao Dr. Marcel Aebi e Dra Cornélia Bessler, do Departamento de Psiquiatria Forense da Criança e do Adolescente da Universidade de Zurique. A experiência e conhecimentos transmitidos foram muito importantes na minha formação clínica e de investigação.

Ao Professor Doutor Michael Seto, Professor Doutor Charles Borduin, Professor Doutor Thomas Achenbach, Professor Doutor Cândido da Agra, Professora Doutora Isabel Soares, Professora Doutora Marina Carvalho, Professora Doutora Sandra Torres, Professora Doutora Cristina Soeiro, Professor Doutor Pedro Dias, Doutora Joana Carvalho, Dr. André Lamas Leite e Dr. Patrício Costa que, em diferentes momentos e etapas desta investigação, me auxiliaram de forma inexcelável.

Ao Professor Doutor Chris Gerry, Presidente da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e ao Professor Doutor Joaquim Escola, Diretor do Departamento de Educação e Psicologia da mesma Universidade, pelo apoio à concessão da dispensa de serviço docente que me possibilitou o envolvimento integral na realização desta tese. Um agradecimento também aos meus colegas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

À Direção Geral de Reinserção Social e à Direção Geral dos Serviços Prisionais, pela total colaboração e interesse neste projeto de investigação.

Aos/Às Diretores/Diretoras dos Centros Educativos e dos Estabelecimentos Prisionais onde os dados foram recolhidos, bem como às Coordenadoras das Equipas Tutelares de Lisboa 1, Lisboa 2 e do Porto. Muito obrigado pela total disponibilidade, apoio, paciência e pelos muitos ensinamentos que me proporcionaram. E, muitas vezes, pela companhia nas visitas gastronómicas.

A todos os técnicos superiores e funcionários administrativos dos Centros Educativos, Estabelecimentos Prisionais e Equipas Tutelares Educativas onde os dados foram recolhidos, bem como aos das Delegações Regionais de Lisboa e do Norte da Direção Geral de Reinserção Social. A sabedoria com que executam muitas das avaliações e intervenções foi para mim especialmente enriquecedor.

À Dra. Margarida Serralheiro, pela excelente e preciosa ajuda que me proporcionou na recolha da amostra normativa.

Aos meus pais e irmãos, por estarem sempre presentes.

À Carolina, que nasceu no decorrer deste processo, por ter feito com que a minha vida fosse ainda mais feliz.

À Filipa, a minha base segura, pela compreensão, apoio e estabilidade necessária sem a qual não teria conseguido cumprir este desafio.





**palavras-chave**

Jovens agressores sexuais, Violência sexual juvenil; Delinquência juvenil

**resumo**

Nos últimos anos o estudo da violência sexual juvenil tem vindo a atrair a atenção dos serviços de saúde mental, de justiça juvenil e de políticas públicas, bem como de vários investigadores. Teoricamente existem duas perspectivas explicativas da ocorrência das agressões sexuais cometidas por adolescentes. A perspectiva generalista sugere que os crimes sexuais cometidos por jovens são mais uma manifestação de tendências delinquenciais genéricas, em que as agressões sexuais constituem apenas uma parte do comportamento antissocial do adolescente. A segunda abordagem, denominada de perspectiva especialista, entende que os jovens agressores sexuais se distinguem dos outros adolescentes agressores, argumentando que existem diferentes fatores explicativos das agressões sexuais de outras agressões delinquentes. A presente investigação, composta por cinco estudos, teve como objetivo obter resultados que pudessem contribuir para a discussão internacional sobre qual das perspectivas parece explicar de modo mais apropriado o comportamento sexualmente agressivo de jovens menores de idade. Para o efeito recorreu-se a uma amostra total de 118 adolescentes agressores sexuais (61 violadores e 57 abusadores sexuais de crianças), tendo sido efetuadas análises comparativas com 112 jovens agressores não sexuais e 98 não agressores num conjunto de dimensões (características demográficas, tipológicas, criminais, problemas de comportamento, tendências antissociais, características familiares, sociais e comunitárias e interesses sexuais). Os resultados permitiram observar algumas características diferenciadoras de jovens agressores sexuais por violação de jovens agressores sexuais de crianças. Possibilitaram, igualmente, a observação de características semelhantes entre jovens agressores sexuais e jovens agressores não sexuais, sugerindo que em algumas dimensões são, genericamente, análogas. A exceção parece centrar-se em torno das variáveis relacionadas com a sexualidade (conhecimentos e interesses sexuais atípicos). As implicações destes resultados são discutidas em torno da avaliação psicológica e da avaliação do risco de reincidência, bem como na intervenção e prevenção de comportamentos de agressão sexual juvenil.



**keywords**

Juvenile sex offenders; Juvenile sexual violence; Juvenile delinquency

**abstract**

The study of juvenile sexual violence has been attracting the attention of the mental health services, juvenile justice and public policy, as well as researchers. Theoretically, there are two perspectives explaining the occurrence of sexual offenses committed by adolescents. The generalist perspective suggests that sexual crimes committed by juveniles are a manifestation of general delinquency, where sexual assaults are only part of adolescent antisocial behavior. The second approach, called specialist perspective, believes that young sex offenders differ from other juvenile's aggressors, arguing that there are different explanations for the sexual assaults compared to other assaults offenders. This research consists of five studies, aimed at obtaining results that could contribute to the international discussion about which theoretical position seems to be the most appropriate way of explaining the behavior of sexually aggressive young minors. For this purpose, we used a sample of 118 adolescent sexual offenders (61 rapists and 57 child sex abusers). Comparative analyzes were performed with 112 young nonsexual offenders and 98 non offenders on a set of dimensions (demographic, typological, criminal, behavior problems, antisocial tendencies, family characteristics, social and community and sexual interests). The results showed some differentiating characteristics of rapists from child sexual abusers. We also found similar characteristics among young sex offenders and adolescent non-sex offenders, suggesting that in some dimensions they are generically similar. The exception seems to be centered on sexuality-related variables (knowledge and atypical sexual interests). The implications of these results are discussed in light of assessment concerning risk to reoffend and recommendations for the treatment and prevention of juvenile sexual offenses.



## INDICE GERAL

Agradecimentos .....	vii
Resumo .....	ix
Abstract .....	xi
Lista de gráficos .....	xvi
Lista de tabelas .....	xvii
Lista de siglas e acrónimos .....	xxi
Introdução .....	1
1ª Parte – Enquadramento teórico .....	5
Capítulo 1: Delinquência Juvenil .....	7
1.1. Delinquência juvenil .....	7
1.1.1. Concetualização .....	7
1.1.2. Subtipos de agressões cometidas .....	9
1.1.3. Trajetórias delinquentiais .....	11
1.1.4. Comportamento antissocial em ambos os sexos .....	15
1.1.5. Enquadramento legal .....	16
1.2. Fatores de risco para o surgimento da delinquência .....	17
1.2.1. Fatores individuais .....	19
1.2.1.1. Influências genéticas e biológicas .....	19
1.2.1.2. Autorregulação .....	20
1.2.1.3. Desenvolvimento cognitivo e rendimento académico .....	22
1.2.2. Fatores familiares .....	23
1.2.2.1. Práticas parentais .....	23
1.2.2.2. Abuso infantil .....	25
1.2.2.3. Violência familiar .....	26
1.2.2.4. Comportamentos antissociais na família .....	27
1.2.3. Fatores sociais .....	29
1.2.3.1. Estatuto socioeconómico .....	29
1.2.3.2. Influência do grupo de pares .....	29
1.2.3.3. Influência da comunidade .....	31
1.3. Perturbações do comportamento .....	33
Capítulo 2: Violência Sexual Juvenil .....	37
2.1. Concetualização .....	37
2.2. Controvérsias internacionais em torno da violência juvenil .....	41
2.3. Comportamentos sexuais normativos e não normativos .....	45
2.4. Comportamentos sexuais ao longo da infância e adolescência .....	47
2.5. Teorias explicativas das agressões sexuais juvenis .....	52
2.6. Prevalência da violência sexual juvenil no contexto português .....	54
Capítulo 3: Jovens Agressores Sexuais .....	59
3.1. Diferenciação entre jovens agressores sexuais e não sexuais .....	59
3.2. Agressores sexuais de crianças vs agressores sexuais de pares/adultos .....	65
3.3. Jovens agressores sexuais vs adultos agressores sexuais .....	68
2ª Parte – Investigação .....	71
Capítulo 4: Fundamentação, objetivos e metodologia da investigação .....	73
4.1. Fundamentação teórico-empírica .....	73
4.2. Objetivos gerais e específicos .....	75
4.3. Plano metodológico .....	76
4.4. Constituição dos grupos .....	78
4.4.1. Método de amostragem .....	78
4.4.2. Tamanho dos grupos .....	79
4.5. Participantes .....	82

4.5.1. Seleção dos participantes: critérios de seleção .....	82
4.5.2. Procedimentos de seleção .....	83
4.5.2.1. Grupos de adolescentes agressores (sexuais e não sexuais) .....	83
4.5.2.2. Grupo de adolescentes não agressores .....	84
4.6. Características dos grupos .....	85
4.6.1. Idade aquando do momento da recolha .....	85
4.6.2. Proveniência geográfica dos sujeitos .....	87
4.6.3. Nível socioeconómico e profissão dos pais .....	88
4.6.4. Escolaridade .....	91
4.6.5. País de origem .....	92
4.6.6. Características próprias dos grupos amostrais agressores .....	93
4.6.6.1. Idade dos agressores no momento do crime .....	93
4.6.6.2. Tipologia e modus operandi dos crimes .....	94
4.6.6.3. Características associadas às vítimas dos crimes .....	97
4.7. Locais de recolha das amostras .....	100
4.7.1. Agressores sexuais e não sexuais .....	100
4.7.2. Não agressores .....	101
4.8. Materiais .....	102
4.8.1. Grelha de recolha de dados processuais – agressor .....	103
4.8.2. Folha de recolha de dados – escolas .....	103
4.8.3. YSR - Youth Self-Report .....	104
4.8.4. QA - Questionário de Agressão .....	105
4.8.5. HITQ - How I Think Questionnaire .....	106
4.8.6. EFSW - Escala de Fantasias Sexuais de Wilson .....	108
4.8.7. SDS-SF - Marlowe-Crowne Social Desirability Scale – Short Form .....	110
4.8.8. Escala de Graffar Adaptada .....	110
4.9. Procedimento .....	110
4.9.1. Adolescentes agressores .....	111
4.9.1.1. Aspectos éticos .....	111
4.9.1.2. Procedimentos na recolha de dados .....	113
4.9.2. Adolescentes não agressores .....	115
4.9.2.1. Aspectos éticos .....	115
4.9.2.2. Procedimentos na recolha de dados .....	115
4.10. Procedimentos estatísticos .....	116
4.10.1. Procedimentos preparativos das condições para as análises comparativas .....	117
4.10.1.1. Estudo da homogeneidade da amostra independentemente do local de recolha de dados .....	117
4.10.1.2. Estudo da homogeneidade da amostra independentemente das não-respostas aos instrumentos .....	121
4.10.2. Procedimentos estatísticos aplicados ao estudo 1 .....	125
4.10.3. Procedimentos estatísticos aplicados ao estudo 2 .....	126
4.10.4. Procedimentos estatísticos aplicados ao estudo 3 .....	127
4.10.5. Procedimentos estatísticos aplicados ao estudo 4 .....	128
4.10.6. Procedimentos estatísticos aplicados ao estudo 5 .....	129
Capítulo 5	
Estudo 1 – Jovens agressores sexuais no contexto português: características e especificidades demográficas, psicológicas, tipológicas e criminais .....	131
I. Introdução .....	131
II. Objetivos .....	132
III. Método .....	132
a) Amostra .....	133
b) Medidas .....	136
c) Procedimentos .....	136
IV. Resultados .....	137
a) Caracterização sociodemográfica .....	137
b) Características do contexto familiar .....	141
c) Características individuais do jovem agressor sexual .....	149

d) Ajustamento escolar .....	152
e) Criminalidade prévia .....	155
f) Características dos crimes sexuais .....	157
g) Saúde mental .....	168
V. Discussão .....	169
Capítulo 6	
Estudo 2 – Problemas de comportamento: estudo comparativo entre jovens	
agressores sexuais, jovens agressores não sexuais e jovens não agressores .....	175
I. Objetivos específicos e hipóteses de investigação .....	175
II. Método .....	176
a) Amostra .....	176
b) Medidas .....	176
c) Procedimentos .....	177
III. Resultados .....	177
IV. Discussão .....	181
Capítulo 7	
Estudo 3 – Manifestação de tendências antissociais: estudo comparativo entre	
jovens agressores sexuais, jovens agressores não sexuais e jovens não agressores .	185
I. Objetivos específicos e hipóteses de investigação.....	185
II. Método .....	186
a) Amostra .....	186
b) Medidas .....	186
c) Procedimentos .....	187
III. Resultados .....	187
IV. Discussão .....	192
Capítulo 8	
Estudo 4 – Análise comparativa das dimensões sociais, familiares e comunitárias dos	
jovens agressores sexuais e jovens agressores não sexuais .....	199
I. Objetivos específicos e hipóteses de investigação .....	199
II. Método .....	200
a) Amostra .....	200
b) Medidas .....	200
c) Procedimentos .....	200
III. Resultados .....	200
IV. Discussão .....	202
Capítulo 9	
Estudo 5 – Comportamentos sexuais na adolescência: estudo comparativo entre	
jovens agressores sexuais e jovens agressores não sexuais .....	207
I. Objetivos específicos e hipóteses de investigação .....	207
II. Método .....	208
a) Amostra .....	208
b) Medidas .....	208
c) Procedimentos .....	208
III. Resultados .....	208
IV. Discussão .....	211
Capítulo 10: Conclusão Geral .....	215
Referências bibliográficas .....	221
Anexos .....	247
Recolha de dados processuais	
Folha de recolha de dados	
Consentimento de participação na investigação	

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Número total de condenações pelos crimes sexuais de violação e de abuso sexual de crianças cometidos por jovens menores de idade entre 2004 e 2010	56
<b>Gráfico 2</b>	Prevalência dos crimes sexuais de violação e de abuso sexual de crianças cometidos por jovens menores de idade de idade entre 2004 e 2010	57



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, referente aos quatro grupos de jovens agressores sexuais.	81
<b>Tabela 2</b>	Distribuição dos quatro grupos amostrais pelas classes etárias	85
<b>Tabela 3</b>	Medidas descritivas relativamente à idade no momento da avaliação nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total	86
<b>Tabela 4</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total relativamente à região geográfica de proveniência	87
<b>Tabela 5</b>	Percentagem de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total relativamente à área residencial.	88
<b>Tabela 6</b>	Percentagem de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total, relativamente ao nível socioeconómico	89
<b>Tabela 7</b>	Percentagem, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total, relativamente ao grupo profissional da mãe/cuidadora.	90
<b>Tabela 8</b>	Percentagem, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total relativamente ao grupo profissional do pai.	91
<b>Tabela 9</b>	Percentagem de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total, relativamente aos graus de escolaridade.	92
<b>Tabela 10</b>	Medidas descritivas relativamente à idade no momento da avaliação nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total	93
<b>Tabela 11</b>	Medidas descritivas relativamente à idade do agressor no momento do crime nos três grupos de adolescentes agressores	94
<b>Tabela 12</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente aos crimes cometidos	95
<b>Tabela 13</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente aos crimes dos JAN-S, bem como relativamente aos dois grupos de JAS quando outros crimes existiam	95
<b>Tabela 14</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente ao cometimento do crime	96
<b>Tabela 15</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente ao uso de armas no cometimento do crime relativamente aos três grupos de adolescentes agressores	97
<b>Tabela 16</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente ao género da vítima	98
<b>Tabela 17</b>	Medidas descritivas relativamente à idade da vítima nos três grupos de adolescentes agressores.	98
<b>Tabela 18</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente à relação com a vítima quanto aos três grupos de adolescentes agressores	99
<b>Tabela 19</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente à distribuição dos sujeitos agressores pelas diversas instituições envolvidas	101

<b>Tabela 20</b>	Resultados dos valores de consistência interna do questionário YSR - Youth Self Report.	105
<b>Tabela 21</b>	Resultados dos valores de consistência interna do questionário YSR - Youth Self Report (continuação)	105
<b>Tabela 22</b>	Resultados dos valores de consistência interna do Questionário de Agressão	106
<b>Tabela 23</b>	Resultados dos valores de consistência interna do HITQ – How I Think Questionnaire	108
<b>Tabela 24</b>	Resultados dos valores de consistência interna da EFS-W – Escalas de Fantasias Sexuais de Wilson	109
<b>Tabela 25</b>	Resultados da análise de diferenças de médias, assumindo como variável dependente os locais de recolha de dados e, como variáveis independentes, as subescalas de formato contínuo que se tinham programado utilizar nos estudos	118
<b>Tabela 26</b>	Resultados da análise de diferenças de proporções, assumindo como variável dependente os locais de recolha de dados e, como variáveis independentes, as variáveis psicológicas de formato dicotómico que se tinham programado utilizar nos estudos.	119
<b>Tabela 27</b>	Resultados da análise de diferenças de médias, assumindo como variável dependente a variável de “resposta/não resposta” e, como variáveis independentes, as subescalas de formato contínuo que se tinham programado utilizar nos estudos.	122
<b>Tabela 28</b>	Resultados da análise de diferenças de proporções, assumindo como variável dependente a variável de “resposta/não resposta” e, como variáveis independentes, as variáveis psicológicas de formato dicotómico que se tinham programado utilizar nos estudos	123
<b>Tabela 29</b>	Número de jovens agressores sexuais recolhidos em cada uma das instituições visitadas	134
<b>Tabela 30</b>	Número, e respetiva percentagem, de jovens agressores sexuais em função da tipologia do crime cometido.	135
<b>Tabela 31</b>	Medidas descritivas relativamente à idade no momento do cometimento do crime.	135
<b>Tabela 32</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente à região geográfica de proveniência	138
<b>Tabela 33</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente à área residencial	138
<b>Tabela 34</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente ao estatuto socioeconómico.	139
<b>Tabela 35</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente à situação económica da família	140
<b>Tabela 36</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente ao país de origem	140
<b>Tabela 37</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente ao estado civil de divórcio dos cuidadores	141
<b>Tabela 38</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de jovens agressores sexuais relativamente à existência de história de afastamento prolongado dos progenitores nos primeiros anos de vida	143

<b>Tabela 39</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estilo parental da Mãe	143
<b>Tabela 40</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estilo parental do Pai	144
<b>Tabela 41</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à ação de imposição de regras e limites pelos cuidadores	145
<b>Tabela 42</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à qualidade da supervisão comportamental pelos cuidadores	146
<b>Tabela 43</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao uso da punição física como prática disciplinar parental.	147
<b>Tabela 44</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de maus tratos físicos sobre o jovem.	148
<b>Tabela 45</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de violência doméstica/conjugal no contexto familiar	148
<b>Tabela 46</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de irmãos com história de prática de crimes	149
<b>Tabela 47</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à qualidade do seu grupo de pares.	150
<b>Tabela 48</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente às competências pessoais, concretamente o estilo interpessoal.	150
<b>Tabela 49</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente às competências de resolução de problemas	151
<b>Tabela 50</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à manifestação de autocontrolo e autorregulação	152
<b>Tabela 51</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à escolaridade dos JAS.	153
<b>Tabela 52</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente aos resultados nas medidas de inteligência / competências cognitivas.	153
<b>Tabela 53</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de absentismo escolar	154
<b>Tabela 54</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao comportamento no contexto escolar	155
<b>Tabela 55</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à ocorrência de crimes prévios ao atual.	156
<b>Tabela 56</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao tipo de crimes ocorridos anteriormente.	156
<b>Tabela 57</b>	Medidas descritivas relativamente à idade da vítima no momento do cometimento do crime	158
<b>Tabela 58</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao género da vítima	158
<b>Tabela 59</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao número total de vítimas conhecidas.	159
<b>Tabela 60</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao tipo de atos sexuais perpetrados	160
<b>Tabela 61</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à relação com a vítima	161

<b>Tabela 62</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao local onde foi cometido o crime sexual	162
<b>Tabela 63</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao modo de cometimento do crime	163
<b>Tabela 64</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente aos modos operandi na abordagem à vítima	164
<b>Tabela 65</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à violência física cometida na vítima	165
<b>Tabela 66</b>	Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente ao uso de armas no cometimento do crime relativamente aos dois grupos de adolescentes agressores	166
<b>Tabela 67</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de roubo aquando da abordagem à vítima	166
<b>Tabela 68</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à atitude destes em relação ao crime praticado	167
<b>Tabela 69</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à empatia demonstrada pela vítima	168
<b>Tabela 70</b>	Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à presença de ideação suicida	168
<b>Tabela 71</b>	Resultados obtidos com o teste de qui-quadrado em relação ao comportamento no contexto escolar nos quatro grupos amostrais	178
<b>Tabela 72</b>	Resultados obtidos com o teste de qui-quadrado em relação ao comportamento no contexto escolar nos três grupos agressores.	178
<b>Tabela 73</b>	Resultados obtidos com a ANOVA respeitante à idade de início dos problemas de comportamento nos três grupos agressores	179
<b>Tabela 74</b>	Resultados obtidos com a MANCOVA tendo presente as quatro variáveis associadas com problemas de comportamento	181
<b>Tabela 75</b>	Resultados do teste de Qui-quadrado aplicado sobre os três grupos agressores relativamente à autorregulação, empatia e atitude face ao crime	188
<b>Tabela 76</b>	Resultados do teste de Qui-quadrado aplicado sobre os quatro grupos amostrais relativamente à pertença a um grupo de pares problemático	189
<b>Tabela 77</b>	Resultados obtidos com a MANCOVA em relação às subescalas de Raiva e Hostilidade nos quatro grupos amostrais	190
<b>Tabela 78</b>	Resultados obtidos com a MANCOVA em relação à presença de distorções cognitivas nos quatro grupos amostrais	190
<b>Tabela 79</b>	Resultados obtidos com a aplicação do teste de Qui-quadrado nos três grupos agressores relativamente às variáveis familiares, sociais e comunitárias em análise.	201
<b>Tabela 80</b>	Resultados obtidos com a MANCOVA respeitantes às fantasias sexuais nos três grupos de agressores	209
<b>Tabela 81</b>	Resultados obtidos com a aplicação do teste de Qui-quadrado nos três grupos agressores relativamente às variáveis de sexualidade.	210

## LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMP	Área Metropolitana do Porto
ANOVA	Análise de Variância
APA	American Psychological Association
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Centro Educativo
CNP	Classificação Nacional de Profissões
DGPJ	Direção Geral de Políticas de Justiça
DGRS	Direção Geral de Reinserção Social
DGSP	Direção Geral dos Serviços Prisionais
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
EFS-W	Escala de Fantasias Sexuais de Wilson
EP	Estabelecimento Prisional
ETE	Equipa Tutelar Educativa
HITQ	How I Think Questionnaire
IATSO	International Association for the Treatment of Sex Offenders
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
JAN-S	Jovens Agressores Não Sexuais
JAS	Jovens Agressores Sexuais / Adolescentes Agressores Sexuais
JAS-C	Jovens Agressores Sexuais de Crianças
JAS-V	Jovens Agressores Sexuais de Pares/Adultos (Violadores)
JN-A	Jovens Não Agressores
MANCOVA	Análise Multivariada de Covariância
MANOVA	Análise Multivariada de Variância
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIQ	Performance Intelligence Quotient
QA	Questionário de Agressão
SDS-SF	Marlowe-Crowne Social Desirability Scale-Short Form
UE	União Europeia
VIQ	Verbal Intelligence Quotient
WAIS	Wechsler Adult Intelligence Scale
WISC	Wechsler Intelligence Scale for Children
YSR	Youth Self Report



# INTRODUÇÃO

---

O estudo da violência sexual juvenil tem vindo a atrair a atenção dos serviços de saúde mental, de justiça juvenil e de políticas públicas. Desde há décadas que muitos investigadores e profissionais no terreno procuram responder à questão sobre o que leva alguns adolescentes a terem comportamentos sexualmente agressivos e outros não. Vários autores referem que, em alguns países do mundo, em particular nos EUA, Canadá e em certos países europeus, houve uma reviravolta nas respostas aos agressores sexuais: do desvalorizar a sua existência ao desenvolvimento de intervenções clínicas e legais altamente especializadas. No que diz respeito aos jovens agressores sexuais (JAS), em muitos destes países, parece seguir-se o mesmo caminho. Letourneau e Miner (2005) referido-se à sociedade norte-americana, sublinham que em termos profissionais e políticos, se passou da postura “*são coisas de rapazes*” e nenhuma intervenção para a crença partilhada de que os agressores sexuais são compulsivos, progressivos e incuráveis, independentemente da idade, requerendo prisão permanente e/ou intervenções clínicas e legais especializadas. Na realidade, sobre os factos praticados por menores de idade, sucessivas investigações têm vindo a demonstrar que, na maioria dos casos, os episódios sexualmente abusivos tendem a ser únicos na vida dos adolescentes, embora em muitas das situações seja fundamental a atenção psicoterapêutica.

Existem atualmente duas perspetivas explicativas da ocorrência das agressões sexuais cometidas por adolescentes<sup>1</sup>. A primeira, denominada perspetiva generalista, sugere que os crimes sexuais cometidos por adolescentes são mais uma manifestação de tendências delinquenciais genéricas, em que as agressões sexuais constituem apenas uma parte do comportamento antissocial do adolescente. Deste modo, JAS e jovens agressores não sexuais (JAN-S) são

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto serão usadas as denominações “jovens agressores sexuais” e “adolescentes agressores sexuais” de forma similar.

semelhantes nas suas características, partilhando os mesmos fatores de risco e necessitando dos mesmos métodos de avaliação e intervenção psicológica. A segunda abordagem, nomeada de perspetiva especialista, entende que os JAS se distinguem dos outros adolescentes agressores, existindo fatores explicativos das agressões sexuais diferentes das outras agressões perpetradas por delinquentes. Comparativamente com outros adolescentes com comportamento antissocial, os JAS exigem, assim, outras metodologias de avaliação psicológica e modelos de tratamento especializado. Os resultados das investigações no âmbito deste debate generalista vs. especialista tendem a ser dúbios e controversos. Porém, nos últimos anos os resultados provenientes de meta-análises com dimensão e robustez estatística elevada têm permitido clarificar algumas das principais questões, sugerindo uma maior aproximação à perspetiva generalista. Todavia, estes dados são contestados por outros investigadores, mantendo-se por esclarecer muitos dos comportamentos antissociais presentes em JAS e JAN-S.

O objetivo geral da investigação aqui apresentada, composta especificamente por cinco estudos, era obter resultados que pudessem contribuir para a discussão internacional sobre qual das perspetivas parece explicar de modo mais apropriado o comportamento sexual dos jovens menores de idade. Para o efeito, foram efetuadas análises comparativas entre JAS e JAN-S num conjunto de dimensões (características demográficas, tipológicas, criminais, problemas de comportamento, tendências antissociais, características familiares, sociais e comunitárias e interesses sexuais). De modo a alargar ainda mais o conhecimento nesta matéria, procurámos diferenciar, em todos os estudos, jovens agressores sexuais de crianças (JAS-C), jovens agressores sexuais de pares/adultos (violadores) (JAS-V) e JAN-S. Para complementar os procedimentos comparativos, acrescentamos um quarto grupo amostral composto por jovens não agressores (JN-A), isto é, sem história de qualquer crime, que constituirá a amostra normativa. Sendo esta das primeiras investigações efetuadas no contexto português sobre a população de JAS, foi também planeado o estudo das características demográficas, psicológicas, tipológicas e criminais destes jovens, comparando, igualmente, a este nível as especificidades de JAS-C e JAS-V.



O conhecimento pormenorizado das características específicas destes JAS revela-se essencial no âmbito da psicologia clínica e forense, em particular no exercício da avaliação psicológica e intervenção psicoterapêutica. Também o esclarecimento da questão generalista vs especialista em torno das agressões sexuais cometidas por menores de idade tem inferências importantes para a psicologia, psiquiatria ou criminologia. Em termos teóricos permitirá elucidar se os fatores de risco conhecidos por explicarem a ocorrência de delinquência juvenil, compreendem e predizem também os comportamentos sexualmente abusivos cometidos por adolescentes. Do ponto de vista prático terá, por um lado, implicações relevantes nas metodologias de avaliação clínica e forense e na intervenção nestes domínios e, por outro lado, poderá ter consequências importantes numa eventual abordagem política e jurídica deste problema.

A componente teórica da investigação é composta por três capítulos, onde são apresentados e examinados os resultados de estudos empíricos efetuados, de forma a melhor compreender as matérias que rodeiam o assunto aqui em análise. Importa salientar que, nesta investigação, nos focalizaremos exclusivamente nas agressões sexuais cometidas por rapazes, uma vez que, quer a nível nacional quer a nível internacional, os dados disponíveis indicam que as agressões cometidas por raparigas são escassas. No primeiro capítulo, a revisão da literatura aborda a delinquência juvenil de um prisma teórico, concetualizando o tema e os comportamentos agressivos, enquadra legalmente esta matéria, foca-se nas trajetórias delinquentiais e nos fatores risco para a delinquência e, por fim, descreve o fundamental das perturbações de comportamento.

O segundo capítulo evidencia as matérias em torno da violência sexual juvenil, sendo explicado o conceito e os critérios práticos subjacentes, aborda-se os argumentos das principais controvérsias internacionais neste âmbito, explica-se o entendimento dos diversos autores sobre comportamentos sexuais normativos e não normativos e descrevem-se, ainda, as principais teorias explicativas das agressões sexuais juvenis. É, também, apresentado neste capítulo os dados referentes à prevalência da violência sexual juvenil no contexto português, com base nos dados obtidos junto dos serviços do Ministério da Justiça.

As características associadas aos JAS são abordadas no terceiro capítulo. Aqui, é analisado o que os estudos indicam que tende a diferenciar JAS e JAN-S e são, igualmente, analisadas as diferenças encontradas na literatura entre JAS-C e JAS-V. Este capítulo é finalizado com uma apresentação das características que distinguem JAS de adultos agressores sexuais.

A apresentação dos estudos empíricos efetuados no âmbito desta tese é feita no capítulo quatro, onde é fundamentada a pertinência do trabalho e são descritos os objetivos gerais e específicos da investigação. Seguidamente, expõe-se a metodologia geral que envolveu a investigação e a explicação dos principais procedimentos estatísticos utilizados.

O capítulo cinco mostra o primeiro estudo desta investigação, apresentando as características demográficas, psicológicas, tipológicas e criminais da amostra de jovens agressores sexuais recolhida. Trata-se de um estudo descritivo e, ao mesmo tempo, comparativo entre JAS-C e JAS-V, onde as características são discutidas e comparadas com outras amostras internacionais.

A partir do capítulo seis são apresentados outros estudos comparativos, descrevendo-se em todos eles os objetivos específicos, a metodologia utilizada, as questões de investigação levantadas, os resultados obtidos e é feita uma discussão onde se interpretam os resultados em função da literatura e dos resultados empíricos de outros estudos. O capítulo seis apresenta o segundo estudo comparativo entre JAS, JAN-S e JN-A em relação à presença de problemas de comportamento. O capítulo sete descreve o terceiro estudo comparativo entre os referidos grupos amostrais em relação à manifestação de tendências antissociais. No capítulo oito apresenta a comparação entre JAS e JAN-S em relação a um conjunto de variáveis sociais, familiares e comunitárias. Finalmente, no capítulo nove, é exposto o último estudo comparativo entre JAS e JAN-S relativamente a comportamentos sexuais na adolescência.

Por fim, no capítulo dez é efetuada uma conclusão integradora dos resultados dos estudos, sendo também apresentadas as limitações do trabalho e formuladas sugestões para estudos futuros nesta área. São, também, apresentadas as implicações dos resultados obtidos para a teoria e prática clínica e forense.

# 1ª PARTE

## **Enquadramento teórico**

---



# Capítulo 1

## Delinquência Juvenil

### 1.1. DELINQUÊNCIA JUVENIL

#### 1.1.1. Concetualização

A delinquência juvenil é, desde há vários anos, um importante campo de estudo para as áreas científicas da psicologia, sociologia, psiquiatria, direito, criminologia, entre outras. Vários académicos e profissionais no terreno têm dedicado o seu tempo ao esclarecimento de questões relacionadas com a natureza dos crimes juvenis, em especial procurando saber quem comete os atos delinquentes, quais as características dos crimes e dos agressores ou de que forma a delinquência pode ser prevenida. Apesar de, desde há vários anos, o número de crimes cometidos por jovens estar a diminuir progressivamente, em muitos dos países do mundo ocidental (Pinker, 2011), a cobertura noticiosa sobre este tema tem aumentado consideravelmente (Godwin & Helms, 2002). Estas investigações têm verificado que os media procuram, por vezes, associar a juventude a crimes e reportar a perpetração de violência de forma claramente desproporcional à sua ocorrência. Neste enquadramento, embora a delinquência juvenil possa parecer um assunto contemporâneo, em particular pelo efeito mediático e sensacionalista que, por vezes, provém dos meios noticiosos, na verdade não o é. Numa interessante análise à manifestação da delinquência juvenil no período greco-romano, Garland (1991) verificou que as descrições então feitas dos comportamentos disruptivos (e.g., furtos, roubos a pessoas e/ou propriedades, quezílias no contexto de aprendizagem/escolar, “excessos sexuais”), bem como os motivos já nessa altura indicados como estando na raiz

destes comportamentos juvenis (e.g., consumo de álcool, contextos familiares disfuncionais, punição física rígida), eram semelhantes aos atuais e eram já alvo da atenção dos pensadores e políticos. Também em alguns livros de Charles Dickens (e.g., “Oliver Twist”), cuja narrativa decorre no século XIX, se evidenciam vários comportamentos delinquentes, em especial no contexto citadino (facilmente integrados nos conhecimentos atuais sobre gangs), em geral, resolvidos de forma severa e cruel pelas autoridades.

Nas diversas discussões entre os autores é controversa a indicação de quais condutas poderão definir o fenómeno da delinquência juvenil, devido aos receios de rotulação ou de eventual enviesamento social. A definição que recolhe maior unanimidade é o entendimento da delinquência juvenil como sendo a participação de um menor em ações que transgridem uma ou mais leis penais (Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & White, 2008). Nesta linha, a designação de *comportamento antissocial* é também referida frequentemente, embora com uma intenção mais abrangente, sendo este definido como um comportamento que normalmente inflige danos em outros, podendo incluir desde problemas comportamentais não delinquentes de baixa ou média gravidade (e.g., abuso de substâncias) até agressões e ofensas mais graves (e.g., uso de armas) (Loeber et al., 2008). Outro termo por vezes notado na literatura é o de *problema de comportamento*, baseado nos critérios da Perturbação de Comportamento (APA, 2000) que reflete a propensão para violar os direitos dos outros e de normas e regras sociais. A questão etária é aqui crucial, sendo que, do ponto de vista legal, as manifestações de comportamentos antissociais por crianças e adolescentes são designadas de “delinquentes” e as manifestações desses comportamentos por adultos são designadas de “criminais” (Hinshaw & Lee, 2003). Os estudos longitudinais sobre a prevalência destas transgressões (Farrington, 1997; Farrington, Loeber, & Jolliffe, 2008) têm demonstrado que começam a ser praticadas, embora em número reduzido, no final da infância (10-12 anos), continuam a ser baixas no início da adolescência (13-15 anos), têm um pico de ocorrência no fim da adolescência (16-19 anos) e decrescem a partir desta altura. Os autores salientam que esta curva do crime segundo a idade

(Farrington, 2004; Farrington et al., 2008) tende a manter-se consistente em diferentes países.

### **1.1.2. Subtipos de agressões cometidas**

Muitos dos comportamentos antissociais perpetrados podem ser distinguidos teoricamente e validados de modo empírico. Em relação às agressões cometidas, estas são definidas como sendo “*comportamentos dirigidos a outro indivíduo, executados com a intenção imediata de causar danos*” (Anderson & Huesmann, 2003, p. 298). Os autores acrescentam que o perpetrador deve crer que o seu comportamento irá causar danos no alvo e que este se encontra motivado a evitar o comportamento. Anderson e Huesmann (2003) definem igualmente o conceito de violência, descrevendo-a como sendo uma agressão física no ponto extremo do continuum da agressão, como, por exemplo, um homicídio ou um assalto agravado. Assim, referem os autores, toda a violência é agressão, mas muitas das agressões não são violência<sup>2</sup>.

As agressões interpessoais poderão ser *físicas* (e.g. lutar, atacar, assaltar) e *verbais* (e.g., insultar, ameaçar, gozar). As agressões físicas podem iniciar-se nos primeiros anos de vida (e.g., anos pré-escolares), enquanto que as agressões verbais surgem alguns anos mais tarde. Ao longo do desenvolvimento as agressões físicas poderão tornar-se violentas, com danos sérios nos outros e/ou no próprio e, possivelmente, envolvendo o uso de armas (Hinshaw & Lee, 2003). As agressões podem também ser designadas de *instrumentais* (i.e., dirigidas a determinado objetivo, muitas vezes, premeditadas e friamente calculadas) ou *hostis* (i.e., com a intenção de causar dor no outro, movidas pela raiva). A questão desenvolvimental poderá colocar-se, inicialmente, em relação à manifestação de agressões instrumentais, mas as agressões hostis poderão significar a necessidade de apoio clínico em qualquer idade (Anderson & Huesmann, 2003; Hinshaw & Lee, 2003). Dodge, Lochman, Harnisch e Bates (1997) referem igualmente que o comportamento agressivo poderá ser *proativo*

(e.g., ameaçar, intimidar, ocorrendo sem provocação prévia) e *reativo* (e.g., retaliação, originada por vezes pela presença de raiva), argumentando que estas tipologias estão marcadas por diferentes distorções ou défices no processamento de informação social-cognitiva. Ou seja, segundo os autores, um sujeito que agride de modo proativo tende a ter expectativas elevadas em relação à utilidade da agressão para atingir os seus objetivos, enquanto que um indivíduo tendencialmente reativo apresenta dificuldades na codificação e interpretação de informação social, demonstrando uma propensão para, em situações ambíguas, atribuir uma intenção hostil ao comportamento dos outros. Uma outra distinção dos comportamentos agressivos diz respeito à agressão *direta* (e.g., agressões físicas ou verbais) e *indireta* ou *relacional* (e.g., manipulação, destruir a reputação de alguém, exclusão de outros pares de certas atividades). Finalmente, uma importante diferenciação das agressões cometidas divide-as em *abertas* (e.g., agressões físicas) e *cobertas* (e.g., mentir, roubar, destruição de propriedade, abuso de substâncias) (Goodman & Scott, 2005).

Anderson e Huesmann (2003) notam que, quando assumidas literalmente, estas dicotomias tendem a criar problemas conceptuais e empíricos, uma vez que muitas das dicotomias se sobrepõem e confundem. Deste modo, propõem o abandono da perspetiva dicotómica a favor de uma abordagem dimensional, caracterizando os atos agressivos em quatro dimensões: 1) grau de hostilidade ou de instabilidade emocional, 2) automatismo comportamental, 3) grau em que o objetivo principal era magoar a vítima ou, então, beneficiar o agressor e, por último, 4) grau de consideração das consequências. A intenção de causar danos continua a ser uma condição necessária em todas as agressões. Segundo os autores, esta abordagem permite uma compreensão mais clara dos diferentes motivos da agressão e um melhor entendimento das consequências previstas para os atos agressivos.

---

<sup>2</sup> Anderson e Huesmann (2003), para esclarecerem melhor esta afirmação, dão o exemplo da situação de uma criança empurrar outra para fora de um triciclo ser agressão, mas não ser violência. Por outro lado, um assalto à mão armada cometido por adolescentes (ou adultos) é, ao mesmo tempo, agressão e violência.



### **1.1.3. Trajetórias delinquentiais**

Os grupos etários já referidos anteriormente podem acompanhar diferentes trajetórias delinquentiais, destacando alguns investigadores (Quinsey, Skilling, Lalumière, & Craig, 2004) que os estudos destes percursos antissociais têm suportado taxonomias focadas nas características individuais dos jovens e não no tipo ou frequência de atos delinquentiais que cometem. Uma das primeiras classificações identificadas foi a de Loeber et al. (1993) através do Pittsburgh Youth Study, onde verificou três trajetórias para a ocorrência de tipos específicos de delinquência: Aberta, Coberta e Conflitos Precoces com a Autoridade. Em cada trajetória apenas uma minoria de indivíduos progride até ao seu limite, sendo estes, geralmente, os que tendem a iniciar mais cedo o comportamento problemático. Em todas elas, também, o comportamento disruptivo manifestado em casa estende-se mais tarde ao contexto escolar e comunitário, e as agressões (físicas ou verbais) aos pais e/ou aos pares propagam-se mais tarde a desconhecidos (Quinsey et al., 2004). Iniciando cerca dos 8 anos, os jovens com a designada trajetória Aberta seguem tipicamente uma sequência de escalada de severidade comportamental, desde confrontos e brigas com colegas até lutas de gangs, posse de armas ou forçar alguém sexualmente. A entrada nesta trajetória torna-se cada vez menos provável conforme o jovem se vai tornando mais velho. O percurso Coberto, que surge pelos 7 anos de idade, é caracterizado pela prática de comportamentos disruptivos de menor grau, como o roubo de pequenos produtos em lojas ou danos em propriedades, até outras formas de delinquência moderadamente graves, como roubo de carteiras, furto de viaturas ou venda de drogas. Por último, a via de Conflitos Precoces com a Autoridade tende a principiar pelos 3 anos (Loeber et al., 1993) e envolve uma progressão desenvolvimental que poderá começar com oposição e desafio e terminar com evitamento da autoridade através de fugas de casa, absentismo escolar ou permanecer fora de casa até tarde.

Outra alternativa tipológica centra-se na análise das diferenças entre os jovens com uma primeira detenção em idade precoce (14 anos ou menos) e aqueles com uma primeira detenção em idade superior. De acordo com esta

tipologia, os sujeitos com detenções precoces são responsáveis por uma maior proporção de crimes e pelo tipo de agressões mais graves (Quinsey et al., 2004), enquanto os de idade superior se envolvem em atividades e comportamentos delinquentiais durante a adolescência mas desistem deste percurso poucos anos depois. À semelhança da abordagem de trajetórias múltiplas de Loeber et al. (1993) o processo de escalada comportamental tende também a existir. Mas, em contraste, este modelo sugere que existe um único percurso para a delinquência crónica e que subsiste um mecanismo diferente de gestão dos comportamentos problemáticos nos indivíduos com comportamento delinvente em idades superiores. A teoria geral de Patterson et al. (1989; Patterson & Yoerger, 2004) sobre as duas trajetórias de delinquência (início precoce e início tardio) e a teoria de Moffit (1993; 2006a; 2006b) sobre delinquência persistente e da delinquência limitada à adolescência, são as abordagens teóricas que aqui se inserem. A perspetiva de Patterson (1989; Patterson & Yoerger, 2004), que reflete os processos da teoria da aprendizagem social, sublinha o papel das interações sociais e de como os comportamentos negativos e coercivos presentes no contexto familiar são reforçados inadvertidamente. Segundo este autor, os jovens com comportamento delinvente precoce tendem a apresentar mais fatores de risco de âmbito familiar do que os jovens com comportamento delinquential tardio. Estas diferenças significativas manifestam-se, essencialmente, em quatro dimensões: características familiares (e.g., baixo nível sócio económico, stress familiar, divórcio), relacionamento pais-crianças (e.g., rejeição parental, problemas na vinculação), estratégias parentais (e.g., pouca supervisão e controlo comportamental, disciplina inconsistente e/ou fisicamente punitiva) e características parentais (e.g., personalidade antissocial, hostilidade, consumo de drogas pelos pais, agressividade). De acordo com este modelo teórico, vão-se, assim, desenvolvendo na criança atitudes e comportamentos antissociais, que acabam por ser transferidos e generalizados para outros contextos. Um desses contextos é a escola, começando a existir interferência com a aprendizagem, sucesso escolar e impedindo um desenvolvimento positivo com os seus pares (Quinsey et al., 2004) e, conseqüentemente, menor aperfeiçoamento de competências sociais. O início ocasional de interações com outros pares com

comportamento antissocial pode aqui reforçar o reportório do sujeito, uma vez que, sob influência do grupo de pares, começa a ser treinado numa multiplicidade de atos antissociais encobertos e manifestos (Patterson & Yoerger, 2004). O envolvimento posterior com grupos de pares desviantes parece ser mais comum em delinquentes com início tardio. Embora estes delinquentes com início tardio possam também ter problemas em todos os níveis familiares expostos, eles são significativamente menos que os delinquentes com início precoce, possuindo estes últimos um maior risco de evolução negativa ao longo do tempo, incluindo transgressões crônicas e violentas.

Por seu lado, Moffit (1993; 2006a; 2006b) enfatiza os problemas neurológicos precoces que possam surgir no nascimento ou logo após este como estando na gênese do comportamento delinquente. Segundo a autora, os indivíduos que se tornam delinquentes têm maior probabilidade de ter défices neuropsicológicos no funcionamento executivo e verbal (e.g., ler e ouvir, falar, resolução de problemas, memória, impulsividade, entre outros). Sujeitos com estes riscos tendem a residir em contextos marcados pela adversidade. Assim, ao longo do tempo, os fatores de risco individuais poderão amplificar devido à interação com os fatores ligados a esse contexto desfavorável (e.g., competências parentais ineficazes, pobreza, grupo de pares desviante; vínculos familiares inexistentes). Os fatores de risco expandem-se a outros contextos ao longo do tempo e iniciam uma sequência comportamental de fracas relações interpessoais (e.g. grupo de pares ou professores) e, ao mesmo tempo, as oportunidades de aquisição de competências prosociais diminuem. A consequência desta interação de fatores de risco individuais e ambientais é o desenvolvimento gradual de perturbações de personalidade, marcada por um padrão antissocial persistente de agressão física que perdura ao longo dos anos. De acordo com esta teoria taxonómica (Moffit, 1993; 2006a), o comportamento antissocial dos jovens delinquentes persistentes tem a sua origem nestes processos neurodesenvolvimentais que têm início na infância e persistem ao longo da vida. Por seu lado, o comportamento antissocial de sujeitos com delinquência limitada à adolescência é adquirido através de processos sociais, tendo início na adolescência e parece terminar quando é jovem adulto. Trata-se

de um tipo de delinquência que emerge apenas na puberdade, num período de desenvolvimento no qual existe algum “desconforto psicológico” (Moffit, 2006a, p. 571), intermédio entre a sua maturação biológica e o seu acesso a privilégios e responsabilidades. A autora denomina este período de hiato de maturidade (Moffit, 2006a), fase na qual o jovem experiencia insatisfação pelo seu estatuto de dependente (como uma criança) e impaciência por aquilo que antecipa como sendo os privilégios e direitos da idade adulta. Enquanto se encontram neste hiato, é para eles aparentemente normativo cometer comportamentos delinquentes como forma de demonstrar autonomia e emancipação dos seus pais, através da afiliação com o grupo de pares. Apesar dos incidentes neste período etário, uma vez que o seu desenvolvimento até aí terá sido normativo, é muito provável que desista do crime quando começar a assumir alguns papéis que implicam maior maturidade, voltando a assumir gradualmente um estilo de vida mais convencional. Moffit (1993; 2006b) chama a atenção para o facto de que este retorno poderá de algum modo ser retardado se existirem aquilo que ela designa por “armadilhas” desse período, ou seja, a existência de registo criminal, dependências, reclusão/institucionalização ou aprendizagens sem certificações oficiais, que podem comprometer a mudança com sucesso para a idade adulta. O número de jovens delinquentes persistentes é muito reduzido e o seu comportamento é constante e patológico. Já os jovens com comportamento antissocial limitado à adolescência são em muito maior número, a conduta é relativamente transitória e considerada até normativa (Moffit, 1993; 2006a).

Mais recentemente, Quinsey et al. (2004), propõem uma tipologia tripartida de delinquência juvenil fundamentada na psicologia evolutiva. Os dois primeiros tipos são baseados nas classificações de Moffit (1993) já enunciadas e os seus conteúdos são, genericamente, semelhantes. Contudo, acrescentam uma terceira tipologia, denominada de delinquência persistente ao longo da vida de causa não patológica, cujos jovens são referenciados muitas vezes de psicopatas. São caracterizados pelo uso de estratégias constantes de manipulação, domínio, coerção e agressão. São descritos como não sendo patológicos na medida em que não parecem evidenciar as instabilidades neurodesenvolvimentais associadas ao outro grupo de delinquentes persistentes e, por isso, tendem a não

ser identificados através de marcadores desenvolvimentais ou de testes neuropsicológicos.

#### **1.1.4. Comportamento antissocial em ambos os sexos**

Uma das questões mais esclarecidas nas investigações no âmbito da delinquência juvenil diz respeito às diferenças de gênero no envolvimento de atos antissociais, demonstrando o sexo masculino ser mais agressivo do que o sexo feminino (Odgers et al., 2008). A delinquência está, como comenta Quinsey et al. (2004), desproporcionalmente concentrada nos jovens rapazes. Porém, os comportamentos antissociais cometidos pelas jovens do sexo feminino tendem a seguir também a curva do crime segundo a idade evidenciada nos trabalhos de Farrington (2004; Pepler, Jiang, Craig, & Connolly, 2010). E vários estudos verificaram que, embora os indicadores de prevalência de delinquência e de comportamentos antissociais sejam menores para raparigas do que para rapazes, a quantidade de atos antissociais cometidos por raparigas é significativo e os fatores de risco associados ao início das trajetórias desenvolvimentais são praticamente semelhantes para ambos (Moffitt et al., 2001; Odgers et al., 2008).

Em termos desenvolvimentais, alguns investigadores têm demonstrado que até aos 4 anos de idade não há diferenças em relação à prática de comportamentos agressivos (Rose, Rose, & Feldman, 1989 citado em Quinsey et al., 2004). A partir desta idade o predomínio masculino nos comportamentos de externalização começa a fazer-se sentir, embora possam existir flutuações ao longo dos anos seguintes. Por exemplo, muitas raparigas demonstram ser tão agressivas fisicamente como os rapazes e apresentam mais agressões verbais e indiretas que o sexo masculino (Anderson & Huesmann, 2003). Verifica-se, também, iguais prevalências de comportamentos de oposição e desafio na adolescência (Hinshaw & Lee, 2003). Já em relação à presença de perturbações de comportamento, os rapazes surgem em muito maior número desde a infância até à adolescência, numa proporção de 4:1 (Hinshaw & Lee, 2003). Sobre estes problemas de conduta, os resultados de meta-análises verificaram que as raparigas praticam igualmente vários comportamentos agressivos mas existem

diferenças nas estratégias utilizadas e na gravidade das agressões (Quinsey et al., 2004). Assim, os rapazes têm maior probabilidade em cometer crimes ou agressões mais sérias, evidenciando mais agressões físicas que verbais ou psicológicas. Poderá ser esta uma das razões que justifique o facto de nos diversos dados estatísticos referentes à ocorrência de crimes as percentagens serem significativamente inferiores para o sexo feminino. Apenas na agressão indireta, onde muitas vezes o agressor permanece por identificar, as raparigas têm resultados superiores (Moffit et al., 2001). Para Keenan e Shaw (1997), o motivo disto acontecer prende-se com o facto de, desde cedo, o desenvolvimento psicobiológico, cognitivo e a capacidade de regulação emocional originar padrões e experiências de socialização que, progressivamente, induz nas raparigas mais manifestações internalizadoras do que externalizadoras.

#### **1.1.5. Enquadramento Legal**

Como foi referido anteriormente, segundo a perspetiva legal, as demonstrações de comportamentos antissociais por adolescentes são chamadas “delinquentes” e a manifestação desses comportamentos por adultos são chamadas “criminais” (Hinshaw & Lee, 2003). Em Portugal, nos termos do disposto no artigo 19.º do Código Penal, a imputabilidade penal em razão de idade tem o seu início aos 16 anos. Isto é, só a partir dos 16 anos é que o ordenamento jurídico entende existir a capacidade de determinada pessoa constatar que praticou certos factos, qualificados pela lei penal como crime, de discernir que o fez (ou está a fazer) e de poder determinar se, de acordo com esse entendimento, será ou não legalmente punida. Dito ainda de outro modo, a imputabilidade pressupõe a capacidade de distinguir o lícito do ilícito, bem como a faculdade de, sendo capaz de operar tal distinção, o agente conduzir a respetiva vontade nesse sentido (ao invés do que sucede, por exemplo, com os cleptómanos). Assim, estes jovens ficam sujeitos a legislação própria, especificamente, os jovens com idades compreendidas entre os 12 e menos de 16 anos que tenham praticado factos punidos pela lei como crimes encontram-se sob alçada da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro). Os

jovens com idades entre os 16 e menos de 21 anos que pratiquem factos qualificados pela lei penal como crime ficam sujeitos ao regime especial dos jovens adultos, previsto no Decreto-Lei n.º 401/82 de 23 de setembro. Nele se prevê um regime de atenuação especial da pena (artigos 72.º e 73.º do Código Penal). Todavia, note-se que não se trata de um regime obrigatório de atenuação, mas sim facultativo, a avaliar caso a caso pelos tribunais, tendo em conta os pressupostos a que alude o artigo 4.º daquele diploma. A legislação prevê, assim, um tratamento diferenciado em função da criança ou do jovem ter 12, 16 ou 21 anos de idade. Como refere Moura (2000), a legislação portuguesa estabelece *“marcos etários que originam reações diversas, reações que atendem ao diferente desenvolvimento psicossomático da criança, do jovem e do jovem adulto. Traduz-se pois na lei o que é um dado empírico indiscutível: a evolução da capacidade adaptativa do menor”* (p. 102). Segundo o mesmo autor, o legislador procurou *“atender à gradação da formação da personalidade do menor, recorrendo a medidas não penais mas mesmo assim responsabilizantes”* (Moura, 2000, p.106).

Em termos processuais, uma vez que se encontram sujeitos ao regime especial dos jovens adultos, os jovens com mais de 16 anos quando cometem um crime poderão ser colocados em estabelecimentos prisionais. Porém, por se encontrarem ao abrigo da Lei Tutelar Educativa, quando um jovem entre os 12 e menos de 16 anos pratica um facto tipificado na lei como crime, dentro das várias medidas tutelares educativas que a autoridade judiciária lhe poderá aplicar, a institucionalização num Centro Educativo é a medida mais grave que lhe poderá ser imposta e, por isso, também configurada como de *ultima ratio*. Se esta circunstância acontecer, tal institucionalização poderá ocorrer em regime fechado, aberto ou semiaberto.

## **1.2. FATORES DE RISCO PARA O SURGIMENTO DA DELINQUÊNCIA**

As investigações têm vindo a demonstrar que muitos dos sujeitos com comportamentos antissociais graves e persistentes exibem, desde cedo, certas particularidades que os conduzirão, mais tarde, a envolver-se na delinquência e

no crime (Fonseca, 2004). O número de fatores de risco encontrados até ao momento é extenso, incluindo de carácter individual, familiar, grupo de pares, escolares ou comunitários. Tal como em muitos construtos psicológicos, a assunção dos próprios princípios desenvolvimentais de multifinalidade e equifinalidade, sugerem que nenhum fator de risco por si só poderá explicar o surgimento dos comportamentos antissociais.

Por fatores de risco entendem-se todas as características, variáveis ou circunstâncias que, quando presentes em determinado indivíduo, fazem com que este tenha maior probabilidade que qualquer outra pessoa da população em geral, de desenvolver um problema (Mrazek & Haggerty, 1994). Ou seja, os fatores de risco que serão expostos a seguir predizem uma probabilidade elevada de surgir mais tarde comportamento antissocial. No entanto, ainda que aumente a probabilidade de isso acontecer, não faz com seja certa a sua ocorrência (Kazdin, Kraemer, Kessler, Kupfer, & Offord, 1997), havendo muitos jovens com vários fatores de risco que nunca cometeram atos delinquentes. Os efeitos parecem depender fortemente da quantidade de fatores de risco presentes (quantos mais, pior o prognóstico) e do período desenvolvimental e da idade com que um jovem é exposto a esse mesmo fator de risco, isto é, o surgimento de certos fatores de risco em determinada idade aumentam esse mesmo risco. Alguns autores (Anderson & Huesmann, 2003) centram também a atenção nas condições pessoais e situacionais presentes, que podem potenciar os efeitos dos fatores de risco. Assim, apontam para uma distinção causal dos comportamentos agressivos, diferenciando entre fatores personológicos e situacionais. As causas personológicas incluem tudo aquilo que as pessoas trazem para a situação (e.g., atitudes, crenças e tendências comportamentais) e as causas situacionais estão associadas a características que aumentam ou inibem o comportamento agressivo (e.g., insultos, presença de uma arma, presença de alguém relevante para o agressor). As agressões, para Anderson e Huesmann (2003), tal como todos os comportamentos sociais, resultam da convergência de fatores situacionais (isto é, que instigam ou inibem a agressão) e de fatores personológicos (isto é, propensão e prontidão para a agressão).



Desde há alguns anos que algumas investigações têm permitido clarificar quais os fatores de risco da delinquência (e.g., Loeber & Farrington, 2000). Evidenciam-se nestes estudos o entendimento de que o comportamento infantil e juvenil decorre de fatores genéticos, sociais e ambientais. O trabalho recente de Murray e Farrington (2010) é, provavelmente, a compilação mais pormenorizada feita até ao momento sobre os fatores de risco da delinquência, baseando-se unicamente em estudos longitudinais e com amostras de grande número. Os autores resumem em três dimensões as diversas variáveis preditoras de risco: fatores individuais, familiares e sociais. Embora tenhamos acrescentado mais indicações, é com base na classificação destes autores (Murray & Farrington, 2010) que passamos de seguida a apresentar as variáveis referentes a cada um destes fatores de risco.

### **1.2.1. Fatores individuais**

#### **1.2.1.1. Influências genéticas e biológicas**

O efeito das características genéticas e biológicas no comportamento antissocial tem vindo a ser estudado desde há várias décadas. Estas investigações têm beneficiado do avanço das técnicas de diagnóstico que têm vindo a verificar-se nos últimos anos no campo da genética comportamental, biologia molecular e das neurociências. Segundo Rutter et al. (1998, citado em Fonseca, 2004), as razões para um maior interesse nesta abordagem prende-se com os avanços científicos destas técnicas de diagnóstico mas, também, com os resultados obtidos em estudos cada vez mais rigorosos metodologicamente que sugerem que a influência genética e/ou biológica não se exerce de maneira determinista, mas antes de modo dinâmico e probabilístico. Os investigadores acreditam assim que estes resultados poderão ser usados para potenciar os efeitos dos tratamentos e não para discriminar ou estigmatizar (Rende & Waldman, 2006).

Alguns resultados dos estudos têm permitido verificar que os efeitos genéticos e dos neurotransmissores no desenvolvimento de quadros psicopatológicos em crianças e adolescentes poderão ser relevantes (Hinshaw,

2009). Por exemplo, sabe-se que uma das tarefas desenvolvimentais nos primeiros anos de vida pós-natal passa pela reestruturação dos cerca de 200 bilhões de neurónios que uma criança apresenta, num conjunto de ligações sinápticas que irão suportar um cérebro eficiente e funcional ao longo da vida. Se este processo sofrer irregularidades o desenvolvimento e comportamento do indivíduo sairão, com grande probabilidade, afetados. Uma meta-análise recente de Burt (2009) com 490 estudos no âmbito da genética comportamental com gémeos e adotados, concluiu que, ainda que a hereditariedade e o ambiente explicassem as diferenças individuais no comportamento antissocial agressivo e não agressivo, a idade e o método de avaliação moderava essas mesmas influências. Concluiu, também, que os efeitos tendem a ser mais ambientais, com exceção dos fatores associados à perturbação de hiperatividade e défice de atenção. Ainda assim, a dimensão do efeito genético nos problemas de comportamento era de entre 10% e 30% da variância (comparativamente, o efeito do divórcio era de 1%). Mas outros estudos referem que ao nível do comportamento violento, o efeito dos genes não é grande (Rutter, Moffitt, & Caspi, 2006), sugerindo os resultados que algumas variáveis culturais e legais (e.g., acesso a armas ou contexto social violento) ou os processos de socialização psicossociais parecem ter maior influência no cometimento da violência. Os genes, sistemas de neurotransmissores, potenciais evocados ou influências hormonais parecem antes exercer a sua influência no temperamento que a criança/adolescente apresenta, na manifestação de impulsividade ou desinibição comportamental ou na necessidade de obter sensações (Karnik & Steiner, 2005). Estas tendências, que poderão ser partilhadas com os pais, podem suscitar interações negativas entre os cuidadores e a criança/adolescente. Assim, as influências no comportamento antissocial parecem ter maior probabilidade de ocorrerem de modo indireto (moderado ou mediado) sendo pouco sensato considerar os seus efeitos causais sem recordar outros fatores (Hinshaw & Lee, 2003).

#### 1.2.1.2. Autoregulação

Vários traços temperamentais são referidos na literatura como

significando pouca capacidade de controlo comportamental: impulsividade, hiperatividade, dificuldade em adiar a gratificação, necessidade de procurar sensações ou agir sem avaliar as consequências. A ativação e regulação emocional e comportamental são indispensáveis para um ajustado desenvolvimento físico e psicológico (Keenan & Shaw, 2003). O autocontrolo é definido como a capacidade, por um lado, de modulação da resposta pessoal (e.g., pensamentos, emoções, impulsos, ações), de acordo com os constrangimentos, objetivos ou valores que caracterizam as situações (Keenan & Shaw, 2003) e, por outro lado, a capacidade de recuperação dessa mesma resposta. Trata-se de competências desenvolvidas desde os primeiros anos de vida, conforme a criança vai interagindo com o mundo e aprende a regular a ativação e a resposta a estimulação sensorial (Bron, Rijen, Abeelen, Berg, 2012). Este processo está associado ao funcionamento executivo, que se refere a um conjunto de processos cognitivos superiores (e.g., inibição, controlo da atenção, memória de trabalho, resolução de problemas, entre outros) que se encontram envolvidos na autorregulação do pensamento, ação e emoção (Séguin & Zelazo, 2005). À ocorrência de problemas no funcionamento executivo estão associados estilos comportamentais impulsivos e presença de comportamentos agressivos (Raaijmakers et al., 2008).

Existem evidências de estudos fisiológicos, cognitivos e comportamentais com jovens delinquentes que comprovam a associação entre raiva e frustração, baixos níveis de autocontrolo da atenção e do comportamento e altos níveis de problemas de comportamento (Deater-Deckard, Petrill, & Thompson, 2007). Os resultados do estudo de Moffit et al. (2010), que acompanhou uma amostra de 1000 crianças desde o nascimento até aos 32 anos, indicaram que, para além de prever o comportamento antissocial, o autocontrolo predizia igualmente a qualidade da saúde física, a dependência de substâncias e o equilíbrio das finanças pessoais. Quando analisaram os irmãos (que partilhavam o mesmo contexto familiar) com autocontrolo e sem autocontrolo, os efeitos prejudiciais mantinham-se para os sujeitos com baixo autocontrolo. Os autores reconhecem as vantagens pessoais e económicas para os serviços públicos dos programas de intervenção fomentarem estas competências desde os primeiros anos de vida.

Recentemente, Heinzen, Koehler, Smeets, Hoffer, e Huchzermeier (2011) verificaram num estudo efetuado com 104 jovens agressores institucionalizados, que os traços psicopáticos não estavam associados a problemas emocionais mas sim a estratégias desadaptativas de regulação emocional. Em outras investigações (Murray & Farrington, 2010) a impulsividade e a hiperatividade (e.g., fraca concentração) evidenciam-se fortemente preditoras de comportamento antissocial, indicando que a impulsividade cognitiva (e.g., baixa capacidade de resolução de problemas, ação por tentativa e erro) parece ter mais consequências negativas do que a impulsividade comportamental (e.g., age ao primeiro estímulo sem reflexão, não conseguir esperar pela sua vez).

#### 1.2.1.3. Desenvolvimento cognitivo e rendimento académico

Desde há vários anos que as investigações assinalam que um baixo quociente intelectual e um baixo rendimento académico são importantes preditores de comportamentos antissociais (Loeber & Farrington, 2000; Hinshaw & Lee, 2003). Em relação à associação entre quociente intelectual e delinquência, Murray e Farrington (2010) afirmam que a explicação reside no facto de nestes casos existir baixa capacidade para manipular conceitos abstratos e, deste modo, terem resultados escolares mais fracos e cometerem agressões (inicialmente com os seus colegas) devido à pouca reflexão sobre as consequências do seu comportamento, bem como apresentarem mais impulsividade. Moffit et al. (2006b) referem que os jovens delinquentes muitas vezes apresentam um melhor desempenho nos testes não-verbais do que em testes verbais, sugerindo os autores que para estes jovens parece ser mais fácil lidar com objetos concretos do que com conceitos abstratos. Centrado no próprio grupo de delinquentes, um estudo recente (Barker et al., 2011), numa amostra de 494 jovens entre os 11 e os 17 anos, procurou observar a relação entre agressões e funções neurocognitivas (uso dos testes VIQ, PIQ da WAIS-III), verificando que os jovens com capacidades cognitivas mais baixas se envolviam mais facilmente em agressões físicas, enquanto os jovens com mais aptidões envolviam-se mais em roubos ou furtos.

### **1.2.2. Fatores familiares**

#### **1.2.2.1. Práticas parentais**

As práticas parentais são técnicas, estratégias e/ou métodos empregues pelos pais para cumprir atividades concretas em certos domínios (Barroso & Machado, 2010), sendo descritas por Darling e Steinberg (1993) como “*um conjunto de comportamentos direcionados para objetivos específicos através dos quais os pais exercem os seus deveres parentais*” (p. 488). É neste processo que vários estudos têm encontrado relações estatisticamente robustas entre práticas delinquentes do adolescente e práticas parentais (Shonkoff & Garner, 2011), em especial no fraco reforço parental, nas punições frequentes, práticas disciplinares inconsistentes e fraca responsividade parental (Collins, Maccoby, Steinberg, Hetherington, & Bornstein, 2000). Esta parentalidade negativa (Callender, Olson, Choe & Sameroff, 2012) eleva significativamente o risco de ocorrência de comportamento antissocial persistente e grave, sendo que Murray e Farrington (2010) asseguram que a presença destes fatores no contexto familiar duplica o risco de condenação futura por práticas delinquentes. Uma das perspetivas teóricas que melhor descreve o processo de interação disfuncional entre os pais e a criança é o modelo coercivo de Patterson (Patterson, DeBaryshe, & Ramsey, 1989). Para este autor, quando os pais respondem aos comportamentos disruptivos dos filhos de forma coerciva e baseada na afirmação de poder, as crianças tendem a escalar os seus próprios comportamentos disruptivos numa tentativa de controlar os pais. Quando estes comportamentos da criança aumentam de intensidade e frequência, os pais por vezes condescendem, desta forma reforçando, negativamente, o comportamento desadaptativo. De modo inverso, se os pais retomam as estratégias disciplinares punitivas ou de afirmação de poder, estas servem como modelos de padrões comportamentais hostis. Dishion e Patterson (2006) afirmam que a coerção possibilita à criança a aquisição de disposições gerais de evitamento e, eventualmente, de encobrimento e manipulação. Ou seja, através de repetições constantes deste padrão coercivo, a criança aprende a evitar os pedidos parentais através de um processo de reforço negativo e, também, aprende a aproveitar o comportamento coercivo para ganhar controlo num ambiente familiar por vezes caótico e

disruptivo (Barroso, 2010).

Recentemente, numa revisão de 47 estudos, Latimer et al. (2012) verificaram que as práticas parentais contraproducentes e pouco calorosas durante a infância era um dos mais fortes fatores de risco de comportamento disruptivo (em conjunto com o baixo peso à nascença, consumo de tabaco e álcool pela mãe, complicações médicas peri e neonatais e ocorrência de divórcio dos cuidadores). Neste sentido, outras investigações assinalam a fraca supervisão parental como um dos preditores de delinquência mais importantes (Murray & Farrington, 2010; Smith & Stem, 1997), bem como a ocorrência de disciplina punitiva e severa (Callender et al., 2012) e estilos parentais autoritários e rejeitantes (Buschgens, Aken, Swinkels, Ormel, Verhulst & Buitlaar, 2010). Beauchaine, Webster-Statton e Reid, (2005), numa investigação com 514 crianças com problemas de comportamento entre os 3 e os 8 anos, observaram que a ocorrência de práticas disciplinares inconsistentes eram preditoras de comportamentos antissociais, sendo igualmente uma relevante mediadora do sucesso terapêutico. Os efeitos destes fatores de risco parecem manter-se ao longo da vida do sujeito, criando complicações em várias áreas, como demonstra o trabalho de Raudino, Woodward, Fergusson e Horwood (2011), que, através de uma amostra de 337 pais com cerca de 30 anos de idade, procuraram avaliar as ligações entre perturbações de comportamento na infância/adolescência no futuro relacionamento conjugal e parental. Verificaram que a altos níveis de comportamentos disruptivos na infância/adolescência estava associado dificuldades nas relações conjugais/relacionais (e.g., conflitos e violência familiar, insatisfação relacional) e dificuldades parentais (e.g., disciplina inconsistente, punição física frequente, pouca sensibilidade e atenção parental). Estes resultados são coerentes com outros estudos efetuados anteriormente (Conger, Neppl, Kim, & Scaramella, 2003; Kim, Capaldi, Pears, Kerr, & Owen, 2009) sobre a transmissão intergeracional destas práticas parentais, em especial da continuidade das práticas disciplinares fisicamente punitivas, da presença de raiva/hostilidade e de comportamentos agressivos.

#### 1.2.2.2. Abuso Infantil

A existência de abuso infantil no contexto familiar é descrita por Cicchetti (2002; Cicchetti & Toth, 2005; Cicchetti & Valentino, 2006) como o exemplo de um ambiente relacional problemático que produz riscos significativos no desenvolvimento biológico e psicológico da criança ou adolescente. O racional teórico aqui presente é o de que os maus tratos são um sinal da fraca qualidade dos cuidados, sendo considerados o ponto extremo negativo do cuidado parental. Isto é, o cuidar inconsistente (no qual o conceito de abuso infantil se insere) e a parentalidade sensível representam os pontos opostos no *continuum* do processo de parentalidade (Sherifali & Ciliska, 2006). Os estudos têm verificado consistentemente que o abuso físico é um importante preditor de comportamentos delinquentes (Gershoff, 2002; Gershoff, Lansford, Sexton, Davis-Kean, & Sameroff, 2012; Hinshaw & Lee, 2003; Kim et al., 2009; Loeber et al., 2008; Margolin, et al. 2009). No que concerne à punição física, esta é definida como "*o uso da força física com a intenção de causar na criança a experiência de dor, mas não ferimentos, com o propósito de corrigir ou controlar o comportamento da criança*" (Straus & Donnelly, 2005, p. 3). A indicação da intencionalidade de causar "dor, mas não ferimentos" ajuda a estabelecer a distinção entre punição corporal e abuso físico, tendo em conta a aceitabilidade social e legal desta prática disciplinar (Barroso, 2010). Como é evidente, algumas das circunstâncias deste abuso infantil tendem a ocorrer no desenrolar de práticas educativas violentas.

Também Hinshaw e Lee (2003) apontam para que a relação entre comportamentos agressivos e abuso físico suportado na infância surja através de um processo contínuo de socialização com a violência. Mas Murray e Farrington (2010) defendem a existência alternativa de seis possíveis mecanismos causais que explicam esta associação entre vitimação na infância e posterior comportamento antissocial na adolescência. Uma das possibilidades poderá ser o facto de algumas vitimações terem efeitos imediatos e permanentes (e.g., a uma criança abanada poderão ocorrer danos cerebrais). Numa outra situação a vitimação poderá causar mudanças corporais permanentes (e.g., dessensibilização à dor), encorajando comportamentos agressivos posteriores.

Uma terceira hipótese levantada centra-se na eventualidade do abuso na criança provocar estilos de coping impulsivos ou dissociativos que, por sua vez, levam a baixas competências de resolução de problemas e a baixos resultados académicos. O facto de a vitimação poder causar mudanças na autoestima ou no padrão de processamento da informação social que, mais tarde, encorajem comportamentos agressivos, é também umas das possibilidades enunciadas. A quinta suposição relaciona-se com a eventualidade do abuso infantil implicar mudanças do contexto familiar (e.g., ida para um Lar de Infância e Juventude) o que poderá ter efeitos perversos, em termos comportamentais e emocionais. Por último, os autores destacam a possibilidade de as práticas judiciais poderem rotular a vítima, isolando-a progressivamente de grupos de pares prosociais e estimulando-a a associar-se a pares delinquentes.

#### 1.2.2.3. Violência Familiar

Alguns estudos (Margolin, Vickerman, Oliver, & Gordis, 2010; McDonald et al., 2006), baseados em estatísticas norte-americanas, sustentam que cerca de 16% dos jovens se encontram expostos a agressão parental grave, mais de 50% experienciam punições corporais frequentes pelos pais e 29% vivenciam agressões interparentais sistemáticas. É consensual pelos investigadores que, crianças e adolescentes que se encontrem expostos a violência familiar e interparental, conflitos parentais frequentes e tenham várias mudanças de cuidador primário tendam a apresentar comportamento antissocial e delinvente (Finkelhor, Ormrod & Turner, 2007; Hanscombe, Haworth, Davis, Jaffe, & Plomin, 2011; Henry et al., 1993; Slep & O’Leary, 2005). Murray e Farrington (2010) referem que a explicação dos efeitos familiares no comportamento antissocial dos adolescentes parece decorrer dos múltiplos stressores que este contexto suscita (e.g., conflitos parentais, perda de cuidadores, mudança de figuras parentais, dificuldades económicas, entre outras). Porém, o estudo de Herts, McLaughlin e Hatzenbuehler (2012), através de uma análise longitudinal com 1065 adolescentes, verificou, a este respeito, a existência de uma relação indireta. Ou seja, os eventos de vida stressantes (e.g., violência familiar ou vitimação) eram sim preditores de desregulação emocional (interferindo nos seus recursos de



coping, atenuando a sua capacidade de identificar e gerir adaptativamente as suas emoções) que, por sua vez, estava associada ao surgimento posterior de comportamentos agressivos. Margolin et al. (2009) procuraram investigar sobre a estabilidade da exposição e coocorrência de quatro diferentes tipos de violência (agressão física marital, agressão mãe-jovem, agressão pai-jovem e violência comunitária). Para o efeito recorreram a uma amostra de 103 pais, cujos filhos foram avaliados anualmente dos 9 aos 13 anos. Os resultados evidenciaram uma exposição intermitente a violência ao longo de 3 anos em 30 a 45% dos jovens, e demonstraram uma associação entre violência comunitária e agressão parental (associação amplificada quando os progenitores manifestavam altos níveis de stress geral). Ficou também claro neste estudo a relação entre problemas comportamentais nos filhos e violência comunitária e agressão pais-filho, depois de controlados os efeitos dos eventos stressantes, baixo rendimento e stress parental.

#### 1.2.2.4. Comportamentos antissociais na família

Desde há vários anos que os resultados das investigações têm demonstrado muitas consistências na relação entre comportamento antissocial parental e delinquência dos filhos. Ou seja, os filhos de pais com comportamento antissocial têm maior probabilidade em desenvolverem problemas de comportamento. No Cambridge Study (Farrington, 2007), considerada a investigação com maior número de sujeitos nestas condições, observou-se que ter um pai, uma mãe, um irmão ou irmã condenados (independentemente ou juntos) por um crime era um forte preditor de comportamento antissocial no adolescente, afirmando os autores que esta circunstância acontecia em 63% da amostra. Verificaram igualmente que as relações entre adulto/familiar condenado e adolescente delinquente eram mais fortes quando o adulto era do mesmo sexo e que os irmãos mais velhos eram mais preditores que irmãos mais novos. Resultados semelhantes foram encontrados no Pittsburgh Youth Study (Loeber et al., 2008), em que todos os familiares (incluindo avós e tios) com comportamento antissocial eram preditores de delinquência nos rapazes adolescentes da família, sendo o pai o preditor mais forte. Mais recentemente Coley, Carrano e Lewin-

Bizan (2011), numa investigação com 261 crianças de famílias de baixo rendimento, avaliadas periodicamente dos 3 aos 9 anos de idade, verificaram pela primeira vez que o comportamento antissocial parental era preditor de comportamento externalizador nos filhos mas, também, de problemas de internalização, aumentando ainda mais esta associação quando estavam presentes práticas punitivas severas. Esta predição verificava-se muito mais sólida quando o pai residia com a criança e revelava-se mais ténue quando o contacto com o progenitor era esporádico.

Coloca-se aqui o tema, já formulado anteriormente, do papel da transmissão intergeracional do comportamento antissocial. Algumas das explicações levantadas para a ocorrência desta transmissão de comportamentos e atitudes (Farrington 2007; Murray & Farrington, 2010) sugerem a existência de continuidade na exposição aos múltiplos fatores de risco (e.g., pobreza, famílias disfuncionais) entre adultos e adolescentes. Outra explicação possível é o facto de existir uma maior probabilidade de relacionamento entre elementos com comportamentos antissociais (e.g., uma rapariga com comportamento antissocial escolhe como companheiro um rapaz delinquente), fomentando a influência de comportamentos problemáticos nos descendentes. O facto de os membros de uma família se influenciarem mutuamente (e.g. irmãos mais velhos influenciarem irmãos mais novos) é outra das possibilidades explicativas. O efeito do comportamento criminal dos pais nos filhos ser mediado por mecanismos ambientais, como por exemplo a disciplina inconsistente e a fraca supervisão parental, é também uma das justificações possíveis. Segundo Farrington (2007), há dados consistentes que permitem avançar com a possibilidade da transmissão intergeracional ser parcialmente atribuída a mecanismos genéticos, tendo estes mecanismos um papel possivelmente mediador. Por último, uma explicação discutida por alguns investigadores diz respeito ao eventual efeito da rotulação que a polícia e os tribunais promovem nas famílias com problemas criminais, que tendem a ser também conhecidas por outros serviços governamentais, em particular os serviços sociais.

### **1.2.3. Fatores sociais**

#### **1.2.3.1. Estatuto socioeconómico**

Os dados encontrados na literatura são claros em relação à desproporção existente entre comportamento antissocial e fatores socioeconómicos, isto é, existe um maior número de adolescentes com comportamento antissocial pertencentes a famílias de baixos níveis socioeconómicos (Earls & Mezzacappa, 2005). Outros preditores do comportamento antissocial de adolescentes associados a esta dimensão socioeconómica são o desemprego parental, fracas condições habitacionais e dependência de subsídios estatais (Loeber et al., 2008; Farrington, 2007; Offord, Alder, & Boyle, 1986). Alguns estudos (Loeber et al., 1993; Murray & Farrington, 2010) têm sugerido que a ligação entre nível socioeconómico e delinquência é mediada pelas práticas de socialização parentais, ou seja, famílias com baixos recursos económicos tendem a ter menos competências parentais e, dessa forma, tornarem os seus filhos mais suscetíveis à ocorrência de comportamento antissocial.

#### **1.2.3.2. Influência do grupo de pares**

O papel do grupo de pares no desenvolvimento de comportamentos disruptivos encontra-se bem documentado, tanto no risco de comportamento agressivo ou externalizador (Monahan, Steinberg, & Cauffman, 2009; Mrug, Hoza, & Bukowski, 2004) como no risco de abuso de substâncias (Glaser, Shelton, & Bree, 2010). Porém, como salientam alguns investigadores (Hinshaw & Lee, 2003), em relação ao efeito do grupo de pares no comportamento antissocial é necessário distinguir, por um lado, o efeito da rejeição pelos pares na infância e, por outro lado, a associação a pares desviantes na pré-adolescência ou já na adolescência. Em relação ao primeiro fator, existem evidências de que a rejeição pelos colegas durante a infância é significativamente preditora de comportamento delinquente durante a adolescência. Segundo Hinshaw e Lee (2003) a rejeição pelos pares na infância parece ter um efeito marcante na vida do indivíduo, aumentando a probabilidade de desenvolver um padrão de comportamento insensível e externalizador, que poderá, eventualmente, escalar para padrões

antissociais. Uma das explicações para esta relação preditora centra-se na resposta da criança/jovem à percepção de rejeição pelos pares, à exclusão da criança de oportunidades de socialização com os colegas e à modelagem de comportamentos agressivos de outras crianças também rejeitadas. Sobre o efeito da associação a pares desviantes (por vezes em gangs), outros trabalhos (Murray & Farrington, 2010) apontam para um efeito direto desta reunião na propensão para o surgimento de comportamento delinquente, ou seja, mesmo para adolescentes que não apresentaram comportamentos agressivos ou antissociais na infância, a ligação a pares problemáticos aumenta consideravelmente a possibilidade de vir a exibir comportamento delinquente. Para Laird, Jordan, Dodge, Pettit e Bates (2001), o processo de rejeição pelos pares parece estar mais relacionado com o comportamento antissocial de início precoce e a associação a pares problemáticos com a delinquência de início mais tardio.

A necessidade de se saber com mais detalhe como se desenrolavam estes processos levou Mrug, Hoza e Bukowski (2004) a estudarem estes relacionamentos problemáticos em 236 rapazes e raparigas (entre o 3º e o 5º ano de escolaridade), divididos em dois grupos de pares (aqueles que a criança nomeava como amigos e aqueles que nomeavam a criança como sua amiga). Após um conjunto de avaliações que decorreram ao longo de dois anos, os autores notaram que a escolha de pares com comportamento disruptivo estava associada a um comportamento mais externalizador e a mais sintomatologia depressiva. Por outro lado, ser estimado ou gostado por pares agressivos não estava associado a elevações de problemas de internalização ou de externalização. Mais recentemente, Mrug, Madn e Windle (2012) interessaram-se por estudar as diferenças individuais na suscetibilidade à influência negativa vinda do grupo de pares. Concretamente, procuraram observar em que medida as características do temperamento moderavam a relação entre desvio dos pares e comportamento delinquente na adolescência. Assim, através de uma amostra de 704 adolescentes, verificaram que os adolescentes mais suscetíveis à influência negativa pelos pares eram aqueles que demonstravam baixa orientação para as tarefas, pouca flexibilidade cognitiva e menor humor positivo.

### 1.2.3.3. Influência da comunidade

McDonald et al. (2006), atendendo aos resultados dos seus estudos no contexto norte-americano, sustentam que cerca de 70% dos jovens experencia diretamente violência na comunidade em que está inserido e que cerca de 90% testemunha essa violência. Estes dados explicam uma parte dos efeitos deste fator de risco na delinquência, afirmando Farrington et al. (2008) que em comunidades com alto índice criminal os agressores agredirão muito e, em média, começarão as suas carreiras mais cedo do que aqueles que são expostos a menos criminalidade. Num recente estudo (Goodnight et al., 2012) foram avaliados ao longo de nove anos (dos 4 aos 13 anos) 7077 sujeitos, primos entre si, mas expostos a diferentes riscos comunitários, tendo os resultados observado que o contexto comunitário tinha uma influência significativa no surgimento de problemas de comportamento. Os jovens agressores tendem a residir, assim, em contextos comunitários marcados pela concentração habitacional, deterioração física dos empreendimentos, com vizinhança desorganizada e com grande mobilidade de pessoas (Wilson, Hurr, Shaw, Dishion, & Gardner, 2009). No entanto, num estudo de Tolan, Gorman-Smith e Henry (2003), estas variáveis surgiam mediadas pelas práticas parentais, pertença a gangs e violência pelos pares, ou seja, os efeitos eram indiretos e apenas resultavam quando um (ou mais) destes três fatores estava presente. Alguns dos resultados do Pittsburgh Youth Study (Loeber et al., 2008) permitem afirmar que, de um modo geral, um adolescente que apresente vários fatores de risco tem maior probabilidade de vir a ser delinquente, independentemente do contexto onde viva. Mas um adolescente sem qualquer fator de risco significativo que resida num contexto comunitário problemático tem ainda maior probabilidade em vir a ser delinquente. Ou seja, o contexto comunitário assume um maior risco quando outros fatores de risco não se apresentam elevados (Murray & Farrington, 2010). Neste sentido, saliente-se o facto de a impulsividade predizer a delinquência mais fortemente em contextos comunitários desfavorecidos. De modo inverso, tem se verificado que os adolescentes que apresentam uma curiosidade intensa de obter sensações mas que vivem em contextos comunitários com poucos fatores de risco apresentam baixo risco de desenvolver problemas antissociais (Tretacosta, Hyde,

Shaw, & Cheong, 2009). Os efeitos de uma comunidade problemática parecem ser significativamente atenuados nas circunstâncias em que o funcionamento familiar (responsividade, definição de papéis, resolução de problemas, comunicação, controlo comportamental e envolvimento afetivo) é positivo (McDonald, Deatrick, Kassam-Adams, & Richmond, 2011). Estas investigadores verificaram, também, neste estudo decorrente da implementação de um programa de intervenção junto de 110 jovens entre os 10 e os 16 anos, a enorme utilidade das intervenções ao nível da consciência social e do planeamento e estruturação das tarefas de âmbito escolar. Num outro estudo, Fite, Wynn e Pardini (2009) procuraram investigar o papel dos fatores de risco na discrepância existente entre detenções de rapazes brancos e negros, numa amostra de 481 jovens, seguidos da infância à idade adulta. Tal como tem sido verificado em outros estudos, os rapazes negros apresentam mais fatores de risco individuais na infância e experienciam igualmente mais fatores contextuais, o que torna mais provável a sua detenção comparativamente a rapazes brancos.

Porém, o efeito do contexto comunitário nas estatísticas da delinquência ficou patente já nos anos 70, num estudo de Thornburg (1975, citado em Sprinthall & Collins, 2000). Este autor examinou pormenorizadamente dois estudos efetuados ao longo de 20 anos em duas regiões norte-americanas. Numa das localidades, num contexto essencialmente suburbano, foram avaliados adolescentes quanto a comportamentos delinquentes, não tendo sido verificado qualquer registo ao longo desse tempo. No outro contexto, predominantemente urbano, foram avaliados outros adolescentes durante o mesmo período de tempo, tendo-se verificado uma proporção de 16% de comportamentos delinquentes por ano. Uma conclusão imediata passou por considerar o contexto urbano muito mais violento que um contexto suburbano e rural. No entanto, as conclusões do autor centraram-se mais no possível enviesamento devido à classe social, uma vez que num contexto suburbano americano se encontram mais famílias pertencentes a classe sociais médias e altas e num contexto urbano americano habitam mais famílias de classe social inferior. O mais relevante neste estudo prendeu-se com a observação do modo como eram tendencialmente avaliados os atos delinquentes, isto é, num contexto urbano o furto de um carro seria visto

como um ato criminoso e numa comunidade suburbana/rural haveria mais possibilidades de ser considerado uma brincadeira de adolescentes. Como referem Sprinthall e Collins (2000), em situações deste género os jovens de classes mais baixas e/ou de minorias muito provavelmente são presos, sendo efetuado registo criminal dessa ocorrência, enquanto os jovens de classe média e média-alta que cometem os mesmos atos, poderão ser levados a casa pelas autoridades policiais e têm, eventualmente, uma conversa séria com os pais. A este respeito, Coker (2003) salienta que, por exemplo, indivíduos negros ou pertencentes a minorias étnicas têm maior probabilidade de serem autuados em transgressões de trânsito e, de, quando parados, terem os seus carros revistados pela polícia à procura de atividade criminal (e.g., posse de droga) e, com isto, serem detidos.

### **1.3. PERTURBAÇÕES DO COMPORTAMENTO**

Muitos dos atos delinquentes são também sintomas de uma perturbação de comportamento (APA, 2002), envolvendo comportamentos proibidos pela lei (e.g., roubo, furto, vandalismo, abuso de drogas). Como referem Murray e Farrington (2010), é problemática a utilização da definição legal da delinquência em muitos estudos, uma vez que esta assenta, em grande parte, no conceito de intenção, a qual é difícil de mensurar de forma válida e fiável, ao contrário do critério comportamental. No entanto, a grande maioria dos autores mantém o critério legal nos seus estudos, o que permite uma comparação alargada (Murray & Farrington, 2010), usando registos oficiais de detenções ou autorrelatos de agressões cometidas. Em geral, referem os autores, os estudos sobre as características da delinquência através dos registos oficiais envolvem os piores agressores e as piores agressões, enquanto as investigações baseadas em autorrelatos tendem a incluir mais sujeitos com atividade delinquente menos grave.

Apesar das críticas à nosologia psiquiátrica patente no DSM (Watts, 2012), algumas delas históricas (Szasz, 2001), este protocolo diagnóstico tem permitido uma uniformização dos critérios entre os investigadores e clínicos em

relação aos problemas comportamentais apresentados por alguns adolescentes. De acordo com o DSM-IV-TR (APA, 2002) a característica essencial da perturbação de comportamento é o padrão persistente e repetitivo de comportamentos em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias da idade. Para além desta particularidade, o comportamento tem de causar limitações no funcionamento social, académico ou ocupacional do jovem. A descrição evidenciada no DSM-IV refere que um jovem com uma perturbação de comportamento apresenta pouca empatia ou preocupação pelos sentimentos dos outros, lutas corporais frequentes, é tipicamente ameaçador ou intimidador, percebe o comportamento dos outros como hostil e ameaçador, justificando, assim, as suas respostas agressivas (Garcia & Petrovich, 2011). Quando expressos, os remorsos pelos seus comportamentos poderão, de algum modo, ser demonstrados para evitar alguma consequência negativa, apresentando uma postura de dureza e intransigência, aparentemente segura e confiante, embora tenda a evidenciar baixa autoestima e autoconceito. Para que um diagnóstico de perturbação de comportamento possa ser estabelecido é necessário que três ou mais dos seguintes sintomas estejam presentes durante o ano anterior, um dos quais terá de ter ocorrido nos últimos seis meses: agressão a pessoas ou a animais (e.g., uso de arma; cruel com pessoas ou animais), destruição de propriedade (e.g., provocação de incêndio; destruição deliberada de bens de outrem), sérias violações de regras parentais ou normais sociais (e.g., fugas de casa, faltas à escola) e, por último, fraudes ou furtos (e.g., arrombamento de automóveis, mente com frequência). A severidade é especificada como leve, moderada ou grave.

Recentemente, Moffit et al. (2008), numa reanálise aos critérios da perturbação de comportamento a constar no futuro DSM-V (que surgirá em 2013), concluíram que, em função dos conhecimentos teóricos e técnicos alcançados até ao momento, os critérios atuais do DSM-IV não necessitam de reformulação mantendo-se, assim, nos próximos anos. Contudo, para além dos dois subtipos já existentes (início na infância e início na adolescência), referem que irão ser acrescentados três subtipos (limitado à infância, traços calosos/não-emocionais e especificadores femininos) e a sugestão de recorrer a biomarcadores



(neuroimagem, fisiológicos e/ou genéticos). Estes novos especificadores procuram atualizar os dados em função dos resultados de estudos longitudinais que entretanto surgiram. O especificador limitado à infância decorre do conhecimento sobre as trajetórias desenvolvimentais que indicam a existência de um grupo de sujeitos cujos problemas de comportamento grave entra em remissão poucos anos depois e, o especificador feminino, prende-se com as diferenças comportamentais na manifestação dos sintomas. Já o subtipo traços calosos/não-emocionais<sup>3</sup> pretende definir um grupo muito específico de indivíduos cujos comportamentos problemáticos são aparentemente estáveis e mais graves em termos evolutivos. São sujeitos caracterizados por não manifestarem empatia ou remorsos, pouco afeto e insensibilidade à punição, aparentemente devido a problemas neurocognitivos relacionados com uma disfunção na amígdala e na zona orbitofrontal.

---

<sup>3</sup> A designação em língua inglesa é “callous-unemotional traits” e advém dos trabalhos de Frick (1998; Frick & White, 2008). O termo “callous” (caloso) é utilizado correntemente na psiquiatria e refere-se à insensibilidade e/ou frieza emocional que caracteriza certas pessoas. Optamos pela tradução efetuada por Pechorro (2011), cuja tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa abordou diretamente esta temática.



# Capítulo 2

## Violência Sexual Juvenil

O domínio da violência sexual abrange um largo conjunto de atos sexualmente violentos que poderá incluir violações, abuso sexual, prostituição forçada e tráfico para exploração sexual (Cody, 2010). No âmbito da violência sexual cometida por jovens menores de idade os comportamentos mais comuns tendem a abranger as violações e os abusos sexuais de outros menores. Atendendo a este facto, e dado o propósito subjacente à investigação exposta nesta tese, centrar-nos-emos apenas nestes comportamentos sexuais.

### 2.1. CONCEPTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, os crimes sexuais cometidos por jovens têm vindo a ser crescentemente estudados, acumulando-se, até ao momento, um conjunto de conhecimentos importantes sobre fatores de risco e características genéricas do problema. Estes comportamentos sexualmente agressivos são reconhecidos como sendo uma das formas mais graves de concretização da violência nas sociedades ocidentais, suscitando facilmente nas pessoas uma resposta de repúdio, dada a violação brutal da intimidade das vítimas e as ações de dominação exercidas sobre as mesmas (Alvarez & Bachman, 2008). Por este motivo, diversas instituições internacionais (e.g. UE, ONU, OMS) têm vindo a reconhecer o impacto desta problemática, requerendo, não apenas uma intervenção profissional urgente e ajustada, mas também solicitando novas investigações no terreno.

Embora seja uma transgressão tipicamente associada a agressores adultos, nos últimos anos, alguns estudos evidenciaram que uma parte significativa dos abusos sexuais é cometida por jovens menores de 18 anos

(Barbaree & Marshall, 2006). Durante décadas subsistiu a convicção de que muitos destes comportamentos sexuais abusivos cometidos por menores de idade eram justificados pela fase desenvolvimental em que se encontravam, acabando por ser, amiúde, minimizados. Contudo, a partir do começo da década de 90 do século XX, em particular nos contextos norte-americano e canadiano, surgiu um crescente interesse pelo estudo das características destes jovens agressores por parte de diversos investigadores, profissionais e até pelo poder legislativo (Barbaree & Marshall, 2006). Esta atenção decorreu não só do crescente empenho profissional na reparação do dano provocado às vítimas e na imputação das responsabilidades dos crimes aos seus autores, como também do facto de alguns estudos começarem a apresentar resultados indicativos de que muitos dos agressores sexuais adultos tinham iniciado o seu comportamento agressor durante a adolescência (Abbey, Parkhill, BeShears, Clinton-Sherrod, & Zawacki, 2006).

Assim, de um modo geral, os investigadores têm centrado mais a sua atenção na população de agressores sexuais adultos, emergindo, nos últimos anos, um maior interesse pela análise das especificidades associadas aos delitos sexuais perpetrados no período da adolescência. Trata-se de um período desenvolvimental caracterizado por uma diversidade de aquisições, de comportamentos, de processos de autodefinição e de construção da ação no mundo e na relação com os outros, sendo também marcado pela exploração e pela curiosidade sexual e pela procura das primeiras relações de intimidade, o que leva a que os comportamentos sejam, nesta faixa etária, difíceis de classificar. Em algumas ocasiões, pode ser mesmo difícil definir o que é a atividade sexual normativa nesta faixa etária. Não obstante, o principal critério diferenciador dos atos sexuais abusivos nestas idades acaba por ser, à semelhança do que acontece com os adultos, o facto de um menor praticar um ato sexual com outra pessoa (de qualquer idade), sem o seu consentimento ou contra a sua vontade, de forma agressiva, manipuladora ou ameaçadora para as vítimas (Becker & Hicks, 2003). A Associação Internacional para o Tratamento de

Ofensores Sexuais (IATSO) define um jovem agressor sexual<sup>4</sup> como alguém com uma idade compreendida entre os 12 e os 18 anos que tenha sido oficialmente acusado de um crime sexual, e/ou tenha realizado um ato que poderia ser legalmente considerado um crime sexual e/ou tenha cometido alguma forma de abuso sexual ou comportamento sexualmente agressivo (Miner et al., 2006). Na legislação portuguesa, estes delitos são denominados crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (Mouraz-Lopes, 2008).

Como refere Rich (2003), os atos que poderão constituir um abuso sexual poderão passar, por um lado, por aquilo que a denominação inglesa designa por *Hands-on*, ou seja, copulação oral ou peniana, introdução digital ou de objetos na vagina ou ânus ou, então, pelos comportamentos qualificados por *Hands-off*, isto é, atos exibicionistas, voyeuristas ou frotteuristas. No entanto, a definição dos atos que constituem estes abusos não podem ser apenas de âmbito comportamental, tendo que se ter em consideração os relacionamentos, as dinâmicas e o impacto dos mesmos, porque muitos dos atos poderão não ser abusivos (Ryan, 2010)<sup>5</sup>. Neste sentido, segundo Ryan (2010), na avaliação do abuso sexual de crianças, quando os adultos abusam de uma criança, a diferença de idades e o comportamento são suficientes para definir o problema. Contudo, quando as interações sexuais envolvem dois jovens, os critérios de idade e de comportamento são geralmente inadequados, sendo necessário mais elementos avaliativos, em especial, quanto mais as idades entre ambos se estreitam e menos intrusivos ou agressivos se tornam os comportamentos.

Deste modo, vários autores (Calder, 2005; Rich, 2003; Ryan, 2010) afirmam que os fatores que definem a presença ou ausência de abuso sexual,

---

<sup>4</sup> Como já foi referido anteriormente, o termo “jovem/adolescente agressor sexual” é usado nesta investigação de modo a simplificar o entendimento do problema em análise. Do mesmo modo se usará o termo “jovem/adolescente agressor não sexual” para designar os que cometeram atos delinquentes de caráter não sexual.

<sup>5</sup> A este respeito, Ryan (2010) refere que uma violação pressupõe de imediato o uso da força, a falta de consentimento e, muitas vezes, a penetração. Em contraste, o assédio sexual não é definido pelo comportamento em si, mas sim pela percepção de uma abordagem não desejável (através de palavras ou comportamentos) que causa em alguém uma sensação de desconforto e de desconfiança. Assim, neste exemplo, como em muitos outros, mais típicos até do período desenvolvimental da adolescência, a intenção, motivação e/ou percepção poderá divergir e, por isso, a experiência e o impacto na eventual vítima não é semelhante.

bem como a natureza da interação e do relacionamento em causa é o *consentimento*, a *igualdade* e a *coerção*. No entendimento de Ryan (2012)<sup>6</sup>, por consentimento entende-se um acordo ou um acordo implícito, em que a pessoa que consente deverá possuir: 1) uma compreensão do que é proposto, 2) conhecimento dos padrões sociais daquilo que é proposto, 3) consciência dos potenciais riscos e consequências, 4) conhecimento das alternativas, 5) decisão voluntária, assumindo o princípio de que o acordo e o desacordo serão respeitados e, finalmente, 6) competências mentais. O fator da igualdade considera em todo o processo da interação sexual as diferenças de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo, bem como a passividade, assertividade, o poder e controlo e a autoridade. Os indicadores desenvolvimentais são importantes e relativamente fáceis de avaliar mas, estes últimos indicadores centrados na autoridade e no poder e controlo, são em geral descritos como fundamentais para clarificar a igualdade ou desigualdade da interação sexual, destacando-se aqui principalmente as diferenças de papel entre o eventual agressor e a vítima (e.g., irmão mais velho/irmão mais novo, tio(menor)/sobrinho(menor); vizinho (menor) responsável por guardar e cuidar da vítima). Esta autoridade poderá assim ser explícita (e.g., vizinho (menor) ficar responsável por guardar e cuidar da vítima) ou menos nítida/percecionada (e.g., irmão mais velho/irmão mais novo, ou uma situação em que a vítima se sinta psicologicamente inferior). Em relação à coerção, esta refere-se às pressões existentes que impedem a vítima de optar de livre vontade, podendo ser experienciada diretamente (e.g., uso da força ou manipulação para obter ato sexual), de forma percecionada (e.g., vulnerabilidade da vítima face a um agressor mais velho), motivada por ganhos secundários (e.g., obtenção de dinheiro ou favores) ou por perdas secundárias (e.g., perdas materiais ou, então, percecionadas, tais como perda de amor, amizade ou carinho, podendo estas ser manifestadas de modo explícito pelo agressor ou percecionadas de forma implícita pela vítima).

Em resumo, um abuso sexual é qualquer comportamento sexual que ocorre sem consentimento, sem igualdade e como resultado de uma coerção.

---

<sup>6</sup> Com base no relatório da *National Task Force on Juvenile Sexual Offending* (1993).

Para Rich (2003), ao aceitarmos esta descrição, podemos distinguir com mais facilidade entre comportamentos sexuais típicos de menores (por mais prejudiciais, problemáticos ou embaraçosos que sejam), comportamentos sexuais inapropriados e, claramente, comportamentos sexuais que são agressivos e tipificados como crime. Estes comportamentos têm sido observados em jovens entre os 12 e os 18 anos, mas alguns autores têm referido idades bastante inferiores (Johnson, 1988; Rothchild, 1996), o que tem alimentado várias controvérsias em torno da avaliação, intervenção e, em especial, da condenação judicial destes jovens.

## **2.2. CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS EM TORNO DA VIOLÊNCIA SEXUAL JUVENIL**

As principais polémicas sobre os comportamentos sexuais abusivos perpetrados por adolescentes têm tido maior eco no contexto norte-americano, embora acabem por envolver todos os comportamentos delinquentes. Segundo Ryan (2012), o aparente aumento da criminalidade juvenil que surgiu durante as décadas de 1980 e 1990 foi de tal modo alvo da atenção mediática, na maior parte das vezes sensacionalista, que se foi instalando a ideia, durante esse período, da existência de um grave problema de saúde pública nos EUA e de que nesse país se estariam a produzir delinquentes em massa e “novas vagas de jovens superpredadores” (p.12). Em resposta às pressões mediáticas, os diversos estados foram criando sucessivas legislações para apresentarem junto da opinião pública, uma abordagem do crime juvenil de enorme firmeza, implicando, desde essa altura, para alguns autores (Redding, 2008), um retrocesso do ponto de vista interventivo, ao passar-se de um processo de reabilitação juvenil para modelos de encarceramento semelhantes ao dos adultos. Alguns autores vão mais longe e afirmam que estas mudanças no sistema de intervenção com jovens foram, simplesmente, trágicas (Letourneau & Miner, 2005; Zimring, 2004), uma vez que num sistema judicial reabilitador há maior probabilidade de os jovens serem avaliados e sujeitos a intervenção no sentido de refletirem e assumirem a

responsabilidade dos seus atos e, também, de se trabalhar a tomada de perspectiva da vítima (Gibson & Vandiver, 2008).

Numa análise destes processos, em particular no que diz respeito aos crimes sexuais, Letourneau e Miner, (2005) afirmam que parecem subsistir na opinião pública três crenças que se têm vindo a fixar: 1) há uma epidemia de crimes juvenis, em especial de crimes sexuais juvenis, 2) os JAS têm mais em comum com os agressores adultos do que com outros delinquentes e, por último, 3) na ausência de intervenções intensivas os JAS têm elevada probabilidade de reincidir. Estas crenças têm tido efeitos práticos confusos e complexos. Isto porque nos EUA são cada vez mais frequentes os episódios em que se recorre à legislação penal de adultos para julgar jovens menores de idade que praticaram comportamentos sexuais inapropriados, em muitos casos entendíveis à luz de um processo desenvolvimental. Nas palavras de Kincaid (1998), neste contexto legal, quando um jovem de 18 anos é vítima de um furto é tratado como uma criança, mas quando um jovem de 14 anos comete um abuso sexual é entendido frequentemente como um adulto.

Alguns autores destacam a amplificação na deteção de crimes sexuais, responsabilizando, mais uma vez, os meios noticiosos, por potenciarem diariamente o “nascimento de um pânico moral” (Dicataldo, 2009, p. 1), através de cabeçalhos que influenciam a perceção do público em geral sobre os crimes sexuais juvenis, levando as pessoas a exigir respostas imediatas aos medos que começam a sentir e, assim, reivindicar o desenvolvimento de legislação que eventualmente previna os crimes de acontecerem. Tudo isto apesar de, desde há alguns anos, a nível mundial se assistir a um progressivo decréscimo dos crimes e da violência em geral (Pinker, 2011; Snyder & Sickmund, 2006) e da delinquência sexual em particular (Finkelhor, 2003). Todo este contexto mediático tem alterado os procedimentos legislativos e, atualmente, na maioria dos estados norte-americanos, um adolescente que de algum modo se veja envolvido num comportamento sexual inapropriado é legal e clinicamente, enquadrado num discurso patologizador de desvio (Dicataldo, 2009), sujeito a tratamento psiquiátrico e, na maior parte das vezes, colocado em estabelecimentos prisionais



e/ou sujeito a registo e notificação<sup>7</sup>. Em relação à obrigatoriedade do registo e notificação, apesar de já ter sido estabelecido que estes não têm qualquer efeito benéfico para o agressor e para a sociedade/estado (Caldwell & Dickinson, 2009), têm custos cada vez mais inoportáveis (Ryan, 2012) e, inclusivamente, têm efeitos contraproducentes em casos de comportamentos sexuais inapropriados de pouca gravidade (Trivits & Reppucci, 2002), eles mantêm-se até ao momento.

Este entendimento legislativo não parece evidenciar-se no contexto europeu (Bullens, & Van Wijk, 2004; Jones, 2010), apesar da difícil comparabilidade porque a idade de responsabilidade legal varia de país para país (e.g., 10 anos em Inglaterra; 18 anos na Bélgica). Há, também, claras variações culturais no entendimento desta problemática e no tipo de abordagem interventiva a realizar (Jones, 2010). Parece, porém, estar presente com maior estabilidade o entendimento de que, como referem Cauffman e Steinberg (2000), a imaturidade desenvolvimental dos adolescentes, incluindo a tendência para se focalizarem nos benefícios imediatos e de curto prazo das suas escolhas, poderá reduzir a probabilidade de perceberem ou anteciparem alguns riscos comportamentais. As críticas (Jones, 2010) centram-se, na maior parte das vezes, no facto de alguns países (e.g., Reino Unido) possuírem um controlo do risco de reincidência bastante rígido, mesmo que o ato sexual abusivo tenha surgido em idades mais baixas ou, então, no facto de muitas das avaliações e intervenções psicossociais serem baseadas nas (ou idênticas às) intervenções efetuadas em adultos. É notório que somente nos últimos dez anos os vários países europeus têm vindo a dedicar maior atenção à questão da violência sexual juvenil, tanto em termos de investigação e intervenção (e.g., Van Wijk, Vermeiren, Loeber, Hart-Kerkhoffs, Doreleijers, & Bullens, 2006), como ao nível político (Council of Europe, 2010).

---

<sup>7</sup> Em todos os 50 estados norte-americanos existe legislação específica que implica o registo e notificação dos agressores sexuais. A atual legislação de 38 destes estados norte-americanos obriga também um jovem agressor sexual, à semelhança de um adulto na mesma circunstância, a proceder ao registo da sua presença junto de um posto de polícia sempre que mude de residência e se desloque para uma nova zona residencial. A mesma legislação impõe que, logo após este registo, as autoridades policiais locais procedam à notificação da comunidade envolvente da presença do jovem agressor sexual nas imediações (Trivits & Reppucci, 2002). Inicialmente feita porta a porta (ou por panfletos nas caixas de correio), esta notificação é, desde há algum tempo, efetuada através da internet, sendo possível a qualquer cidadão consultar estas informações no site do posto policial mais próximo do seu domicílio. Para uma melhor noção do funcionamento deste sistema é possível consultar os mapas e o tipo de informações facultadas através do site <http://www.klaaskids.org/pg-legmeg.htm>. A esta lei, que entrou em vigor a partir de 1996, é muitas vezes dado no nome de "Megan's Law", em homenagem a uma criança que em 1994 foi vítima de violação e homicídio por parte de um vizinho adulto, tendo este crime impulsionado o surgimento da lei.

No entanto, as controvérsias em torno da violência sexual juvenil parecem estender-se ao campo profissional da psicologia e psiquiatria, uma vez que os efeitos mediáticos sobre a violência parecem evidenciar-se, também, em alguns investigadores e profissionais no terreno (Letourneau & Miner, 2005). Esta circunstância torna-se ainda mais relevante se atendermos ao facto, como salientam alguns autores (Caldwell & Dickinson, 2009; Dicataldo, 2009; Ryan, 2012), de na génese das controvérsias aqui expostas estarem relatos e procedimentos baseados na percepção do que se ouve e/ou lê em termos mediáticos e não nos resultados e conclusões das investigações. Letourneau e Miner (2005) referem que os efeitos indiretos das “crenças epidémicas” (p. 294), já referidas anteriormente, se manifestam no uso de certos termos nos títulos das publicações científicas, na insistência do uso nestes jovens de programas terapêuticos baseados na população adulta ou, principalmente, nas declarações públicas aos próprios meios de comunicação social sobre a necessidade de intervenção e de tratamento.

Também na esfera profissional, em particular no âmbito da psiquiatria, emergem críticas em relação à recente proposta de uma nova perturbação que será incluída no próximo DSM-V: Hebefilia (também designada de orientação sexual hebefílica). Esta nova perturbação mental pretende classificar a atração sexual por adolescentes como patológica, sendo exigida a diferença etária de pelo menos 5 anos entre as partes (Green, 2010). A principal crítica a este critério (e, implicitamente, à desnecessidade desta nova perturbação) prende-se com a suposta intenção de controlo social e comportamental por parte da APA, na medida em que, deste modo, tendo presente, por exemplo, um contexto europeu de grande variabilidade cultural (Green, 2010), e onde a idade legal de consentimento sexual é, na maioria dos países, aos 13 ou 14 anos, uma pessoa de 18 ou 19 anos não se poderá envolver consentidamente com outra de 14 anos, sob pena de lhe ser diagnosticada uma perturbação mental. Na resposta às críticas sobre a ultrapassagem de influências culturais na sexualidade e sobre o ignorar de precedentes históricos, a APA (Blanchard, 2010) respondeu que a definição do limite de 14 anos se centrava na idade média aritmética encontrada nos estudos sobre vítimas de abuso sexual, que os estudos indicam a existência

destas preferências sexuais em pedófilos e que com a consignação desta perturbação se pretendia facilitar as investigações. Estas respostas foram também contestadas (Green, 2010), reprovando-se a tentativa de definir uma perturbação mental<sup>8</sup> por reação a comportamentos eventualmente considerados crimes<sup>9</sup>, o esquecimento de todas as evidências provenientes da psicologia do desenvolvimento sobre a compreensão do desenvolvimento psicosexual do ser humano e, com isto, a descredibilização da psiquiatria neste campo.

### 2.3. COMPORTAMENTOS SEXUAIS NORMATIVOS E NÃO NORMATIVOS

Ainda que existam vários estudos sobre o desenvolvimento da sexualidade nos adolescentes, a maioria destes foca-se nas suas consequências (e.g., gravidez indesejada ou doenças sexualmente transmissíveis). Como refere Bancroft (2006), a ênfase das discussões é geralmente colocada na restrição e, sempre que possível, na eliminação dos comportamentos sexuais na adolescência. O tipo de comportamento sexual juvenil que é motivo de avaliação pelos profissionais clínicos e forenses encontra-se ao longo de um *continuum* que varia entre comportamento sexual típico e comportamento sexual inapropriado e, neste último sentido, mas num ponto ainda mais extremado, encontra-se o comportamento sexualmente agressivo. Para um melhor entendimento destes comportamentos sexuais é essencial que se compreendam os aspetos principais do desenvolvimento sexual normativo que ocorrem durante a infância e adolescência e que, por sua vez, preparam o organismo para uma sexualidade “legítima” na idade adulta (Bancroft, 2006). Sobre isto, o uso do critério da normatividade estatística (Holmes & Holmes, 2009) dos comportamentos sexuais, parece ser o preceito utilizado pela grande maioria dos autores.

---

<sup>8</sup> Esta crítica é salientada com o facto de já ter havido uma tentativa de sobreposição “ilegalidade/perturbação” aquando do diagnóstico de homossexualidade no DSM-II. Alguns autores (Moser, 2009; Green, 2010) referem que, a ser necessário classificar um comportamento sexual como perturbação, ela deverá ser unicamente “Disfunção Sexual”. A título de exemplo, referem que uma Perturbação Obsessivo-Compulsiva se poderá manifestar por comportamentos compulsivos de lavagem de mãos, mas que o diagnóstico não é de “perturbação de lavagem de mãos”, mas sim POC.

<sup>9</sup> Green (2010), a este respeito, refere que uma organização (ou jurisdição) não pode exprimir a sua insatisfação com determinada prática sexual fazendo dela um crime.

Importa salientar, antes de mais, que, na análise do desenvolvimento sexual típico no ser humano, a cultura desempenha um papel de enorme relevância no entendimento da normalidade dos comportamentos, na medida em que algumas práticas que são típicas de uma cultura não o são em outras, modificando-se, assim, os comportamentos sexuais em função dos contextos familiares, sociais e culturais. A maior ou menor permissividade ou restrição de uma cultura influencia o grau com que certos comportamentos sexuais são avaliados como normativos ou não normativos (Araji, 2004). Contudo, a importância de ter presente esta circunstância de forma cuidada, levou Murrie (2012) a afirmar que a avaliação dos comportamentos sexuais problemáticos por parte dos profissionais clínicos ou forenses por vezes erra porque são observadas práticas sexuais de um modo culturalmente rígido (não reconhecendo que, muitas vezes, o contexto cultural transforma os comportamentos em menos problemáticos do que aquilo que parecem) ou de uma forma culturalmente relativa (assumindo, de forma precipitada, que os comportamentos problemáticos são atribuídos a diferenças culturais, numa intenção de se ser culturalmente sensível). Em relação a esta questão cultural, Friedrich (2003) efetuou um estudo onde eram comparados os comportamentos sexuais normativos de crianças dos EUA, Holanda, Bélgica e Suécia. Através do uso do seu Inventário de Comportamentos Sexuais Infantis, o autor verificou que, em comparação com as norte-americanas, as crianças europeias (em especial as holandesas) apresentavam mais comportamentos sexuais (e.g., tocar nas partes sexuais em público, tocar nas partes sexuais de outra criança, referir que os seus bonecos estão a ter relações sexuais, demonstrar interesse no sexo oposto). Estas diferenças culturais eram explicadas pelo autor pelo facto de aparentemente existirem atitudes sexuais mais relaxadas nestas crianças mas, também, pelas atitudes e crenças sexuais menos problemáticas dos pais europeus (tendo sido estes que responderam ao autorrelato).

Um outro ponto prévio que interessa ressaltar no âmbito do estudo do desenvolvimento de comportamentos sexuais prende-se com a abordagem metodológica limitada de muitas das investigações realizadas. Ou seja, por exemplo, alguns dos estudos chegam a um conjunto de conclusões através da

análise retrospectiva das informações provenientes de uma bateria de autorrelatos (e.g., solicitando a adolescentes ou a adultos que evoquem experiências e comportamentos passados) e outras investigações baseiam-se nas informações transmitidas pelos pais das crianças (o que pelo efeito cultural, como vimos, pode ocasionar enviesamento). Assim, embora todas estas metodologias possuam vantagens técnicas interessantes, as desvantagens que lhes estão associadas chamam a atenção para a condicionalidade de alguns dos resultados.

#### **2.4. COMPORTAMENTOS SEXUAIS AO LONGO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

Numa análise dos comportamentos sexuais observados em crianças<sup>10</sup>, os estudos sugerem que, na idade pré-escolar, é comum existir estimulação genital em ambos os sexos (Araji, 2004; Murrie, 2012), sugerindo que estas práticas parecem estar associadas à sensação física reforçadora, presente desde muito cedo, que acompanha esta estimulação. Outros comportamentos sexuais tipicamente observados neste período desenvolvimental poderão passar pela permanência muito próxima das outras pessoas, pelo toque nos seios da sua mãe ou de outras mulheres, pela tentativa de olhar para outras pessoas quando estas se encontram nuas ou despidas (Bancroft, 2006; Johnson & Doonan, 2005). Segundo Bancroft (2006), o toque nos seus próprios genitais em público tende a desaparecer depois dos cinco anos de idade em virtude, julga-se, da maior (re)pressão parental para terminar com esse tipo de práticas, tornando-se estas progressivamente mais privadas. Alguns estudos começam a associar a violência física e comportamentos sexuais já desde este período etário. Estudos longitudinais têm demonstrado que as crianças tendem a aprender a inibir a agressão física até aos quatro anos de idade (Tremblay & Nagin, 2005) e aquelas que não o fazem até esta fase têm muito mais dificuldades em fazê-lo em idades posteriores (Broidy et al., 2003). Lussier e Healy (2010) verificaram numa amostra de 100 crianças em idade pré-escolar, rapazes e raparigas, que as que

---

<sup>10</sup> Murrie (2012) indica que estas manifestações são por vezes denominadas por “comportamentos genitais” para evitar associar a estas idades os mesmos motivos relacionados com a sexualidade em adultos. Johnson e Doonan (2005) referem que, nestes casos, a terminologia correta deveria ser “comportamentos relacionados com sexo e com sexualidade”.

apresentavam mais dificuldades de inibição da agressão eram aquelas que, também, demonstravam maior dificuldade na inibição de comportamentos sexuais nessa fase e em fases posteriores. Segundo Murrie (2012), outro tipo de práticas mais explícitas (e.g., simular atos sexuais, simular sons sexuais ou estimulação genital com objetos) são extremamente raras e, a existirem, podem indicar que a criança testemunhou comportamentos sexuais em adultos ou que experienciou abuso sexual.

Desde um pouco antes do período da pré-adolescência<sup>11</sup>, gradualmente, tende a aumentar a curiosidade sobre a sexualidade dos adultos, apresentando um maior interesse na visualização de fotografias de pessoas nuas ou despidas, tentativas mais frequentes de observar nudez na televisão ou falar/questionar os pais sobre os atos sexuais (Bancroft, 2006). Nesta fase os comportamentos sexuais são demonstrados de forma mais discreta (em comparação com os anos anteriores), respeitando as normas sociais do contexto em que se está inserido, podendo manifestar inicialmente algum contacto sexual ou exposição genital com os seus pares através de jogos (e.g., “brincar aos médicos” ou “ao pai e mãe”) até, já mais tarde, começar a existir exploração de comportamentos masturbatórios. Para Araji (2004), as manifestações que poderão ser consideradas preocupantes neste período etário, ou seja, que podem indiciar a “transposição da linha da normatividade” (p.16), dizem respeito à intensidade dos comportamentos sexuais, por exemplo, preocupação frequente e repetida envolvendo esta temática, presença de contactos sexualizados persistentemente e consistentemente com várias pessoas ou, então, observar-se a associação entre manifestações sexuais com comportamentos agressivos e/ou coercivos. Em suma, a normatividade dos comportamentos sexuais nesta fase etária é posta em causa a partir do momento em que a curiosidade e exploração deixam de estar presentes.

Com as mudanças no organismo humano (e.g., físico, emocional e cognitivo) surge a mudança para a fase de adolescência. Cognitivamente, os

---

<sup>11</sup> O critério biológico usado geralmente pelas investigações para separar a fase pré-adolescente da fase adolescente é através dos marcadores de mudanças físicas (e.g. menstruação ou resposta ejaculatória), podendo, em termos práticos, considerar-se a idade em torno dos 12 anos (Araji. 2004), estando a fase pré-adolescente entre os 8 e os 12 anos.

guiões específicos sobre o comportamento masculino ou feminino que se encontravam em desenvolvimento têm agora uma componente sexual definida e as respostas sexuais começam a influenciar as novas relações, emergindo a distinção entre relacionamentos sexuais e não sexuais (Bancroft, 2006; Tolman & McClelland, 2011). Neste período, assim, os comportamentos sexuais podem tornar-se mais nítidos, aumentando a possibilidade de um adolescente se envolver em contactos sexuais com outros, ainda que a natureza, frequência e a extensão destes contactos varie consideravelmente entre os adolescentes (Murrie, 2012). A este propósito, alguns autores (Halpern-Felsher, Cornell, Kropp, & Tschann, 2005), têm verificado um aumento gradual, desde há alguns anos, das práticas de sexo oral em detrimento do sexo vaginal, aparentemente justificado pela perceção dos jovens da existência de menores riscos que na penetração<sup>12</sup>. Estes autores sublinham também que, atualmente, o sexo anal, embora não seja raro, tende a ser menos comum que o sexo oral.

Contudo, um aspeto que é afirmado em vários estudos (Halpern-Felsher et al., 2005; Johnson & Doonan, 2005; Murrie, 2012; Ryan, 2010) é o facto de as investigações consistentemente concluírem que a atividade sexual dos adolescentes não deve ser sobrestimada e que, ainda que haja alguns adolescentes que mantêm relações sexuais com múltiplos parceiros, a promiscuidade é a exceção e não a regra. Murrie (2012) comenta que, ao contrário do que intuitivamente se poderia pensar, em função das normas sociais norte-americanas sobre a sexualidade e dos efeitos das novas tecnologias que aparentemente facilitam os encontros sexuais, a média da idade de início das relações sexuais naquele país tem vindo a aumentar ligeiramente desde há pelo menos 15 anos. Embora estas estatísticas não alterem substancialmente a normalidade percebida dos comportamentos sexuais, o autor sublinha que os próprios profissionais clínicos e forenses não devem assumir que as normas por eles observadas quando eram adolescentes, ou até as normas que aprenderam

---

<sup>12</sup> Recentemente, no contexto português, alguns profissionais de saúde (IPO, 2012) têm alertado publicamente para o aparente aumento desta prática sexual nos adolescentes e jovens adultos portugueses. A razão das preocupações médicas prendem-se com as consequências negativas da realização desta prática sexual sem a devida proteção, uma vez que pode existir transmissão do vírus do papiloma humano que tem efeitos mais graves quando se encontra em contacto com a mucosa oral potenciando, assim, o risco de ocorrência de cancro oral.

enquanto estudantes, refletem a sexualidade normativa desses dias, sendo necessário uma reatualização e revisão constante dos dados estatísticos. Muitos dos autores (Murrie, 2012; Ryan, 2010) afirmam que um dos exemplos mais evidentes se prende com as mudanças biológicas sexuais (e.g. pêlos púbicos, desenvolvimento de seios), na medida em que a idade média do início da puberdade tem vindo a mudar pelo menos nos últimos 100 anos, sendo de 17 anos em 1840 (Ryan, 2010), 15 anos em 1900, 13 anos em 1950 e, atualmente ronda os 11 anos para as raparigas e um pouco mais para os rapazes (Bancroft, 2006; Murrie, 2012; Ryan, 2010). Existem algumas explicações para este decréscimo, quase todas de carácter biológico, mas uma delas parece ter vindo a recolher mais suporte (Sangavi, 2006), afirmando-se que a razão desta descida tem relação com a cada vez maior exposição a estrogénio artificial no meio ambiente, reconhecível em materiais plásticos ou derivados (e.g. com os quais as crianças têm contacto direto ou indireto desde o nascimento), ou, então, de outras toxinas libertadas no meio ambiente.

Para além dos fatores biológicos, o contexto familiar e o grupo de pares/cultura juvenil parecem ter uma influência fundamental nos comportamentos sexuais e na experienciação de afeto e intimidade na adolescência, tendo a família uma preponderância maior no período pré-adolescente e o grupo de pares durante a adolescência. No que diz respeito à influência da família, podemos observar de que modo a sua interferência se efetua num estudo de Finkelhor (1978, citado em Ryan, 2010) que categorizou as famílias em sexualmente positivas, sexualmente negativas, hipersexualizadas e hipossexualizadas. De acordo com este autor, a sexualidade familiar é composta por três dimensões: 1) a atitude familiar em relação à sexualidade (cultura familiar), 2) a intimidade presente das relações familiares e 3) privacidade, ou o respeito familiar pelos papéis e fronteiras pessoais de cada um dos membros. Nas famílias sexualmente positivas a criança/adolescente recebe, ao longo do seu desenvolvimento, informações corretas sobre as questões de sexualidade, são transmitidas atitudes positivas sobre o seu corpo, a privacidade é promovida (distinguindo-se claramente os limites e papéis sexuais entre adultos e filhos) e há demonstração de afeto físico. Já nas famílias sexualmente negativas as



discussões sobre sexo e sexualidade tendem a ser suscitadas ou comentadas com ansiedade e com tabus. Nas famílias hipersexualizadas os membros da família usam-se frequentemente uns aos outros como objetos no seu quotidiano, procurando cada membro testar a/o seu poder de atração e de adequação nos outros, havendo fronteiras familiares pouco definidas e pouca distinção entre sexualidade dos adultos e sexualidade dos menores. Por último, nas famílias hiposexualizadas parece haver um claro desencorajamento da discussão e da manifestação de comportamentos sexualizados dentro do contexto familiar. Após vários estudos sobre esta influência da história familiar na sexualidade, Constantine e Martinsons (1981, citado em Ryan, 2010) afirmam que, geralmente, os resultados negativos no âmbito da sexualidade em crianças e adolescentes estão associados a ignorância sobre a sexualidade, a atitudes negativas em relação ao sexo, a situações tensas/ansiosas, com a força, brutalidade ou coerção ou, inclusivamente, a história de reações pouco apoiantes, pouco comunicativas e rigidamente ajuizadoras por parte dos adultos.

Já em relação à influência do grupo de pares na sexualidade, alguns autores (Murrie, 2012; Ryan, 2010) inserem-na na fase desenvolvimental de cisão com muitas das normas e valores parentais. Esta ascendência dos pares parece ser ampliada pela cultura juvenil que envolve o jovem, baseada em grande parte, atualmente, pela emergência das novas tecnologias (e.g., televisão, música, redes sociais), concretamente nas mensagens transmitidas pelos media e partilhadas pelos adolescentes, desfazendo muitas vezes as fronteiras geográficas e culturais (Murrie, 2012). Deste modo, e como sublinha Bancroft (2006), neste período desenvolvimental, a par do consumo de drogas e de outros comportamentos que preocupam os progenitores, o sexo é muitas vezes um veículo, eventualmente problemático, de afirmação e testagem da autonomia e independência.

Em alguns adolescentes, as investigações indicam que o comportamento sexual poderá fazer parte de um padrão comportamental externalizador (Seto & Lalumière, 2006). Dos diversos padrões desadaptativos que podem surgir neste âmbito, Bancroft (2006) destaca o relacionamento entre humor negativo e sexualidade como sendo o mais preocupante. Segundo o investigador, embora ao

humor negativo (e.g., ansiedade ou depressão) esteja associado o declínio na resposta sexual, vários estudos sugerem que em alguns sujeitos, tipicamente, há um aumento do interesse sexual quando se encontram nestes estados de humor negativos, sendo este padrão de comportamento preditor de comportamentos sexuais de alto risco (Bancroft, Janssen, Carnes, Strong, Goodrich, & Long, 2004). Trata-se, também, de um padrão de funcionamento encontrado em JAS (Rich, 2009). A razão do surgimento deste padrão em alguns sujeitos é até ao momento desconhecida, especulando-se que surja na transição da infância para a pré-puberdade onde, através de sucessivos emparelhamentos, se vão associando os efeitos decorrentes da ativação (arousal) do humor negativo (e.g., ansiedade) com a ativação (arousal) da resposta a estímulos sexuais (Bancroft, 2006), podendo as experiências de abuso sexual reforçar (ou mediar?/moderar?) esta ligação.

## **2.5. TEORIAS EXPLICATIVAS DAS AGRESSÕES SEXUAIS JUVENIS**

As abordagens não desenvolvimentais foram as primeiras a ensaiar a explicação da etiologia dos comportamentos sexualmente violentos, procurando esclarecer as diferenças individuais entre os sujeitos associadas à probabilidade de cometer esses atos. As explicações destas teorias baseavam-se assim na descrição de traços individuais (e.g., psicopatia, atitudes machistas, distorções cognitivas, interesses sexuais desviantes, entre outros), normalmente estáveis ao longo do tempo, e considerados responsáveis pelo início e manutenção do risco de violência sexual (Lussier & Healey, 2010). A principal crítica a estas teorias prende-se com a incapacidade de explicar como é que estes traços se desenvolvem. Os trabalhos de Loeber e LeBlanc (1990; LeBlanc & Loeber, 1998) relativamente à perspetiva criminológica desenvolvimental, deram um impulso significativo na compreensão do comportamento antissocial, da infância à idade adulta, beneficiando, entretanto, de um conjunto de investigações longitudinais marcantes (e.g., Loeber et al., 2008; Moffit, 1993). Esta abordagem teórica foca-se na compreensão das mudanças entre os indivíduos e dentro dos indivíduos, considerando os vários estádios desenvolvimentais e transições de vida (e.g.,

nascimento, entrada na escola) (Lussier & Healey, 2010). Como referem estes investigadores, enquanto os modelos tradicionais da violência sexual se preocupam com um conjunto específico de fatores, os modelos desenvolvimentais salientam a acumulação de fatores de risco.

No que diz respeito às explicações etiológicas das agressões sexuais perpetradas por menores de idade, as perspetivas teóricas multifatoriais têm vindo a ser crescentemente utilizadas nesta população adolescente. Uma das razões é o facto de estas perspetivas teóricas serem desenvolvimentistas, destacando, por exemplo, os efeitos da vinculação ou de experiências precoces adversas (Seto & Lalumière, 2010). Uma das teorias iniciais foi a de Marshall e Barbaree (1990), os quais sugerem que experiências problemáticas no início da vida, em particular o abuso infantil e a negligência, poderiam desencadear um conjunto de problemas ao nível do controlo inibitório (competências de autorregulação) de comportamentos tendencialmente agressivos ou de motivação sexual. Estes problemas iniciais tinham também efeitos prejudiciais na vinculação do jovem e nas suas competências sociais. As dificuldades interpessoais poderão impedir relacionamentos positivos com o grupo de pares e, assim, aumentar a possibilidade de o jovem se envolver em contactos sexuais coercivos com pares, adultos ou crianças mais novas. Os problemas poderão ser mais evidentes durante a adolescência, dados os comportamentos de exploração e descoberta sexual que tendem a ocorrer neste período desenvolvimental, embora, neste caso, de um modo negativo. Tais contactos sexualmente coercivos poderão, posteriormente, tornar-se condicionados, por um lado, pela recompensa da gratificação sexual e, por outro lado, pelo impacto da ativação sexual e do orgasmo ao nível do humor negativo (Bancroft, 2006; Stinson, Sales & Becker, 2008), de ambas as formas inicialmente através das agressões sexuais e, mais tarde, através da masturbação com fantasias acerca dessas agressões (Seto & Lalumière, 2010).

Mais recentemente, Ward e Beech (2006) apresentaram uma perspetiva teórica integradora de vários fatores do macrosistema (e.g., fatores socioculturais) e fatores individuais (e.g., predisposições genéticas, experiências de abuso ao longo do desenvolvimento, distorções cognitivas, problemas emocionais ou

interesses sexuais). Estes autores sugerem que os problemas clínicos (e.g., competências interpessoais, atitudes e crenças que suportam comportamentos agressivos, problemas sexuais) emergem da interação entre défices neuropsicológicos e certos desencadeantes ambientais em contextos socioculturais específicos. Neste sentido, a título exemplificativo, referem que eventuais problemas emocionais resultantes de défices na motivação ou impulsividade surgem de défices nas funções executivas (Ward & Beech, 2006).

Como salientam Seto e Lalumière (2010), estes problemas emocionais encontram-se ligados às agressões sexuais quando os indivíduos utilizam o sexo como forma de lidar com os seus estados emocionais negativos (e.g., através da masturbação ou de fantasias sexuais). Como desencadeantes, poder-se-ão incluir eventos sentidos como stressantes, como, por exemplo, conflitos relacionais. As dificuldades sociais são encaradas como sendo o resultado de problemas de vinculação e, os problemas sexuais, são o produto desses problemas, bem como das dificuldades na regulação emocional e atitudes e crenças legitimadoras de agressões. Estas cognições parecem estar presentes desde cedo na vida do jovem, sustentando esquemas cognitivos para a perceção e integração de informação subsequente sobre mulheres, crianças ou sexo (Seto & Lalumière, 2010). Acredita-se, assim, que a presença de distorções cognitivas poderá aumentar o risco de agressão sexual porque estas poderão inibir a resistência do sujeito em se envolver neste comportamento agressivo, por exemplo, através da minimização do significado ou do dano do comportamento na vítima ou na redução da própria culpabilidade do agressor (Hunter, 2012).

## **2.6. PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL JUVENIL NO CONTEXTO PORTUGUÊS**

Em Portugal, como verificou um estudo recente (Barroso, Leite, Manita & Nobre, 2011), as estatísticas oficiais (Direção-Geral de Políticas de Justiça, 2010) demonstram uma tendência para o aumento das denúncias e das condenações por abuso sexual, em especial a partir de 2002. Segundo os autores, a tendência evolutiva a partir desta data é explicada, pelo menos parcialmente, pelo surgimento do processo judicial que envolveu a “Casa Pia” e que motivou, nos

anos seguintes, alterações significativas nas práticas profissionais de diferentes agências governamentais (e.g., agentes policiais, serviços da Segurança Social ou de Justiça) e uma reação mais rápida das mais diversas instituições (e.g., Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Escolas ou Tribunais). As mudanças ocorridas parecem ter promovido, também, neste âmbito, uma melhor formação técnica dos profissionais envolvidos e, muito provavelmente, uma redução do estigma que, muitas vezes, é associado a estes crimes. Em conjunto, estes fatores parecem ter levado à criação de condições mais favoráveis às denúncias e à prossecução judicial destes processos.

Vários estudos estimam que cerca de 20% de todas as agressões sexuais e de 20 a 50% dos casos de abuso sexual com crianças e adolescentes serão cometidos por menores (Barbaree & Marshall, 2006). Ao atender a estatísticas norte-americanas, Rich (2009) refere igualmente que, até serem formalmente detetadas, ocorrem, em média, sete (7) agressões sexuais anteriores não sinalizadas. Em Portugal, no que diz respeito à perpetração de delitos sexuais por menores de idade, e após uma análise exaustiva das estatísticas oficiais governamentais (DGPJ, 2010), pode ser visualizado, no Gráfico 1, o número total de condenações pelos crimes sexuais de violação (art. 164º do Código Penal) e de abuso sexual de crianças (art. 171º do Código Penal) cometidos entre 2004 e 2010. No Gráfico 2, confira-se a prevalência destes delitos na totalidade dos crimes cometidos no contexto português. Sublinhe-se que os dados aqui expostos dizem respeito unicamente às condenações pelos tribunais, deixando de fora todas as ocorrências que fazem parte das cifras negras e que nunca chegam a ser formalmente identificadas ou que, sendo-o, não chegam a ser julgadas ou não conduzem a condenações em fase de julgamento.

É perceptível a progressiva subida das condenações nos últimos seis anos em relação ao abuso sexual de crianças por outros menores, registando-se 13 condenações em 2005, 22 em 2008, 24 em 2009 e 31 durante o ano de 2010. No que diz respeito aos crimes de violação, parece manter-se estável o número de condenações ao longo dos últimos quatro anos, variando entre 15 sentenciados em 2007, e 16 em 2010.

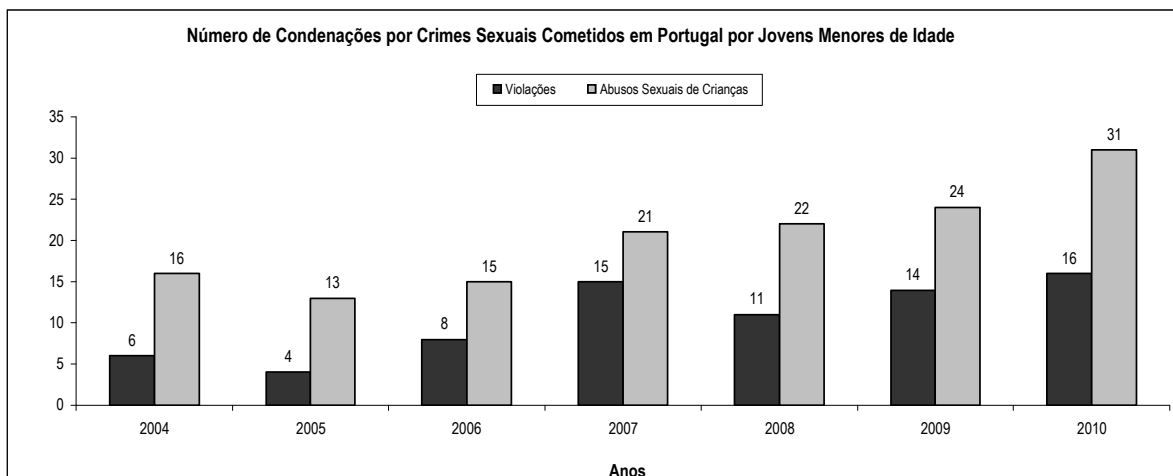


Gráfico 1 - Número total de condenações pelos crimes sexuais de violação e de abuso sexual de crianças cometidos por jovens menores de idade entre 2004 e 2010 (Fonte: Direção-Geral de Políticas de Justiça, 2010).

Quando se observa a globalidade dos crimes sexuais e a proporção destas agressões cometidas por jovens (ver Gráfico 2), verifica-se que 25% de todas as violações sentenciadas por tribunais portugueses (56), no ano de 2009, foram perpetradas por jovens com menos de 18 anos de idade e, no ano 2010, foi estabelecida a responsabilidade destes menores em 21% destes crimes (74 violações, na totalidade). Com exceção do ano 2008, em que ocorreu uma percentagem mais reduzida de delitos sexuais cometidos por jovens agressores, nos últimos anos surgem valores proporcionais bastante elevados (19% em 2006 e 23% em 2007). Verifica-se que esta prevalência se encontra tendencialmente em linha com os resultados obtidos em outros países (Barbaree & Marshall, 2006; Langstrom & Lindblad, 2000). Já no que aos crimes de abuso sexual de crianças diz respeito, constata-se que os valores obtidos estão um pouco abaixo das estatísticas referenciadas em outros países. O ano de 2010 foi o que apresentou uma maior proporção (13%), ligeiramente superior aos anos anteriores (11% em 2007, 2008 e 2009).

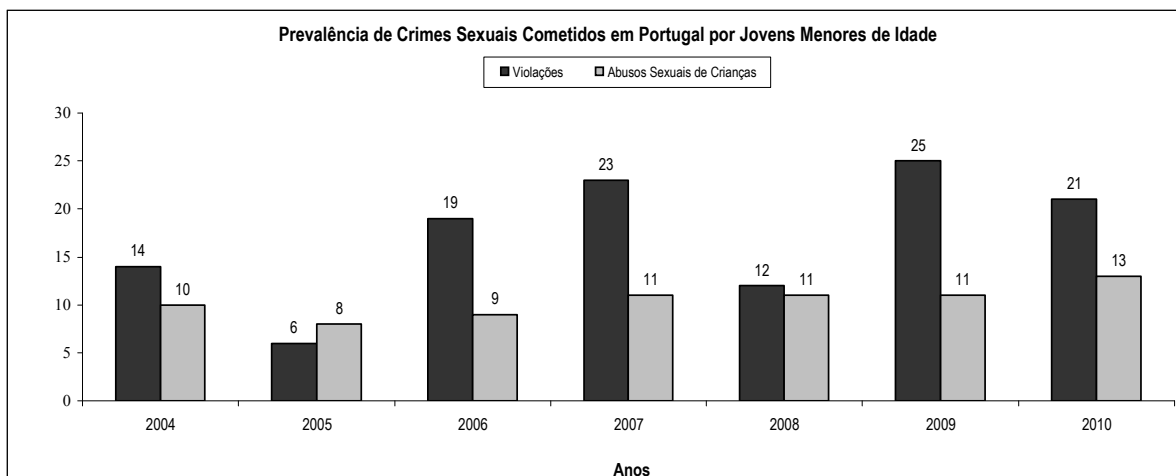


Gráfico 2 – Prevalência dos crimes sexuais de violação e de abuso sexual de crianças cometidos por jovens menores de idade entre 2004 e 2010 (Fonte: Direção-Geral de Políticas de Justiça, 2010).

Todavia, é de notar que nos estamos a basear em estatísticas oficiais que tendem a não englobar todos os crimes, por estes nem sempre serem reportados às autoridades, e que, desta forma, apresentam margens de erro elevadas. O registo oficial de crimes cometidos nem sempre parece incluir todos os casos de condenação existentes. A este propósito, salientamos que no Estudo 1 desta investigação, baseado na recolha de amostras de JAS no contexto português por parte do investigador, iremos observar um número de condenados por crimes sexuais superior ao daqueles que são reportados nos dados oficiais.





# Capítulo 3

## Jovens Agressores Sexuais

### 3.1. DIFERENCIAÇÃO ENTRE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS E NÃO SEXUAIS

Uma das questões que se coloca frequentemente é a de saber se os perfis dos agressores sexuais menores de idade são diferentes dos de outros agressores adolescentes, ou seja, por outras palavras, se os JAS são um tipo específico de agressores cujo comportamento necessita de uma explicação distinta. Um conjunto importante de autores (Farrington, 2007; Lussier, LeBlanc, & Proulx, 2005; Lussier & Healy, 2010; Ronis & Borduin, 2007) sugere que as características psicológicas apresentadas por estes jovens agressores não são diferenciáveis, sendo explicadas como mais uma manifestação de tendências antissociais gerais. Lussier, LeBlanc, e Proulx (2005) acrescentam, inclusive, que a violência sexual é um dos pontos culminantes do desenvolvimento de comportamentos antissociais. Outros investigadores (Epps & Fisher, 2004), também a este respeito, afirmam que o comportamento sexualmente agressivo dos adolescentes tem mais em comum com outros comportamentos coercivos, como o bullying, do que com a gratificação sexual.

Contudo, os resultados mais recentes de algumas investigações e meta-análises apontam para a existência de diferenças significativas entre JAS e jovens agressores não-sexuais, pelo menos em algumas variáveis. Por exemplo, uma meta-análise, com 59 estudos, efetuada por Seto e Lalumière (2010), envolvendo 3855 JAS e 13393 adolescentes não agressores sexuais, não suportou o pressuposto de que as agressões sexuais são apenas uma simples manifestação de tendências antissociais genéricas. Os resultados observaram que o grupo de agressores sexuais apresenta mais história de abuso sexual, abuso físico e negligência, mais exposição a violência sexual, mais isolamento social, maior

exposição precoce a sexo e pornografia, manifestam mais interesses sexuais atípicos e tendem a apresentar mais ansiedade e mais baixa autoestima. Para estes autores, estas variáveis poderão ser o que diferencia os JAS dos restantes jovens agressores, partilhando, no entanto, muitos dos fatores de risco para a delinquência e que distinguem jovens delinquentes e não delinquentes. É relevante nesta análise o facto de se saber que existe uma grande heterogeneidade de JAS (Becker, 1998; Butler & Seto, 2002), tornando ainda mais difícil o estabelecimento das diferenças entre agressores. Neste sentido, os autores chamam a atenção para a necessidade de estudar com mais detalhe as diferenças entre JAS de crianças e JAS de pares/adultos.

Marshall e Barbaree (1990) referem que os JAS tenderão a diferenciar-se de outros jovens agressores nas avaliações relativas ao abuso infantil ou negligência, apresentando maior défice de competências sociais, mais problemas de autorregulação e maior ativação sexual em relação a crianças ou à prática de sexo coercivo. Em relação ao abuso infantil, Barbaree, Marshall, e McCormick (1998) afirmam que uma das características dos JAS é descenderem de famílias abusivas onde o controlo parental do comportamento dos outros membros da família é muitas vezes efetuado e mantido através da coerção, intimidação e violência física. Deste modo, estas crianças poderão não ter a oportunidade de adquirir competências de relacionamento interpessoal e íntimo, desenvolvendo, antes, um padrão relacional baseado em comportamentos agressivos inapropriados, reforçados e modelados pelos pais (Towe-Goodman, Stifter, Coccia, & Cox, 2011). Este padrão desadaptativo ao nível relacional parece estar presente em jovens agressores e, aparentemente, com maior frequência em JAS (O'Reilly & Carr, 2004), evidenciando-se maior ocorrência de abuso físico (Ryan, 2010).

Também a vitimação sexual em criança tem grande relevância etiológica (sendo denominada em muitos estudos por "*hipótese abusador-abusado*"), considerando-se que os sujeitos que foram vítimas de abuso sexual têm maior probabilidade em se envolverem em agressões sexuais (Barbaree & Langton, 2006; Burton, 2008; Wijk et al., 2006), tendo a teoria da aprendizagem social e o condicionamento clássico aqui um papel importante (Burton & Meezan, 2005). O

mecanismo que associa o abuso sexual a agressões sexuais posteriores é desconhecido, variando as opiniões dos autores. Os resultados de uma investigação de Hunter, Figueredo e Malamuth (2010) sobre os efeitos, desde antes dos 13 anos, do abuso físico e sexual e da exposição à violência e à pornografia, em 256 JAS, revelaram que a história de vitimação por um agressor do sexo masculino estava relacionado com os interesses sexuais pedófilos dos adolescentes agressores, sendo também mais provável que este agrida uma vítima do sexo masculino. No entanto, sobre isto, outras investigações acrescentam que o fator determinante se prende com a severidade do abuso, isto é, quanto mais intrusivo (e.g. tocar vs penetração) for o abuso, maior a probabilidade de no futuro existir repetição dessa prática em outros (Knight, 2004).

Os dados sobre a frequência com que a repetição abusiva ocorre são, porém, muitas vezes postos em causa nas investigações. Worling (1995), por exemplo, sugeriu que muitos dos valores percentuais encontrados estão subestimados, uma vez que as investigações sobre esta temática tendem a recolher dados em fases iniciais do relacionamento com os sujeitos. Este investigador reviu um conjunto de estudos e verificou que, dos 1268 JAS da sua amostra, em média, 31% referiu alguma forma de abuso sexual. Porém, os valores percentuais tinham variações enormes entre os estudos (entre 19% e 55%), argumentando que os valores sobre a ocorrência do abuso sexual tendem a alterar-se em função do momento em que é questionado ao sujeito. Ou seja, nos estudos em que a questão do abuso sexual era colocada antes de um tratamento a percentagem média de abusados encontrados era de 22% e, em outros estudos, quando a questão era colocada após algum tempo de tratamento, esta média percentual de sujeitos abusados sexualmente subia para os 52%. A explicação indicada reside no facto de muitos sujeitos apenas divulgarem este dado ao terapeuta/investigador depois de estabelecida uma relação de confiança. Um outro olhar para estes resultados (Barbaree & Langton, 2006) indica-nos que, pelo menos alguns sujeitos, tendem a revelar no início terem sido abusados de modo a, provavelmente, diminuir a responsabilidade dos seus próprios abusos

sexuais, sendo isto mais evidente em abusadores sexuais de crianças do que em abusadores sexuais de pares/adultos.

A discussão em torno dos efeitos do abuso sexual teve alguns avanços recentemente com o surgimento de análises estatísticas mais robustas. Num estudo meta-analítico de Mallie, Viljoen, Mordell, Spice e Roesch (2011), com 1542 JAS (englobando 11 estudos), observou-se, por um lado, que o abuso físico não estava relacionado com abuso sexual e que, por outro lado, os sujeitos terem história de abuso sexual na suas vidas era preditor de agressão sexual mas, e o mais importante, a dimensão do efeito estatístico era reduzida, ou seja, a probabilidade existe mas é muito pequena. Estes dados sugerem a existência de outros fatores explicativos em todo este processo (existência de mediadores ou moderadores), afirmando os autores que o abuso sexual deverá começar a ser entendido como um marcador de risco e não um fator de risco per si.

Uma outra dimensão psicológica que é salientada por alguns autores como diferenciando JAS de outros agressores é a vinculação. A associação estatística entre vinculação insegura ou desorganizada e agressão é observada desde há vários anos nas investigações (Kobak, Zajac, & Smith, 2009; Smallbone, 2005; 2006), julgando-se que a dimensão do efeito estatístico é mais forte quando o problema de vinculação se relaciona mais com a mãe do que com o pai (Hoeve et al., 2012). As experiências precoces de vinculação são tidas como fundamentais na maior ou menor vulnerabilidade a circunstâncias de vida hostis, permitindo uma resiliência eficaz ao longo do desenvolvimento e o estabelecimento de relações próximas com os outros, com as organizações comunitárias (e.g., escola) e a aceitação a normas e valores pró-sociais (Rich, 2009). Hummel, Thomke, Oldenurger e Specht (2000) referem que a perda (de algum) dos progenitores e a ténue vinculação aos cuidadores poderá tornar mais suscetível a criança de ser abusada, contribuindo para um ciclo de futura perpetração se surgir a oportunidade. Como foi já referido, alguns estudos têm indicado que os JAS tendem a descender de contextos familiares violentos (Bender, 2010) e de grande instabilidade, o que compromete seriamente a vinculação entre estes e os pais (Rich, 2009). Segundo Burk e Burkhart (2003) nos JAS existem mais problemas de vinculação do que nos outros agressores,

embora esta não seja a causa direta para a perpetração do comportamento sexualmente agressivo, mas sim, indiretamente, através dos défices autorregulatórios (cujos problemas de vinculação não permitiram um bom desenvolvimento), da redução da capacidade empática e das dificuldades de processamento emocional. Contudo, os resultados de meta-análises recentes (Seto & Lalumière, 2010) não revelaram diferenças significativas entre os jovens agressores.

As competências sociais são mais uma matéria que é alvo de atenção dos estudos comparativos entre jovens agressores. Algumas das teorias explicativas dos comportamentos sexualmente abusivos sugerem que os jovens menores de idade abusam de crianças mais novas ou coagem sexualmente adultos ou pares, porque não possuem competências sociais que lhes permitam cumprir as suas necessidades sexuais e emocionais em relações consentidas e apropriadas à idade (Marshall & Barbaree, 1990; Ward & Siegert, 2002). Estas competências sociais, adquiridas geralmente desde os primeiros anos de vida e aperfeiçoadas ao longo do tempo (Miner & Munns, 2005) e que permitem a conversação e descodificação afetiva nas interações, parecem evidenciar-se menos nestes jovens (Boyd, Hagan, & Cho, 2000). Também em relação à manifestação de empatia têm sido encontradas diferenças entre adolescentes agressores e JAS (Varker, Devilly, Ward, & Beech, 2008). Farr, Brown e Beckett (2004) observaram que, mais do que possuírem problemas empáticos em geral, os JAS parecem demonstrar limitações empáticas focalizadas que, quando combinadas com as suas crenças de possuírem um sentido de masculinidade negativo, estão associadas ao comportamento sexualmente abusivo. Através de uma amostra de 55 JN-A e 221 JAS, Whittaker, Brown, Beckett, e Gerhold (2006) procuraram estudar a relação entre conhecimentos sobre sexualidade e empatia. Estes investigadores observaram que, em comparação com os não agressores, os JAS tendiam a apresentar menos conhecimentos sobre sexualidade e menos competências empáticas. Noutras investigações, quando comparados com JAN-S, os agressores sexuais tendem também a apresentar menos preocupações empáticas (Lindsey, Carlozzi, & Eells, 2001). Estas características podem ser alvo de atenção nas intervenções, tendo Hunter et al. (2007) verificado que os JAS

com boa vinculação parental e que possuíam história de experiências positivas com os seus pais tinham maior probabilidade em desenvolver empatia pelos outros.

Em certas explicações teóricas surge a reflexão de que os JAS diferem de outros adolescentes num conjunto de aspetos relacionados com o seu desenvolvimento sexual (Knight & Sims-Knight, 2003; Seto & Lalumière, 2010). Vários estudos têm indicado que a ativação sexual é o principal motivador do comportamento sexual (van Ousem, 2007), cujo desenvolvimento e adequação se vai consolidando ao longo da maturação psicosssexual. A existência de problemas neste processo de maturação tem levado os investigadores a afirmar que os JAS diferem dos não abusadores ao apresentarem comportamentos sexuais mais precoces, ao entenderem com frequência o sexo como meio de lidar com o stress ou outros problemas do quotidiano (Marshall & Marshall, 2000) e tendem a ser mais expostos precoce e frequentemente a sexo e pornografia (Lussier, Proulx, & LeBlanc, 2005; Ybarra, Mitchell, Hamburger, Diener-West & Leaf, 2011).

O mesmo se passa em relação à maior presença de atitudes e crenças em relação à violência e sexualidade. Zakireh, Ronis e Knight (2008) estudaram uma amostra de 100 rapazes entre os 13 e os 19 anos dividindo-os em quatro grupos: 25 JAS institucionalizados, 25 JAS em tratamento ambulatorio, 25 JAN-S institucionalizados e 25 JAN-S em tratamento ambulatorio. Os resultados demonstraram que os JAS institucionalizados apresentavam mais problemas relacionados com a sexualidade (e.g., necessidade de estimulação fora do comum, fantasias sexuais violentas), mais sentimentos de raiva, história de abuso sexual e presença de sadismo, isto é, envolvimento em práticas cruéis por prazer. As medidas utilizadas não demonstraram diferenças entre JAS em ambulatorio e JNA-S em ambulatorio, mas observaram-se diferenças entre estes e os dois grupos agressores institucionalizados, apresentando estes últimos cotações mais altas no comportamento antissocial, ao nível caloso-não emocional. Também outros investigadores acrescentam que os JAS tendem a apresentar maior interesse sexual em crianças e/ou em sexo coercivo com pares ou adultos, sendo estes interesses atípicos que motivam a agressão sexual (Marshall & Barbaree, 1990; Ward & Siegert, 2002). Tanto em relação à exposição a comportamentos

sexuais como ao maior interesse em estímulos sexuais atípicos, os estudos comparativos têm consolidado as diferenças (Seto & Lalumière, 2010).

### **3.2. AGRESSORES SEXUAIS DE CRIANÇAS<sup>13</sup> VS AGRESSORES SEXUAIS DE PARES/ADULTOS<sup>14</sup>**

Para além da identificação das diferenças e semelhanças entre JAS e JAN-S, alguns estudos têm vindo a focar-se nas diferenças entre os vários tipos de agressores sexuais, em particular entre os agressores sexuais de crianças e os agressores sexuais de pares ou adultos. Como já foi mencionado, os JAS apresentam-se como uma população muito heterogénea (Hunter, 2012; Wijk et al., 2006), tanto em termos de características pessoais, do tipo de vítima ou do tipo de comportamentos sexualmente agressivos. Alguns autores (Aebi et al., 2011) têm descrito as tipologias de jovens agressores em função da idade da vítima (agressores de crianças vs agressores de pares/adultos - violadores), de acordo com o estatuto do coagressor (agressores individuais vs agressores em grupo) ou decorrente da história criminal (agressores com vs sem história criminal prévia). Num estudo com 223 JAS, realizado no contexto suíço, estes investigadores examinaram nove características dos agressores (e.g., idade, nacionalidade, reincidência), quatro variáveis das vítimas (e.g., sexo, relação com agressor) e seis variáveis relacionadas com o crime (e.g., severidade, número de agressões). Após todas as análises comparativas, a tipologia que teve melhor suporte estatístico foi a relacionada com a idade da vítima, embora, ainda assim, os autores entendam que esta não providencia uma total caracterização compreensiva dos JAS. Os autores encontraram na sua amostra cinco dimensões tipológicas caracterizadoras das diferentes circunstâncias subjacentes aos comportamentos abusivos de adolescentes, de enorme interesse para a prática clínica e forense: 1) “agressor individual com história de abuso sexual por uma

---

<sup>13</sup> A globalidade dos autores (e.g., Aebi et al., 2011; Hart-Kerkhoffs et al., 2009; Hunter, 2012; Seto & Lalumière, 2010) considera aqui a vítima “criança” quando esta possui menos de 12 anos e é pelo menos 3 anos mais nova que o agressor.

<sup>14</sup> Embora seja esta a designação encontrada da maior parte das investigações no âmbito da psicologia e da criminologia, a denominação legal e mais comum para esta tipologia de abuso sexual é, geralmente, a de “Violação”.

criança conhecida dela”, 2) “delinquente geral e persistente com história de emigração”, 3) “agressor múltiplo e violento com adversidades sociais, 4) “agressor mais velho com história de uso de álcool e com constrangimentos familiares” e, por último, 5) “agressor com múltiplas vítimas, não selecionadas”.

A heterogeneidade deste grupo é, assim, perentória, envolvendo-se em diferentes comportamentos problemáticos (antissociais ou não), demonstrando distintas atitudes e crenças em relação aos outros e à sexualidade, bem como às normas e valores sociais, ou provindo de diferentes contextos familiares. Por exemplo, Worling (1995) verificou que os adolescentes que abusavam de irmãos (fossem biológicos, adotivos, acolhimento ou meio irmãos) demonstravam interações familiares e parentais significativamente mais negativas e violentas do que os agressores que abusavam de vítimas fora da família. Também Latzman, Viljoen, Scalora e Ullman (2011), numa amostra de 166 JAS (100 agressores de irmãos e 66 agressores extrafamiliares) entre os 13 e os 17 anos, frequentadores de um programa terapêutico especializado, observaram que os agressores de irmãos apresentavam maior probabilidade de terem sido abusados sexualmente, e de terem sido expostos a pornografia ou de estarem num ambiente familiar com muitos comportamentos sexualizados. Comparativamente aos agressores de crianças, os JAS-V tendem a ser os que agredem mais fora da família e os que escolhem preferencialmente vítimas do sexo feminino (Fannif & Kolko, 2012; Hunter, Hazelwood & Slesinger, 2000). São também os que têm maior probabilidade em terem sido abusados fisicamente (Worling, 1995) e os que exibem mais violência gratuita quando cometem a agressão sexual (Hunter, 2012). Vários estudos (Butler & Seto, 2002; Epps & Fisher, 2004; Fannif & Kolko, 2012; Seto & Lalumière, 2006) verificaram uma maior incidência de criminalidade não sexual nestes JAS-V, apresentando com mais frequência problemas de comportamento e menor ajustamento psicossocial. Assim, aparentemente, os JAS-C tendem a restringir o seu comportamento antissocial para o domínio sexual, o que sugere, pelo menos em alguns, que é este interesse pedófilo que motiva o seu comportamento (Seto & Lalumière, 2006).

O conhecimento sobre as matérias que envolvem a sexualidade tem sido uma variável utilizada em alguns estudos, sugerindo que esta informação é mais



reduzida nos JAS-C. Uma investigação envolvendo 226 adolescentes holandeses com histórias de agressão sexual, separou os sujeitos em três subgrupos: abusadores de crianças, agressores de pares/adultos e agressores em grupo (Hart-Kerkhoffs, Doreleijers, Jansen, van Wijk & Bullens, 2009). Os autores verificaram que mais de 60% da amostra tinha recebido educação sexual insuficiente, sendo este desconhecimento mais evidente no subgrupo de agressores de crianças. No mesmo estudo, quando comparados com os outros dois grupos, os agressores de crianças tinham maior probabilidade em terem sido vítimas de abuso sexual do que os agressores em grupo, evidenciando os agressores de crianças e os agressores em grupo mais fantasias sexuais desviantes. Os agressores em grupo e os agressores de pares/adultos tendiam a usar com mais frequência a violência nos episódios de abuso. O grupo de JAS-C abusava mais frequentemente de crianças do sexo masculino e conheciam ou relacionavam-se familiarmente com a vítima.

Mais recentemente, Miner et al. (2010), compararam os JAS-C com JAS-V e JAN-S, em relação ao estilo de vinculação, desenvolvimento social e hipersexualidade. Em relação à vinculação, os dados permitiram observar que o estilo de vinculação afetava indiretamente estes sujeitos, em particular através da manifestação de maior ansiedade que, por sua vez, implicava uma redução de contacto com outros pares e o aumento de sentimentos de inadequação pessoal. Os adolescentes com história de abuso de crianças eram mais afetados neste processo, apresentando mais sentimentos de inadequação pessoal mas, ao mesmo tempo, mais atitudes positivas em relação aos outros, em comparação com os restantes grupos. Os autores concluem que os agressores de pares/adultos tendem a apresentar mais comportamentos antissociais e agressão física do que os agressores de crianças, demonstrando estes últimos mais problemas de competências sociais, mais coerção/manipulação, mais sentimentos de inadequação social e indicadores mais baixos de autoestima.

### **3.3. JOVENS AGRESSORES SEXUAIS VS ADULTOS AGRESSORES SEXUAIS**

Uma das considerações que certos trabalhos científicos têm referenciado diz respeito às diferenças comportamentais e criminais entre JAS e adultos agressores sexuais. Os resultados das investigações têm suportado cada vez mais a evidência de que, ainda que haja partilha de algumas características, as duas populações são significativamente diferentes nos comportamentos, nas motivações e nas trajetórias de desenvolvimento (ATSA, 2001; Barbaree & Marshall, 2006; Knight, 2004; Letourneau & Miner, 2005; Rich, 2003; Ryan, 2012). Deriva da análise anterior a necessidade de um cuidado redobrado em não estender para a população juvenil os dados verificados na população adulta (Smallbone, 2006). Deste modo, embora se tenha observado que alguns agressores sexuais adultos frequentemente iniciam esse comportamento abusivo na sua juventude (Abel, Coffey, & Osborn, 2008), apenas uma pequena minoria dos JAS tende a manter o comportamento sexualmente abusivo ao longo do tempo (Caldwell, 2002, 2007; Smallbone, 2006; Worling & Langstrom, 2006), isto é, para a grande maioria destes adolescentes o episódio de abuso é único nas suas vidas.

A corroborar estas observações encontram-se estudos que têm demonstrado que o grau de reincidência de menores agressores sexuais é extremamente reduzido (Ryan, 2012). Numa análise de 85 estudos sobre reincidência sexual de menores agressores publicados entre 1943 e 2008, Wetzel (2008) verificou que, dos 13034 adolescentes agressores em observação, reincidiram em média 7%, sendo mais provável a reincidência em agressões não sexuais. Num outro estudo, Caldwell (2007) comparou o padrão de reincidência de 249 JAS e de 1780 JAN-S que tinham já saído de instituições judiciais devido ao final da medida. Ao final de 5 anos a taxa de reincidência criminal entre ambos os grupos não era significativa (6.8% para os agressores sexuais e de 5.7% para os agressores não sexuais), notando o autor que a esmagadora maioria das reincidências dos agressores sexuais dizia respeito a crimes não sexuais. Assim, os estudos tendem a concluir que, ainda que haja uma proporção relevante de JAS que mantém uma carreira criminal, são poucos os que se especializam em crimes sexuais. Carpentier e Proulx (2011), através do estudo de uma amostra de

351 JAS, verificaram, depois de os acompanharem ao longo de 8 anos, que 45% tinha uma nova participação criminal, 30% tinha uma participação por agressão violenta e 10% registou uma nova agressão sexual. Através de análises suplementares, os autores afirmam que os preditores de reincidência sexual encontrados foram o abandono paterno, a vitimação sexual na infância, o relacionamento com uma criança muito mais nova e o facto de ter vitimado anteriormente uma pessoa estranha. Numa outra observação dos que reincidem sexualmente, Smallbone (2006) notou, num estudo com 150 JAS australianos, que uma pequena percentagem (9% no seu estudo) eram os que tendiam a manter o comportamento sexualmente agressivo, englobando este pequeno grupo alguns “agressores parafilicos” (p.111) ou agressores gravemente violentos. O autor conclui que se as agressões sexuais cometidas por menores se adequarem às trajetórias de delinquência geral propostas por Moffit (1993), então esperar-se-á que a maioria deste grupo de jovens sejam agressores limitados à adolescência e desistam do percurso criminal.

Para além da indicação de não haver tendência para o desenvolvimento de uma carreira criminal e de que os valores de reincidência são menores, os estudos têm apresentado outras diferenças entre adultos e JAS. Calder (2001) sumariou um conjunto de diferenças e indicou que uma delas se liga aos interesses sexuais, isto é, nos adolescentes os padrões sexuais e os estímulos ativadores encontram-se muitas vezes em desenvolvimento e tendem a não ser tão fixos como nos adultos, sendo muito mais provável a existência de conhecimentos sobre o desenvolvimento sexual nestes últimos. Em relação aos comportamentos realizados, o autor refere que nos JAS as práticas abusivas tendem a ser menos consistentes e sofisticadas, utilizando situações e oportunidades que muitas vezes não antecipava, ao contrário dos adultos onde se encontram por vezes comportamentos fixos e cognitivamente estabelecidos. Em relação à eventualidade da existência do abuso sexual, há a registar o facto de nos adolescentes esse(s) episódio(s) estar(em) mais próximos no tempo do que nos adultos, podendo afetar de modo diferente os comportamentos individuais dos agressores.

Naquele que parece ter sido o estudo comparativo entre agressores sexuais adultos e adolescentes mais completo até ao momento, Knight (2004) recolheu dados sobre 227 jovens agressores (11-18 anos) e 452 adultos agressores (19-68 anos) em três estados norte-americanos. Através do autorrelato Multidimensional Assessment of Sex and Aggression foram avaliadas várias dimensões, entre as quais o modo de planeamento criminal, as competências sociais, comportamentos agressivos, raiva, sadismo, fantasias sexuais, experiências de abuso sexual e físico e abuso de drogas e álcool. Os resultados levaram o autor a afirmar que, ao nível da sexualidade, os jovens agressores apresentavam mais comportamentos e fantasias parafilicas e revelavam menos compulsividade sexual do que os adultos. Não mostravam diferenças significativas nos comportamentos e fantasias sádicas, nem na preocupação e desejo por atividade sexual. Em comparação com os adultos, os jovens agressores consultavam de modo menos reiterado pornografia (e eram menos expostos que os adultos a pornografia violenta), mas, com mais frequência, apresentavam história de exposição a materiais sexuais nas suas casas durante a infância. Na dimensão comportamental, o estudo de Knight (2004) revelou que os JAS demonstravam mais problemas de delinquência, agressão e impulsividade (pelo menos do que aquilo que os adultos se recordavam do período da sua infância e juventude), tinham mais atitudes e crenças agressivas, envolviam-se em mais lutas e eram mais cruéis com os animais. Os adultos apresentavam, porém, mais comportamentos violentos em relação às mulheres, menos atitudes negativas em relação à sua masculinidade e menos crenças machistas. A investigação concluiu igualmente que, em relação à história de vitimação, os adultos agressores sexuais indicavam mais abuso verbal e físico, achavam-se mais culpados pelos seus comportamentos e mais empáticos em relação à(s) vítima(s), embora tivessem significativamente mais comportamentos manipuladores.

## 2ª PARTE

# Investigação

---



# Capítulo 4

## Fundamentação, objetivos e metodologia de investigação

### 4.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Apesar de uma percentagem significativa da violência sexual ser praticada por adultos, sabe-se que uma minoria expressiva é cometida por agressores adolescentes (Ryan, Leversee, & Lane, 2010). Como já foi referido anteriormente, em termos teóricos há duas perspetivas de entendimento da violência sexual juvenil. Uma das perspetivas defende que as agressões sexuais cometidas por menores de idade ocorrem como mais uma manifestação de delinquência juvenil e, assim, os fatores que explicam a ocorrência de delinquência juvenil em geral explicam também a ocorrência da violência sexual cometida por adolescentes (Butler & Seto, 2002; Freeman, Dexter-Mazza, & Hoffman, 2005; Ronis & Borduin, 2007). A outra posição teórica sustenta que os JAS devem ser compreendidos como um grupo distinto, cujas agressões sexuais são explicadas por fatores especiais/específicos que diferem das circunstâncias que explicam as agressões/crimes de outros jovens delinquentes (Bullens, Wijk, & Mali, 2006; Worling & Langstrom, 2006).

Contudo, os estudos, em particular nas duas últimas décadas, não estabeleceram distintamente quais as eventuais diferenças entre JAS e outros jovens agressores, sugerindo alguns autores que as características apresentadas nestes adolescentes agressores sexuais não deverá ser diferenciável (Quinsey, Skilling, Lalumière, & Craig, 2004). Para estes autores, as agressões sexuais são explicadas como sendo mais uma manifestação das tendências antissociais genéricas. No entanto, os resultados de meta-análises recentes parecem apontar

para que existam diferenças significativas entre JAS e JAN-S num conjunto de características e de fatores psicológicos, em particular no que se relaciona com a manifestação da sexualidade (Seto & Lalumière, 2010). E, como salientam Wijk, Vermeiren, Loeber, Hart-Kerkhoffs, Doreleijers e Bullens (2006), os estudos comparativos que têm demonstrado estes resultados são escassos, sendo necessário aprofundar mais o conhecimento neste domínio. Eventuais diferenças que se encontrem entre os JAS e os outros dois grupos de sujeitos (agressores não sexuais e não agressores) podem sugerir que variáveis poderão ter um papel explicativo no surgimento da violência sexual juvenil. Já as diferenças entre agressores sexuais e agressores não sexuais poderão ajudar a identificar que variáveis parecem ter um papel específico na explicação do facto de alguns adolescentes cometerem agressões sexuais em vez de outro tipo de agressões.

Numa investigação recente, Aebi, Vogt, Plattner, Steinhausen e Bessler (2011) afirmam que muitos dos estudos que não encontraram diferenças entre JAS e JAN-S não tiveram em conta a sua variabilidade. Em consequência, chamam a atenção para a necessidade em se proceder a mais análises comparativas entre JAS em função dos diferentes comportamentos sexuais manifestados (Aebi et al., 2011; Wijk et al., 2006). Esta diferenciação em função da tipologia apresentada poderá ser útil para compreender os mecanismos psicopatológicos associados, bem como favorecer uma atualização dos métodos de avaliação e intervenção psicológica. Das várias tipologias definidas (já apresentadas anteriormente) aquela que se baseia na idade da vítima é uma das que se destaca. A ideia de que os JAS-C constituem um grupo distinto dos outros teve já um apoio considerável de investigações em agressores sexuais adultos (Knight & Prentky, 1990). Para além da necessidade de esclarecer esta questão da diferenciação dos grupos agressores, e como referem Seto e Lalumière (2010), a análise das diferenças entre estes dois grupos específicos poderá conduzir, também, à constituição de um corpo teórico compreensivo sobre os JAS que não esteja apoiado em inferências da literatura sobre agressores sexuais adultos, caso essas diferenças se comprovem efetivamente.

Deste modo, com base na literatura atual é possível definir alguns dos fatores de risco que se têm revelado explicativos da delinquência juvenil (Lahey,



Moffit, & Caspi, 2003; Quinsey, Skilling, Lalumière, & Craig, 2004), isto é, variáveis que a literatura refere como preditoras do comportamento delinquente em geral. Fatores como traços de personalidade antissocial (e.g. impulsividade, falta de empatia), distorções cognitivas e atitudes pró-criminais, associação a grupo de pares delinquentes ou comportamento agressivo são alguns desses fatores explicativos. Assim, iremos verificar se algumas das variáveis habitualmente envolvidas na justificação dos comportamentos delinquentes se encontram também associadas a comportamentos sexualmente agressivos, em particular em abusadores sexuais de crianças e a violadores de pares ou adultos. As variáveis que serão alvo de análise comparativa foram inseridas em quatro dimensões: problemas de comportamento, tendências antissociais, variáveis familiares e interesses sexuais atípicos, adotando, de algum modo, as variáveis aplicadas por Seto e Lalumière (2010).

#### **4.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

Foi objetivo geral do presente trabalho o estudo das características de JAS (abusadores de crianças e violadores), e a sua comparação com as de JAN-S e de JN-A. Os grupos referidos em cada estudo serão posteriormente apresentados e fundamentados. Nestes estudos, por um lado, serão analisadas e comparadas as características apresentadas pelos JAS-C e JAS-V desta amostra (Estudo 1) e, por outro lado, serão feitas comparações destes jovens com os outros grupos amostrais, em relação à manifestação de problemas de comportamento (Estudo 2), tendências antissociais (Estudo 3), influência parental e familiar nos seus comportamentos (Estudo 4) e interesses sexuais atípicos (Estudo 5). As comparações incidirão em particular nestas dimensões, na medida em que se encontra já devidamente estabelecida na literatura a influência de fatores de risco associados a cada uma delas nos comportamentos antissociais juvenis. Deste modo, poder-se-á verificar quais as particularidades dos JAS dentro desta amostra de jovens delinquentes.

Especificamente, foram colocadas as seguintes questões de investigação:

- Quais as características e especificidades psicológicas, demográficas e criminais apresentadas por uma amostra de JAS-C e JAS-V? (Estudo 1)
- Existem diferenças entre os dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V), os JAN-S e os JN-A, em relação a um conjunto de variáveis associadas a problemas de comportamento? (Estudo 2)
- Em que se diferenciam os dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V), os JAN-S e os JN-A no que diz respeito a variáveis associadas a tendências antissociais? (Estudo 3)
- Surgem diferenças entre os dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V) e JAN-S, no que diz respeito a variáveis de âmbito familiar e parental? (Estudo 4)
- Ocorrem diferenças entre os dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V), e JAN-S no que diz respeito a variáveis relacionadas com interesses sexuais atípicos? (Estudo 5)

Neste sentido, se os dois grupos delinquentes forem iguais nas suas características, é esperado que os JAS e JAN-S obtenham cotações semelhantes nas medidas/instrumentos referentes aos fatores de risco de delinquência geral (e.g. problemas de comportamento, atitudes e crenças pró-criminais, abuso de substâncias, entre outros). Por outro lado, se os grupos forem divergentes nas suas características, é esperado que existam diferenças num conjunto de variáveis e os resultados obtidos indicarão quais as variáveis que parecem distinguir um grupo de outro.

#### **4.3. PLANO METODOLÓGICO**

A metodologia de investigação utilizada foi a diferencial (Almeida & Freire, 2003), através da qual, usando estratégias correlacionais, se comparam as diferenças de resultados de dois ou mais grupos de sujeitos em relação a uma variável pré-existente. Sustentado nesta metodologia, e tendo em conta o propósito das questões de investigação formuladas, foi efetuado um plano/design de especificidade (Garber & Hollon, 1991). Num plano de especificidade típico, um ou mais grupos com certa condição (e.g. sujeitos com fobia social) são

comparados com o grupo-alvo (e.g. sujeitos com perturbações de ansiedade) para determinar se algumas características em estudo são únicas (específicas) dessa mesma condição. Como referem Garber e Hollon (1991), se se verifica a não-especificidade, isto é, se os grupos não se diferenciam, então, presume-se que a característica em análise não é exclusiva de nenhuma das condições, assumindo-se como uma consequência genérica, não específica, do grupo-alvo (e.g., de todas as perturbações de ansiedade). Os autores fazem a distinção entre estudos de *especificidade ampla*, referindo-se à comparação de um constructo teórico necessariamente abrangente (e.g., psicopatologia em geral), e *especificidade estreita*, que alude a um constructo relacionado mas mais reduzido no seu âmbito (e.g., perturbação de ansiedade generalizada). A opção por um ou outro plano decorrerá das questões que os investigadores têm em mente e dos modelos teóricos interpretativos existentes para esse efeito.

No que às agressões sexuais diz respeito, um plano de investigação desta natureza poderá permitir verificar que variáveis distinguem os dois tipos de JAS de outros grupos com comportamento desviante e, dessa forma, aclarar potenciais variáveis explicativas que, em estudos longitudinais ou experimentais posteriores, poderão ser melhor investigados (Seto & Lalumière, 2010). Como Sher e Trull (1996) salientam, importa ir mais além do que a simples comparação do grupo com certa condição com um grupo controlo “normal”, ou seja, sem essa condição, uma vez que as informações obtidas sobre as eventuais singularidades dessa condição são muitas vezes reduzidas.

Deste modo, apoiados neste plano metodológico que considerámos adequado à natureza do problema e aos objetivos da investigação, definiram-se três grupos de sujeitos em função da prática de factos qualificados pela lei penal como crime: JAS-C, JAS-V e JAN-S. Uma comparação apenas com um grupo delinquente único (e.g., com crime de roubo) iria limitar eventuais conclusões a essa única comparação (Garber & Hollon, 1991; Sher & Trull, 1996). Desta forma, procurámos providenciar um teste mais sólido ao estudo das questões que foram colocadas em relação às características próprias dos JAS. Em dois dos estudos comparativos (Estudos 2 e 3) acrescentou-se também um quarto grupo de jovens não agressores (JN-A), ou seja, sem história de comportamentos antissociais. A

utilização deste quarto grupo de sujeitos apenas em dois dos estudos deveu-se ao facto de não ter sido possível administrar alguns dos autorrelatos a estes sujeitos e, assim, recolher as informações relativas a essas dimensões (e.g. variáveis de âmbito parental, familiar e relacionadas com a sexualidade).

É importante frisar que o critério metodológico para a inclusão dos vários sujeitos nos diferentes grupos foi o critério jurídico, ou seja, em função da definição jurídica do tipo de crime. Deste modo, aos jovens agressores inseridos no grupo de JAS-C foi-lhes aplicado pelo tribunal o crime de *Abuso Sexual de Crianças* na medida/sentença, aos jovens do grupo de JAS-V o crime de *Violação* e, no grupo de JAN-S, foram aplicados diversos tipos de crimes de índole não sexual. Para além desta possível opção, alguns estudos recorrem ao critério de inclusão dos jovens nos grupos em função da idade da vítima, ou seja, por exemplo, consideram a inclusão de sujeitos num grupo de JAS-C quando a vítima tem menos 4 anos que o agressor (e.g. Miner et al., 2010). Na investigação aqui apresentada, uma vez que se verificou que em alguns processos individuais não constavam algumas informações relativas à vítima, optou-se pelo critério jurídico na medida em que esta informação estava sempre presente.

#### **4.4. CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS**

##### **4.4.1. Método de amostragem**

Na metodologia diferencial é frequente o recurso a grupos e não a amostras representativas da população (Sampieri, Collado, & Lúcio, 2000). Nesta investigação, embora seja possível definir a população em análise (em particular devido aos resultados obtidos no estudo da prevalência das agressões sexuais apresentado anteriormente), não podemos referir que esta amostra é representativa de toda a população de JAS-C ou de JAS-V no contexto português. Contudo, podemos referir que se trata da população total de rapazes agressores sexuais que se encontravam em instituições do Ministério da Justiça português no período temporal definido (outubro de 2010 a outubro de 2011). Em relação ao grupo de JAN-S, bem como o grupo de JN-A, os dados foram recolhidos através de um método intencional de amostragem (Almeida & Freire, 2003), sendo os

sujeitos inseridos em cada um dos respetivos grupos em função da presença dos critérios de seleção previamente definidos e do balanceamento amostral necessário.

#### 4.4.2. Tamanho dos grupos

O número de sujeitos obtidos para os quatro grupos de sujeitos (JAS-C, JAS-V, JAN-S e JN-A) resultou da conjugação de um conjunto de fatores. Sublinhamos o facto de, até ao momento, tanto quanto a revisão bibliográfica realizada nos permitiu constatar, nunca ter sido efetuado em Portugal um estudo com esta população de jovens agressores sexuais. Como tal, foi necessário dar início a um conjunto de tarefas prévias de procura de informação. Atendendo aos resultados do estudo da prevalência das agressões sexuais, apresentado anteriormente, e aos dados estatísticos providenciados pelas DGRS e DGSP, procurou-se recolher informações sobre toda a população de jovens com prática de crimes sexuais em Portugal, assinalados por esse facto pelos tribunais, que se encontravam institucionalizados nesse momento em estabelecimentos do Ministério da Justiça. Tendo consciência de que os relatórios de dados estatísticos transmitidos pelos serviços da DGRS poderiam, de algum modo, não conter todos os casos, julgávamos possível um aumento do número de sujeitos com as características pretendidas, à medida que déssemos início à recolha dos dados no terreno.

Assumiu-se, assim, que nesta investigação o número de sujeitos iria aumentar em função da procura ativa pelo investigador nas várias instituições nacionais. Embora de um modo pouco contínuo e de descobrimento difícil, ao longo do ano em que durou a recolha, foi sendo notória a descoberta sucessiva de cada vez mais casos com as condições pretendidas. Recolheram-se dados de todos os sujeitos sinalizados nas informações que a Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas da DGSP providenciou. Em relação aos centros educativos, apenas não foi possível recolher informações relativas a dois sujeitos agressores sexuais menores de idade no CE da Madeira e a outros dois sujeitos no CE de Santa Clara (Vila do Conde). Em relação à amostra com as mesmas condições que se encontrava sob responsabilidade das várias Equipas

Tutelares Educativas nacionais, a informação transmitida pela Direção de Serviços de Estudos e Planeamento da DGRS foi a de que aproximadamente 95% dos casos de agressão sexual se encontravam nas ETE de Lisboa e Porto, nos quais a nossa recolha foi completa.

Uma vez que se procurava realizar estudos comparativos, o número de sujeitos das amostras contrastantes (JAS-C, JAS-V, JAN-S e JN-A) foi sendo igualmente recolhido em função do número de sujeitos com história de agressão sexual que se ia progressivamente obtendo, de modo a que se obtivessem, no final, amostras balanceadas numericamente, atendendo-se, ao mesmo tempo, às faixas etárias e às características sociodemográficas dos sujeitos. Sabe-se que, estatisticamente, a igualdade do tamanho das amostras facilita a aplicação de várias análises estatísticas (Almeida & Freire, 2003; Pallant, 2005; Tabachnick & Fidell, 1996). Destas tentativas de aproximação resultou, após um ano de recolha de dados (de outubro de 2010 a outubro de 2011), a integração de 427 sujeitos: 141 JAS, 131 JAN-S e 155 jovens sem história de qualquer crime (JN-A). Este número de sujeitos teve necessidade de ser reduzido, por um conjunto de motivos que passamos a explicar de seguida.

Dado um dos objetivos do nosso estudo ser o de comparar JAS em função do tipo de vítima (e em casos em que houve algum tipo de contacto físico), foram efetuadas análises e transformações estatísticas no sentido de extrair desta amostra total apenas o número de JAS-C e de JAS-V com condições estatisticamente robustas para serem sujeitos a comparação. Primeiramente, foram separados os sujeitos com os crimes de coação sexual ( $n= 13$ ) e de importunação sexual ( $n= 10$ ). Judicialmente, estes últimos crimes possuem uma ponderação legal diferenciada dos outros dois, por, por exemplo, não envolverem força física ou violência maior (Mouraz-Lopes, 2008). Por esse motivo, optámos por os retirar das análises comparativas. Depois, embora a amostra recolhida nas três Equipas Tutelares Educativas da DGRS contivesse um número relevante de JAS ( $n= 53$ ) e se tivesse obtido informações relevantes do ponto de vista criminal, social e psicológico (dados utilizados no Estudo 1), uma vez que não possuíamos as informações relativas aos instrumentos utilizados (por não ter sido possível, por motivos logísticos e de praticabilidade, a aplicação dos mesmos), optou-se

também pela sua não utilização nos estudos comparativos 2, 3, 4 e 5. Deste modo, somente os dados estatísticos dos grupos de adolescentes provenientes de Centros Educativos e de Estabelecimentos Prisionais foram utilizados nos estudos comparativos 2, 3, 4 e 5, isolando-se os sujeitos com as características pretendidas.

No grupo de adolescentes não agressores foram retirados da amostra seis sujeitos pertencentes a um nível socioeconómico alto e médio-alto, na medida em que divergiam dos restantes dados amostrais. Também deste último grupo foram eliminados 51 sujeitos devido à omissão expressiva de dados sociodemográficos e/ou à falta de respostas em grande parte dos itens dos questionários que integravam a investigação. De seguida, foram analisados os três grupos de sujeitos em relação à existência de valores discrepantes (*“outliers”*) nas várias variáveis em investigação. São conhecidas as consequências prejudiciais para os procedimentos estatísticos da presença destes casos (Pallant, 2005; Tabachnick & Fidell, 2001), em particular, para as análises multivariadas de variância. Os resultados obtidos evidenciaram a presença, no total, de 19 sujeitos com valores discrepantes, ou seja, com valores médios superiores a 3 desvios padrões (Tabachnick & Fidell, 2001). Seguindo as indicações de alguns autores (Tabachnick & Fidell, 2001), embora esta seja uma decisão controversa (Maroco, 2011), optou-se por eliminar esses participantes da amostra, de modo a não haver qualquer possibilidade de efeitos perniciosos na normalidade da variância nas análises estatísticas posteriores. Assim, a composição final da amostra, que será utilizada na realização dos estudos comparativos 2, 3 4 e 5, pode ser observada na Tabela 1 a seguir apresentada.

Tabela 1

Número de sujeitos, e respetiva percentagem, referente aos quatro grupos de jovens agressores sexuais.

	JAS-C	JAS-V	JAN-S	JN-A	Total
<i>n</i> (%)	19 (6.8%)	49 (17.6%)	112 (40.3%)	98 (35.3%)	278 (100%)

Como pode ser visualizado, depois de afastados todos os elementos que consideramos poder ter efeitos prejudiciais nos testes estatísticos posteriores, a amostra total final para a comparação entre os grupos é composta por 278 sujeitos, sendo 19 JAS-C, 49 JAS-V, 112 JAN-S e 98 JN-A. Apesar das distribuições amostrais não serem as ideais, ou seja, balanceadas entre si, tal não implica que os resultados das análises estatísticas não possam ser suficientemente robustas (Maroco, 2011), uma vez cumpridos os pressupostos necessários para os procedimentos estatísticos pretendidos. Para além disso, esta circunstância implica ter em conta em todas as análises estatísticas posteriores o estudo dos graus de dispersão, especificamente, a curtose e a assimetria. Estes dados foram sendo continuamente verificados através do teste de normalidade Shapiro-Wilk.

#### **4.5. PARTICIPANTES**

##### **4.5.1. Seleção dos participantes: Critérios de seleção**

As amostras de adolescentes com comportamento delinquente são compostas unicamente por sujeitos do sexo masculino. Uma vez que as investigações demonstram que a esmagadora maioria dos crimes sexuais é cometido por elementos do sexo masculino (Steffensmeier, Zhong, Ackerman, Schwartz, & Agha, 2006) este foi um dos critérios de seleção. O critério de inclusão seguinte foi o da faixa etária, isto é, apenas consideramos a recolha de informação processual e a aplicação de autorrelatos a sujeitos com história de crime (sexual ou outro) entre os 12 e os 18 anos de idade, segundo os preceitos estabelecidos pela International Association for the Treatment of Sexual Offenders (IATSO) (Miner et al., 2006). A verificação desta condição foi confirmada pelo investigador nos documentos procedentes do tribunal que constavam no processo individual do sujeito. Por existir eventual comprometimento do funcionamento mental, com impacto na obtenção de informação relevante por parte do investigador, em particular nos autorrelatos, a manifestação de perturbações psicóticas e a presença de atraso mental foram também definidos como critérios de exclusão.



Quanto ao grupo de sujeitos sem história delinquente, de modo a incluir características de grupo controlo, os critérios de seleção foram idênticos, ou seja, manteve-se a exclusividade do sexo masculino, as faixas etárias entre os 12 e os 18 anos de idade e seguiram-se os mesmos critérios de não existência de atraso mental ou da ocorrência de perturbações psicóticas. O único critério de seleção distinto foi a obrigatoriedade de não possuírem registo oficial de cometimento de qualquer facto tipificado na lei como crime.

#### 4.5.2. Procedimentos de seleção

##### 4.5.2.1. Grupo de adolescentes agressores (sexuais e não sexuais)

De acordo com os critérios de seleção definidos organizámos alguns procedimentos de forma a comprovarmos a sua presença. Para podermos reunir um conjunto de adolescentes que juntassem as condições desejadas, foi solicitado apoio à Direção Geral de Reinserção Social e à Direção Geral dos Serviços Prisionais. Estas, após autorização escrita, encaminharam-nos para as diversas instituições por elas dirigidas: centros educativos, estabelecimentos prisionais e equipas tutelares educativas. Posteriormente, no centro educativo ou no estabelecimento prisional em que nos encontrávamos, tivemos uma reunião prévia com o/a diretor/a da respetiva instituição, o que nos permitiu obter informações sobre os sujeitos relativamente ao crime cometido e outras informações associadas a cada caso em particular. Quando os/as diretores/as não tinham total conhecimento das informações pretendidas encaminhavam-nos para os/as coordenadores/as (nos centros educativos) ou para os/as subdiretores/as (no caso dos estabelecimentos prisionais). Estes/as, por sua vez, em algumas ocasiões após contacto com os/as técnicos superiores de psicologia ou de reeducação que seguiam mais de perto as situações dos jovens institucionalizados, esclareciam o investigador em relação à presença dos critérios de inclusão. Nesta fase, em algumas ocasiões, era-nos comunicado que, embora determinado jovem possuísse os critérios para inclusão no estudo, não seria possível obter informações individuais por razões de segurança ou, eventualmente, por se encontrar em isolamento temporário. Esta circunstância ocorreu por seis vezes ao longo de todo o processo de recolha. A partir desse

momento iniciava-se a recolha de dados (processual e, seguidamente, individual) apenas com jovens que se adequavam ao perfil pretendido e que concordassem em participar. Nas Equipas Tutelares Educativas de Lisboa e Porto o procedimento foi idêntico aos referidos para as outras instituições. Inicialmente foi-nos facultada uma listagem dos casos que possuíam os critérios pretendidos em termos de crime faixa, etária e de sexo, tendo o investigador consultado unicamente esses dados processuais, na medida em que, dada a organização própria destes serviços, não tínhamos possibilidade de recolher informação individual.

#### 4.5.2.2. Grupo de adolescentes não agressores

A seleção do grupo de adolescentes não agressores foi realizada em colaboração com os serviços de psicologia da Escola Secundária de Águas Santas (Maia) e com as respetivas diretoras das turmas envolvidas. A opção por esta escola secundária deveu-se ao facto de ser uma instituição de ensino numa zona suburbana de uma grande cidade (Porto), sem um índice de criminalidade particularmente expressivo, o que, por motivos sociológicos e demográficos, aumentaria a possibilidade de se obter uma amostra de controlo com as características pretendidas. Acresce a esta circunstância o facto de termos tido, desde o início, a total receptividade e disponibilidade por parte da direção da escola e por parte das professoras envolvidas nas turmas.

Assim, após a indicação dos serviços de psicologia de que nenhum dos sujeitos manifestaria sintomatologia psicótica ou atraso mental, iniciou-se um procedimento de recolha de dados num formato coletivo (apenas a rapazes, pelos motivos expostos anteriormente). Recolheram-se dados em 12 turmas, do 9º ano (tendo os jovens aproximadamente 14 anos) ao 12º ano (entre 17 ou 18 anos). Foi elaborado um pequeno questionário individual (Anexo 2) através do qual procurámos controlar: a) variáveis sociodemográficas, b) variáveis familiares, c) variáveis escolares e d) variáveis criminais. Neste último grupo de questões era questionada a prática de crimes. Foram referenciadas três situações em que tinha havido prática de crimes (com participação policial) e, de acordo com os critérios

de exclusão definidos, os dados desses adolescentes foram nesse momento retirados da investigação.

#### 4.6. CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS

De seguida apresentamos um conjunto de características dos quatro grupos amostrais relativamente à idade, proveniência geográfica, área residencial, nível socioeconómico, profissão pais, escolaridade e pais de origem. Depois serão expostas algumas particularidades específicas dos três grupos agressores, em particular sobre os crimes sexuais e não sexuais cometidos, idade e género da vítima, idade do agressor, relação com as vítimas e variáveis relacionadas com o crime.

##### 4.6.1. Idade aquando do momento da recolha de dados

A leitura da Tabela 2, no qual estão evidenciadas as classes etárias dos grupos amostrais no momento da recolha de dados, permite observar que a maioria dos sujeitos de toda a amostra se encontra entre os 15 e os 16 anos (43.5%). O grupo etário mais representado a seguir é o que se encontra entre os 17 e os 18 anos de idade (30.9%). Mais reduzida é a classe etária entre os 21 e os 22 anos (4.3%).

Tabela 2

Distribuição dos quatro grupos amostrais pelas classes etárias.

	JAS-C <i>n</i> (%)	JAS-V <i>n</i> (%)	JAN-S <i>n</i> (%)	JN-A <i>n</i> (%)	%
13-14 anos	3 (1.1)	3 (1.1)	9 (3.3)	17 (6.1)	11.6
15-16 anos	6 (2.2)	7 (2.5)	53 (19.1)	55 (19.8)	43.6
17-18 anos	4 (1.5)	12 (4.3)	47 (16.9)	23 (16.9)	30.9
19-20 anos	4 (1.5)	17 (6.1)	3 (1.1)	3 (1.1)	9.8
21-22 anos	2 (0.7)	10 (3.6)	0 (0.0)	0 (0.0)	4.3
Total <i>n</i>	19	49	112	98	100

No que diz respeito à distribuição entre os grupos individuais, parece subsistir a mesma tendência, ou seja, uma maior concentração de sujeitos entre as classe centrais (entre os 15 e os 18 anos), com o grupo dos jovens violadores a afastar-se desta linha ao apresentar uma parte importante dos seus participantes na classe dos 21 e 22 anos ( $n=10$ ).

Quando observamos esta questão relativa à idade dos sujeitos aquando do momento das recolhas de dados, olhando para as medidas de tendência central (Tabela 3a), observa-se que a mediana é superior também nos JAS com crime de violação (17 e 19 anos), sendo a mediana da amostra total de 16 anos ( $M= 16.5$ ;  $DP= 1.8$ ).

Tabela 3

Medidas descritivas relativamente à idade no momento da avaliação nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total

	JAS-C ( $n=19$ )	JAS-V ( $n= 49$ )	JAN-S ( $n= 112$ )	JN-A ( $n= 98$ )	Amostra Total ( $n= 278$ )
Média	17.0	18.4	16.3	15.7	16.5
Mediana	17	19	15	15	16
Desvio-padrão	2.5	2.2	1.2	1.3	1.8
Mínimo	13	14	13	14	13
Máximo	21	22	19	20	22

Tendo em vista uma análise comparativa das médias etárias dos sujeitos, estudando diferenças entre os grupos de sujeitos em relação à idade, foi efetuada uma análise de variância (ANOVA). Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos no que diz respeito às idades dos jovens [ $F(3, 274)=32.6$ ,  $p=.000$ ]. O resultado da análise post-hoc com o teste de Tukey revelou que a idade média dos JAS-V ( $M=18.4$ ,  $DP=2.2$ ) é significativamente superior aos restantes sujeitos dos outros grupos ( $M=16.3$ ,  $DP=1.2$ ;  $M=17.0$ ,  $DP=2.5$ ;  $M=15.7$ ,  $DP=1.3$ ). Outro resultado que esta análise post-hoc indicou foi que o grupo de JN-A ( $M=15.7$ ,  $DP=1.3$ ) é significativamente mais novo do que os restantes grupos.

#### 4.6.2. Proveniência geográfica dos sujeitos

De modo a conhecer a proveniência dos participantes, em particular os locais geográficos e áreas residências, podemos observar a distribuição que consta nas Tabelas 4 e 5. Sublinhe-se que, nesta consideração de local e área geográfica, se encontra também a indicação do local onde foi cometido o crime, quando essa informação reporta às respetivas amostras (isto é, antes de ingressar na instituição judicial onde se encontrava à data da recolha de dados).

Tabela 4

Número de sujeitos, e respetiva percentagem relativa, nos quatro grupos de adolescentes relativamente à região geográfica de proveniência.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)	JN-A (n= 98)	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Área Metropolitana de Lisboa	8 (6.0)	36 (27.1)	89 (66.9)	0 (0.0)	133 (100)
Área Metropolitana do Porto	4 (3.7)	2 (1.9)	4 (3.7)	98 (90.7)	108 (100)
Região Norte	2 (18.2)	7 (63.6)	2 (18.2)	0 (0.0)	11 (100)
Região Centro	3 (20.0)	1 (6.7)	11 (73.3)	0 (0.0)	15 (100)
Região Alentejo	2 (66.7)	0 (0.0)	1 (33.3)	0 (0.0)	3 (100)
Região Algarve	0 (0.0)	2 (28.6)	5 (71.4)	0 (0.0)	7 (100)
Açores/Madeira	0 (0.0)	1 (100)	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (100)

Foram avaliados sujeitos provenientes de 42 cidades portuguesas. De modo a simplificar a apresentação optamos pela divisão geográfica seguida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional nacionais (Decreto-Lei nº 104/2003) embora, nas cidades de Lisboa e Porto, tenhamos optado pelas divisões geográficas organizadas pelas suas respetivas áreas metropolitanas (Lei 46/2008, de 27 de agosto). A análise da Tabela 4 permite observar uma proporção muito superior (47.8%) de sujeitos agressores a residir na área metropolitana de Lisboa (e.g., Lisboa, Loures, Sintra, Odivelas, Barreiro, Almada, entre outros). Na segunda posição surge a área metropolitana do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar, entre outros) com 38.8% dos sujeitos, embora este número surja elevado pelo facto da totalidade da amostra de JN-A ter sido recolhida nesta zona geográfica. Ainda que mais centradas nas duas maiores

regiões urbanas portuguesas, as amostras de participantes com crimes tendem a possuir distribuição geográfica a nível nacional, o que de, algum modo, reflete a preocupação do investigador, já referida anteriormente, em recolher a grande maioria dos sujeitos jovens com crimes sexuais e não sexuais em território nacional, durante o período de tempo definido.

Tabela 5

Percentagem de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total relativamente à área residencial.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)	JN-A (n= 98)	Amostra Total (n= 278)
Rural	23.5	12.2	6.3	0.0	6.2
Urbana	35.3	16.3	42.3	64.3	45.1
Suburbana	41.2	71.4	51.4	35.7	48.7

Quando consideramos a área residencial da amostra total de participantes, que figura na Tabela 5 antes apresentada, verificamos que o contexto suburbano (48.7%) e urbano (45.1%) aparecem como sendo os que acolhem maior número de sujeitos.

#### 4.6.3. Nível socioeconómico e profissão dos pais

De modo a poder entender os níveis socioeconómicos dos contextos familiares dos participantes, bem como o conhecimento dos grupos profissionais dos correspondentes cuidadores, foi utilizada a Escala de Graffar Adaptada (Graffar, 1956, adaptada por Amaro, 1990) e a Classificação Nacional de Profissões (Instituto de Emprego e Formação Profissional, 1994). Os resultados observados são apresentados em baixo nas Tabelas 6 e 7 que se seguem.

Tabela 6

Percentagem de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes e na amostra total, relativamente ao nível socioeconómico (através da Escala de Graffar Adaptada, 1990).

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)	JN-A (n= 98)	Amostra Total (n= 278)
Médio	25.0	34.9	36.0	74.5	49.8
Médio-Baixo	62.5	51.2	47.0	17.3	37.4
Baixo	12.5	14.0	17.0	8.2	12.8

No que respeita à classe social, obtida através da análise da Escala de Graffar Adaptada, podemos verificar que a maior parte dos sujeitos na investigação pertence à classe média (49.8%), seguida da classe média-baixa (37.4%) e, por último, da classe baixa (12.8%). Contudo, esta distribuição na amostra total parece estar influenciada pelo peso dos participantes do grupo não agressor, na medida em que quando observamos os respetivos grupos amostrais com comportamento agressivo, as proporções de sujeitos pertencentes à classe média-baixa é superior em todos eles (entre 47% e 62.5%).

Para uma melhor compreensão do contexto social e económico dos participantes, para além das indicações fornecidas pela Escala de Graffar Adaptada, julgamos pertinente a análise das características profissionais dos seus cuidadores. Deste modo, com base nos grupos profissionais preconizados na Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994) podemos notar que uma maioria expressiva das mães/cuidadoras dos sujeitos possuem profissões pouco qualificadas (35.9%). Há, também, um número importante de desempregadas (15%). Esta orientação das percentagens relativas a estes dois pontos é também especialmente notória no grupo de JAN-S, bem como nos dois grupos amostrais com crimes sexuais.

Tabela 7

Percentagem relativa, nos quatro grupos de adolescentes, relativamente ao grupo profissional da mãe/cuidadora.

	JAS-C (n=9)	JAS-V (n= 24)	JAN-S (n= 77)	JN-A (n= 96)	Total (n= 206)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	
Sem ocupação/ Desempregada/Reformada	0 (0.0)	3 (9.7)	15 (48.4)	13 (41.9)	31 (100)
Especialistas nas Profissões Intelectuais e Científicas	0 (0.0)	1 (50.0)	1 (50.0)	0 (0.0)	2 (100)
Pessoal Administrativo e Similares	1 (2.7)	1 (2.7)	0 (0.0)	35 (94.6)	37 (100)
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0 (0.0)	1 (3.0)	18 (54.5)	14 (42.4)	33 (100)
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2 (8.7)	0 (0.0)	11 (47.8)	10 (43.5)	23 (100)
Operadores de Instalações de Máquinas e Montagens	0 (0.0)	0 (0.0)	0 (0.0)	2 (100)	2 (100)
Trabalhadores Não Qualificados	6 (8.1)	18 (24.3)	32 (43.2)	18 (24.3)	74 (100)

Comparativamente aos dados das mães/cuidadoras, a amostra de pais/cuidadores apresenta um número maior de profissões qualificadas, como se pode observar na Tabela 8 a seguir exposta. Aqui, contudo, parece existir uma influência do maior número de sujeitos da amostra de não agressores, na medida em que quando atendemos individualmente às três amostras de jovens agressores, a tendência de ocorrência de profissões menos qualificadas dos pais/cuidadores parece também existir.

O grupo profissional dos operários, artífices e trabalhadores similares (onde se incluíram, por exemplo, os operários de construção civil) é o que demonstra uma maior proporção (36.2%), observando-se esta orientação em todos os grupos amostrais.



Tabela 8

Percentagem relativa, nos quatro grupos de adolescentes, relativamente ao grupo profissional do pai/cuidador.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)	JN-A (n= 98)	Total (n= 174)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Sem ocupação/ Desempregada/Reformada	1 (5.0)	2 (10.0)	9 (45.0)	8 (40.0)	20 (100)
Especialistas nas Profissões Intelectuais e Científicas	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (33.3)	2 (66.7)	3 (100)
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0 (0.0)	0 (0.0)	0 (0.0)	5 (100.0)	5 (100)
Pessoal Administrativo e Similares	0 (0.0)	0 (0.0)	0 (0.0)	24 (100.0)	24 (100)
Pessoal dos Serviços e Vendedores	0 (0.0)	1 (4.5)	5 (22.7)	16 (72.7)	22 (100)
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da					
Agricultura e Pescas	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (33.3)	2 (66.7)	3 (100)
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	4 (6.3)	7 (11.1)	26 (41.3)	26 (41.3)	63 (100)
Operadores de Instalações de Máquinas e Montagens	0 (0.0)	1 (8.3)	5 (41.7)	6 (50.0)	12 (100)
Trabalhadores Não Qualificados	3 (13.6)	9 (40.9)	9 (40.9)	1 (4.5)	22 (100)

#### 4.6.4. Escolaridade

O grau de habilitações escolares dos participantes foi também considerado na recolha de informações efetuadas. Os resultados a este nível são descritos na Tabela 9 a seguir apresentada.

Os níveis de escolaridade nas amostras de sujeitos agressores são claramente inferiores ao que se esperaria para as suas faixas etárias. Uma maioria expressiva destes três grupos de participantes (57%) possuía, no momento de entrada nas instituições judiciais, habilitações escolares inferiores ao 6º ano. Já em relação aos sujeitos sem história de crimes a escolaridade parece alinhar-se com o que é previsto para as respetivas idades dos jovens.

Tabela 9

Percentagem relativa de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes, relativamente aos graus de escolaridade.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 46)	JAN-S (n= 105)	JN-A (n= 88)	Total (n= 258)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
3º ano	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (100)	0 (0.0)	1 (100)
4º ano	0 (0.0)	8 (32.0)	17 (68.0)	0 (0.0)	25 (100)
5º ano	8 (11.6)	15 (21.7)	46 (66.7)	0 (0.0)	69 (100)
6º ano	6 (11.5)	10 (19.2)	36 (69.2)	0 (0.0)	52 (100)
7º ano	3 (21.4)	7 (50.0)	3 (21.4)	1 (7.1)	14 (100)
8º ano	0 (0.0)	1 (11.1)	0 (0.0)	8 (88.9)	9 (100)
9º ano	1 (9.1)	3 (27.3)	2 (18.2)	5 (45.5)	11 (100)
10º ano	1 (2.0)	1 (2.0)	0 (0.0)	48 (96.0)	50 (100)
11º ano	0 (0.0)	1 (10.0)	0 (0.0)	9 (90.0)	10 (100)
12º ano	0 (0.0)	0 (0.0)	0 (0.0)	17 (100)	17 (100)

#### 4.6.5. País de origem

A presença de jovens oriundos de outros países nas instituições judiciais em que foram recolhidos elementos é um facto evidenciado no terreno. Sendo mais um elemento caracterizador da amostra, entendemos pertinente a sua exposição. As diversas origens geográficas são apresentadas na Tabela 10 abaixo.

A partir da observação da tabela constatamos que se manifesta a existência de um número muito superior de jovens de nacionalidade portuguesa em todos os grupos amostrais (70.6%). Neste sentido, a amostra de JN-A tem origem, na sua totalidade, no território português. No que diz respeito à amostra dos três grupos de jovens agressores, nasceram em Portugal 21.8% dos sujeitos JAN-S, 9% dos JAS-V e 7.7% dos JAS-C. Seguidamente, surgem 12.2% dos participantes oriundos de Cabo Verde e 7.2% de Angola. Para além destes elementos, é notória a presença de cidadãos de outros países de língua portuguesa (e.g., Brasil, Guiné-Bissau), na sua totalidade filhos de emigrantes no território nacional.

Tabela 10

Percentagem relativa de sujeitos, nos quatro grupos de adolescentes, relativamente ao país de origem.

	JAS-C (n= 15)	JAS-V (n= 40)	JAN-S (n= 70)	JN-A (n= 96)	Total (n= 221)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Portugal	12 (7.7)	14 (9.0)	34 (21.8)	96 (61.5)	156 (100)
Angola	1 (6.2)	6 (37.5)	9 (56.2)	0 (0.0)	16 (100)
Cabo Verde	2 (7.4)	10 (37.0)	15 (55.6)	0 (0.0)	27 (100)
Guiné-Bissau	0 (0.0)	3 (60.0)	2 (40.0)	0 (0.0)	5 (100)
Brasil	0 (0.0)	0 (0.0)	8 (100)	0 (0.0)	8 (100)
São Tomé e Príncipe	0 (0.0)	6 (85.7)	1 (14.3)	0 (0.0)	7 (100)
Moçambique	0 (0.0)	1 (100)	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (100)
Ucrânia	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (100)	0 (0.0)	1 (100)

#### 4.6.6. Características próprias dos grupos amostrais de agressores

Com base nos dados obtidos, foi possível observar um conjunto de particularidades relacionadas com as amostras de JAS e JAN-S. De seguida passamos a expor as informações relativas à idade do agressor no momento da perpetração do crime, dados das variáveis relacionadas com os tipos de crime cometidos e modo de perpetração e, por último, informações relativas à idade, género e relação com a vítima.

##### 4.6.6.1. Idade do agressor no momento do crime

Os dados das medidas descritivas em relação à idade do agressor no momento do crime são expostos na Tabela 11. Como se pode concluir pela análise da tabela, as médias de idades dos jovens agressores é de 14.7 anos para os abusadores sexuais de crianças, de 16.1 anos para os jovens com crime de violação e de 14.3 anos para os JAN-S. As medianas seguem o mesmo sentido das respetivas médias (de 14 a 16 anos), havendo, nesta investigação, jovens que cometeram os crimes de abuso sexual de menores entre os 12 e os 17 anos, os crimes de violação entre os 14 e os 18 e, outros crimes, entre os 12 e os 17 anos.

Tabela 11

Medidas descritivas relativamente à idade do agressor no momento do crime nos três grupos de adolescentes agressores.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)
Média	14.7	16.1	14.3
Mediana	14	16.0	14.5
Desvio-padrão	1.7	1.2	1.0
Mínimo	12	14	12
Máximo	17	18	17

As características dos crimes cometidos, em especial a sua tipologia e o modo como são perpetrados, são mais alguns elementos que nos permitem refletir sobre as características destes jovens agressores. Os resultados são apresentados resumidamente na Tabela 12 e seguintes.

#### 4.6.6.2. Tipologia e *modus operandi* dos crimes

A componente mais relevante que surge a partir da observação da Tabela 12 a seguir apresentada, que resume as informações relativas ao tipo de crimes cometidos, é o facto de, embora não tenha sido o crime principal que levou à sua institucionalização, cerca de metade dos jovens institucionalizados com crimes de violação (43%) terem também cometido um outro crime não sexual. Deste modo, na globalidade, verifica-se que apenas existem 41 sujeitos com prática exclusiva de crimes sexuais, 112 sujeitos com crime não sexual e 27 sujeitos com prática de ambos os crimes.

Tabela 12

Número de sujeitos, e respetiva percentagem relativa associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente aos crimes cometidos.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Crime sexual	13 (31.7)	28 (68.3)	0 (0.0)	41 (100)
Crime não sexual	0 (0.0)	0 (0.0)	112 (100)	112 (100)
Ambos os crimes	6 (22.2)	21 (77.8)	0 (0.0)	27 (100)

Quando procuramos conhecer quais os crimes não sexuais cometidos, constatamos, conforme os dados patentes na Tabela 13 a seguir exibida, o predomínio de crimes de Roubo (48.3%), Ofensas à integridade física (19%) e Furto simples ou qualificado (12.9%) em todos os grupos amostrais. Estes crimes são mais evidentes, obviamente, na amostra de sujeitos com crimes não sexuais, mas também no grupo de JAS. Nestes casos, aparentemente em algumas ocasiões, para além do cometimento do crime sexual é cometido o roubo da vítima e/ou a sua agressão física.

Tabela 13

Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente aos crimes dos JAN-S, bem como relativamente aos dois grupos de JAS quando outros crimes existiam.

	JAS-C (n= 6)	JAS-V (n= 21)	JAN-S (n= 112)	Total (n = 147)
Roubo	4 (2.7)	15 (7.9)	51 (45.3)	70 (55.9)
Ofensas à Integridade física	2 (2.0)	6 (4.1)	22 (12.9)	27 (19.0)
Furto (simples ou qualificado)	0 (0.0)	0 (0.0)	18 (11.9)	18 (11.9)
Condução sem habilitação legal	0 (0.0)	0 (0.0)	6 (3.1)	6 (3.1)
Posse de arma	0 (0.0)	0 (0.0)	5 (3.0)	5 (3.0)
Ameaça agravada	0 (0.0)	0 (0.0)	4 (2.8)	4 (2.8)
Homicídio (ou Tentativa de)	0 (0.0)	0 (0.0)	3 (2.2)	3 (2.2)
Dano qualificado	0 (0.0)	0 (0.0)	2 (1.4)	2 (1.4)
Incêndio	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (0.7)	1 (0.7)

Outro aspeto ao nível criminal prende-se com o modo de cometimento do crime. Na Tabela 14 a seguir exposta constam as informações sobre a forma como o crime foi empreendido e, na Tabela 15 seguinte, estão patentes os meios usados para o praticar.

Tabela 14

Número de sujeitos, e respetiva percentagem relativa associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente ao cometimento do crime.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 48)	JAN-S (n= 107)	Total (n= 174)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Cometido individualmente	15 (22.7)	15 (22.7)	36 (54.5)	66 (100)
Cometido em grupo	3 (3.2)	33 (35.5)	57 (61.3)	93 (100)
Cometido individualmente e em grupo	1 (6.7)	0 (0.0)	14 (93.3)	15 (100)

Da análise desta tabela ressalta que, com exceção dos crimes de abuso sexual de crianças, uma proporção importante dos crimes são cometidos em grupo. Na amostra de agressores não sexuais há também 14 sujeitos (8% do total da amostra) que cometeram crimes tanto de forma individual como em grupo. Nos crimes sexuais sobre crianças estes modos de cometimento não se verificam, ao evidenciar-se uma maioria de crimes cometidos de forma individual (15 sujeitos, 8.6% do total de crimes). A perpetração destes crimes é auxiliada por vezes através de meios e com instrumentos considerados perigosos. Na Tabela 15 a seguir apresentada podemos verificar a tipologia de armas utilizadas.

Tabela 15

Número de sujeitos, e respetiva percentagem relativa, relativamente ao uso de armas no cometimento do crime relativamente aos três grupos de adolescentes agressores.

	JAS-C (n=18)	JAS-V (n= 47)	JAN-S (n= 75)	Total (n=138)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Sem recurso a armas	13 (25.0)	18 (34.6)	21 (40.4)	52 (100)
Navalha	2 (4.8)	11 (26.2)	29 (69.0)	42 (100)
Faca de cozinha	3 (7.9)	14 (36.8)	21 (55.3)	38 (100)
Arma de caça / Pistola	0 (0.0)	4 (50.0)	4 (50.0)	6 (100)

A leitura da tabela permite verificar que a prática dos crimes sem recursos a qualquer meio instrumental de intimidação é minoritário na amostra total de agressores (36.9% da amostra total). O recurso a navalhas ( $n= 42$ ) e facas de cozinha ( $n= 38$ ) é frequente numa percentagem importante dos crimes sexuais e não sexuais. De salientar, na análise da tabela exposta, o uso de armas de fogo (e.g., caçadeira ou pistola) por 6 sujeitos aquando do cometimento dos crimes sexuais de violação e nos crimes não sexuais.

#### 4.6.6.3. Características associadas às vítimas dos crimes

Tal como referimos anteriormente, foram analisadas variáveis relacionadas com as vítimas. Exibimos aqui as informações relativas à idade, género e relação entre o agressor e a vítima. Iniciaremos pela apresentação do número de sujeitos, e respetiva percentagem, associados ao género da vítima, que figuram na Tabela 16.

Tabela 16

Número de sujeitos, e respetiva percentagem associada, nos três grupos de adolescentes agressores relativamente ao género da vítima.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 109)
Masculino	9 (5.1)	7 (4.0)	25 (14.1)
Feminino	9 (5.1)	41 (23.2)	31 (17.5)
Ambos os géneros	1 (0.6)	1 (0.6)	53 (29.9)

A análise da Tabela mostra-nos uma predominância de vítimas do sexo feminino, com uma diferença mais marcante no caso dos JAS-V. O grupo de JAS-C é, aparentemente, o grupo com o número de vítimas masculinas e femininas mais igualitário. No caso dos JAN-S prevalece a presença de vítimas de ambos os géneros. Quando realizamos uma análise detalhada dos elementos referentes à idade das vítimas (Tabela 17), verificamos que os crimes de violação ocorreram em pessoas entre os 8 e os 81 anos ( $M= 20.4$ ;  $DP= 14.3$ ), com uma mediana em torno dos 17 anos. Já as vítimas dos JAS-C tinham entre 3 e 14 anos ( $M= 9.9$ ;  $DP= 3.0$ ), com uma mediana de 11 anos. No que diz respeito aos JAS, as vítimas tinham em média 25 anos ( $DP= 15.1$ ), variando entre os 12 e os 75 anos.

Tabela 17

Medidas descritivas relativamente à idade da vítima nos três grupos de adolescentes agressores.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 49)	JAN-S (n= 112)
Média	9.9	20.4	25.5
Mediana	11	17	20
Desvio-padrão	3.0	14.3	15.1
Mínimo	3	8	12
Máximo	14	81	75

Outro aspeto relevante centra-se na relação da vítima com o jovem agressor. Para uma melhor compreensão da distribuição a este nível, são



apresentados na Tabela 18 os dados das possíveis ligações ou afinidades com os agressores.

Tabela 18

Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente à relação com a vítima quanto aos três grupos de adolescentes agressores.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n= 48)	JAN-S (n= 103)	Total (n=170)
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Desconhecidas	0 (0.0)	23 (27.1)	62 (72.9)	85 (100)
Colegas de escola	2 (6.1)	11 (33.3)	20 (60.6)	42 (100)
Vizinhas(os)	4 (26.7)	7 (46.7)	4 (26.7)	15 (100)
Colegas no Lar de Infância e Juventude	8 (80.0)	0 (0.0)	2 (20.0)	10 (100)
Mãe/Pai/Avós	0 (0.0)	0 (0.0)	9 (100)	9 (100)
Ex-namoradas	0 (0.0)	4 (100)	0 (0.0)	4 (100)
Irmãos	4 (100)	0 (0.0)	0 (0.0)	4 (100)
Primos	1 (33.3)	2 (66.7)	0 (0.0)	3 (100)
Educadores de Lar de Acolhimento	0 (0.0)	1 (33.3)	2 (66.7)	3 (100)
Professores ou funcionários de escola	0 (0.0)	0 (0.0)	3 (100)	3 (100)
Membros de gang rivais	0 (0.0)	0 (0.0)	1 (100)	1 (100)

A partir da observação da tabela anterior, constatamos que, na amostra de JAN-S e na amostra de JAS-V, se manifesta a existência de uma percentagem superior de vítimas desconhecidas. Neste sentido, podemos afirmar que 50% da amostra total cometeu os seus crimes com vítimas com as quais não tinha qualquer conhecimento ou relacionamento pessoal. O grupo de vítimas conhecidas em maior número são os colegas da escola do agressor (29.8%) e os membros da sua vizinhança (8.8%). Já no que diz respeito aos agressores sexuais de crianças, as vítimas tendem a ser conhecidas deles sendo, por exemplo, companheiros(as) nos lares de infância e juventude onde se encontrava acolhido ou, então, vizinhos ou pertencentes ao seu agregado familiar próximo (e.g., irmãos ou primos). Surgem algumas particularidades quando se observa esta Tabela, em especial o facto de haver quatro vítimas de violação (2.4%) que foram ex-namoradas dos agressores e, em relação aos adolescentes não agressores sexuais, a noção de que o contexto familiar (5.3%) e escolar terem

sido espaços onde parecem ter sido exercido os comportamentos de agressão. Neste último tanto a colegas, como foi referido antes, mas também a professores e funcionários (1.8%).

#### **4.7. LOCAIS DE RECOLHA DAS AMOSTRAS**

##### **4.7.1. Jovens Agressores Sexuais e Jovens Agressores Não Sexuais**

Tal como foi enunciado na secção relativa aos procedimentos de seleção da amostra, para o recrutamento dos JAS e JAN-S foi solicitada a colaboração do Ministério da Justiça através da Direção Geral de Reinserção Social (DGRS) e da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP). Estes serviços governamentais indicaram-nos um conjunto de instituições distribuídas de Norte a Sul do país, tendo como orientação os critérios definidos e já apresentados anteriormente. Deste modo, os sujeitos que cometeram os crimes sexuais e não sexuais que estão em análise neste trabalho, encontravam-se institucionalizados ou em Centros Educativos (no caso dos crimes terem sido cometidos antes dos 16 anos) ou em Estabelecimentos Prisionais (no caso de maiores de 16 anos). No caso da DGRS foi-nos autorizada a recolha de dados nos Centros Educativos (CE) do Mondego (Guarda), Padre António de Oliveira (Caxias/Lisboa), Santo António (Porto), Olivais (Coimbra), Bela Vista (Lisboa) e da Madeira. Neste último a direção do centro educativo não nos possibilitou a recolha de dados. De igual modo, foi autorizada a recolha de informações processuais de menores com crimes sexuais nas Equipas Tutelares Educativas (ETE) do Porto, Lisboa 1 e de Lisboa 2. (cujos dados, conforme foi explicado anteriormente, não serão utilizados nos estudos 2, 3, 4 e 5, embora o vão ser no estudo 1). Já a DGSP, através da sua Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas, conseguiu identificar os Estabelecimentos Prisionais (EP) a nível nacional nos quais se encontravam detidos reclusos com crimes sexuais entre os 16 e os 18 anos de idade. Assim, foi-nos dada autorização para a recolha de dados nos EP de Braga, Lisboa, Caxias, Leiria, Linhó, Montijo e Setúbal. Foi também dada autorização para recolha de dados no EP de Vale do Sousa, contudo, após visita a este

estabelecimento prisional e exame dos elementos processuais dos reclusos, não encontrámos sujeitos com as características etárias pretendidas.

Na Tabela 19 a seguir apresentada é possível observar o número de agressores sexuais e não sexuais que foram avaliados em cada instituição de acolhimento.

Tabela 19

Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente à distribuição dos sujeitos agressores pelas diversas instituições envolvidas.

	JAS-C (n=19)	JAS-V (n=49)	JAN-S (n=112)	Total
Centro Educativo Mondego	2 (1.1)	3 (1.7)	21 (11.7)	26 (14.4)
Centro Educativo Padre António Oliveira	3 (1.7)	5 (2.8)	16 (8.9)	24 (13.3)
Centro Educativo Santo António	5 (2.8)	5 (2.8)	22 (12.2)	32 (17.8)
Centro Educativo Olivais	1 (0.6)	3 (1.7)	26 (14.4)	30 (16.7)
Centro Educativo Bela Vista	2 (1.1)	1 (0.6)	27 (15.0)	30 (16.7)
Estabelecimento Prisional Braga	0 (0.0)	2 (1.1)	0 (0.0)	2 (1.1)
Estabelecimento Prisional Leiria	2 (1.1)	9 (5.0)	0 (0.0)	11 (6.1)
Estabelecimento Prisional Caxias	1 (0.6)	1 (0.6)	0 (0.0)	2 (1.1)
Estabelecimento Prisional Linhó	2 (1.1)	9 (5.0)	0 (0.0)	11 (6.1)
Estabelecimento Prisional Montijo	0 (0.0)	2 (1.1)	0 (0.0)	2 (1.1)
Estabelecimento Prisional Setúbal	1 (0.6)	3 (1.7)	0 (0.0)	4 (2.2)
Estabelecimento Prisional Lisboa	0 (0.0)	6 (3.3)	0 (0.0)	6 (3.3)

#### 4.7.2. Não Agressores

Como foi igualmente referido no ponto sobre os procedimentos de seleção, a amostra de JN-A foi recolhida na Escola Secundária de Águas Santas (Maia). A opção por uma instituição de ensino deveu-se ao facto de ser uma estrutura organizada que reunia um conjunto de sujeitos com as condições pretendidas para o efeito, em especial em termos de faixas etárias. A escolha desta escola secundária fundamentou-se na circunstância de a população estudantil que a frequenta fazer parte de várias classes sociais e de se localizar numa área suburbana de uma cidade de grandes dimensões (Porto), sem, no entanto,

apresentar um registo de especial incidência de delinquência ou de problemas sociais. Estes dados foram-nos confirmados pela Direção da Escola, reforçando a nossa opção. Deste modo, partimos do pressuposto aceite pelo método intencional (Almeida & Freire, 2003) de que este grupo de estudantes desta escola secundária representava bem a opinião de um grupo de adolescentes sem história de perpetração de crimes.

#### **4.8. MATERIAIS**

Tendo em consideração os objetivos deste estudo foi selecionado para o efeito um conjunto de instrumentos para a recolha de informação. A escolha destes teve em conta três aspetos: qualidades psicométricas, adaptados à população portuguesa e, por último, fácil aplicação e preenchimento pouco demorado. Relembramos que, em relação à recolha de informações sobre os adolescentes agressores, o processo tinha duas fases. Primeiramente, com base numa grelha de recolha de dados (anexo 1), o investigador recolhia as informações que constavam no processo individual do sujeitos e, numa segunda fase, era solicitado ao sujeito o preenchimento de quatro instrumentos de autorrelato que envolviam um conjunto de dimensões psicológicas (problemas de comportamento, comportamento fisicamente e verbalmente agressivo, raiva, hostilidade, distorções cognitivas e fantasias sexuais). Um quinto questionário incidiu na avaliação da presença de desejabilidade social.

Foi necessário intervir em algumas das subescalas retirando itens que, na análise correlacional item a item possuíam valores próximos de 0 (Creswell, 2009; DiLalla & Dollinger, 2006). Significava, com este valor, que, pelo menos nesta amostra, não asseguravam qualquer medida ou utilidade e, na maior parte dos casos, pioravam os valores de consistência interna das respetivas subescalas (Almeida & Freire, 2003). Estes procedimentos de retirada de itens pelas condições expostas permitiram um robustecimento das respetivas escalas aquando da computação final dos indicadores de fidelidade dos instrumentos (*alpha de Cronbach*). Relembramos que um coeficiente de Cronbach acima de

0.70 é já considerado adequado e satisfatório. Passamos, de seguida, a apresentar com mais detalhe os instrumentos.

#### 4.8.1. Grelha de Recolha de Dados Processuais-Agressor (Barroso, 2010)

Corresponde a um documento (anexo 1) preenchido pelo investigador aquando da recolha de dados dos adolescentes agressores, tendo em vista a anotação dos elementos constantes no respetivo processo individual. Como referem Fonseca & Simões (2004), os dados provenientes destes registos oficiais são o resultado de trabalhos independentes dos diversos profissionais que antes desconheciam os sujeitos, diminuindo consideravelmente o risco de enviesamento e, também, atenuando os efeitos de variância ligados ao facto de o sujeito ser chamado a preencher diferentes medidas. Deste modo, eram registadas informações sociodemográficas do próprio agressor, do seu contexto familiar, história desenvolvimental, contexto residencial e comunitário, história de institucionalização, história de comportamentos delinquentes, relacionamentos afetivos, escolaridade, informações detalhadas sobre o crime cometido (sexual ou não sexual), variáveis jurídicas, sexualidade, competências interpessoais, uso/abuso de substâncias e história médica.

#### 4.8.2. Folha de Recolha de Dados – Escolas (Barroso, 2010)

Trata-se de um documento em que era solicitado aos adolescentes não agressores que se encontravam na Escola que selecionamos para a amostra o preenchimento relativo a um conjunto de variáveis em estudo e que serviram, posteriormente, para contrastar com algumas das informações da amostra de jovens agressores. As áreas avaliadas incluíam informações sociodemográficas, do contexto comunitário e social, dados familiares e consumo de substâncias. Uma das secções deste documento tinha como objetivo avaliar uma eventual prática de crimes, para descartar esses casos da amostra.

4.8.3. YSR – Youth Self Report (YSR; Achenbach, & Rescorla, 2001; adaptado por Gonçalves, Dias e Machado, 2009)

Este instrumento foi escolhido para se obter um registo dos comportamentos por parte do adolescente. Mais especificamente, o YSR pretende avaliar dois domínios principais: as competências e os problemas de comportamento do adolescente, tal como são percecionados pelo próprio. Trata-se de um instrumento usado tipicamente com adolescentes entre os 11 e os 18 anos de idade, embora tenha sido usado com sucesso com sujeitos com idades superiores (Achenbach, 2011). É um autorrelato com 120 itens, cada um descrevendo um problema evidenciado nos últimos 6 meses, cotados numa escala de 3 pontos: 0 (*Não verdadeira*), 1 (*De alguma forma ou algumas vezes verdadeira*) e 2 (*Muito verdadeira ou muitas vezes verdadeira*). Para além da possibilidade de uso da Escala do Total de Problemas, Subescalas de Internalização e de Externalização e das Escalas de Competências, o instrumento possui também oito síndromas (Ansiedade/Depressão, Isolamento/Depressão, Queixas Somáticas, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento, Problemas de Atenção, Comportamento de Quebra de Regras e Comportamento Agressivo). Nesta versão mais atual surgem seis subescalas de diagnóstico com relação ao DSM (Problemas de Ansiedade, Problemas Afetivos, Problemas Somáticos, Problemas de Atenção e Hiperatividade, Problemas de Oposicionais-Desafiantes e Problemas de Comportamento). Os autores recomendam que o ponto de corte que diferencia sujeitos com alto risco de psicopatologia de outros seja a partir de uma nota *T* de 65 pontos.

Várias investigações têm sustentado as normas, estrutura e qualidade discriminativa deste instrumento (Achenbach & Rescorla, 2001; Achenbach, 2010) e têm apoiado a continuidade deste ponto de corte em 44 contextos sociais culturais, incluindo o português (Achenbach, 2010). De acordo com os autores, este instrumento possui um elevado grau de consistência interna. Na presente investigação os valores variaram entre 0.70 e 0.94. Nas Tabelas 20 e 21 a seguir expostas poderão ser observados os valores dos alphas de Cronbach das escalas que foram alvo de atenção para os estudos planeados.

Tabela 20

Resultados dos valores de consistência interna do questionário YSR.

Subescala	YSR Total	YSR Externalização	YSR Internalização	YSR Comportamento Agressivo	YSR Comportamentos Oposição	YSR Problemas Comportamento
Alpha	0.94	0.89	0.86	0.83	0.81	0.82

Tabela 21

Resultados dos valores de consistência interna do questionário YSR (continuação).

Subescala	YSR Problemas Pensamento	YSR Problemas Sociais	YSR Problemas Stress Pós-Traumático	YSR Problemas Ansiedade	YSR Problemas Afetivos	YSR Problemas Atenção
Alpha	0.76	0.71	0.74	0.76	0.76	0.70

Em relação a transformações necessárias, na síndrome Comportamento Agressivo foi necessário retirar o item 6 (*“Gosto de animais”*) e o item 19 (*“Tento que me deem muita atenção”*). O mesmo se passou em relação ao item 83 (*“Acumulo coisas de que não preciso”*) na subescala Problemas de Pensamento e, na subescala de Problemas Sociais, o item 64 (*“Prefiro andar com rapazes ou raparigas mais novos do que eu”*).

#### 4.8.4. Questionário de Agressão (QA; Buss & Perry, 1992; adaptado por Vieira & Soeiro, 2002).

O Questionário de Agressão, adaptado para a língua portuguesa por Vieira & Soeiro (2002), é um instrumento de autorrelato com 29 itens, submetidos a apreciação numa escala de tipo *Likert* que oscila entre 1 (*Nunca ou quase nunca*) a 5 (*Sempre ou quase sempre*). Apoiado em quatro fatores, permite avaliar o comportamento agressivo na componente instrumental (Agressão Física e Agressão Verbal), na componente emocional (Raiva) e na componente cognitiva (Hostilidade). O fator relacionado com a agressão física consiste em 9 itens (e.g., *“De vez em quando não consigo controlar a necessidade de bater noutra pessoa”*) e a subescala de agressão verbal possui 5 itens (e.g., *“Quando as pessoas me aborrecem chego a dizer-lhes o que penso delas”*). Já a subescala de Raiva

consiste em 7 itens (e.g., *Às vezes perco o controlo sem razão em especial*) e o fator Hostilidade contem 8 itens (e.g., *De vez em quando tenho muita inveja dos outros*). A clarificação do tipo de agressividade presente no sujeito surgirá em função das elevações das cotações nas respetivas subescalas. Possui dois itens com necessidade de inversão (itens 15 e 24). Os autores da versão original referem que o questionário possui indicadores de fidelidade entre 0.72 e 0.85. Nesta investigação estes indicadores oscilaram entre 0.65 e 0.82. Na Tabela 22 a seguir exibida são expostos os resultados relativos aos quatro fatores.

Tabela 22

Resultados dos valores de consistência interna do Questionário de Agressão.

QA Agressão Física	QA Agressão Verbal	QA Hostilidade	QA Raiva
0.82	0.65	0.80	0.75

Em relação à necessidade de transformações na sua estrutura estatística, no QA foi retirado o item 24 (*“Não consigo encontrar nenhuma boa razão para bater em alguém”*) pertencente à subescala Agressão Física. Em relação à subescala Hostilidade foi retirado o item 4 (*“De vez em quando tenho muita inveja dos outros”*).

#### 4.8.5. How I Think Questionnaire (HITQ; Barriga & Gibbs, 1996; adaptado por Ferreira, 2010).

O How I Think Questionnaire foi traduzido e adaptado para a população portuguesa por Ferreira (2010). Segundo Barriga e Gibbs (1996), este instrumento procura avaliar quatro categorias de distorções cognitivas: Catastrofização (*“Assumir o Pior”*, erros cognitivos que se relacionam com a atribuição infundamentada de intenções hostis de outros ou em considerar inevitável o pior cenário em situações sociais), Racionalização (*“Culpar os Outros”*, atribuição de culpa a outra pessoa, grupo ou a motivos momentâneos de frivolidade, tal como ter efetuado o comportamento por se encontrar bêbedo, drogado ou de mau humor), Egocentrismo (*“Auto-Centração”*, percepção das circunstâncias de acordo



com as suas próprias expectativas, interesses, necessidades ou sentimentos e desejos imediatos, de tal forma que os interesses legítimos dos outros não são considerados) e Minimização (crenças com referência aos outros de forma desumanizada e a alegação do comportamento antissocial como não causador de danos, ou sendo até aceitável e admirável).

Consiste num instrumento de autorrelato composto por 54 itens, onde é solicitado ao sujeito que assinale a opção que melhor descreve a sua maneira de pensar, numa escala de tipo *Likert* que oscila entre 1 (“*Concordo Totalmente*”) e 6 (“*Discordo Totalmente*”). Destes 54 itens, 39 integram as quatro tipologias de distorções cognitivas referidas e ainda quatro subescalas de comportamento antissocial (Oposição/Desafio, Agressão Física, Mentir e Roubar), derivadas dos critérios estabelecidos para as perturbações de comportamento e de oposição e desafio descritos no DSM-IV (APA, 2000). Outros 8 itens estão associados à subescala de Respostas Anómalas, constituída para revelar respostas suspeitas ou socialmente desejáveis. Por último, existem 7 itens que são meras afirmações prossociais, não incluídos no cálculo da nota global do questionário ou de qualquer umas das subescalas, e que têm como objetivo compensar o conteúdo negativo dos itens relativos às distorções cognitivas e às respostas anómalas, bem como dissimular a intenção principal do questionário. Os autores (Barriga, Gibbs, Potter, & Liao, 2001) referem que respostas individuais em torno de 3.0 (“Concordo um pouco”) ou superiores são indicativas de distorção cognitiva e, por sua vez, valores de cotação de 3.0 ou inferiores são indicadores de inexistência de distorção cognitiva. Na versão original o questionário apresenta indicadores de consistência interna entre 0.93 e 0.96 (Barriga, Landau, Stinson, Liao, & Gibbs, 2000). No estudo aqui em exame obtiveram-se valores deste coeficiente entre 0.77 e 0.82. A Tabela 23 apresentada de seguida resume esta informação.

Tabela 23

Resultados dos valores de consistência interna do HITQ – How I Think Questionnaire

HITQ Assumir o Pior (Catastrofização)	HITQ Culpar os Outros (Racionalização)	HITQ Auto-Centração (Egocentrismo)	HITQ Minimização
0.82	0.79	0.80	0.77

Após inserção na base de dados e análise estatística das suas características, foi retirado no HITQ o item 23 (*“Se não nos impomos aos outros aproveitam-se eles de nós”*), na escala de Catastrofização. Foi retirado o item 6 (*“Se fiz alguma asneira foi porque me deixei influenciar por más companhias”*) e 46 (*“Quando perco o controlo é porque me tiraram do sério”*) na escala Culpar os Outros. Na subescala Autocentração foi retirado o item 10 (*“Quando fico furioso, não me importo se magoo alguém”*) e o item 37 (*“As regras foram feitas para os outros cumprirem”*).

#### 4.8.6. Escala de Fantasias Sexuais de Wilson (EFS-W; Wilson, 1988; adaptado por Barroso, Manita & Nobre, 2010).

A Escala de Fantasias Sexuais foi adaptada por Barroso, Manita & Nobre (2010) e permite verificar o tipo de fantasia sexual que o indivíduo mais tem presente. Tem como racional teórico subjacente o facto de o ser humano, durante a resposta sexual, utilizar um conjunto de processos mentais superiores, tais como imagens e fantasias sexuais. Estas fantasias sexuais atuam como mediadores, motivadores ou geradores de comportamentos sexuais específicos (Wilson, 2010). É composta por 40 exemplos de fantasias sexuais, que se agrupam em quatro categorias: Exploratórias (e.g., *“Ato sexual com alguém de raça diferente”*), Íntimas (e.g., *“Ter relações sexuais com uma pessoa que goste/ame”*), Impessoais (e.g., *“Observar outros a fazerem sexo”*) e Sadomasoquistas (e.g., *“Obrigar alguém a fazer alguma coisa”*). O respondente poderá indicar o quão frequente é essa fantasia sexual na sua vida. Na primeira categoria alude-se à tendência para a excitação e variedade sexual, onde a presença de cotações elevadas tendem a indicar um forte impulso sexual (Wilson, 1988). A categoria de fantasias sexuais Íntimas está relacionada com a

gratificação e procura de um aplicado compromisso com um número circunscrito de parceiros sexuais. Na categoria seguinte, fantasias sexuais Impessoais, há a alusão a interesses em fetiches, roupas, filmes ou outras manifestações sexuais indiretas, valorizando-se muito pouco os sentimentos e características de personalidade. Esta tipologia de fantasias tem sido mais encontrada em indivíduos do sexo masculino e tem sido interpretado como um indicador de forte interesse em sexo (Sierra, Ortega, & Zubeidat, 2006). Finalmente, no quarto fator encontram-se as fantasias Sadomasoquistas, cujo conteúdo se encontra associado com o recebimento ou provocação de dor durante o processo de excitação sexual, recorrendo, por exemplo, ao atar alguém ou ser atado ou, então, o dar ou receber palmadas. A soma da cotação nos quatro fatores possibilita uma medida de quais as categorias de fantasias sexuais mais frequentes. Na versão original (Wilson, 2010) este questionário possui indicadores de consistência interna entre 0.66 e 0.79. Na investigação que nos propusemos efetuar estes valores oscilam entre 0.75 e 0.83, como pode ser observado na Tabela 24 a seguir exposta.

Tabela 24

Resultados dos valores de consistência interna da EFS-W – Escalas de Fantasias Sexuais de Wilson.

EFS-W Fantasias Sexuais Exploratórias	EFS-W Fantasias Sexuais Impessoais	EFS-W Fantasias Sexuais Íntimas	EFS-W Fantasias Sexuais Sadomasoquistas
0.79	0.75	0.83	0.76

Em relação a esta escala, nas análises prévias às análises estatísticas foi necessário retirar o item 2 (*“Atividade homossexual”*) em relação à subescala de fantasias sexuais Exploratórias e o item 22 (*“Vestir roupas do sexo oposto”*) em relação à subescala de fantasias Impessoais. Na categoria de fantasias Íntimas foi retirado o item 9 (*“Ter relações sexuais com uma pessoa que eu goste ou ame”*) e o item 16 (*“Beijar apaixonadamente”*). Já em relação às fantasias Sadomasoquistas foi necessário retirar os itens 25 (*“Ser chicoteado ou levar umas palmadas no rabo”*) e 32 (*“Tirar as roupas a alguém de forma brusca”*).

4.8.7. Marlowe-Crowne Social Desirability Scale-Short Form (SDS-SF, Ballard, 1992; adaptado por Carvalho, 2000).

Alguns estudos (Nederhof, 1984; Paulhus & Reid, 1991) sugerem que nas circunstâncias em que informação é recolhida face a face ou com interação pessoal, há maior probabilidade de ocorrência de respostas socialmente desejáveis e altruístas e, deste modo, verificar-se enviesamento. Esta medida de autorrelato avalia as respostas socialmente desejáveis, isto é, a tendência do participante para responder de uma forma que julga ser vista como favorável pelos outros. Trata-se de uma versão reduzida da escala original e é composta por 13 itens, com um formato de resposta dicotómico, entre 1 (*Verdadeiro*) e 0 (*Falso*), obtendo-se, assim, no final uma nota total. Os resultados mais elevados traduzem níveis elevados de desejabilidade social. Em relação à consistência interna na versão original foi obtido um valor igual a 0.70. Nesta investigação o alpha de Cronbach obtido foi de 0.66.

4.8.8. Escala de Graffar Adaptada (Graffar, 1956; tradução e adaptação de Amaro, 1990).

A Escala de Graffar adaptada à população portuguesa (Amaro, 1990) é um instrumento de classificação social das famílias em quatro critérios: profissão, nível de instrução, origem do rendimento familiar e tipo de habitação. O investigador atribui à família do sujeito uma pontuação (em função do grau presente) para cada um dos quatro pontos indicados e, no final, com a soma dessas pontuações obtém-se um escalão entre cinco possíveis: *Classe I-Elevado*, *Classe II-Médio Elevado*, *Classe III-Médio*, *Classe IV-Médio Baixo* e *Classe V-Baixo*.

#### 4.9. PROCEDIMENTO

Uma vez enumerados os critérios e procedimentos que conduziram a seleção dos participantes, bem como os instrumentos utilizados na avaliação psicológica e na recolha de outras informações, compete agora descrever os elementos respeitantes à implementação da investigação. Importa, igualmente,

refletir sobre os aspetos éticos que as investigações suscitam em geral e, nesta pesquisa, em particular. Cientes da importância de seguir um código de conduta ética, pretendemos expor de seguida as opções que tomámos a este nível. Iniciaremos pela descrição referente ao grupo amostral de adolescentes agressores e, de seguida, pelo grupo de adolescentes não agressores.

#### 4.9.1. Adolescentes Agressores

##### 4.9.1.1. Aspetos éticos

Como refere Creswell (2009), é fundamental que o investigador antecipe eventuais dilemas éticos que possam estar presentes na investigação. O código de princípios da IATSO (Miner et al., 2006), respeitante à avaliação e tratamento de JAS, refere um princípio, entre outros, elementar: a obrigatoriedade das investigações, avaliações e terapias realizadas junto destes menores atenderem à sua dignidade e respeito. Este princípio estende-se aos JAN-S e, obviamente, a todos os outros participantes no estudo. De modo mais genérico, também o Código de Conduta e de Princípios Éticos dos Psicólogos da APA (2002), bem como o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP, 2011), são claros em relação aquele e a outros princípios. Ao longo da investigação foram tidos em consideração todos estes códigos de conduta e princípios. Passamos, de seguida, a explicar as principais ponderações éticas que se foram colocando nesta investigação.

Uma primeira consideração relaciona-se com a aprovação da investigação por parte das instituições governamentais que tutelam os estabelecimentos judiciais que acolhem os jovens. Foi efetuado um pedido à DGRS e outro à DGSP, em conjunto com o projeto de investigação e os instrumentos de avaliação a usar, explicando a pertinência da investigação e os objetivos específicos dos estudos. Nenhuma das instituições colocou impedimentos ou solicitou alterações ao projeto de investigação.

Outro ponto tido em conta relaciona-se com a obtenção do consentimento informado. Esta anuência escrita em cooperar no estudo permite aos participantes tomarem conhecimento do âmbito da investigação e a certificação de que os seus

direitos serão protegidos durante o processo de recolha de dados (Kazdin, 2002). Nesta folha de consentimento informado, usando uma linguagem clara e acessível, constavam informações sobre o investigador e sobre o estudo, a garantia de anonimato e confidencialidade, a comunicação de que o órgão tutelar governamental tinha consentido a investigação e a indicação de que o sujeito poderia desistir de participar se o quisesse fazer e quando o entendesse fazer. Não expusemos os objetivos específicos da investigação (concretamente as questões de investigação levantadas) para evitar que as respostas dos sujeitos fossem de algum modo influenciadas (Schwartz, 1999).

Um dos dilemas éticos que se colocaram desde o momento da recolha de dados prendeu-se com a questão da vitimação por abuso sexual, ou seja, o facto de o adolescente ter sido abusado sexualmente. Como foi referenciado na revisão de literatura, vários estudos apontam para a possibilidade da ocorrência deste abuso favorecer futura perpetração de abusos sexuais. Importava, por esse motivo, estudar esta circunstância na nossa amostra de sujeitos agressores. Contudo, esta informação raramente<sup>15</sup> constava nos processos e nos registos das avaliações psicológicas tendo, assim, que ser o próprio investigador a indagar este facto. Contudo, o contexto e tempo despendido na avaliação de cada sujeito (cerca de 45 minutos), era muito curto para uma avaliação desta natureza, que envolve um cuidado e atenção profissional redobrados. Corria-se, desta forma, o sério risco de desencadear em alguns participantes instabilidade emocional e comportamental e, até, o risco de desequilíbrio psicopatológico. Deste modo, pelas razões apresentadas, optámos por não avaliar esta variável na nossa investigação.

Uma outra importante questão ética colocou-se em relação à colocação de questões sobre sexualidade aos sujeitos agressores (incluindo a aplicação da escala EFS-W), em particular, aos participantes acolhidos em centros educativos, por possuírem uma idade tendencialmente inferior e a temática poder ser sensível para alguns. Optou-se, contudo, por avançar com a avaliação desta dimensão, seguindo a experiência de outros autores (Seto & Lalumière, 2010). Da parte da DGRS e da DGSP, como responsáveis tutelares, não houve qualquer oposição ao

uso da escala EFS-W nem às questões sobre sexualidade a colocar aos sujeitos. Já nos próprios centros educativos foram sendo questionados os diretores, os coordenadores e/ou psicólogos sobre esta questão, havendo a indicação ao investigador de um ou outro adolescente em que seria conveniente, por razões de maturidade, não efetuar esta parte da avaliação. No processo de recolha de dados o investigador informava o adolescente sobre o objetivo pretendido com essa fase da avaliação (recolher informações sobre alguns aspetos relacionados com a sexualidade dos jovens), solicitava o preenchimento da EFS-W e questionava o adolescente sobre a idade de início da sexualidade, onde e com quem obteve os primeiros conhecimentos sobre a sexualidade e, finalmente, o uso e frequência de uso de pornografia. Houve dois casos de recusa em responder a essa parte do protocolo, um caso argumentando motivos religiosos e outro caso alegando motivos étnicos.

#### 4.9.1.2. Procedimentos na recolha de dados

A avaliação da amostra dos jovens agressores foi efetuada em estreita colaboração com os responsáveis superiores das instituições, que orientaram o nosso trabalho no terreno. Era acordado previamente o período temporal para recolher os dados e transmitido os objetivos do estudo e os critérios de seleção da amostra. Já na instituição era fornecida ao investigador uma listagem com os nomes dos sujeitos, com crimes sexuais e não sexuais, que tinham as características pretendidas. Durante alguns dias eram consultadas as peças processuais constantes no dossier de utente da DGRS ou no dossier de recluso da DGSP, com especial ênfase nos dados do seu percurso institucional e nas peças disponibilizadas pelos tribunais que julgaram os casos. Igualmente, eram analisados os relatórios sociais e/ou de avaliação psicológica que tinham sido efetuados para o caso em questão pelas equipas de profissionais das diferentes delegações regionais. A consulta detalhada de cada processo demorou, em média, cerca de 2 horas.

No final desta fase de consultas processuais dava-se início ao período de aplicação dos autorrelatos aos jovens institucionalizados em espaços

---

<sup>15</sup> Esta informação foi encontrada apenas em cinco processos de adolescentes agressores ( $n=180$ ).

disponibilizado pelas instituições, sendo aqui necessária uma articulação contínua com os profissionais de segurança. Os jovens eram convidados individualmente, era-lhes explicado o âmbito da investigação e era-lhes solicitada a leitura e assinatura do consentimento informado e, depois, o preenchimento dos autorrelatos referidos anteriormente. No total foram contabilizadas 17 recusas em participar na investigação, o que consideramos uma taxa de recusas reduzida. Não eram convocados jovens que nesse período de tempo se encontrassem doentes ou em isolamento cautelar.

O tempo de aplicação de todos os instrumentos a cada sujeito aproximou-se dos 45 minutos. Procurou-se implementar a avaliação em momentos em que os jovens não estivessem em atividades de desporto, distração ou de formação académica. Nenhum dos participantes que concordou participar na investigação desistiu durante a fase de recolha de dados através dos autorrelatos. Todavia, houve momentos em que alguns participantes pediram para não preencher um ou outro questionário (e.g., os mais longos). Era sempre aceite esta opção do participante, embora o investigador procurasse motivar o seu preenchimento. Nos CE a amostra era recolhida em cerca de duas semanas (e.g., CEO) a quatro semanas (e.g., CEM), totalizando aqui o tempo empregue na consulta dos processos dos jovens aí institucionalizados e, mais tarde, a recolha individual de dados através da aplicação individual de autorrelatos. Nos EP, dado o número inferior de sujeitos, o tempo de recolha de informações foi mais curto, oscilando entre um dia (e.g., EP do Montijo) e duas semanas (e.g., EP do Linhó).

A amostra foi recolhida sempre pelo investigador e foi efetuada regularmente entre outubro de 2010 e outubro de 2011. Em alguns CE e EP, com o acordo e apoio dos diretores, quando davam entrada novos sujeitos com as características pretendidas (em especial JAS) após a recolha inicial da amostra, o investigador regressava à instituição e iniciava-se uma nova fase de avaliação.



#### 4.9.2. Grupos não agressores

##### 4.9.2.1. Aspetos éticos

Em termos éticos aplicaram-se os mesmos princípios definidos para a recolha dos jovens agressores. Foi efetuado um pedido formal à Direção da Escola Secundária de Águas Santas (Maia), acompanhado pelo projeto de investigação e pelos instrumentos de avaliação que se tencionavam utilizar. A Direção da Escola aceitou colaborar na implementação da investigação colocando apenas a condição de não ser utilizado o questionário EFS-W e não serem feitas questões sobre a temática da sexualidade. O motivo desta decisão estava relacionado com o facto de poder haver encarregados de educação que, por terem receio de se estar a prejudicar a educação dos educandos com questões sobre sexualidade, criassem um alarme social desnecessário, não havendo possibilidade de realizar um esclarecimento atempado desta questão. Compreendemos e aceitamos esta justificação e optámos pela não utilização do questionário nesta amostra de adolescentes.

Através da colaboração dos diretores das turmas selecionadas, foi enviado aos encarregados de educação um pedido de consentimento para que os seus educandos pudessem preencher os autorrelatos definidos. Foi explicado o objetivo genérico da investigação, a tipologia das medidas de avaliação a utilizar e a participação voluntária e anónima. Aos alunos cujos pais concordaram com a sua participação foi solicitada a leitura e a assinatura do consentimento informado nos momentos prévios ao preenchimento dos questionários. As informações ali constantes seguiram os mesmos pontos abordados com os adolescentes agressores, descritos anteriormente. Não foi transmitida a informação de que os dados ali recolhidos iriam ser agrupados num grupo de contraste, para não suscitar a tendência de que deveriam responder diferentemente de um outro jovem com problemas relacionados com a justiça.

##### 4.9.2.2. Procedimentos de recolha de dados

A recolha de dados foi feita numa escola pública (Escola Secundária de Águas Santas, Maia) durante os meses de fevereiro e março de 2011. Após o

consentimento informado dos progenitores, os adolescentes que concordaram participar na investigação foram avaliados num tempo de aulas, no horário correspondente à disciplina da responsabilidade da diretora de turma, através de um protocolo de investigação composto pela Folha de Recolha de Dados - Escola e pelas medidas de avaliação (YSR, AQ, HITQ, e SDS-SF) selecionadas. As instruções eram lidas em voz alta e, durante a administração do protocolo, que demorava cerca de 45 minutos a ser preenchido, eram esclarecidas as dúvidas dos participantes, sempre que surgiam. Nenhum dos participantes que acedeu participar desistiu durante este processo de administração dos autorrelatos.

#### **4.10. PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS**

Relembramos que, depois dos procedimentos efetuados, a amostra de JAS que será utilizada nos estudos comparativos com JAN-S e JN-A, será composta por indivíduos provenientes de centros educativos e de estabelecimentos prisionais, com crimes de violação (JAS-V) e de abuso sexual de crianças (JAS-C). As informações recolhidas junto destas diferentes amostras foram codificadas e introduzidas numa base de dados e os procedimentos e análises estatísticas foram efetuadas através do programa informático *IBM-SPSS Statistics*, versão 20.0, para Macintosh. Para todos os procedimentos e análises estatísticas foi utilizado um intervalo de confiança de 95%.

Numa primeira fase, foram realizados procedimentos para atender ao controlo rigoroso de todas as medidas obtidas, através do estudo dos coeficientes de consistência interna de todas as escalas e subescalas, através do resultado do alpha de Cronbach (resultados já apresentados na secção Medidas). Depois, houve particulares preocupações antes de ser efetuada qualquer análise estatística comparativa, com vista ao estabelecimento de grupos amostrais homogéneos. Importava saber, por um lado, se as amostras de agressores possuíam homogeneidade, independentemente do local de recolha de dados (quer estivessem em Centros Educativos ou Estabelecimentos Prisionais). Por outro lado, tal como já foi referido, muitos dos jovens não responderam na totalidade aos autorrelatos. Neste último caso, importava saber se o facto de o

não fazerem era indicador de diferenças em relação aos sujeitos que responderam. Esta análise estatística era crucial para que pudessem estar reunidas condições para as análises comparativas. No caso de serem detetadas variáveis em que subsistissem diferenças, estas não poderiam ingressar nas análises estatísticas comparativas sob pena de estarem a ser contaminados os resultados. Foram, assim, realizados estudos de homogeneidade no conjunto de variáveis que seriam alvo de atenção nos quatro estudos desta investigação. As explicações detalhadas destes procedimentos são feitas nas duas secções seguintes.

Nos estudos efetuados foram utilizados apenas testes paramétricos, aplicados em função do nível de medida e das condições (pressupostos) de aplicação (Maroco, 2011). Os procedimentos efetuados em cada um dos estudos serão explicados após a exposição das análises de homogeneidade.

#### 4.10.1. Procedimentos preparativos das condições para as análises estatísticas comparativas

##### 4.10.1.1. Estudo da homogeneidade da amostra independentemente do local de recolha dos dados

Como foi referido anteriormente, os dados recolhidos nas Equipas Tutelares da DGRS foram referentes a informações criminais, sociais e decorrentes dos relatórios de avaliação psicológica. Contudo, dado que não foi possível aplicar os autorrelatos definidos e, desta forma, obter essas informações que foram alvo de comparação entre os sujeitos, optou-se pela não utilização destes sujeitos nos estudos comparativos. Deste modo, somente os dados estatísticos dos grupos de sujeitos agressores (sexuais e não sexuais) provenientes de Centros Educativos e de Estabelecimentos Prisionais foram utilizados nos estudos. No entanto, era importante ficar clara a homogeneidade estatística da amostra, isto é, demonstrar que as variáveis psicológicas de um sujeito institucionalizado num centro educativo não são diferentes de outro sujeito que se encontra num estabelecimento prisional. Esta questão levantava-se porque, como também já foi referido, do ponto de vista legal são diferentes os

motivos e as circunstâncias que rodeiam as decisões de um sujeito ir para uma instituição ou para a outra.

Assim, foi analisada a eventual desigualdade estatística entre os dois locais de recolha. Para o efeito, transformaram-se as variáveis agregando-se numa única variável os sujeitos vindos destas duas instituições e, de seguida, foram efetuadas análises de diferenças de médias entre os dois grupos em relação às dimensões planeadas para os estudos que se tinham planeado efetuar. Na Tabela 25 (relativa às variáveis contínuas, usando o *teste t* de médias para duas amostras independentes) e Tabela 26 (referente às variáveis dicotómicas, usando o *teste de Qui-quadrado* para análise da dispersão das variáveis) a seguir expostas são apresentados os resultados referentes a esta análise.

Tabela 25

Resultados da análise de diferenças de médias, assumindo como variável dependente os locais de recolha de dados e, como variáveis independentes, as subescalas de formato contínuo que se tinham programado utilizar nos estudos.

Subescalas / Variáveis	Centros Educativos (n=123)		Estabelecimentos Prisionais (n=26)		t
	M	DP	M	DP	
YSR Total	78.1	26.1	72.0	26.8	1.001
YSR Externalização	24.1	10.1	18.2	9.0	<b>2.535*</b>
YSR Comportamento Agressivo	9.5	5.3	6.2	3.5	1.877
YSR Comportamento de Oposição	13.2	5.2	9.9	5.3	<b>2.663*</b>
YSR Problemas de Comportamento	9.3	4.7	6.2	3.5	<b>2.971*</b>
AQ Agressividade Física	22.5	6.9	19.7	6.6	1.542
AQ Agressividade Verbal	13.7	3.8	13.1	4.0	.623
AQ Raiva	18.0	5.3	17.5	7.5	.401
AQ Hostilidade	19.0	5.8	20.4	5.4	-1.055
EFS Exploratórias	7.9	4.6	7.6	5.7	.307
EFS Intimas	10.0	4.6	8.7	4.9	1.123
EFS Impessoais	5.9	4.0	5.9	3.9	-.044
EFS Sado-Masoquistas	2.1	2.8	2.0	3.1	.142
HIT Egocentrismo	2.7	0.7	2.6	0.6	.742
HIT Catastrofização	3.1	0.7	3.2	0.8	-.424
HIT Minimização	2.4	0.6	2.4	0.5	.199
HIT Culpar os outros	2.8	0.7	2.7	0.7	.550
Idade de início de problemas comportamentais	11.4	1.7	10.8	5.4	.993

Nota: \* p<.05

Os resultados observados na tabela anterior permitem concluir que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois locais de recolha de dados em relação aos dados das subescalas *YSR Externalização*, *YSR Problemas de Comportamento* e *YSR Comportamentos de Oposição*. Como tal, estas dimensões não deverão ser utilizadas nas análises comparativas. Nenhuma das outras subescalas dos instrumentos utilizados demonstrou diferenças estatísticas entre os dois locais de recolha. Julgamos que os resultados aqui obtidos se devem ao facto de os jovens institucionalizados em EP tenderem a exhibir unicamente crimes sexuais e, os jovens colocados em CE, a apresentar crimes sexuais e outros crimes não sexuais, aumentando nestes últimos a percepção de realização de mais comportamentos violentos e de externalização.

Na Tabela 26 a seguir exposta encontram-se os resultados relativos às variáveis com formato dicotómico.

Tabela 26

Resultados da análise de diferenças de proporções, assumindo como variável dependente os locais de recolha de dados e, como variáveis independentes, as variáveis psicológicas de formato dicotómico que se tinham programado utilizar nos estudos.

	Centros Educativos		Estabelecimentos Prisionais		$\chi^2$
	N	%	N	%	
Pertença a gangs					<b>.019*</b>
Sim	95	50.3	12	6.3	
Não	60	31.7	22	11.6	
Absentismo escolar					.880
Sim	149	79.7	23	12.3	
Não	13	7.0	2	1.1	
Qualidade da integração escolar					.557
Com problemas	42	24.6	102	59.6	
Sem problemas	10	5.8	17	9.9	
Comportamento no Contexto Escolar					.140
Globalmente Adequado	20	11.5	6	3.4	
Desadequado	139	79.9	9	5.2	
Qualidade do relacionamento com grupo de pares					.990
Globalmente adequado	12	7.2	16	9.6	
Desadequado-Conflituoso	41	24.6	98	58.7	
Perpetrador de Bullying					<b>.046*</b>
Sim	54	32.3	2	1.2	
Não	94	56.3	17	10.2	
Qualidade do grupo pares					.990
Acompanha pares normativos	10	5.2	2	1.0	
Acompanha pares problemáticos	150	77.3	32	16.5	
Autocontrolo/Impulsividade					.100
Demonstra	8	4.1	8	4.1	
Não demonstra, passa facilmente ao ato	153	79.3	24	12.4	
Tolerância à Frustração					.112
Adequada	9	4.6	5	2.6	

Desadequada	154	78.6	28	14.3	
Estilo Parental da Mãe					.026*
Autoritário	6	3.7	1	0.6	
Permissivo	114	69.5	11	6.7	
Autoritativa	7	4.3	1	0.6	
Negligente	17	10.4	4	2.4	
Ausente	1	0.6	2	1.2	
Estilo Parental do Pai					.956
Autoritário	26	18.7	4	2.9	
Permissivo	44	31.7	8	5.8	
Autoritativa	7	5.0	1	0.7	
Negligente	15	10.8	2	1.4	
Ausente	29	20.9	3	2.2	
Uso da punição física pelos cuidadores					.997
Sim	114	68.7	18	10.8	
Não	30	18.1	4	2.4	
Imposição de regras e limites pelos cuidadores					.579
Impõem regras e limites	11	5.8	1	0.5	
Imposição insuficiente de regras e limites	123	64.4	20	10.5	
Não impõem regras e limites	29	15.2	7	3.7	
Supervisão comportamental					.195
Próxima e com controlo	4	2.8	1	3.2	
Insuficiente, devido horários laborais	18	12.4	3	9.7	
Insuficiente-Negligente	123	84.8	27	87.1	
Mãe esteve presa					.659
Sim	5	2.9	2	1.1	
Não	142	81.6	25	14.4	
Pai esteve preso					.750
Sim	24	14.4	3	1.8	
Não	118	70.7	22	13.2	
Irmãos estiveram presos					.281
Sim	24	24.0	8	32.0	
Não	76	76.0	17	68.0	
Existência de violência familiar					.295
Sim	113	67.3	17	10.1	
Não	36	21.4	2	1.2	
Maus tratos físicos cometidos no adolescente					.669
Sim	60	39.7	7	4.6	
Não	78	51.7	6	4.0	
Empatia com a(s) vítima(s)					.658
Denota capacidade empática	29	14.8	5	2.6	
Não denota capacidade empática	130	66.3	32	16.3	
Atitude face ao crime					.260
Demonstra sentido crítico	72	35.6	9	4.5	
Não demonstra sentido crítico	91	45	30	14.9	
Registo de crimes anteriores					.526
Sim	114	64.8	25	14.2	
Não	28	15.9	9	5.1	
Situação económica da família					.300
Suficiente	86	61.0	9	23.1	
Insuficiente	55	39.0	30	76.9	
Avaliação do contexto comunitário					.433
Conotado com marginalidade	81	58.3	21	61.8	
Sem conotações problemáticas	58	41.7	13	38.2	
Estatuto socioeconómico					.953
Médio	46	34.3	11	32.4	
Médio-baixo	67	50.0	17	50.0	
Baixo	21	15.7	6	17.6	
Área residencial					.224
Rural	14	9.7	4	10.0	
Urbano	53	36.8	9	22.5	
Suburbano	77	53.5	27	67.5	
Consumo de pornografia					.636
Sim	28	51.9	8	17.7	
Não	5	8.1	0	0.0	
Visualização de filmes pornográficos					.665
Sim	44	74.6	10	16.9	
Não	5	8.5	0	0.0	
Consumo de pornografia na internet					.233
Sim	28	51.9	8	14.8	
Não	16	29.6	1	1.9	
Exposição a comportamentos sexuais (no					.998

contexto familiar ou grupo de pares)

Sim	7	22.6	0	00
Não	22	71.0	2	6.5

Nota: \*  $p < .05$

A leitura da tabela salienta a presença de três variáveis com associações estatisticamente significativas: *Pertença a gangs*, *Perpetrador de Bullying* e *Estilo parental da mãe*. Traduzem estes resultados a indicação de que estas variáveis não deverão ser utilizadas nos procedimentos comparativos dos estudos planeados, uma vez que demonstram especificidades dos sujeitos que se encontram em centros educativos ou em estabelecimentos prisionais. À semelhança da análise anterior com as variáveis contínuas, o facto de os jovens institucionalizados em CE apresentarem mais crimes não sexuais (a adicionar aos crimes sexuais) parece ter aqui também alguma influência.

As análises de homogeneidade pretendiam, igualmente, analisar eventuais diferenças pelo facto de um sujeito responder aos questionários (ou a algumas respostas dos questionários) ou não. Estes dados são apresentados de seguida.

#### 4.10.1.2. Estudo da homogeneidade da amostra independentemente das não respostas aos instrumentos

Como foi referido anteriormente, após a inserção dos dados foi detetada a ocorrência de um número considerável de “não-respostas”<sup>16</sup> nos diversos questionários, ou seja, itens que os sujeitos deixaram por preencher. Isto deveu-se à ocorrência, já referida anteriormente, de durante as avaliações individuais efetuadas alguns sujeitos concordarem em participar no estudo mas, a meio do protocolo, solicitarem o preenchimento de apenas de alguns questionários e não de outros (e.g., os mais longos). Importa, assim, atestar que os “não-respondentes” não responderam porque não tinham motivação para o preenchimento e não porque tinham características diferentes dos que responderam. Tudo isto apenas foi realizado para a amostra de jovens agressores, na medida em que era o único grupo que, entre os seus elementos, apresentava variações de *missing values* relevantes.

Assim, após a amostra ter sido dividida entre “respondentes” e “não respondentes”, foram comparadas as amostras de modo independente. Sublinhamos, novamente, que importava verificar se o facto de alguns dos sujeitos (das amostras de agressores, de centros educativos e estabelecimentos prisionais) não terem respondido a alguns dos autorrelatos era indicativo de diferenças entre os próprios sujeitos ou se não tinha qualquer relação com esse fator. A variável transformada tinha como valor 0 uma média ponderada de “não-resposta” e como valor 1 uma média ponderada de “resposta” aos itens. Face aos dados obtidos nas análises expostas anteriormente, foram consideradas nesta análise os sujeitos com crimes não sexuais e com crimes sexuais institucionalizados em centros educativos ou estabelecimentos prisionais. Na análise das variáveis contínuas (Tabela 27) foi usado o *teste t* de médias para duas amostras independentes e, em relação às variáveis dicotómicas (Tabela 28), usou-se o *teste de qui-quadrado* para análise de proporções.

Tabela 27

Resultados da análise de diferenças de médias, assumindo como variável dependente a variável de “resposta/não resposta” e, como variáveis independentes, as subescalas de formato contínuo que se tinham programado utilizar nos estudos.

Subescalas / Variáveis	Não respondentes (N=59)		Respondentes (N=118)		<i>t</i>
	M	DP	M	DP	
YSR Total	78.2	22.6	76.5	28.8	.487
YSR Externalização	23.5	8.6	23.0	11.1	.531
YSR Comportamento Agressivo	9.0	4.6	9.30	5.8	-.049
YSR Comportamento de Oposição	13.1	4.8	12.4	5.7	.893
YSR Problemas de Comportamento	9.3	4.3	8.6	5.0	1.060
AQ Agressividade Física	21.4	6.9	22.2	7.0	-.555
AQ Agressividade Verbal	13.2	4.1	13.7	3.4	-.722
AQ Raiva	17.7	6.2	18.0	5.2	-.333
AQ Hostilidade	18.8	6.1	19.5	5.2	-.610
EFS Exploratórias	7.7	5.0	8.0	4.6	-.314
EFS Intimas	9.0	5.0	10.6	4.2	-1.644
EFS Impessoais	5.5	4.4	6.2	3.5	-.901
EFS Sado-Masoquistas	1.9	2.6	2.3	3.3	-.757
HIT Egocentrismo	2.7	0.78	2.6	0.6	1.037
HIT Catastrofização	3.3	0.8	2.9	0.7	1.086
HIT Minimização	2.5	0.6	2.2	0.5	1.779
HIT Racionalização	2.9	0.8	2.7	0.6	.943
Idade de início de problemas comportamento	11.5	2.6	11.7	2.7	-.679

Nota: \*  $p < .05$

<sup>16</sup> Dados estatisticamente conhecidos como *missing values*.



Como se observa na Tabela 27, não foram encontrados resultados significativos nas análises às subescalas de formato contínuo. Deste modo, podemos afirmar que, em relação às subescalas de formato contínuo, não existem diferenças entre respondentes e não-respondentes. De seguida, passamos a expor os resultados obtidos com as análises das variáveis de formato dicotómico.

Tabela 28

Resultados da análise de diferenças de proporções, assumindo como variável dependente a variável de “resposta/não resposta” e, como variáveis independentes, as variáveis psicológicas de formato dicotómico que se tinham programado utilizar nos estudos.

	Não respondentes		Respondentes		$\chi^2$
	N	%	N	%	
Pertença a gangs					<b>.019*</b>
Sim	24	13.3	78	43.3	
Não	32	17.8	46	25.6	
Absentismo escolar					.478
Sim	50	27.9	113	63.1	
Não	3	1.7	13	7.3	
Qualidade da integração escolar					.557
Com problemas	42	24.6	102	59.6	
Sem problemas	10	5.8	17	9.9	
Comportamento no Contexto Escolar					.170
Globalmente Adequado	12	7.1	15	8.9	
Desadequado	41	24.3	101	59.8	
Qualidade do relacionamento com grupo de pares					.245
Globalmente adequado	12	7.2	16	9.6	
Desadequado-Conflituoso	41	24.6	98	58.7	
Perpetrador de Bullying					<b>.000*</b>
Sim	29	17.9	25	15.4	
Não	17	10.5	91	56.2	
Qualidade do grupo pares					.103
Acompanha pares normativos	6	3.2	5	2.7	
Acompanha pares problemáticos	47	25.3	128	68.8	
Autocontrolo/Impulsividade					.370
Demonstra	9	4.9	7	3.8	
Não demonstra, passa facilmente ao ato	47	25.4	122	65.9	
Tolerância à Frustração					.190
Adequada	7	3.7	7	3.7	
Desadequada	51	27.1	123	65.4	
Estilo Parental da Mãe					.255
Autoritário	4	2.5	3	1.9	
Permissivo	34	21.4	87	54.7	
Autoritativo	2	1.3	6	3.8	
Negligente	8	5.0	12	7.5	
Ausente	2	1.3	1	0.6	
Estilo Parental do Pai					<b>.003*</b>
Autoritário	17	12.8	11	8.3	
Permissivo	10	7.5	41	30.8	
Autoritativo	3	2.3	4	3.0	
Negligente	9	6.8	8	6.0	
Ausente	9	6.8	21	15.8	

Uso da punição física pelos cuidadores					<b>.028*</b>
Sim	41	25.8	84	52.8	
Não	4	2.5	30	18.9	
Imposição de regras e limites pelos cuidadores					.061
Impõem regras e limites	6	3.3	6	3.3	
Imposição insuficiente de regras e limites	35	19.1	102	55.7	
Não impõem regras e limites	14	7.7	20	10.9	
Supervisão comportamental					.070
Próxima e com controlo	1	3.7	22	24.4	
Insuficiente, devido horários laborais	4	14.8	9	10.0	
Insuficiente-Negligente	22	81.5	59	65.6	
Mãe esteve presa					.693
Sim	1	0.6	6	3.6	
Não	46	27.4	115	68.5	
Pai esteve preso					.164
Sim	10	6.2	16	10.0	
Não	31	19.4	103	64.4	
Irmãos estiveram presos					.269
Sim	4	25.0	10	13.7	
Não	12	75.0	63	86.3	
Existência de violência familiar					.095
Sim	38	23.9	83	52.2	
Não	6	3.8	32	20.1	
Maus tratos físicos cometidos sobre o adolescente					<b>.000*</b>
Sim	33	22.8	30	20.7	
Não	7	4.8	75	51.7	
Empatia com a(s) vítima(s)					.980
Denota capacidade empática	10	5.3	23	12.2	
Não denota capacidade empática	45	23.8	111	58.7	
Atitude face ao crime					.954
Demonstra sentido crítico	24	12.4	54	27.8	
Não demonstra sentido crítico	34	17.5	82	42.3	
Registo de crimes anteriores					.427
Sim	36	21.2	97	57.1	
Não	7	4.1	30	17.6	
Situação económica da família					
Suficiente	10	37.0	53	55.2	.073
Insuficiente	17	63.0	43	44.8	
Avaliação do contexto comunitário					.087
Conotado com marginalidade	7	30.4	44	48.9	
Sem conotações problemáticas	16	69.6	46	51.1	
Estatuto socioeconómico					.075
Médio	10	37.0	41	47.1	
Médio-baixo	11	40.7	40	46.0	
Baixo	6	22.2	6	6.9	
Área residencial					.345
Rural	10	38.5	3	3.0	
Urbano	5	19.2	35	35.0	
Suburbano	11	42.3	62	63.0	
Consumo de pornografia					.806
Sim	41	69.5	13	22.0	
Não	3	5.1	2	3.4	
Visualização de filmes pornográficos					.945
Sim	36	64.3	15	26.8	
Não	4	7.1	1	1.8	
Consumo de pornografia na internet					.714
Sim	24	47.1	9	17.6	
Não	12	23.5	5	9.8	
Exposição a comportamentos sexuais (no contexto familiar ou grupo de pares)					.987
Sim	3	10.3	3	10.3	
Não	14	48.3	9	31.0	

Nota: \*  $p < .05$

Como se pode verificar pela análise da tabela anterior, foram encontrados resultados significativos nas variáveis *Pertença a gangs*, *Bullying*, *Estilo parental do pai*, *Uso da punição física pelos cuidadores* e *Maus tratos físicos cometidos sobre o adolescente*. Nestas variáveis a relação entre “resposta” e “não-resposta” parece indicar que o motivo do não preenchimento dos questionários será o facto de os sujeitos terem características diferentes nessas mesmas variáveis. Deste modo, podemos afirmar que, com exceção das variáveis assinaladas, os grupos são semelhantes nas suas características e, por isso, não existe qualquer impedimento para a execução das análises estatísticas comparativas.

#### 4.10.2. Procedimentos estatísticos aplicados no estudo 1

Neste primeiro estudo, pretendíamos, por um lado, descrever as características pessoais, sociais e criminais da amostra de jovens agressores sexuais recolhidos no contexto português, concretamente JAS-C e JAS-V e, por outro lado, observar diferenças significativas entre estes dois grupos. Note-se, como já foi referido anteriormente, que neste estudo foram incluídos todos os jovens da amostra de JAS-C e JAS-V ( $n=118$ ) provenientes de CE, EP e ETE de Lisboa e Porto. Esta inclusão deveu-se ao facto de termos as informações respetivas e, em especial, por estas não terem qualquer condicionalismo estatístico (conforme foi explicitado na secção 4.10.1). Sempre que as variáveis em observação tinham contextualização teórica com os objetivos desta investigação, eram realizadas análises estatísticas adicionais no sentido de procurar diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de jovens agressores. Dada a tipologia das variáveis dependentes que constavam nas análises, foram realizados testes de Qui-quadrado entre os grupos, tendo-se em atenção os pressupostos necessários para a realização destes testes (Pallant, 2005), em particular o número mínimo de células esperadas entre grupos. Quando foram encontrados resultados significativos, foi utilizada a abordagem post-hoc de análise dos resíduos estandarizados.

#### 4.10.3. Procedimentos estatísticos aplicados no estudo 2

Para estudar as diferenças entre JAS-C, JAS-V, JAN-S e JN-A, em relação a problemas de comportamento, recorremos ao teste de Qui-quadrado (para analisar as diferenças em relação aos comportamento e processos disciplinares no contexto escolar, devido à natureza categorial da variável), a uma análise de variância (ANOVA) para estudar a variável relativa à idade de início dos comportamentos problemáticos e, por último, uma análise multivariada de covariância (MANCOVA), usando a cotação da desejabilidade social como covariável. Na realização do teste de qui-quadrado foi cumprido o pressuposto necessário do número mínimo de células esperadas (Pallant, 2005). O uso da desejabilidade social como covariável deveu-se ao interesse que tínhamos em despistar eventuais efeitos deste constructo no preenchimento dos autorrelatos, dado ser frequente a sua presença (Nederhof, 1984; Paulhus & Reid, 1991). Contudo, antes de ser efetuado este último procedimento foi efetuada uma análise correlacional de modo a obter a confirmação das variáveis estarem correlacionadas entre si e, desta forma, ser possível efetuar a MANCOVA com todas as variáveis decorrentes de autorrelatos aqui em estudo. Evidenciaram-se correlações ( $r = .76, .62$  e  $.48$ ;  $n = 226$ ,  $p < .001$ ) fortes e médias (Cohen, 1988) entre as variáveis *YSR Total*, *YRS Comportamentos Agressivos*, *QA Agressão Física* e *QA Agressão Verbal*. Deste modo, foi possível avançar para a análise estatística MANCOVA, englobando todas estas cotações como variáveis dependentes. A variável independente engloba os três grupos amostrais de agressores e o grupo de não agressores. Os pressupostos da MANCOVA foram validados recorrendo aos testes Shapiro-Wilks ( $p \geq .05$  para os quatro grupos) para a análise da normalidade, o teste de Levene ( $p \geq .05$ ) para avaliação da homogeneidade da variância, e à avaliação da homogeneidade da covariável nos níveis do fator ( $p \geq .05$ ). Finalmente, o pressuposto de homogeneidade dos declives foi avaliado como descrito em Maroco (2011) ( $p > .05$ ). Uma vez detetado um teste *M-Box* significativo, que indicava uma possível violação do pressuposto da homogeneidade das matrizes de variância-covariância, a significância multivariada foi avaliada através do indicador traço de *Pillai* em vez do lambda de *Wilks* como sugerem alguns investigadores (Tabachnick & Fidell, 2001). Para

avaliar os resultados entre cada um dos grupos foi utilizada a abordagem de correção de Bonferroni para estimar com maior detalhe as diferenças encontradas. Dada a relevância explicativa para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, e exigida atualmente em todas as publicações da APA (Ferguson, 2009; Kelley & Preacher, 2012), foi tida em consideração, também, a dimensão do efeito através do indicador Eta quadrado parcial ( $\eta_p^2$ ) e interpretada segundo as indicações de Cohen (1988): pequeno efeito  $\geq .0099$ , efeito médio  $\geq .0588$  e efeito elevado  $\geq .1379$ . Relembremos que, em termos práticos, esta dimensão do efeito significa a magnitude/proporção da variância total atribuída ao efeito (i.e., associação entre duas ou mais variáveis).

#### 4.10.4. Procedimentos estatísticos aplicados no estudo 3

Neste estudo, onde se procurou investigar as diferenças comparativas em relação aos quatro grupos amostrais em relação à manifestação de tendências antissociais, foram primeiramente aplicados testes de Qui-quadrado para os três grupos agressores em relação às variáveis autorregulação, empatia e atitude face ao crime. Uma segunda análise, recorrendo ao mesmo teste Qui-quadrado, foi efetuada em relação à associação a pares delinquentes, tendo, desta vez, presente os quatro grupos amostrais. Nas restantes variáveis dependentes em estudo (de natureza contínua), nomeadamente, a raiva, hostilidade e distorções cognitivas, foram efetuados estudos comparativos com os quatro grupos recorrendo a uma MANCOVA, usando o índice de desejabilidade social como covariável, de modo a controlar este possível efeito nos autorrelatos. Na análise das distorções cognitivas, foram eliminados previamente 32 sujeitos (três JAN-S, um JAS-V, um JAS-C e 27 JN-A) por possuírem valores superiores a 4.0 na subescala “Respostas Anómalas” do HITQ, indicador, por isso, de respostas suspeitas ou socialmente desejáveis. Antes do procedimento estatístico com a MANCOVA efetuou-se uma análise correlacional e verificou-se que as quatro subescalas pertencentes ao questionário How I Think se encontravam relacionadas ( $r = .71, .71$  e  $.65$ ;  $n = 174$ ,  $p < .001$ ), bem como as subescalas Raiva e Hostilidade ( $r = -.24$  e  $-.21$ ,  $n = 174$   $p < .001$ ). Assim, optou-se por realizar este procedimento estatístico com todas as variáveis em conjunto. Em relação aos

pressupostos necessários para a realização dos testes, na análise através do teste de Qui-quadrado foi cumprido o pressuposto necessário do número mínimo de células esperadas (Pallant, 2005) e, em relação à análise multivariada de covariância, todos os indicadores obrigatórios foram cumpridos recorrendo aos testes Shapiro-Wilk ( $p \geq .05$  para os quatro grupos) para a análise da normalidade, o teste de Levene ( $p \geq .05$ ) para avaliação da homogeneidade da variância, a avaliação da homogeneidade da covariável nos níveis do fator ( $p > .05$ ). De modo a se compreender quais as diferenças entre os grupos, quando foram encontrados resultados significativos, foi utilizada a abordagem de correção de Bonferroni (e, igualmente, para diminuir a probabilidade de ocorrer um erro de *tipo I*, dado número de testes em execução) e, aquando dos testes de Qui-quadrado, adicionou-se a análise dos resíduos estandardizados para o mesmo efeito. A dimensão do efeito (através do indicador eta quadrado parcial) foi tida em consideração e avaliada em função da avaliação de grandeza já exposta.

#### 4.10.5. Procedimentos estatísticos aplicados no estudo 4

O quarto estudo teve como objetivo a comparação entre JAS-C, JAS-V e JAN-S em relação a oito variáveis relacionadas com as dimensões familiares, sociais e comunitárias. Assim, as variáveis que foram alvo da atenção neste estudo centram-se, em concreto, na supervisão comportamental pelos cuidadores, imposição de regras e limites durante o processo de parentalidade, existência de comportamentos antissociais parentais e em irmãos, presença de violência familiar/doméstica, ocorrência de afastamento da família de origem durante os primeiros anos de vida, situação económica da família, estatuto socioeconómico e área residencial no contexto de origem.

Todas as variáveis tinham características dicotómicas e, por essa razão, foram efetuados testes de Qui-quadrado de independência para se conhecerem as diferenças proporcionais entre os três grupos agressores. Na análise através do teste de Qui-quadrado foi cumprido escrupulosamente o pressuposto necessário do número mínimo de células esperadas (Pallant, 2005). Para entender as diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos

amostrais foi utilizada a correção de Bonferroni e a análise dos resíduos estandardizados.

#### 4.10.6. Procedimentos estatísticos aplicados no estudo 5

Procurou-se estudar, nesta fase, a presença de diferenças ao nível dos comportamentos e interesses sexuais, comparando JAS-C, JAS-V e JAN-S. Para a comparação da presença de fantasias sexuais (variáveis contínuas) foi efetuada uma MANCOVA e, uma vez que estávamos perante variáveis cuja informação provinha de autorrelato, recorreu-se ao índice de desejabilidade social como covariável, no sentido de apurar este possível efeito nos autorrelatos. Tal como nos procedimentos anteriores, previamente à realização da MANCOVA, efetuou-se uma análise correlacional às quatro variáveis e observou-se que as quatro subescalas pertencentes à Escala de Fantasias Sexuais de Wilson se encontravam significativamente relacionadas ( $r = .73, .66$  e  $.43$ ;  $n = 94$ ,  $p < .01$ ), podendo-se analisar assim estas variáveis em conjunto. Nesta análise multivariada de covariância foram cumpridos todos os pressupostos necessários para a boa execução do teste, usando-se o teste Shapiro-Wilk ( $p \geq .05$  para os três grupos) para a análise da normalidade, o teste de Levene ( $p \geq .05$ ) para apreciação da homogeneidade da variância, e avaliando a homogeneidade da covariável nos níveis do fator ( $p \geq .05$ ). De modo a compreender-se em que sentido as diferenças entre os grupos ocorriam, quando foram encontrados resultados significativos, foi utilizada a abordagem de correção de Bonferroni. O indicador eta quadrado parcial foi tido em consideração de forma a avaliar a dimensão dos efeitos estatísticos encontrados. Numa segunda fase do estudo, uma vez que as restantes variáveis tinha formato dicotómico, foi realizado um teste de Qui-quadrado para os três grupos agressores em relação às variáveis exposição a atos sexuais na família, consumo de pornografia e aquisição de conhecimentos sobre a sexualidade. Foi cumprido o pressuposto necessário do número mínimo de células esperadas na execução deste teste de Qui-quadrado (Pallant, 2005). Para observar as diferenças entre os grupos agressores, quando se verificaram, foram ajustados os valores pelo método de Bonferroni e analisados os resíduos estandardizados.





# Capítulo 5

## ESTUDO 1

### JOVENS AGRESSORES SEXUAIS NO CONTEXTO PORTUGUÊS: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DEMOGRÁFICAS, PSICOLÓGICAS, TIPOLOGICAS E CRIMINAIS

#### I. INTRODUÇÃO

Só a partir de meados dos anos 80 do século XX é que os investigadores e profissionais clínicos e forenses começaram a aperceber-se de que, por vezes, o comportamento sexualmente abusivo dos adolescentes parecia ser mais do que a curiosidade sexual normal e a experimentação sexual típica de adolescentes (Barbaree & Marshall, 2006). Apesar deste interesse geral por parte de investigadores, o estudo científico de JAS no contexto português tem suscitado pouca atenção até ao momento. A maioria dos estudos tem tido lugar, desde há décadas, nos E.U.A. (e.g., Becker & Hicks, 2003) ou Canadá (e.g. Barbaree & Marshall, 2006). No contexto europeu têm surgido nos últimos anos investigadores suecos (e.g., Langstrom & Lindblad, 2000), suíços (e.g., Aebi, Vogt, Plattner, Steinhausen, & Bessler, 2011), alemães (e.g., Driemeyer, Yoon, & Briken, 2011), e holandeses (e.g., Wijk, Vermeiren, Loeber, Hart-Kerkhoffs, Doreleijers, & Bullens, 2006). O interesse no estudo das especificidades desta população agressora decorre não só do crescente empenho profissional na reparação do dano provocado às vítimas e na imputação das responsabilidades dos crimes aos seus autores, como também do facto de se reconhecer cada vez

mais necessário a particularização das intervenções psicoterapêuticas junto destes agressores (Becker & Hicks, 2003).

## **II. OBJETIVOS**

O objetivo deste estudo é o de caracterizar e comparar uma amostra de JAS em termos demográficos, clínicos, tipologia de crimes sexuais e respetivo *modus operandi* criminal, procurando, também, comparar os dados obtidos com os resultados de amostras de outros países. Ao mesmo tempo, incidindo nos objetivos previamente definidos, foram efetuadas análises comparativas entre JAS-C e JAS-V, sempre que se entendeu que tal análise era teoricamente consistente.

## **III. MÉTODO**

A partir de um modelo de investigação quantitativo, foi desenhado um estudo transversal descritivo num dado momento (Sampieri, Collado & Lúcio, 2000). Tinha-se o propósito de descrever um conjunto de variáveis associadas sendo elas, por um lado, as características sociodemográficas e psicológicas de JAS e, por outro lado, a especificidades dos crimes sexuais cometidos. Foram avaliados jovens com crimes sexuais cometidos entre os 12 e os 18 anos de idade, respeitando, assim, as indicações das associações internacionais (Miner et al., 2006).

Do ponto de vista legal, e como já foi explicitado anteriormente, em Portugal só a partir dos 16 anos é que se entende existir a capacidade de um cidadão perceber e discernir que cometeu certos factos qualificados pela lei penal como crime, existindo uma ordenamento jurídico específico para jovens entre os 12 e os 16 anos. Os jovens com idades entre os 16 e os 21 anos que pratiquem factos qualificados como crime ficam sujeitos ao regime especial dos jovens adultos. Quando há uma decisão judicial que implique restrição da liberdade do jovem, o adolescente que cometeu o crime com menos de 16 anos é institucionalizado num centro educativo (sob alçada da DGRS), o que o tenha

feito com mais de 16 anos é colocado num estabelecimento prisional (da responsabilidade da DGSP). Serve esta explicitação para salientar que este estudo foi efetuado com jovens que se encontravam em instituições (ou sob intervenção das equipas tutelares educativas) pertencentes a estas duas Direções Gerais, tuteladas pelo Ministério da Justiça.

#### a) *Amostra*

Foi estudada uma amostra de 141 jovens com história de crimes sexuais entre os 12 e os 18 anos de idade ( $M = 14.9$ ;  $DP = 1.6$ ) tendo, no momento da avaliação, entre 13 e 23 anos ( $M = 16.6$ ;  $DP = 2.2$ ). Como pode ser observado na Tabela 29, a seguir exposta, destes participantes, 37 adolescentes encontravam-se institucionalizados em Centros Educativos nacionais, 41 jovens estavam reclusos em Estabelecimentos Prisionais e 63 adolescentes encontravam-se averbados nos registos das Equipas Tutelares Educativas da DGRS do Porto e de Lisboa (com crimes cometidos entre os 12 e os 16 anos). Estes últimos encontravam-se em processo ou já a cumprir medida tutelar educativa não institucional. Centramo-nos exclusivamente nos crimes cuja culpabilidade tinha sido já decidida pelos respetivos tribunais. Os crimes foram cometidos entre fevereiro de 2004 e maio de 2011. De modo a melhor se compreender as características principais da amostra, nas Tabelas 29, 30 e 31 apresentadas em baixo, constam, respetivamente, as informações relativas ao número de sujeitos recolhido em cada instituição, o número de sujeitos por cada tipologia de crime sexual e as medidas descritivas referentes à idade dos agressores no momento do crime.

Tabela 29

Número de JAS recolhidos em cada uma das instituições visitadas.

	CE Mondego (Guarda)	CE Padre António de Oliveira (Caxias)	CE Santo António (Porto)	CE Olivais (Coimbra)	CE Belavista (Lisboa)	ETE 1 Lisboa	ETE 2 Lisboa	ETE Porto
<i>n</i>	6	9	12	5	5	30	26	7

	EP Lisboa	EP Braga	EP Leiria	EP Caxias	EP Linhó	EP Montijo	EP Setúbal
<i>n</i>	6	2	12	2	13	2	4

A análise deste Tabela permite verificar uma recolha equitativa nas diversas instituições, embora se verifique um maior número de sujeitos nos EP de Leiria ( $n= 12$ ) e do Linhó ( $n= 13$ ). Estas prisões são especializadas na reclusão de jovens do sexo masculino, sendo que o EP de Leiria é mesmo denominado de “prisão-escola” por esse facto. No entanto, é nas equipas tutelares educativas de Lisboa I ( $n= 30$ ) e na de Lisboa II ( $n= 26$ ) que, diretamente, se obtiveram maior número de sujeitos, justificado pelo facto de estas duas entidades cobrirem na sua ação profissional uma extensão de território muito habitada. A Tabela 30 apresenta o número total de JAS e a sua divisão de acordo os crimes sexuais tipificados no Código Penal português (Mouraz-Lopes, 2008)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Segundo a legislação portuguesa, concretamente a Lei nº 59/2007 de 4 de setembro, um crime contra a liberdade e autodeterminação sexual subsiste quando, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, ter tornado inconsciente uma pessoa ou a ter posto na impossibilidade de resistir: **1)** a constranger a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, ato sexual de relevo (*Coação Sexual*, art. 163º), **2)** a constranger a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral, ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos (*Violação*, art.º 164º) e **3)** a importunar praticando perante ela atos de caráter exibicionista ou constrangendo-a a contato de natureza sexual (*Importunação Sexual*, art. 170º). Já os crimes contra a autodeterminação sexual referem que **4)** incorre em crime de *Abuso Sexual de Crianças* (artº 171) quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou levá-lo a praticá-lo com outra pessoa, sendo o crime agravado penalmente se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos.

Tabela 30

Número, e respetiva percentagem, de JAS em função da tipologia do crime cometido.

	JAS (com crime de <i>Violação</i> )	JAS (com crime de <i>Abuso Sexual de Crianças</i> )	JAS (com crime de <i>Coação Sexual</i> )	JAS (com crime de <i>Importunação Sexual</i> )	Total (100%)
<i>n (%)</i>	61 (43.6%)	57 (40.7%)	13 (8.6%)	10 (7.1%)	141

O maior número de jovens com crimes de violação é evidente na leitura da tabela (61 sujeitos, 43.6% da amostra), seguido dos jovens com crimes de abuso sexual de menores (57 jovens, 40.7% da amostra), dos crimes de coação sexual (13 jovens, 8.6% da amostra) e, por último, os crimes de importunação sexual (10 sujeitos, 7.1% da amostra).

Dada a opção por estudar em pormenor jovens agressores sexuais em função da idade da vítima, serão aqui apresentados unicamente os dados relativos a JAS-C e JAS-V ( $n=118$ ). Os dados descritivos referentes à idade dos sujeitos no momento em que perpetraram os crimes constam na Tabela 31 que se segue.

Tabela 31

Medidas descritivas relativamente à idade no momento do cometimento do crime.

	JAS-V ( <i>Violação</i> )	JAS-C ( <i>Abuso Sexual de Crianças</i> )
Média	15.7	14.0
Mediana	16	14
Desvio Padrão	1.4	1.5
Mínimo	13	12
Máximo	18	17

No que respeita aos valores médios das idades dos jovens quando cometeram o crime, podemos verificar que os crimes de violação foram cometidos quando os jovens tinham, em média, 15.7 anos e os crimes de abuso sexual de

crianças foram perpetrados quando os jovens possuíam, em média, 14 anos. Um aspeto que julgamos importante ao observarmos a tabela é o facto de 50% dos crimes de violação terem sido cometidos entre os 16 e os 18 anos de idade, sendo que o valor da mediana nos crimes cometidos por JAS-C tende a ser mais baixo (14 anos).

#### *b) Medidas*

Recorreu-se à Grelha de Recolha de Dados (anexo 1) para a recolha de informações demográficas e criminais dos JAS. Como foi referido anteriormente, este instrumento é preenchido pelo investigador através da leitura dos dados constantes no processo individual dos sujeitos. Eram registadas informações relativas a cerca de 150 variáveis, que cobriam diversas áreas da vida do jovem agressor sexual (e.g., elementos sociodemográficos, família, história desenvolvimental, contexto residencial e comunitário, história de institucionalização, história de comportamentos delinquentes, relacionamentos afetivos, escolaridade, informações sobre o crime cometido, variáveis jurídicas, sexualidade, competências interpessoais, uso/abuso de substâncias e história médica).

#### *c) Procedimento*

Como já foi mencionado, os dados foram recolhidos em centros educativos, estabelecimentos prisionais e nas instalações de três equipas tutelares educativas. Em Portugal os jovens com menos de 16 anos que cometem factos caracterizados na lei como crime são sujeitos a uma avaliação psicológica (solicitada pelo tribunal) realizada por profissionais de psicologia (ou de serviço social, nos casos dos relatórios de âmbito social) enquadrados nas várias equipas da DGRS dispersas pelo território português. Esses relatórios de avaliação são apresentados em tribunal e, posteriormente, são apensos aos dossiers individuais dos jovens. Quando o crime é cometido entre os 16 e os 18 anos este relatório nem sempre é requerido pelo tribunal, no entanto, aquando do período de reclusão, são feitas avaliações psicológicas com alguma regularidade pelos

técnicos superiores de psicologia que se encontram nos estabelecimentos prisionais. Foram estes relatórios de avaliação psicológica e social, em conjunto com o acórdão sentença/medida e outras informações judiciais, que foram alvo da atenção do investigador. Assim, durante alguns dias eram consultadas as peças processuais constantes no dossier institucional do sujeito, com especial atenção nos dados do seu percurso institucional e nos elementos disponibilizados pelos tribunais que julgaram os casos. Por vezes, esta informação processual era complementada com indicações dos diretores das instituições e/ou dos profissionais de psicologia que acompanhavam o caso. A amostra foi recolhida sempre pelo investigador e foi efetuada entre novembro de 2010 e outubro de 2011. Uma descrição mais detalhada dos procedimentos de recolha de dados poderá ser observada no capítulo da metodologia geral.

#### **IV. RESULTADOS**

Tal como foi referido, o objetivo desta investigação foi o de procurar caracterizar e comparar uma amostra de JAS em termos demográficos, clínicos, de tipologia de crimes sexuais e respetivo *modus operandi* criminal. Apesar da amostra deste estudo descritivo ser composta por 141 participantes, nem sempre se obteve esse número nas observações estatísticas, na medida em que, em alguns sujeitos, certas informações não constavam do processo. Para além disso, como já afirmámos, apenas centramos a atenção da investigação nos grupos de JAS-C e JAS-V. Manteve-se, contudo, um número relevante de sujeitos em todas as análises. Passamos de seguida a apresentar os resultados obtidos para cada tipologia criminal definida.

##### *a) Caracterização sociodemográfica*

A partir dos dados obtidos foi possível caracterizar os participantes no estudo ao nível sociodemográfico, concretamente em relação à região geográfica de proveniência, área residencial, país de origem, estatuto socioeconómico e situação económica da família. Na Tabela 32 a seguir exibida estão patentes as regiões do país de onde a amostra provém, utilizando-se as delimitações territoriais já explicadas na secção referente à metodologia geral.

Tabela 32

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à região geográfica de proveniência.

	JAS-V	JAS-C	Total n=115 (%)
Área Metropolitana de Lisboa	42	41	83 (73.3%)
Área Metropolitana do Porto	7	6	13 (10.4%)
Região Norte	7	2	9 (6.7%)
Região Centro	2	3	5 (4.4%)
Região Alentejo	0	2	2 (1.5%)
Região Algarve	2	0	2 (2.2%)
Açores/Madeira	1	0	1 (1.5%)

A leitura da tabela destaca, desde logo, uma preponderância de sujeitos residentes na área metropolitana de Lisboa ( $n= 83$ , 73.3% da amostra). Constata-se, igualmente, que o grupo de sujeitos procedentes da área metropolitana do Porto é o que apresenta, a seguir, o maior número de JAS ( $n= 13$ ), sucedendo-se os participantes da região Norte do país ( $n= 9$ ) e os provenientes da região Centro ( $n= 5$ ). No que concerne à área residencial, podemos observar na Tabela 33 o resumo desta informação.

Tabela 33

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à área residencial.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=114 (%)
Rural	7 (6.1)	5 (4.4)	12 (10.5%)
Urbana	16 (14.0)	24 (21.0)	40 (35.1%)
Suburbana	38 (33.3)	24 (21.1)	62 (54.4%)

Como se pode verificar, 54.4% da amostra ( $n= 62$ ) encontrava-se a residir num contexto suburbano (i.e., na periferia de grandes cidades) no momento do cometimento do crime, sendo 38 jovens com crimes de violação e 24 jovens com crimes de abuso sexual nestas condições. O contexto urbano é a área residencial de 16 sujeitos com crime de violação e de 24 jovens com crimes de abuso sexual



de crianças, totalizando este contexto 35.1% do total da amostra. Por último, com 12 sujeitos no total (10.5% da amostra) o contexto rural apresenta um número inferior de participantes.

Tabela 34

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estatuto socioeconómico (através da Escala de Graffar Adaptada, 1990) e resultados do teste Qui-quadrado efetuado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =101 (%)	$\chi^2$
Médio	20 (19.8)	25 (24.8)	45 (44.6%)	.169
Médio-Baixo	28 (27.7)	18 (17.8)	46 (45.5%)	
Baixo	7 (6.9)	3 (3.0)	10 (9.9%)	

Ao prosseguir com a análise sociodemográfica dos participantes, quando se procurou adquirir informações sobre o estatuto socioeconómico dos participantes no estudo aplicando a escala de Graffar, obtiveram-se os resultados expostos na Tabela 34. A análise da tabela permite-nos verificar a existência de um número equivalente entre sujeitos pertencentes à classe média ( $n= 45$ ) e média-baixa ( $n= 46$ ), tendo a classe baixa um número bastante inferior ( $n= 10$ ). Não se detetaram resultados estatisticamente significativos entre os grupos ( $p>.05$ ).

Já sobre a situação económica do agregado familiar (Tabela 35) observamos que 50.9% da amostra ( $n= 70$ ) vive num contexto com meios económicos suficientes para garantir as despesas básicas. Em contraponto, 62 sujeitos (49%) não possuem possibilidades económicas que lhes permitam assegurar as mesmas despesas. A análise estatística através do teste de qui-quadrado não evidenciou diferenças significativas entre os grupos a este respeito ( $p>.05$ ).

Tabela 35

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à situação económica da família e resultados do teste qui-quadrado efetuado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =101 (%)	$\chi^2$
Suficiente, para as despesas básicas	25 (22.3)	32 (28.6)	70 (50.9%)	.087
Insuficiente, para as despesas básicas	33 (29.5)	22 (19.6)	62 (49.1%)	

Uma vez que as informações relativas ao país de origem eram de algum modo diferenciadas, optou-se por também estudar esta variável na amostra, de modo a melhor se compreender esta circunstância. A Tabela 36, que se segue, resume os resultados obtidos.

Tabela 36

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao país de origem.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =74 (%)
Portugal	19 (25.7)	17 (23.0)	36 (48.6%)
Cabo Verde	12 (16.2)	6 (8.1)	18 (24.3%)
Angola	6 (8.1)	1 (1.4)	7 (9.5%)
São Tomé e Príncipe	6 (8.1)	0 (0.0)	6 (8.1%)
Guiné-Bissau	3 (4.1)	1 (1.4)	4 (5.4%)
Brasil	0 (0.0)	2 (2.7)	2 (2.7%)
Moçambique	1 (1.4)	0 (0.0)	1 (1.4%)

Tal como a tabela realça, apenas foi possível obter esta indicação em relação a 74 sujeitos ( $N=118$ ) e, destes JAS, 48.6% nasceu no território português ( $n=36$ ). Quando procuramos analisar os outros países de origem, verificámos que são todos eles países de língua portuguesa, havendo 18 participantes no estudo que nasceram em Cabo Verde (24.3% da amostra), 7 nasceram em Angola (9.5% da amostra) e 6 nasceram em São Tomé e Príncipe (8% da amostra). Os restantes países da amostra são Guiné-Bissau ( $n=4$ ), Brasil ( $n=2$ ) e Moçambique ( $n=1$ ).

*b) Características do contexto familiar*

Relativamente às variáveis familiares, procurou-se obter indicações sobre a dinâmica da família de origem do jovem agressor sexual num conjunto de dimensões. São aqui apresentados os resultados referentes ao estilo parental de ambos os cuidadores, ao divórcio entre os cuidadores, afastamento dos cuidadores durante os primeiros anos de vida, exercício das práticas disciplinares dos cuidadores, qualidade da orientação e supervisão dos comportamentos do menor, violência familiar e maus-tratos físicos, e a ocorrência de crimes cometidos por irmãos. Iniciamos com a indicação do número de sujeitos com progenitores divorciados, na Tabela 37, a seguir apresentada.

Tabela 37

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estado civil de divórcio dos cuidadores e resultado do teste de Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=107 (%)	$\chi^2$
Divorciados	23 (21.5)	30 (28.0)	53 (49.5%)	.144
Não divorciados	30 (28.0)	24(22.4)	69 (50.5%)	

Tal como todos os resultados das variáveis caracterizadoras da dimensão familiar, a informação sobre eventual divórcio parental deverá ser articulada com outros resultados evidenciados no contexto familiar, sob pena de se considerar pouco útil quando isolada. Tendo em conta os dados expostos, relativos a 107 sujeitos, verificamos que a maioria destes ( $n= 69$ ) provém de contextos sem história de divórcio (50.5%). Há, todavia, um número relevante de JAS ( $n= 53$ , 49.5% da amostra) que partilham na sua história de vida esta situação. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos na análise através do teste de qui-quadrado ( $p>.05$ ).

Quando se observam estes dados relativos à separação parental, analisando eventuais consequências para os jovens, verificamos que, em 28% da amostra ( $n= 30$ ), a circunstância de divórcio/separação parental implicou o afastamento prolongado, mesmo que temporário, dos seus progenitores nos

primeiros anos de vida. Estes dados, entre outros, podem ser notados na Tabela 38 a seguir apresentada, relativamente à história de afastamento dos cuidadores desde os primeiros anos de vida.

A leitura da tabela permite verificar que, num total de 105 sujeitos, 78 deles (72.3%) tiveram necessidade de, nos primeiros anos de vida, serem afastados por tempo prolongado do seu contexto familiar pelas mais variadas razões. Este afastamento implicou a deslocação do jovem para a residência de outros membros da família ou a institucionalização deste. Para além dos dados referentes ao afastamento decorrente da separação parental já comentados, destacam-se 12 sujeitos (11.4%) que foram institucionalizados desde pouca idade e, também, 13 jovens (12.4%) que se separaram dos seus progenitores devido à emigração destes (e.g., ficaram ao cuidado de familiares no país de origem enquanto os pais emigraram para Portugal). São assinalados 9 JAS (7.9%) com história de internamento hospitalar (entre um e três anos) que implicou afastamento dos pais nos primeiros anos de vida e 7 sujeitos (6.8%) que se viram forçados a se separarem dos pais por manifesta negligência destes. Do conjunto de motivos que levaram ao afastamento parental, encontramos também a toxicodependência destes ( $n= 2$ ), motivos de doença (e internamento) psiquiátrico da progenitora ( $n= 2$ ), dificuldades económicas ( $n= 2$ ) e por reclusão dos progenitores ( $n= 1$ ). Foram detetadas diferenças estatisticamente [ $\chi^2$  (1,N= 105)=23.274,  $p<.05$ ], significativas entre os dois grupos em relação a esta variável. Na observação pormenorizada dos resíduos estandarizados verificou-se que, comparativamente, os JAS-C tenham maior probabilidade de terem sido alvo de institucionalização em Lares de Infância e Juventude nos (ou desde) os primeiros anos de vida. Outro dado observado evidenciou que os JAS-V tenham maior probabilidade em provir de um contexto familiar onde houve afastamento por motivos de emigração dos cuidadores nos primeiros anos de vida e, igualmente, de terem sido hospitalizados por um período longo de tempo.

Tabela 38

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de história de afastamento prolongado dos progenitores nos primeiros anos de vida e resultados do teste de Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=105 (%)	$\chi^2$
Não houve necessidade de afastamento	15 (14.3)	12 (11.4)	27 (25.7%)	<b>.039*</b>
Sim, por separação dos progenitores	11 (10.5)	19 (18.1)	30 (28.6%)	
Sim, por institucionalização	1 (1.0)	11 (10.5)	12 (11.4%)	
Sim, por emigração dos cuidadores	10 (9.5)	3 (2.9)	13 (12.4%)	
Sim, por motivos de internamento hospitalar prolongado do jovem (> 1 ano)	8 (5.9)	1 (2.0)	9 (7.9%)	
Sim, por negligência parental	2 (2.0)	5 (4.9)	7 (6.8%)	
Sim, por motivos de toxicod dependência de um ou ambos os cuidadores	1 (1.0)	1 (1.0)	2 (2.0%)	
Sim, por doença psiquiátrica da progenitora	1 (1.0)	1 (1.0)	2 (2.0%)	
Sim, por dificuldades económicas dos progenitores	1 (1.0)	1 (1.0)	2 (2.0%)	
Sim, por reclusão dos progenitores	1 (1.0)	0 (0.0)	1 (1.0%)	

\* $p < .05$

Para uma melhor compreensão dos comportamentos dos cuidadores, foram avaliados também os estilos parentais dos dois grupos de sujeitos da amostra. Iniciaremos pela apresentação dos resultados respeitantes à mãe, que figuram na Tabela 39.

Tabela 39

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estilo parental da mãe e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=78 (%)	$\chi^2$
Autoritário	1 (1.3)	0 (0.0)	1 (1.3%)	.790
Permissivo	26 (33.3)	23 (29.5)	49 (62.8%)	
Autoritativo (democrático)	3 (3.8)	5 (6.4)	8 (10.3%)	
Negligente	10 (12.8)	8 (10.3)	18 (23.1%)	
Ausente	1 (1.3)	1 (1.3)	2 (2.6%)	

A análise, nesta amostra, dos cinco estilos parentais categorizados na literatura, tal como avaliados pelos psicólogos nas avaliações efetuadas, mostra, em relação à mãe, uma presença do estilo permissivo em 62.8% da amostra ( $n=49$ ) e do estilo negligente em 23% ( $n=18$ ). O estilo parental autoritativo (também denominado por autoridade democrática) está presente em 10% da amostra ( $n=8$ ). Estatisticamente, nenhuma das diferenças entre grupos se revelou significativa ( $p>.05$ ). No que concerne ao estilo manifestado pelos pais dos jovens da amostra os dados podem ser observados na Tabela 40 a seguir exposta.

Tabela 40

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao estilo parental do pai e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V $n$ (%)	JAS-C $n$ (%)	Total $n=67$ (%)	$\chi^2$
Autoritário	10 (14.9)	1 (1.5)	11 (16.4%)	<b>.006*</b>
Permissivo	15 (22.4)	11 (16.4)	26 (38.8%)	
Autoritativo (democrático)	1 (1.5)	5 (7.5)	6 (9.0%)	
Negligente	6 (9.0)	5 (7.5)	11 (16.4%)	
Ausente	3	10	13 (19.4%)	

\* $p<.05$

A partir da observação da tabela constatamos que, à semelhança das progenitoras, o estilo parental mais evidente nos pais é o permissivo ( $n= 26$ ), correspondendo a cerca de 38% da amostra. É notória a ausência dos progenitores em aproximadamente 19% dos sujeitos ( $n= 13$ ). O estilo autoritário ( $n= 11$ ) e o estilo negligente ( $n= 11$ ) são outros dos estilos parentais presentes, com 16.4% em ambos os casos. Os progenitores que se considerou terem um estilo parental autoritativo cingem-se a 11.4% da amostra ( $n= 9$ ). Na análise estatística realizada verificou-se a ocorrência de diferenças significativas entre os dois grupos [ $\chi^2$  (4,  $N= 67$ )=14.400,  $p<.05$ ]. Com o exame das cotações dos resíduos estandarizados observou-se a maior probabilidade de os JAS-V terem um pai autoritário. Ao mesmo tempo, comparativamente ao outro grupo, verificou-

se uma maior probabilidade de os JAS-C terem um pai com um estilo educativo autoritativo ou, então, ausente.

Dentro das tarefas vistas como sendo da responsabilidade parental, a atividade de imposição de regras e limites e a de supervisão comportamental do jovem são tidas como das mais importantes para o desenvolvimento da autorregulação deste. Apresentamos nas Tabelas 41 e 42 seguintes os dados relativos a estas duas variáveis.

Tabela 41

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à ação de imposição de regras e limites pelos cuidadores e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=103 (%)	$\chi^2$
Agregado familiar que impõe regras e limites	4 (3.9)	21 (20.4)	25 (24.3%)	<b>.001</b>
Imposição insuficiente de regras e limites	37 (35.9)	28 (27.2)	65 (63.1%)	
Não intervêm, de todo, neste âmbito	8 (7.8)	5 (4.9)	13 (12.6%)	

\* $p < .01$

Evidencia-se uma maioria de sujeitos (63.1%) cujos cuidadores são avaliados como tendo um padrão sistemático de imposição insuficiente de regras e limites comportamentais ao longo do desenvolvimento do jovem ( $n = 65$ ). Há, porém, um conjunto de progenitores ( $n = 25$ ) cujos comportamentos parentais são os de procurar impor regras e limites nos seus descendentes (24.3%). No limite, constata-se que os progenitores de 13 sujeitos (12.6%) parecem não possuir esta competência parental ou não a exerceram durante o desenvolvimento do jovem. Detetaram-se, a este nível, diferenças significativas entre os grupos [ $\chi^2 (1, N = 103) = 13.287$ ,  $p < .01$ ]. As análises post-hoc revelaram que os resultados significativos estavam relacionados com o facto de os JAS-C terem maior probabilidade de estarem inseridos em contextos onde existe a preocupação de implementar disciplina adequada, ao contrário dos JAS-V, onde é mais provável que isso não ocorra e, até, exista maior probabilidade em existir um padrão disciplinar insuficiente ou de não existir.

Na Tabela 42 são exibidos os resultados relativos à qualidade da supervisão do comportamento dos jovens por parte dos cuidadores.

Tabela 42

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à qualidade da supervisão comportamental pelos cuidadores e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =107 (%)	$\chi^2$
Supervisão próxima, atenta e com controlo	3 (2.8)	17 (15.9)	20 (18.7%)	<b>.004</b>
Insuficiente, devido aos horários laborais dos cuidadores	7 (6.5)	4 (3.7)	11 (10.3%)	
Insuficiente-Negligente	41 (38.3)	35 (32.7)	76 (71.0%)	

\* $p < .01$

Verifica-se, pela leitura da tabela, que a grande maioria dos cuidadores exerce a supervisão do comportamento dos filhos de forma considerada insuficiente e/ou negligente ( $n = 76$ , 71% da amostra). Foi criada uma categoria específica, indicativa da presença de supervisão parental insuficiente devido aos horários laborais dos cuidadores, sempre que esta informação era indicada nos relatórios de avaliação psicológica do jovem, de modo a melhor reter certas circunstâncias associadas aos contextos familiares de alguns dos JAS. Deste modo, nesta situação específica, embora pareça haver interesse dos cuidadores em supervisionar de forma próxima o comportamento dos seus filhos, em cerca de 10% ( $n=11$ ) da amostra esta supervisão é exercida de modo insuficiente pelos motivos descritos. Porém, esta supervisão é efetuada de forma considerada próxima e com controlo comportamental em quase 19% dos sujeitos ( $n=20$ ). Na análise estatística efetuada verificaram-se resultados estatisticamente significativos entre os grupos [ $\chi^2$  (2,  $N = 107$ ) = 10.882,  $p < .01$ ], observando-se, pelos resíduos estandarizados, que, em relação a esta variável, os JAS-C tinham maior probabilidade em serem supervisionados pelos seus cuidadores de modo atento e próximo. Pelo contrário, os JAS-V tinham maior probabilidade em possuírem supervisão insuficiente.



Ainda no âmbito das atividades parentais, são exibidos na Tabela 43, a seguir apresentada, os dados relativos ao uso da punição física como prática parental privilegiada.

Tabela 43

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao uso da punição física como prática disciplinar parental e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=93 (%)	$\chi^2$
Uso da punição física	32 (34.4)	30 (32.3)	62 (66.7%)	<b>.039*</b>
Sem registo de uso da punição física	9 (9.7)	22 (23.7)	31 (33.3%)	

\* $p < .05$

Os dados percentuais patentes na tabela permitem afirmar que no agregado familiar de 31 sujeitos (33.3%) não se parece evidenciar a prática, pelo menos frequente, de punição física. Contudo, nos contextos familiares de 62 JAS (66.7%) a punição física é uma estratégia parental habitual de controlo comportamental dos filhos. A aplicação do teste de Qui-quadrado para análise estatística das diferenças entre os grupos evidenciou-se significativa [ $\chi^2$  (1, N=93)=4.275,  $p < .05$ ], revelando uma maior probabilidade de os JAS-V terem maior probabilidade em terem sido alvo de punição física durante o seu desenvolvimento.

Esta prática frequente de punição física parece ter tido uma escalada para comportamentos considerados de abuso físico em cerca de 42% dos casos ( $n=34$ ), conforme os resultados expostos na Tabela 44 a seguir apresentada. Não foram verificadas diferenças significativas entre os dois grupos de jovens agressores sexuais ( $p > .05$ ).

Tabela 44

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de maus tratos físicos sobre o jovem e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=80 (%)	$\chi^2$
Existência de maus tratos físicos	17 (21.2)	17 (21.2)	34 (42.5%)	.076
Sem registo de maus tratos físicos	14 (17.5)	32 (40.0)	46 (57.5%)	

No âmbito do estudo das variáveis relativas à ocorrência de violência no contexto familiar do jovem agressor sexual, figuram na Tabela 45 os dados relativos à existência de violência doméstica.

Tabela 45

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de violência doméstica/conjugal no contexto familiar e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=76 (%)	$\chi^2$
Presença de violência doméstica	22 (28.9)	19 (25.0)	41 (53.9%)	.060
Sem registo de violência doméstica	12 (15.8)	23 (30.3)	35 (46.1%)	

Como se pode concluir pela análise da tabela, a ocorrência de violência conjugal está presente em quase 54% dos contextos familiares ( $n=41$ ). Não se verificou qualquer registo desta forma de violência em 35 sujeitos (46%). Não se observaram diferenças significativas entre os grupos a este respeito ( $p>.05$ ).

Um outro aspeto que foi alvo de reflexão na análise destas variáveis sobre a violência no contexto familiar, conforme a sugestão de alguns autores (Quinsey et al., 2004), prende-se com a observação da ocorrência de comportamento criminal nos irmãos do jovem agressor, como mais uma forma de ponderação da possibilidade de estarmos perante contextos familiares altamente desfavoráveis em termos comportamentais e com manifestas influências negativas nos seus membros mais novos. Assim, na Tabela 46 apresentada a seguir, são mostrados estes resultados.

Tabela 46

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de irmãos com história de prática de crimes e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=81 (%)	$\chi^2$
Existência de irmãos com registo oficial de crimes	13 (16.0)	1 (1.2)	14 (17.3%)	.000*
Irmãos sem registo oficial de crimes	24 (29.6)	43 (53.1)	67 (82.7%)	

\* $p < .01$

De acordo com a tabela, que se baseia na análise de 81 jovens com história de agressão sexual, verifica-se que 17% da amostra surge com um ou mais irmãos com registo oficial de crimes ( $n=14$ ). Na maioria dos casos (82%) esta situação não se revela. A análise estatística com o teste de Qui-quadrado revelou diferenças significativas entre os grupos [ $\chi^2$  (1,  $N=81$ )=15.182,  $p<.01$ ], sendo evidente nos cálculos observados nos resíduos estandarizados que os JAS-V têm maior probabilidade de terem irmãos com problemas com a justiça.

#### c) *Características individuais do jovem agressor sexual*

No que concerne às particularidades individuais dos sujeitos aqui descritos, optou-se por apresentar as informações relativas ao seu grupo de pares, competências interpessoais, competências de resolução de problemas e capacidade de autocontrolo e autorregulação. Estes dados são apresentados de acordo com os relatórios de acompanhamento e das avaliações psicológicas efetuadas pelos profissionais de psicologia da DGRS e DGSP que acompanharam estes jovens agressores. Iniciamos a apresentação pelos aspetos relacionados com o grupo de pares na Tabela 47 a seguir exposta.

Tabela 47

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à qualidade do seu grupo de pares e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=107 (%)	$\chi^2$
Acompanha pares normativos	5 (4.7)	26 (24.3)	31 (29.0%)	<b>.000*</b>
Acompanha pares problemáticos	50 (46.7)	26 (24.3)	76 (71%)	

\* $p < .01$

Os resultados patentes na tabela permitem-nos verificar que uma percentagem relevante dos jovens agressores (71%) sexuais acompanhava pares problemáticos aquando do período em que cometeu o crime ( $n=76$ ). Por outro lado, 29% dos sujeitos ( $n=31$ ) parecem ter como companheiros de amizade pares considerados normativos. Na comparação entre JAS-V e JAS-C verificaram-se resultados estatisticamente significativos [ $\chi^2$  (1,  $N=107$ )=21.738,  $p < .01$ ], sendo mais provável que os JAS-V acompanhem grupos de pares mais problemáticos, conforme as análises post-hoc evidenciaram. Os grupos de pares aqui considerados como problemáticos tendem a ser grupos de sujeitos com prática de atos criminais e/ou, muitas vezes, de manifestação de comportamentos agressivos. Elementos que fazem sentido quando atendemos aos resultados sobre o estilo interpessoal dos JAS que poderão ser examinados na Tabela 48.

Tabela 48

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente às competências pessoais, concretamente o estilo interpessoal, e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=112 (%)	$\chi^2$
Assertivo	0 (0.0)	6 (5.4)	6 (5.4%)	.082
Agressivo	34 (30.4)	34 (30.4)	68 (60.7%)	
Passivo-Inibido	13 (11.6)	12 (10.7)	25 (22.3%)	
Manipulador	8 (7.1)	5 (4.5)	13 (11.6%)	

Com base na tabela atrás exposta, constatamos que a maioria dos jovens agressores desta amostra (60%) revela um estilo interpessoal tendencialmente agressivo ( $n= 68$ ), independentemente da tipologia criminal. Destaca-se, igualmente, um número importante de sujeitos com comportamentos passivo-inibidos ( $n= 25$ ) e com comportamentos manipuladores ( $n= 13$ ). São em quantidade mais reduzida os participantes no estudo que revelam um estilo interpessoal avaliado como assertivo ( $n= 6$ ). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ( $p>.05$ ). No que diz respeito às competências de resolução de problemas a Tabela 49 sumariza os resultados encontrados.

Tabela 49

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente às competências de resolução de problemas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =108 (%)	$\chi^2$
Demonstra competências de resolução de problemas	4 (3.7)	9 (8.3)	13 (12.0%)	.159
Não demonstra competências de resolução de problemas	49 (45.4)	46 (42.6)	95 (88.0%)	

Da análise desta tabela ressalta uma maioria de sujeitos ( $n=95$ , 88% da amostra) cuja avaliação indicou a falta de competências de resolução de problemas no seu reportório comportamental. Somente 12% demonstrou possuir essas competências junto dos avaliadores. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas. Uma maioria expressiva dos sujeitos da amostra foi avaliado também como tendo défices na autorregulação do seu comportamento, como pode ser verificado na Tabela 50 a seguir exibida.

Tabela 50

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à manifestação de autocontrolo e autorregulação e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =81 (%)	$\chi^2$
Demonstra autocontrolo/autorregulação	9 (8.4)	8 (7.5)	17 (15.9%)	.635
Não demonstra autocontrolo/autorregulação	42 (39.3)	48 (44.9)	90 (84.1%)	

A presença de impulsividade comportamental numa grande parte (84%) dos participantes do estudo ( $n=90$ ) é a principal indicação que a tabela exhibe. Estas dificuldades de autocontrolo comportamental parecem ser comuns aos dois tipos de agressores aqui em investigação, não se verificando diferenças significativas ( $p>.05$ ). Em 17 JAS (cerca de 16%) esta autorregulação parece estar presente na globalidade dos seus comportamentos.

#### *d) Ajustamento escolar*

Quando o estudo se debruçou na análise das variáveis relacionadas com a dimensão escolar dos JAS, atendeu-se ao grau de escolaridade que possuía no momento da perpetração do crime, aos resultados das medidas de inteligência empregues nas avaliações psicológicas efetuadas, absentismo e no comportamento global do sujeito com todos os intervenientes no contexto escolar.

A Tabela 51 começa por sintetizar os graus de escolaridade dos sujeitos. No exame da tabela, que observa 109 dos sujeitos da amostra, verificamos que muitos dos sujeitos (30.3%) possuem o 6º ano de escolaridade ( $n= 33$ ). O grau de escolaridade seguinte com maior número de sujeitos ( $n= 32$ ) é o 5º ano, seguido do 7º ano ( $n= 23$ ). Se tivermos em conta o intervalo etário (dos 13 aos 18 anos), verificamos que tendencialmente a escolaridade destes jovens se encontra num nível inferior ao que seria esperado (para uma melhor comparação sobre este ponto consultar a secção da metodologia geral, referente aos sujeitos do grupo normal). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nos dois grupos ( $p>.05$ ).

Tabela 51

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à escolaridade dos JAS e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=109 (%)	$\chi^2$
4º ano	8 (7.3)	0 (0.0)	8 (7.3%)	.072
5º ano	19 (17.4)	13 (11.9)	32 (29.4%)	
6º ano	14 (12.8)	19 (17.4)	33 (30.3%)	
7º ano	10 (9.2)	13 (11.9)	23 (21.1%)	
8º ano	1 (0.9)	3 (2.8)	4 (3.7%)	
9º ano	3 (2.8)	1 (0.9)	4 (3.7%)	
10º ano	1 (0.9)	2 (1.8)	3 (2.8%)	
11º ano	1 (0.9)	0 (0.0)	1 (0.9%)	
12º ano	0 (0.0)	1 (0.9)	1 (0.9%)	

Embora não seja o fator explicativo desta circunstância, podemos observar na Tabela 52 os resultados relativos às competências cognitivas dos sujeitos, de acordo com a avaliação psicológica realizada pelos técnicos.

Tabela 52

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente aos resultados nas medidas de inteligência / competências cognitivas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=106 (%)	$\chi^2$
Acima da média	2 (1.9)	2 (1.9)	4 (3.8%)	<b>.002*</b>
Média	15 (14.2)	33 (31.1)	48 (45.3%)	
Inferior à média	36 (34.0)	18 (17.0)	54 (50.9%)	

\* $p < .01$

Com a observação da tabela verificamos que a uma grande parte dos sujeitos apresenta capacidades cognitivas adequadas à aprendizagem, com a presença de 4 sujeitos (3.8%) com capacidades cognitivas acima da média e 48 jovens (45.3%) com competências cognitivas médias. Porém, a leitura da tabela salienta igualmente que cerca de 50% dos sujeitos ( $n = 54$ ) possui resultados inferiores à média. A análise estatística efetuada com o teste de Qui-quadrado

revelou diferenças significativas [ $\chi^2$  (2,N= 106)=12.750,  $p<.01$ ]. A observação dos resíduos estandarizados mostrou que esta significância decorria da maior probabilidade de os JAS-V terem competências cognitivas inferiores à média e, por outro lado, ser maior a probabilidade de os JAS-C possuírem capacidades médias. Importa frisar que, e em consonância com dados já apresentados até aqui, não serão alheios a estes resultados o facto de estarmos perante uma população com poucas oportunidades de estimulação cognitiva desde os primeiros anos de desenvolvimento, mais do que qualquer explicação biológica para o efeito.

A Tabela 53 resume os resultados relativos à ocorrência de absentismo aquando do período de frequência escolar.

Tabela 53

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de absentismo escolar e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=98 (%)	$\chi^2$
Com absentismo escolar	41 (41.8)	29 (29.6)	70 (71.4%)	<b>.007*</b>
Sem absentismo escolar	8 (8.2)	20 (20.4)	28 (28.6%)	

\* $p<.01$

É possível constatar pela observação da tabela que a maioria dos sujeitos (71.4%), tende a ausentar-se sistematicamente da escola. Os participantes com crimes de abuso sexual de crianças, embora uma grande parte dos sujeitos seja absentista, possuem ainda assim, proporcionalmente, um número de sujeitos ( $n=20$ ) com maior frequência escolar. As observações estatísticas nesta variável indicaram diferenças significativas entre os grupos [ $\chi^2$  (1,N= 106)=7.200,  $p<.01$ ], notando-se uma maior probabilidade de os JAS-V terem mais absentismo escolar. Sobre o comportamento manifestado no espaço escolar a tabela 54 apresenta os resultados conseguidos relativos a 108 sujeitos.



Tabela 54

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao comportamento no contexto escolar e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=90 (%)	$\chi^2$
Comportamento globalmente adequado	10 (11.1)	26 (28.9)	36 (40.0%)	<b>.015*</b>
Comportamento desadequado	29 (32.2)	25 (27.8)	54 (60.0%)	

\* $p < .05$

A tabela ajuda-nos a concluir que grande parte (60%) dos participantes ( $n=54$ ) apresenta comportamentos desadequados no espaço escolar, tanto em relação a docentes e funcionários, como com os colegas. Ainda assim evidenciam-se 36 sujeitos (40%) com comportamentos na escola globalmente adequados, na maior parte sujeitos com crime de abuso sexual de crianças. O teste de Qui-quadrado de análise das diferenças entre os dois grupos de agressores sexuais, permitiu verificar uma diferença significativa [ $\chi^2$  (1,  $N=90$ )=5.913,  $p < .05$ ], sendo mais provável que os JAS-V apresentem um comportamento disruptivo, comparativamente aos JAS-C.

#### e) Criminalidade prévia

O conhecimento dos aspetos referentes à ocorrência de outros crimes antes daquele que se encontra aqui em análise é essencial para uma melhor compreensão desta população agressora. A Tabela 55 a seguir exibida expõe a percentagem de sujeitos com crimes prévios e, depois, a Tabela 56 resume os crimes cometidos, o que nos permitiu obter informações sobre as taxas de reincidência destes jovens agressores.

Tabela 55

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à ocorrência de crimes prévios ao atual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=103 (%)	$\chi^2$
Existem crimes anteriores a este	38 (36.9)	26 (25.2)	64 (62.1%)	<b>.021*</b>
Não existem crimes anteriores a este	14 (13.6)	25 (24.3)	39 (37.9%)	

\* $p < .05$

A observação da tabela permite concluir que, para 37.9% da amostra ( $n=39$ ), o crime aqui em discussão foi o primeiro cometido com registo oficial. Todavia, uma percentagem expressiva (62%) dos JAS ( $n=64$ ) desta amostra cometeu, pelo menos, outro crime (assinalado oficialmente) antes do crime aqui em questão, ou seja, reincidiu criminalmente. Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de JAS [ $\chi^2 (1, N=103)=5.343$ ,  $p < .05$ ], sendo patente nos resíduos estandarizados do teste de Qui-quadrado a maior probabilidade dos JAS-V terem cometido outros crimes anteriores ao atual.

Para se perceber qual o crime cometido anteriormente podemos observar a Tabela 56 a seguir apresentada. A este respeito, note-se que apenas foi possível obter informações de 61 dos 64 sujeitos assinalados com crimes anteriores.

Tabela 56

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao tipo de crimes ocorridos anteriormente e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=61 (%)	$\chi^2$
Crime sexual	6 (9.8)	11 (18.0)	17 (27.9%)	<b>.030*</b>
Roubo	22 (36.1)	6 (9.9)	30 (45.9%)	
Ofensas à Integridade física	2 (3.3)	6 (9.9)	8 (13.1%)	
Furto	4 (6.6)	2 (3.3)	6 (9.9%)	
Ameaça	1 (1.6)	0 (0.0)	1 (1.6%)	
Tráfico de Estupefacientes	1 (1.6)	0 (0.0)	1 (1.6%)	

\* $p < .05$

A partir da observação da tabela anterior concluímos que cerca de 46% praticou anteriormente um crime de roubo, com o grupo de JAS-V a apresentar um maior número de sujeitos ( $n= 22$ ) nestas condições. Os crimes de ofensas à integridade física ( $n= 8$ ) e os crimes de furto ( $n= 6$ ) encontram-se também patentes nesta amostra. No que aos crimes sexuais diz respeito, há registo de novo crime em 17 sujeitos (27.9%), isto é, tinham já registado um crime sexual anterior a este último nos seus processos individuais. Os resultados das análises estatísticas do teste de Qui-quadrado evidenciaram diferenças significativas [ $\chi^2$  (1,N= 61)=13.940,  $p<.05$ ], nos dois grupos em observação, permitindo notar uma maior probabilidade de os JAS-C terem cometido anteriormente outros crimes sexuais e, no que diz respeito aos JAS-V, uma maior probabilidade de terem cometido um crime de roubo antes do crime sexual que cometeram.

Foi efetuado um conjunto de cálculos matemáticos para um entendimento mais rigoroso da percentagem de reincidência na amostra de JAS-V e JAS-C. Deste modo, sabendo que a amostra total possui 118 sujeitos, a ocorrência de 17 sujeitos com novos crimes sexuais permite-nos afirmar a ocorrência de, nesta amostra, de uma percentagem de reincidência de 14.4%. Em relação a tipificação utilizada podemos afirmar que, nesta amostra, a taxa de reincidência dos JAS-V é de 9.8% ( $n=61$ ) e a taxa de reincidência dos JAS-C é de 19.2% ( $n=57$ ).

#### f) Características dos crimes sexuais

As especificidades dos crimes cometidos pelos JAS foi uma das dimensões sujeitas a análise. Importa aqui esclarecer quais as particularidades associadas à vítima, ao tipo de atos sexuais praticados, à relação entre a vítima e o jovem agressor, às características do local onde o crime aconteceu e ao modo como este foi cometido. Por último acompanhamos as indicações sobre a perceção do jovem agressor sobre o crime que cometeu e os dados da avaliação sobre a sua capacidade empática pela vítima. Iniciamos a apresentação com os resultados referentes às medidas descritivas da idade da vítima, que figuram na Tabela 57 a seguir exposta.

Tabela 57

Medidas descritivas relativamente à idade da vítima no momento do cometimento do crime.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)
Média	20.3	9.1
Mediana	16	10
Desvio Padrão	15.5	3.2
Mínimo	6	3
Máximo	83	14

A apreciação da tabela permite-nos concluir que a média de idade das vítimas tem uma variação considerável entre os vários tipos de crimes cometidos<sup>18</sup>. A média de idades das vítimas de violação é de 20.3 anos, com uma mediana de 16 anos (num intervalo de idades dos 6 anos aos 83 anos), enquanto as vítimas de abuso sexual de crianças têm em média 9.1 anos e uma mediana de 10 anos (estas vítimas possuem entre 3 e 14 anos de idade). Na Tabela 58 apresentada a seguir são indicadas as percentagens referentes ao sexo da vítima.

Tabela 58

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao sexo da vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=112 (%)	$\chi^2$
Masculino	10 (8.9)	21 (18.8)	31 (27.7%)	<b>.027*</b>
Feminino	48 (42.9)	31 (27.7)	79 (70.5%)	
Ambos os sexos	1 (0.9)	1 (0.9)	2 (1.8%)	

\*p&lt;.05

<sup>18</sup> Importa esclarecer que é em função do entendimento do crime que surge a designação do mesmo. Por exemplo, em duas situações diferentes mas em que a vítima tenha 6 anos, o crime tipificado poderá ser de Violação (art. 164.º do CP) ou de Abuso Sexual de Crianças (art. 171.º do CP), dependendo, entre outras coisas, do uso ou não da violência/ameaça grave ou de a ter ou não posto na impossibilidade de resistir.

É possível verificar na tabela a presença de um número superior de vítimas do sexo feminino (70.5%;  $n=79$ ) independentemente da tipologia de crime sexual. Há, ainda assim, nos crimes de abuso sexual de crianças um número relevante de vítimas do sexo masculino. Em cerca de 27% dos crimes ( $n=31$ ) a vítima era masculina e em 2 crimes (1.8%) houve vítimas de ambos os sexos. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em relação a estes dois grupos [ $\chi^2 (2, N=112)=7.261, p<.05$ ], havendo uma maior probabilidade da vítima ser do sexo masculino, no caso dos JAS-C, e do sexo feminino no crimes cometidos por JAS-V. Na Tabela 59 a seguir exibida são apresentados os resultados referentes ao número total de vítimas conhecidas.

Tabela 59

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao número total de vítimas conhecidas e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V $n$ (%)	JAS-C $n$ (%)	Total $n=113$ (%)	$\chi^2$
Uma vítima conhecida	44 (38.9)	35 (31.0)	79 (69.9%)	<b>.013*</b>
Duas vítimas conhecidas	4 (3.5)	18 (15.9)	22 (19.5%)	
Três vítimas conhecidas	5 (4.4)	2 (1.8)	7 (6.2%)	
Mais de quatro vítimas conhecidas	4 (3.5)	1 (0.9)	5 (4.4%)	

\* $p<.05$

A leitura da tabela possibilita a conclusão de que, na maioria dos episódios de agressão sexual (cerca de 70%) cometidos pelos jovens desta amostra, é identificada uma vítima. Ou seja, no crime aqui considerado ( $n=79$ ), foi vítima uma única pessoa (conhecida das autoridades). Em 22 crimes (19.5%) houve duas vítimas, sendo o grupo de JAS-C ( $n=18$ ) aquele em que esta situação mais aconteceu. O teste de Qui-quadrado revelou diferenças significativas entre os grupos de JAS-C e JAS-V [ $\chi^2 (6, N=113)=16.213, p<.05$ ]. Através das análises post-hoc verificou-se que, até serem descobertos, existe uma maior probabilidade dos JAS-C terem até duas vítimas e, em relação aos JAS-V, parece existir maior probabilidade de terem uma vítima.

Foi obtida informação relativa ao tipo de atos sexuais cometidos, cujos resultados são apresentados na Tabela 60 a seguir apresentada. Ainda que, eventualmente, no momento do crime tenham sido cometidos vários atos sexuais (e.g., penetração vaginal e sexo oral) foi considerada nesta análise apenas o tipo de ato sexual considerado mais evidente na situação (e.g., seguindo o mesmo exemplo, optar-se-ia apenas pela codificação estatística da penetração vaginal).

Tabela 60

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao tipo de atos sexuais perpetrados e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =116 (%)	$\chi^2$
Penetração vaginal, com pénis	27 (23.3)	13 (10.4)	40 (33.7%)	<b>.000*</b>
Penetração anal, com pénis	12 (9.6)	4 (3.2)	16 (12.8%)	
Penetração vaginal, com dedos	0 (0.0)	2 (1.7)	2 (1.7%)	
Penetração anal, com objetos	2 (1.7)	0 (0.0)	2 (1.7%)	
Penetração vaginal e anal, com pénis	7 (5.6)	0 (0.0)	7 (5.6%)	
Tentativa de penetração vaginal, com pénis	11 (8.8)	2 (1.7)	13 (10.5%)	
Tentativa de penetração anal, com pénis	0 (0.0)	5 (4.0)	5 (4.0%)	
Contacto sexual com seios e/ou genitais	0 (0.0)	10 (8.0)	10 (8.0%)	
Sexo oral	2 (1.7)	13 (10.4)	15 (12.1%)	
Masturbação	0 (0.0)	3 (2.4)	3 (2.4%)	

\* $p < .01$

A partir da observação da tabela concluímos que o ato sexual mais praticado pelos jovens agressores é a penetração vaginal com pénis ( $n = 40$ ; 33.7%), em particular nos crimes de violação. Algo que não será surpreendente se atendermos aos atos que a legislação considera necessários para que este crime seja imputado. A penetração anal com pénis tem igualmente uma ocorrência elevada (12.6%;  $n = 16$ ), mais uma vez, com um número maior de sujeitos com crimes de violação ( $n = 12$ ). O contacto sexual com os seios e genitais da vítima (e.g., tocar, palpar) é um dos atos mais frequentes ( $n = 10$ ; 8.0%), seguindo-se a prática de sexo oral ( $n = 15$ ). Nestas duas últimas categorias de atos sexuais é notória a maior frequência de JAS-C. As tentativas de certos atos sexuais são também aqui salientadas, verificando-se 13 jovens agressores

(10.5%) que tentaram a penetração vaginal com pênis e 5 sujeitos (4.0%) a tentativa de penetração anal com pênis. Com menos frequência de ocorrência são os atos de penetração com objetos (e.g., haste de óculos) com dois sujeitos incriminados e, ainda, outros dois sujeitos (JAS) com crimes de penetração vaginal com dedos. Com a realização do teste de Qui-quadrado foi possível verificar a ocorrência de diferenças significativas entre os dois grupos de agressores sexuais [ $\chi^2$  (12, N= 116)=38.948,  $p<.01$ ]. As análises post-hoc através dos resíduos estandarizados revelaram que a significância estatística estava relacionada com a maior probabilidade de os JAS-V penetrarem vaginalmente a vítima ou de tentarem a penetração vaginal e/ou anal. Já em relação aos JAS-C há maior probabilidade de os atos abusivos se centrarem na prática de sexo oral, masturbação e/ou na tentativa de penetração anal.

A Tabela 61 resume os dados obtidos na análise da relação entre o jovem agressor sexual e a vítima.

Tabela 61

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à relação com a vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=115 (%)	$\chi^2$
Desconhecidos	25 (21.6)	0 (0.0)	25 (21.6%)	<b>.000*</b>
Colegas de Escola	16 (13.8)	10 (8.6)	26 (22.4%)	
Vizinhas(os)	10 (8.6)	12 (10.3)	23 (19.0%)	
Colegas no Lar de Infância e Juventude	1 (0.9)	14 (12.1)	15 (12.9%)	
Ex-namoradas	5 (4.3)	0 (0.0)	5 (4.3%)	
Irmãos	0 (0.0)	10 (8.6)	10 (8.6%)	
Primos	2 (1.7)	8 (6.9)	10 (8.6%)	
Educadores de Lar de Acolhimento	1 (0.9)	0 (0.0)	1 (0.9%)	

\* $p<.01$

A leitura da tabela salienta que os colegas de escola ( $n= 26$ ) são um dos principais alvos das agressões sexuais (22.4%) cometidas pelos jovens da amostra, em conjunto com os membros da vizinhança ( $n= 23$ ; 19%). Sobressai, nesta análise, a condição de colega na mesma instituição de acolhimento (12.9%)

para um número relevante de JAS-C ( $n= 15$ ). Para este grupo de agressores, surgem também indicadores de abusos sexuais de irmãos ( $n= 10$ ) e de primos ( $n= 10$ ). Um dado que se destaca nesta tabela é a ocorrência de violação sexual de ex-namoradas ( $n= 5$ ). Por último, saliente-se que 21.6% ( $n= 25$ ) dos agressores desconhecia por completo a vítima, sendo esta situação mais evidente nos JAS-V. O teste de Qui-quadrado revelou diferenças significativas em relação a esta variável [ $\chi^2$  (9,N= 115)= 59.366,  $p<.01$ ], sendo evidente a maior probabilidade de os JAS-V abusarem sexualmente de uma pessoa desconhecida ou, quando são conhecidas, tendem a ser ex-namoradas ou colegas de escola. Já em relação aos JAS-C as vítimas são com grande probabilidade conhecidas, podendo ser colegas na mesma instituição de acolhimento, vizinhos ou elementos da família mais próxima.

Estes resultados encontram-se de algum modo patentes na Tabela 62, a seguir exposta, onde são apresentadas as informações relativas aos locais onde foram cometidos os crimes sexuais.

Tabela 62

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao local onde foi cometido o crime sexual e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V $n$ (%)	JAS-C $n$ (%)	Total $n=111$ (%)	$\chi^2$
Casa do agressor	10 (9.0)	13 (11.7)	23 (20.7%)	<b>.000*</b>
Casa da vítima	9 (8.1)	13 (11.7)	22 (19.8%)	
Via pública	9 (8.1)	2 (1.8)	11 (9.9%)	
Jardim Público	9 (8.1)	4 (3.6)	13 (11.7%)	
Lar de Infância e Juventude ou CAT	2 (1.8)	13 (11.7)	15 (13.5%)	
Escola	4 (3.6)	6 (5.4)	10 (9.0%)	
Local ermo e afastado	15 (13.5)	2 (1.8)	17 (15.3%)	

\* $p<.01$

Na observação da tabela verificamos que a casa da vítima ( $n= 22$ ) e a casa do agressor ( $n= 23$ ) são os contextos onde ocorrem o maior número de crimes sexuais. Um dos locais que se destaca são os Lares de Infância e Juventude ( $n=$



15) onde os sujeitos se encontravam institucionalizados, em especial JAS-C. No entanto, se olharmos aos crimes cometidos na via pública ( $n= 11$ ), em locais ermos e afastados ( $n= 17$ ) e em jardins públicos ( $n= 13$ ), verificamos que uma percentagem expressiva (36.9%) de crimes sexuais (em particular as violações) é cometida em espaços públicos e indiferenciados. O resultado da análise do teste de Qui-quadrado para a distinção dos grupos revelou diferenças significativas entre JAS-C e JAS-V [ $\chi^2$  (6,  $N= 111$ )=25.731,  $p<.01$ ]. Verificou-se que há maior probabilidade de um JAS-C praticar o ato ilícito num CAT ou LIJ, na sua casa ou na casa da vítima. Outro resultado significativo foi a indicação de que um JAS-V praticará, com maior probabilidade, a agressão sexual num contexto público ou num local ermo e afastado.

O modo de perpetração destes crimes é objeto de análise na Tabela 63, a seguir apresentada.

Tabela 63

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao modo de cometimento do crime e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V $n$ (%)	JAS-C $n$ (%)	Total $n=117$ (%)	$\chi^2$
Cometido individualmente	20 (17.1)	42 (35.9)	62 (53.0%)	<b>.000*</b>
Cometido em grupo	40 (34.2)	14 (12.0)	54 (46.2%)	
Cometido individualmente e em grupo	0 (0.0)	1 (0.9)	1 (0.9%)	

\* $p<.05$

Constata-se, através da observação da tabela, que a maioria dos crimes é cometida individualmente ( $n= 62$ ; 53%), com uma preponderância dos crimes sexuais de abuso de crianças para esta situação ( $n= 42$ ). Por outro lado, 46% dos crimes sexuais são cometidos por um grupo de indivíduos, destacando-se nesta particularidade os crimes de violação ( $n= 40$ ). Num dos crimes sexuais em crianças o abuso foi cometido individualmente numa primeira fase e, depois, foi cometido também em conjunto com outros jovens. Também nesta variável estatística o teste de Qui-quadrado revelou diferenças significativas [ $\chi^2$  (2,  $N=$

117)= 21.262,  $p<.01$ ], sendo mais provável que para os JAS-V os crimes surjam em grupo e, para os JAS-C, a agressão seja praticada individualmente.

O modo de abordagem da vítima, o recurso a violência física e a utilização de armas para a perpetração do crime são analisados nas Tabelas 64, 65 e 66, respetivamente.

Tabela 64

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente ao *modos operandi* na abordagem à vítima.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =110 (%)	$\chi^2$
Ameaça	24 (21.8)	15 (13.6)	39 (35.5%)	.000*
Manipulação	5 (4.5)	20 (18.2)	25 (22.7%)	
Sugeriu falar com a vítima em privado	7 (6.4)	2 (1.8)	9 (8.2%)	
Agressão física violenta	21 (19.1)	7 (6.4)	28 (25.5%)	
Abordagem repentina	3 (2.7)	6 (5.5)	9 (8.2%)	

\* $p<.05$

A análise desta tabela permite verificar que, quando analisamos o momento em que o agressor efetua a abordagem da vítima, os crimes de violação tendem a ser cometidos, na maior parte das vezes, com ameaças à integridade física da vítima ( $n= 24$ ) e/ou com agressões físicas violentas ( $n= 21$ ). Alguns dos agressores ( $n= 9$ ), conhecendo a vítima pessoalmente, abordam-na solicitando uma conversa particular num local afastado, dando-se aí o crime sexual. As agressões sexuais praticadas por JAS-C, por seu lado, são cometidas em grande parte com manipulações ( $n= 20$ ) e com ameaças à integridade física da vítima ou de outrem ( $n= 15$ ). Observa-se também um conjunto de crimes ( $n= 18$ ) cuja abordagem é efetuada de forma repentina, entendendo-se esta abordagem como havendo uma aproximação súbita à vítima, onde não existe qualquer emissão de palavras, e desencadeando-se de imediato a agressão sexual, seja ela qual for. O teste de Qui-quadrado revelou diferenças estatisticamente significativas [ $\chi^2$  (4,  $N= 110$ )= 21.120,  $p<.01$ ], evidenciando uma maior probabilidade de os JAS-C terem usado a manipulação nas agressões

cometidas. Já os JAS-V desta amostra tendem a praticar com maior probabilidade a agressão sexual através da agressão física e ameaça.

Ainda no âmbito do uso da violência física por parte do jovem agressor sexual, é possível verificar na Tabela 65 a percentagem de crimes em que, mesmo não sendo considerada violenta, ocorre violência física.

Tabela 65

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à violência física cometida na vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=106 (%)	$\chi^2$
Sem agressão física	15 (14.2)	46 (43.4)	61 (57.5%)	<b>.000*</b>
Com agressão física	40 (37.7)	5 (4.7)	45 (42.5%)	

\* $p < .05$

Verifica-se, através da leitura desta tabela, que tem o seu suporte estatístico em 106 sujeitos, o recurso a violência física em 42.5% da amostra ( $n=45$ ) de JAS. Contudo, a maioria dos agressores (57.5%) não recorre à violência ( $n=61$ ). A estatística do teste de Qui-quadrado apontou diferenças significativas entre os dois grupos agressores [ $\chi^2 (1, N=106) = 42.886, p < .01$ ], demonstrando que as violações são cometidos com maior probabilidade com recurso à violência física, ao contrário dos crimes praticados por JAS-C em que, com grande probabilidade, são cometidos quase exclusivamente sem recurso à violência física.

Os dados sobre o uso de armas nos incidentes de crime sexual, e quais tipos de armas, são apresentados na Tabela 66 que surge a seguir.

Tabela 66

Número de sujeitos, e respetiva percentagem, relativamente ao uso de armas no cometimento do crime relativamente aos dois grupos de JAS e resultado do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=114 (%)	$\chi^2$
Sem recurso a armas	26 (22.8)	50 (43.9)	76 (66.7%)	<b>.000*</b>
Navalha	14 (12.3)	2 (1.8)	16 (14.0%)	
Faca de cozinha	15 (13.2)	3 (2.6)	18 (15.8%)	
Arma de caça / Pistola	4 (3.5)	0 (0.0)	4 (3.5%)	

\* $p < .01$

A partir da observação da tabela constatamos que a maioria (66.7%) dos sujeitos ( $n = 76$ ) não utiliza qualquer arma para o cometimento do crime sexual. Há, no entanto, 33.3% dos jovens que usou pelo menos um tipo de arma no momento em que cometeu a agressão sexual, tais como o recurso a uma faca de cozinha ( $n = 18$ ) ou a uma navalha ( $n = 16$ ), sendo mais evidente este uso em sujeitos com crimes de violação. Quatro destes jovens agressores (3%) utilizaram uma arma de caça ou uma pistola para intimidar a vítima de violação. Na análise estatística através do teste de Qui-quadrado evidenciaram-se diferenças significativas [ $\chi^2 (3, N = 114) = 28.474, p < .01$ ], destacando a maior probabilidade dos crimes sexuais contra crianças ocorrerem sem recurso a armas e, por outro lado, uma maior probabilidade em existir recurso a armas por parte de JAS-V.

A ocorrência de roubo antes ou após o crime sexual foi também alvo de observação no estudo, cujos resultados podem ser observados na Tabela 67.

Tabela 67

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à existência de roubo aquando da abordagem à vítima e resultado do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V n (%)	JAS-C n (%)	Total n=118 (%)	$\chi^2$
Sem cometimento de roubo	37 (30.4)	49 (39.5)	94 (69.9%)	<b>.000*</b>
Roubo antes do crime sexual	16 (15.8)	2 (1.8)	20 (17.6%)	
Roubo depois do crime sexual	14 (12.5)	0 (0.0)	15 (12.5%)	

\* $p < .05$

Podemos concluir pela análise da tabela que na maioria (69.9%) dos episódios de crimes sexuais ( $n=118$ ) cometidos por menores de idade não ocorre qualquer roubo à vítima. No entanto, uma análise mais pormenorizada reconhece que, em 30 crimes de violação, existe roubo da vítima, sendo 15.8% antes do crime e 12.5% depois da perpetração do crime sexual. Na análise estatística através do teste de Qui-quadrado evidenciaram-se diferenças significativas [ $\chi^2$  (1,  $N=114$ ) = 42.886,  $p < .01$ ], verificando-se uma maior probabilidade de os JAS-V cometerem roubo aquando da agressão sexual, comparativamente aos JAS-C.

Por último, propusemo-nos examinar a perceção que os sujeitos tinham relativamente ao crime sexual cometido, acompanhando os dados das avaliações psicológicas sobre o juízo crítico do sujeito e a capacidade empática deste pela vítima. Estes resultados figuram nos Tabelas 68 e 69 a seguir expostas.

Tabela 68

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à atitude destes em relação ao crime praticado e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V $n$ (%)	JAS-C $n$ (%)	Total $n=115$ (%)	$\chi^2$
Demonstra sentido crítico	16 (13.9)	24 (20.9)	40 (34.8%)	.102
Não demonstra sentido crítico	42 (36.5)	33 (28.7)	75 (65.2%)	

A Tabela permite-nos verificar que uma grande percentagem (65%) dos JAS ( $n=75$ ) não parece demonstrar uma avaliação crítica da prática do crime que cometeu, procurando atenuar ou desvalorizar o seu comportamento. Esta situação tende a ser comum nas duas tipologias de crimes, estando, contudo, mais representados nos JAS-V ( $n=42$ ). Ainda assim, uma parte dos jovens desta amostra ( $n=40$ ; 34.8%) reconhece a ilicitude do seu comportamento criminal e o seu desvalor social. Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ( $p > .05$ ). Os resultados que surgem nesta tabela encontram-se, de algum modo, relacionados com os dados obtidos sobre a empatia dos agressores pelas vítimas, que poderemos observar na Tabela 69.

Tabela 69

Número de sujeitos nos dois grupos de JAS relativamente à empatia demonstrada pela vítima e resultados do teste Qui-quadrado realizado.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =112 (%)	$\chi^2$
Apresenta capacidade empática	10 (8.9)	17 (15.2)	27 (24.1%)	.122
Não apresenta capacidade empática	46 (41.1)	39 (34.8)	85 (75.9%)	

Dos dados percentuais patentes na tabela, destaca-se o facto de as avaliações psicológicas efetuadas considerarem que, em 85 JAS (75.9%), não parece evidenciar-se empatia pela vítima. Estes resultados estão vinculados tanto nos JAS-V (*n*= 46) como nos JAS-C (*n*= 39). Na observação do teste de Qui-quadrado não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ( $p>.05$ ).

#### *g) Saúde Mental*

Ao nível da saúde mental, a única variável passível de análise foi a presença de ideação suicida. Os dados constam na Tabela 70, a seguir apresentada.

Tabela 70

Número de sujeitos nos quatro grupos de JAS relativamente à presença de ideação suicida.

	JAS-V <i>n</i> (%)	JAS-C <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> =114 (%)	$\chi^2$
Apresenta ideação suicida	3	0	3 (2.6%)	.085
Não apresenta ideação suicida	55	56	111 (97.4%)	

Da análise desta tabela ressalta que na maioria (97%) dos JAS desta amostra (*n*=114) não se evidenciam comportamentos suicidários. Os casos detetados com esta condição estão localizados no grupo dos jovens violadores (*n*= 3). Na análise estatística não se verificaram diferenças significativas entre os dois grupos ( $p>.05$ ).

## **V. DISCUSSÃO**

O resultado obtido na análise desta amostra de jovens agressores sexuais em termos demográficos, clínicos e de modus operandi criminal, permitiu-nos clarificar algumas das suas especificidades e, em particular, verificar a existência de diferenças significativas entre JAS-V e JAS-C num conjunto de dimensões.

A um nível demográfico e familiar foi possível verificar, numa primeira fase, que a maioria dos sujeitos reside num contexto suburbano inserido na área metropolitana de Lisboa e pertence a agregados familiares de classe média e média-baixa. A ligação destes jovens ao seu contexto familiar é marcada, num número significativo de casos, por várias descontinuidades e afastamentos desde os primeiros anos de vida, sendo educados pelos progenitores com estilos parentais que oscilam entre a permissividade, o autoritarismo e a negligência. Estes agregados familiares, em especial os de JAS-V, apresentam, muitas dificuldades em supervisionar e controlar os comportamentos dos filhos ou em lhes impor regras e limites comportamentais. Neste âmbito, a utilização de punição física frequente, como forma de tentar controlar o comportamento do jovem, é habitual na maior parte dos JAS-V, existindo, também, situações (embora não sendo estatisticamente significativo) em que subsistem maus tratos físicos. A presença de violência doméstica no contexto familiar é usual em muitos casos, não se evidenciando, todavia, diferenças entre os dois grupos agressores.

Em termos de características individuais do próprio jovem agressor, verificou-se que uma grande parte manifesta uma postura tendencialmente agressiva, apresenta dificuldades na resolução de problemas e na regulação do seu próprio comportamento. Mais do que os JAS-C, os JAS-V parecem ter no seu grupo de pares vários indivíduos com comportamento problemático perante a justiça. Presenciamos capacidades cognitivas que variam entre média e média-baixa, sendo significativamente mais baixa em JAS-V. Quando atendemos ao ajustamento escolar, verificamos que possuem uma frequência escolar claramente desfasada do que deveria ocorrer em função da faixa etária, níveis de absentismo elevado (em especial os JAS-V) e, muitas vezes, a demonstração de comportamentos no contexto escolar, em geral, desadequados, tanto com professores e funcionários como com colegas.

No que se refere aos aspetos criminais, observamos várias histórias de prática de crimes anteriores até ao momento de ser registado judicialmente pelo crime sexual. A este nível, os JAS-V tem maior probabilidade em ter cometido um crime de roubo, comparativamente aos JAS-C que têm maior probabilidade em já antes ter praticado pelo menos uma agressão sexual. A este respeito, foi possível contabilizar uma taxa de reincidência criminal na amostra total de 14.4%, e uma taxa de reincidência de 9.8% para JAS-V e de 19.2% para JAS-C. Para os JAS-V as vítimas são maioritariamente do sexo feminino e os atos sexuais praticados implicam, com grande probabilidade, penetração vaginal ou anal com pénis. Já com os JAS-C será mais provável que as práticas sexuais se limitem à prática de sexo oral ou a contactos sexuais com seios e/ou genitais, com vítimas do sexo masculino.

Verificamos que muitas das vítimas de JAS-C são provavelmente colegas de escola dos jovens agressores, seus vizinhos ou familiares próximos. Já em relação aos JAS-V, as vítimas são na maior parte das vezes desconhecidas ou, se a conhecerem, são muito provavelmente ex-namoradas. Em relação ao contexto onde o crime é cometido, verificamos que os locais dependem também da tipologia criminal aqui em estudo. Por exemplo, tendencialmente os crimes cometidos por JAS-C são realizados na própria casa do agressor, na casa da vítima ou em Lares de Infância e Juventude. Já os crimes de violação ocorrem geralmente na casa do agressor ou em locais públicos isolados. Esta diferença entre JAS-V e JAS-C é também notória no que concerne ao modo como o crime é cometido. Enquanto os crimes de JAS-C são cometidos, na maior parte das vezes, de modo individual, sem violência física e de modo manipulador, uma parte significativa dos crimes praticados por JAS-V desta amostra foi cometida em grupo, de forma ameaçadora e com recurso a violência, muitas vezes fisicamente violenta e com recurso ao uso de armas. Por último centramo-nos na avaliação efetuada sobre a perceção que o jovem agressor tinha em relação ao seu comportamento agressor e verificamos que a maioria parece demonstrar pouco sentido crítico em relação aos atos praticados e, igualmente, denotam pouca capacidade empática pela vítima.



Neste estudo foram efetuadas avaliações retrospectivas através da verificação dos processos individuais de 118 JAS portugueses (61 JAS-V e 57 JAS-C), com o objetivo de caracterizar estes jovens em termos demográficos, psicológicos, tipológicos e criminais. Apesar da frequente variabilidade comportamental destes jovens agressores (Andrade, Vincent, & Saleh, 2006), que impossibilita a existência de um perfil sólido, há, todavia, um conjunto de características que surgem com maior regularidade nestes jovens agressores. Genericamente, o perfil demográfico e criminal desta amostra de JAS portugueses apresenta-se muito semelhante ao que tem vindo a ser encontrado em amostras de outros países (e.g., Aebi et al., 2011; Allan, Allan, Marshall & Kraszlan, 2002; Becker, 1998; Boid, Hagan, & Cho, 2000; Langstrom & Lindblad, 2000; Rich, 2003). Por exemplo, é possível verificar que as idades no momento da prática do crime seguem de perto as trajetórias enunciadas por Farrington (2004) sobre a curva do crime segundo a idade. As semelhanças com outros estudos são evidentes, não só nas médias etárias dos agressores, mas também em relação aos contextos geográficos e habitacionais onde residem (O'Brien, 2011). As diferenças encontradas nos estudos surgem associadas, geralmente, a um enquadramento jurídico distinto. Por exemplo, existem tipologias criminais que se alteram de país para país e, também, subsistem diferentes idades de responsabilização criminal. A este respeito salientamos o estudo norte-americano de Johnson (1988, citado em Ryan, 2010) que engloba crianças com crimes sexuais cometidos entre os 3 e os 5 anos e, no limite oposto, o estudo de Langstrom e Lindblad (2000) no contexto sueco que inclui jovens até aos 20 anos de idade.

Englobando aqui também os resultados do estudo de prevalência dos crimes sexuais cometidos por menores em Portugal, podemos referir que, em relação ao número de crimes sexuais, comparativamente a outros países, no contexto português a prevalência surge dentro dos valores médios em relação aos crimes de violação e bastante mais reduzida no que diz respeito aos abusos sexuais de crianças. Nos EUA estima-se que 20% das violações e que cerca de 30% a 50% dos abusos sexuais de crianças sejam cometidos por adolescentes (Barbaree & Marshall, 2006; Nangle, Hecker, Grover, & Smith, 2003). Mais

genérico, Abbey (2005) afirma que neste país os jovens são responsáveis por 25% de todos os tipos de crimes sexuais. Em Portugal, verifica-se que 25% de todas as violações sentenciadas por tribunais portugueses no ano de 2009, foram perpetradas por jovens com menos de 18 anos de idade e, no ano 2010, foi estabelecida a responsabilidade destes menores em 21% destes crimes. Já no que aos crimes de abuso sexual de crianças diz respeito, constata-se que os valores obtidos estão um pouco abaixo das estatísticas referenciadas em outros países. O ano de 2010 foi o que apresentou uma maior proporção (13%), ligeiramente superior aos anos anteriores (11% em 2007, 2008 e 2009). Todavia, é de notar que nos estamos a referir a estatísticas oficiais que tendem a não englobar todos os crimes por estes nem sempre serem reportados às autoridades e, desta forma, possuem margens de erro elevadas.

Centrando-nos agora na discussão das diferentes dimensões analisadas, verificamos que no caso do estatuto socioeconómico, algumas investigações apontam para a existência de agressores em todos os estratos sociais, embora sejam mais frequentemente estudados os agressores que se encontram nos escalões inferiores (Ryan, 2010). Este facto parece ocorrer também na amostra aqui em análise, sugerindo que possa haver nos agressores pertencentes a estatutos socioeconómicos superiores, melhores (e mais protetoras) condições sociais, familiares e pessoais e/ou, também, uma maior capacidade de escapar aos mecanismos de controlo e vigilância social formal, ou maior capacidade de defesa, no âmbito do processo judicial, para cumprir determinada punição com outra medida/pena que não a institucionalização em centro educativo ou prisão. O ambiente familiar muitas vezes violento e aparentemente disfuncional de alguns JAS portugueses é também comum em outras investigações (Duane & Morrison, 2004; Smallbone, 2006), sendo frequente a desorganização e instabilidade familiar. Como referem Barbaree e Langton (2006), embora estes fatores sejam comuns a indivíduos jovens que cometem crimes não sexuais, as famílias de JAS são tipicamente caracterizadas por grande instabilidade e falta de recursos, incapacidade em promover e estabelecer vínculos emocionais afetivos entre os pais e a criança, sujeitam muitas vezes os menores a uma exposição a comportamentos e materiais sexuais, existência de um ambiente familiar com alto

risco de abuso infantil por um adulto e, por último, apresentam com maior probabilidade uma falta de recursos para lidar com os efeitos do abuso sexual da criança após este eventualmente ser descoberto.

Um aspeto presente nesta amostra portuguesa, que, embora minoritário, é expressivo em termos percentuais, e que é partilhado no contexto suíço (Aebi et al., 2011) e holandês (Veen, Stevens, Doreleijers, van der Ende, & Vollebergh, 2009), é a presença nas amostras de jovens emigrantes. Uma particularidade que estes autores destacam é o facto de muitos destes jovens não terem um acompanhamento educativo eficaz durante o seu desenvolvimento, muito por causa das circunstâncias que rodeiam o próprio processo de emigração dos pais. Embora nesta investigação não possamos assegurar esta asserção, na verdade, pudemos verificar que existe uma percentagem significativa de sujeitos com história de afastamento precoce (por vezes durante vários anos) dos progenitores, alguns deles precisamente por motivos de emigração. Este afastamento poderá ter implicações negativas em termos de aproximação emocional às figuras parentais no momento de reunião familiar e, conseqüentemente, uma eventual desvalorização dos conteúdos educativos transmitidos pelos progenitores e uma maior vulnerabilidade a fatores externos à família. Este fator pode também ter conseqüências na adaptação escolar, onde esta amostra portuguesa se assemelha ao padrão sugerido em alguns estudos norte-americanos (Ryan, 2010) e canadianos (Lussier & Proulx, 2011), ou seja, os JAS tendem a apresentar capacidades cognitivas médias ou inferiores à média (em especial em JAS-V, como já foi salientado), uma escolarização de algum modo irregular e absentista e com frequentes problemas comportamentais neste contexto.

Quando nos centramos nos resultados obtidos sobre os crimes, verificamos que os resultados se encontram em linha com algumas outras investigações internacionais (Barbaree & Marshall, 2006; Boid, Hagan, & Cho, 2000; Hunter, 2012). Por exemplo, o facto da vítima ser frequentemente do género feminino nos casos de JAS-V e, a maior probabilidade, de as vítimas de JAS-C serem do sexo masculino, encontra-se na tendência de outras investigações. Esta é, também, muitas vezes conhecida do agressor sexual de crianças (Hunter, 2012; Ryan, 2010). As agressões sexuais tendem a estar

enquadradas nos contextos de vida próprios das faixas etárias dos jovens como, por exemplo, nos contextos escolares.

A percentagem de sujeitos com crimes onde foram cometidos atos sexuais (vaginais ou anais) parece ser tendencialmente superiores na nossa amostra (52.9%), embora também tenham sido encontrados valores de 50.3% em estudos australianos (Allan, Allan, Marshall, & Kraszlan, 2002), de 53% em estudos americanos (Ryan, 2010) e de 53.6% em investigações britânicas (Manocha & Mezey, 1998). Quando foi averiguado se os sujeitos tinham praticado algum crime anterior ao da medida que o levou a estar institucionalizado, verificamos, também, que a percentagem de reincidência é superior aos dados de outros estudos. Chamamos a atenção para a circunstância de haver na nossa amostra um número expressivo de jovens com crimes sexuais cometidos em Lares de Infância e Juventude, o que nos leva a refletir sobre uma potencial maior sensibilidade/atenção que os profissionais nestas instituições estão a ter face à sinalização destes casos.

Concluindo, os JAS deste estudo evidenciam um conjunto de fatores de risco psicossociais para comportamentos antissociais. Apesar das diferenças sociais e culturais, os resultados encontrados em relação ao agressor, à vítima e ao modus operandi criminal são convergentes com as verificações detetadas em outros estudos internacionais, concretamente dos EUA, Reino Unido e de outros países europeus. Estas semelhanças permitem-nos afirmar que alguns instrumentos de avaliação, de análise do risco de reincidência e estratégias de intervenção possam ser aplicados no contexto português, desde que cuidadosamente adaptados.

# Capítulo 6

## ESTUDO 2

### PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GRUPOS DE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS, JOVENS AGRESSORES NÃO SEXUAIS E JOVENS NÃO AGRESSORES

#### I. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Foi objetivo específico no presente estudo a avaliação de diferenças entre os dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V), os JAN-S e os JN-A em relação a um conjunto de variáveis associadas a problemas de comportamento. Estes problemas são aqui entendidos como comportamentos que rompem normas sociais, condutas disruptivas ou de quebra de regras (e.g., lutas frequentes, comportamento disruptivo no contexto escolar, mentira, entre outros) que podem não implicar envolvimento com o sistema de justiça (Seto & Lalumière, 2010). As variáveis aqui em análise centram-se a) em torno da idade de início dos problemas de comportamento, b) ocorrência de problemas de comportamento no contexto escolar (consideração que engloba o comportamento dentro e fora da sala de aula, com colegas, docentes e não docentes, e se possui processos disciplinares), c) os valores obtidos nas subescalas YSR Total e d) no síndrome de Comportamento Agressivo e os valores observados nas subescalas e) Agressão Física e f) Agressão Verbal no Questionário de Agressão. Nestas últimas quatro medidas foi controlado o eventual efeito da desejabilidade social.

Em função dos resultados de vários dos estudos revistos, era esperado, desde logo, que os JN-A apresentassem cotações inferiores nos instrumentos de

autorrelato, em comparação com o grupo de jovens agressores. Era, ainda, esperado que os JAS e JAN-S não se diferenciasssem significativamente em todos os indicadores de comportamentos problemáticos, com exceção dos JAS-C, os quais se supunha que demonstrassem menos problemas comportamentais que os restantes grupos agressores.

## **II. MÉTODO**

### **a) Amostra**

A amostra utilizada neste estudo foi composta por 158 jovens, sendo 38 JNA-S, 19 JAS-V, 13 JAS-C e 88 JN-A. As características da amostra constam no capítulo da metodologia geral.

### **b) Medidas**

Neste estudo foram utilizadas algumas medidas de avaliação descritas em detalhe no capítulo da metodologia geral, concretamente, foi utilizado a Youth Self-Report (Achenbach & Rescorla, 2001), o Short Desirability Scale-Short Form (Ballard, 1992), o Questionário de Agressão (Buss & Perry, 1992), e, por último, dados recolhidos com a Grelha de Dados Processuais – Agressor (Barroso, 2010) e da Folha de Recolha de Dados – Escolas (Barroso, 2010). Destas grelhas de anotação de dados foi retirada informação relativa à idade de início dos comportamentos problemáticos manifestados pelos jovens agressores e ao seu comportamento no contexto escolar. Dos instrumentos de avaliação, foram isoladas as seguintes variáveis compósitas: índice de desejabilidade social (SDS-SF), total de problemas de comportamento (YSR), síndrome do comportamento agressivo (YSR) e subescalas de agressão física e agressão verbal (QA). Salientamos que, deste modo, haverá informação que decorre de autorrelatos e, também, proveniente de relatórios técnicos.

O conjunto de sinais e sintomas indicativo de Comportamento Agressivo (Achenbach & Rescorla, 2001) é baseado em critérios empíricos referentes à Perturbação de Comportamento. Alguns autores referem a importante utilidade clínica deste síndrome comportamental (Wicks-Nelson & Israel, 2003), por

envolver um conjunto relevante de sinais e sintomas característicos da perturbação de comportamento. Inclui comportamentos como discutir muito, desafiar constantemente, desobediente em casa e na escola, envolver-se em lutas, explosivo, impulsivo, entre outros. O uso das cotações da variável YSR-Total de problemas justifica-se por ser um indicador genérico da maior ou menor presença de problemas comportamentais (tal como percecionado pelo sujeito). A utilização das variáveis referentes à agressão física e verbal decorrem do interesse em aprofundar de modo mais concreto a presença nos sujeitos da dimensão instrumental “agressão”, seja ela expressa fisicamente ou verbalmente, evidenciando-se assim o tipo de agressividade mais presente no sujeito.

#### c) Procedimentos

O procedimento levado a cabo para a recolha de dados relativos a este estudo foi o mesmo que o apresentado na metodologia geral.

### III. RESULTADOS

#### *Comportamento no Contexto Escolar*

Foi realizado um teste de Qui-quadrado de independência para determinar se os quatro grupos diferiam relativamente ao comportamento apresentado no contexto escolar através das indicações “*Desadequado*” e “*Globalmente adequado*”. Os resultados podem ser observados na Tabela 71 a seguir apresentada.

Tabela 71

Resultados obtidos com o teste de Qui-quadrado em relação ao comportamento no contexto escolar nos quatro grupos amostrais.

	JAS-C		JAS-V		JAN-S		JN-A		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Comportamento apresentado no contexto escolar									
Desadequado	12	4.8	19	7.6	98	39.2	21	8.4	<b>102.8***</b>
Globalmente adequado	2	0.8	8	3.2	13	5.2	77	30.8	

\*\*\*  $p < .001$

Na análise dos dados relativos aos quatro grupos amostrais verificou-se que a diferença nas proporções é significativa [ $\chi^2 (3, N= 250)=102.8, p<.01$ ], sendo que os jovens sem história de agressão têm menor probabilidade de apresentar problemas comportamentais no seu contexto escolar. Para se determinar as especificidades dos grupos agressores em relação a esta variável efetuou-se um novo teste Qui-quadrado de independência somente com estes três grupos. Os dados obtidos constam na Tabela 72, a seguir apresentada.

Tabela 72

Resultados obtidos com o teste de Qui-quadrado em relação ao comportamento no contexto escolar nos três grupos agressores.

	JAS-C		JAS-V		JAN-S		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	
Comportamento apresentado no contexto escolar							5.438
Desadequado	12	7.9	19	12.5	98	64.5	
Globalmente adequado	2	1.3	8	5.3	13	8.6	

\*  $p < .05$



A Tabela permite observar que, ainda que existissem diferentes proporções entre os três grupos de sujeitos agressores nos dois níveis indicados (havendo um maior número com comportamento “desadequado”), não se verificaram diferenças estatisticamente significativas [ $\chi^2$  (3, N=152)=5.4,  $p=.06$ ].

#### *Idade de início de comportamentos problemáticos*

Numa segunda fase foi efetuada uma análise de variância (ANOVA) para explorar a existência de diferenças em relação à idade de início dos comportamentos problemáticos. Como é evidente esta análise estatística foi feita unicamente com os três grupos agressores. Foi detetado através do teste Levene um desvio na homogeneidade da variância, tendo-se por isso passado a observar continuamente o teste de robustez Brown-Forsythe, não tendo este apresentado qualquer indicador problemático. A Tabela 73 seguinte expõe os resultados obtidos com esta análise de variância.

Tabela 73

Resultados obtidos com a ANOVA respeitante à idade de início dos problemas de comportamento nos três grupos agressores.

	JAS-C (n=15)	JAS-V (n=31)	JAN-S (n=103)	F	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Idade de início dos comportamentos problemáticos	11.6 (2.5)	11.2 (4.9)	11.4 (1.6)	.127	.881

Como se pode verificar na tabela anterior, a diferença etária entre os três grupos de sujeitos não se verificou significativa [(F (2,146)=.127,  $p>.05$ ].

No passo seguinte pretendia-se examinar comparativamente os quatro grupos em relação às variáveis compósitas dos instrumentos de avaliação psicológica YSR e QA, tendo-se, para o efeito, realizado uma análise multivariada de covariância (MANCOVA), usando-se a desejabilidade como variável covariante. Com a realização desta MANCOVA verificou-se não existirem efeitos significativos da desejabilidade social nas respostas dos sujeitos nas dimensões

aqui em estudo [ $F(1,153)= .94, p>.05, \eta_p^2=.006$ ]. Verificou-se, contudo, a existência de diferenças entre os grupos no que concerne à cotação média nas variáveis associadas a problemas de comportamentos. A Tabela 74 a seguir apresentada resume os principais dados a este respeito.

Como pode ser observado na tabela, estamos perante diferenças estatisticamente significativas ( $p<.001$ ) entre os grupos em relação às cotações do *YSR Total* (totalidade de problemas comportamentais tal como são percebidos pelo próprio), *YSR Comportamentos Agressivos* e *QA Agressão Física*. Não se verificam diferenças entre os grupos em relação às cotações do *QA Agressão Verbal* [ $F(3,158)=.403, p=.751, \eta_p^2=.014$ ]. Em relação à cotação dos problemas de comportamento verificados na *YSR Total*, após correção de Bonferroni ( $p\leq.05$ ), que nos permitiu observar quais as diferenças entre os grupos, verificou-se que o grupo de JN-A é significativamente diferente de todos os outros grupos agressores ( $M= 60.4, DP= 19.8; p<.001$ ), apresentando uma menor percepção de problemas de comportamento. Outra diferença significativa nesta escala é entre os JAN-S, com menos índice de problemas ( $M= 73.2; DP= 25.0; p<.001$ ) do que os JAS-C ( $M= 94.0; DP= 22.1; p<.001$ ). Diferenciam-se, assim, claramente os grupos agressores dos não agressores em relação a problemas de comportamento e, também, entre JAN-S e JAS-C, sendo elevada a magnitude das diferenças aqui encontradas ( $\eta_p^2=.191$ ). No que respeita à subescala da *YSR* relativa a *Comportamentos Agressivos* [ $F(3,158)=6.276, p<.001, \eta_p^2=.110$ ], observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de JN-A ( $M= 6.1; DP= 3.6; p<.001$ ) e o grupo de JAS-C ( $M= 10.2; DP= 3.6; p<.001$ ) e o de JAN-S ( $M= 8.4; DP= 4.2; p<.001$ ). Os resultados sobre a diferença entre os quatro grupos em relação à presença de agressividade física medida pela subescala do Questionário de Agressão [ $F(3,158)=7.439, p<.001, \eta_p^2=.127$ ] indicou diferenças significativas unicamente entre os grupos de JN-A ( $M= 17.1; DP= 5.5; p<.001$ ) e JAN-S ( $M= 22.3; DP= 6.1; p<.001$ ).

Tabela 74

Resultados obtidos com a MANCOVA tendo presente as quatro variáveis associadas com problemas de comportamento.

	JAS-C (n=13)	JAS-V (n=19)	JAN-S (n=38)	JN-A (n=88)	<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta_p^2$
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)			
YSR Total	94.0 (22.1)	79.0 (16.7)	73.2 (25.0) <b>A</b>	60.4 (19.8) <b>ABC</b>	12.023	<b>.000***</b>	.191
YSR							
Comp. Agressivos	10.2 (3.6)	7.4 (4.0)	8.4 (4.2)	6.1 (3.6) <b>AC</b>	6.276	<b>.000***</b>	.110
QA							
Agressão Física	21.2 (6.8)	19.1 (6.8)	22.3 (6.1)	17.1 (5.5) <b>C</b>	7.439	<b>.000***</b>	.127
QA							
Agressão Verbal	13.4 (3.3)	13.1 (4.1)	13.0 (3.3)	12.7 (3.0)	.403	.751	.008

A= JAS-C B= JAS-V C= JAN-S D= JN-A (a indicação da letra à frente representa o(s) grupo(s) que difere(m) estatisticamente desse mesmo grupo, tendo este último **menor** média de cotações)

\*\*\*  $p < .001$

#### IV. DISCUSSÃO

Neste estudo procurou-se diferenciar os sujeitos em relação à presença de problemas de comportamento, à exteriorização desses comportamentos em variados contextos e à forma como esses comportamentos se manifestavam. Teve como objetivo, assim, a comparação entre quatro grupos de sujeitos (JAS-V, JAS-C, JAN-S e JN-A) em relação a seis variáveis associadas a problemas de comportamento. Os resultados obtidos permitiram verificar a existência de diferenças claras entre grupos agressores e não agressores em relação à manifestação de problemas de comportamento, com o grupo de não agressores a apresentar menos problemas comportamentais. Esta menor presença de problemas comportamentais é evidente tanto no contexto escolar como na menor expressão de comportamentos agressivos no quotidiano. No que respeita à idade de início dos comportamentos problemáticos no dia-a-dia dos sujeitos agressores, não se verificaram diferenças significativas, não sendo possível, assim, diferenciar qualquer grupo a este nível. Sobre o efeito da desejabilidade social nas respostas dos sujeitos nos instrumentos de autorrelato, não se observaram efeitos estatisticamente significativos. Os resultados significativos evidenciaram igualmente que o grupo de sujeitos com crime de abuso sexual de crianças tende

a assumir, genericamente, mais problemas de comportamento do que os restantes grupos agressores. No entanto, no que diz respeito à componente instrumental do comportamento agressivo, o grupo de sujeitos com crimes não sexuais tende a ser claramente mais vezes agressivo no seu quotidiano do que a população normativa, mas tão ofensivos como os outros grupos de agressores.

Como tem sido referido, algumas investigações efetuadas até ao momento são dúbias em relação às diferenças entre JAS e JAN-S. No entanto, em relação à manifestação de comportamentos problemáticos, os estudos, genericamente, não têm sugerido a existência de diferenças entre os grupos. No estudo aqui realizado pretendeu-se comparar os sujeitos em relação a um conjunto de variáveis relacionadas com problemas comportamentais, concretamente a idade de início dos problemas comportamentais, manifestação de problemas no contexto escolar, valor total de problemas comportamentais e cotação referente ao síndrome de comportamento agressivo medidos, ambos, pela YSR e, finalmente, cotações das subescalas do Questionário de Agressão referentes a agressões físicas e agressões verbais. Em função dos estudos revistos, a hipótese colocada nesta análise referia-se, por um lado, à existência de diferenças entre jovens agressores e JN-A e, por outro lado, a presença de diferenças significativas entre todos os grupos de jovens agressores e os JAS-C, demonstrando estes últimos menos problemas comportamentais.

Os resultados revelaram uma clara diferença entre adolescentes agressores e não agressores, o que é coerente com os vários elementos teóricos das trajetórias delinquenciais baseadas, precisamente, na comparação entre delinquentes e não delinquentes e nos fatores de risco a eles subjacentes (Farrington, 2007; Loeber et al., 1993; Loeber et al., 2008). Verifica-se, então, que nos adolescentes sem história de delinquência existe menor probabilidade de se envolverem em problemas comportamentais, tanto no contexto escolar (e.g., lutas frequentes, comportamento disruptivo dentro e fora da sala de aula, com docentes e não docentes) como nas várias situações do seu quotidiano.

Curiosamente, a única variável em que não foram encontradas diferenças entre agressores e não agressores diz respeito à ocorrência de agressão verbal, observando-se valores médios da cotação nesta subescala muito semelhantes

entre todos os grupos amostrais. Este resultado permite refletir sobre a aparente frequência e regularidade do uso destas práticas agressivas (e.g., insultar, ameaçar, gozar) no cotidiano atual de um adolescente do sexo masculino. Alguns investigadores (Loeber & Hay, 1997) frisam a necessidade de enquadrar muitas das agressões no período desenvolvimental em que os sujeitos menores se situam. De igual modo, julgamos que o uso deste tipo de agressão deve ser inserido no contexto etário destes adolescentes, não sendo muitas vezes assumido como problemático entre eles (pelo menos dentro de certos limites) dada a aparente utilização habitual nas interações.

Observou-se a não existência de diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos agressores no que concerne ao início dos problemas de comportamento ( $M \approx 11$  anos), em congruência com os resultados já verificados por Seto e Lalumière (2006; 2010). Este não parece ser um fator diferenciador entre agressores sexuais e não sexuais. Já no que diz respeito à componente instrumental do comportamento agressivo (analisado pela escala de Agressão Física do QA), o grupo de sujeitos abusadores sexuais de crianças e os jovens com crimes não sexuais assumem ser significativamente mais agressivos no seu cotidiano do que a população normativa. Estes resultados tendem a refletir os dados de estudos recentes (Pullman & Seto; 2012; Ronis & Borduin, 2007) que sugerem a não existência de diferenças, ao nível das problemáticas comportamentais, entre JAS e JAN-S, partilhando, assim, muitos dos fatores de risco. Contudo, afastam-se desta conclusão, no nosso estudo, os jovens com crimes de violação que entendem não ser mais agressivos do que a população normativa.

Os resultados significativos neste estudo evidenciaram que o grupo de JAS-C se diferencia dos restantes grupos, ao apresentar mais problemas comportamentais dos que os não agressores e dos JAN-S. Antes de mais, este efeito permite observar a heterogeneidade das amostras de JAS e a dificuldade em obter direções semelhantes nos vários estudos. Porém, sublinhamos que o autorrelato utilizado (YSR) avalia os problemas de comportamento tal como são percecionados pelos sujeitos. Deste modo, observamos que o grupo de JAS-C tende a percecionar-se como tendo mais problemas do que o grupo normativo. Os

JAN-S entendem ter mais problemas comportamentais que o grupo normativo, mas muito menos do que os JAS-C. Os JAS-V assumem mais problemas comportamentais do que o grupo normativo, não se diferenciando porém dos restantes grupos agressores.

Estes resultados são contraditórios com os dados obtidos por Skilling, Doiron e Seto (2011) que verificaram no seu estudo que os JAS obtinham valores médios inferiores na YSR, comparativamente a JAN-S (à semelhança dos respetivos pais, na CBCL). O resultado por nós encontrado pode estar relacionado com o facto, já salientado anteriormente (Farrington, 2007; Murray & Farrington, 2010), de que nas amostras de jovens institucionalizados poderá existir uma sobrerrepresentação de agressores com comportamento mais gravoso e frequente, o que poderá significar algum enviesamento da amostra deste estudo por esta mesma razão. Por outro lado, os dados obtidos no estudo podem indicar a existência nesta amostra de uma aceitação mais clara dos seus próprios comportamentos problemáticos por parte dos JAS-C, ao contrário dos JAN-S. No sentido oposto, os JAS-V têm uma perceção do seu comportamento agressivo idêntica aos jovens do grupo normativo, embora os registos oficiais dos seus crimes tendam a demonstrar a prática de atos coercivos significativos.

# Capítulo 7

## ESTUDO 3

### MANIFESTAÇÃO DE TENDÊNCIAS ANTISSOCIAIS: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS, JOVENS AGRESSORES NÃO SEXUAIS E JOVENS NÃO AGRESSORES

#### I. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Neste estudo procurámos investigar a ocorrência de diferenças relativamente a um conjunto de variáveis associadas a tendências antissociais, nos dois grupos de JAS (JAS-C e JAS-V), os JAN-S e os JN-A. As tendências antissociais são aqui percebidas por características pessoais relacionadas com a propensão para o envolvimento em comportamentos antissociais e criminais (Seto & Lalumière, 2010). Como exemplos destas tendências poderemos considerar certos traços de personalidade, a associação a grupos de pares delinquentes ou a presença de crenças e atitudes pró-criminais.

As variáveis aqui em comparação focam-se *a)* na ocorrência de autorregulação comportamental, *b)* na existência de empatia face à vítima (ou outros), *c)* atitude face ao crime, *d)* raiva, *e)* hostilidade, *f)* distorções cognitivas (catastrofização, racionalização, egocentrismo e minimização) associadas a comportamento antissocial e *g)* associação a pares delinquentes. Em todas as variáveis cuja informação foi proveniente de autorrelatos, foi controlado o possível efeito da desejabilidade social. Embora teoricamente fizesse todo o sentido, não foi planeado o uso de variáveis ligadas a comportamentos agressivos, uma vez que estas variáveis foram já objeto de análise no estudo anterior, sendo, contudo, essa informação enquadrada na discussão.

Era esperado que, em comparação com os grupos agressores, os adolescentes não agressores apresentassem menos tendências antissociais, concretamente, valores médios mais baixos de raiva e hostilidade, bem como presença de médias inferiores nas cotações referentes às distorções cognitivas medidas pelo HIT. Esperava-se, também, que estes JN-A tendessem a acompanhar com mais frequência grupos de pares normativos. Dados os resultados referenciados em alguns estudos, previu-se que a desejabilidade social tivesse um efeito importante nas respostas indicadas pelos jovens, em especial, nas respostas dadas pelos jovens agressores institucionalizados. No que diz respeito aos grupos de jovens agressores, entendíamos como provável que os JAN-S pertencessem com mais frequência a grupos de pares problemáticos e mantivessem valores mais elevados nas cotações médias e nas proporções estatísticas dos autorrelatos em estudo (raiva, hostilidade e distorções cognitivas), comparativamente aos JAS, apresentando, porém, os JAS-C valores menores nas cotações médias de tendências antissociais, comparativamente aos restantes dois grupos de agressores. No entanto, não era esperado que os grupos de adolescentes agressores divergissem entre si no que respeita a problemas de autorregulação, na presença de empatia pela vítima ou nas atitudes face aos crimes praticados.

## **II. MÉTODO**

### **a) Amostra**

Foi estudada uma amostra composta por 266 jovens, sendo 111 JNA-S, 46 JAS-V, 19 JAS-C e 90 JN-A. Estatisticamente, a quantidade de sujeitos variou de teste para teste, consoante o número de respostas dadas às variáveis em apreço. As características detalhadas desta amostra foram já exibidas no capítulo da metodologia geral.

### **b) Medidas**

As medidas de avaliação utilizadas neste estudo fazem parte do protocolo já descrito em pormenor no capítulo da metodologia geral. A operacionalização do estudo das variáveis ligadas a tendências antissociais foi efetuada recorrendo aos



dados registados na Grelha de Dados Processuais – Agressor (Barroso, 2010) (e.g., existência de empatia pelas vítimas e capacidade de autorregulação do comportamento) e na Grelha de Dados – Escola (e.g., associação a pares delinquentes). Os dados referentes à presença e expressão de raiva e hostilidade nos sujeitos foram medidos a partir do Questionário de Agressão (Buss & Perry, 1992) e as distorções cognitivas relacionadas com o comportamento antissocial foram inferidas através do questionário How I Think (Barriga & Gibbs, 1996), sendo elas a catastrofização (subescala Assumir o Pior), minimização, racionalização (subescala Culpar os Outros) e egocentrismo (subescala Auto-Centração). Como foi referido anteriormente, em todas as variáveis cuja informação foi proveniente de autorrelatos, foi controlado o possível efeito da desejabilidade social, com recurso ao Short Desirability Scale-Short Form (Ballard, 1992). Como pode ser verificado, à semelhança do estudo 1, também neste estudo temos dados provenientes de duas fontes de informação distintas: autorrelatos e provenientes de relatórios de avaliação psicológica.

#### c) Procedimentos

Os procedimentos aplicados a este estudo são idênticos aos que foram executados no Estudo 1 e já expostos no capítulo referente à metodologia geral.

### **III. RESULTADOS**

Dada a ponderação dicotómica das variáveis dependentes, foi realizado um teste de Qui-quadrado de independência para se conhecerem as diferenças proporcionais entre os três grupos de agressores relativamente à autorregulação, empatia e atitude face ao crime. A Tabela 75 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 75

Resultados do teste de Qui-quadrado aplicado sobre os três grupos agressores relativamente à autorregulação, empatia e atitude face ao crime.

	JAS-C (n=19)		JAS-V (n=46)		JAN-S (n=111)		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	
Autorregulação							
Demonstra	1	0.6	8	4.8	6	3.6	<b>7.810*</b>
Não demonstra	17	10.2	32	19.2	103	61.7	
Empatia com a vítima							
Apresenta	2	1.2	6	3.5	21	12.3	1.194
Não apresenta	16	9.4	38	22.2	88	51.5	
Atitude face ao crime							
Demonstra sentido crítico	5	2.8	14	8.0	51	29.0	4.877
Não demonstra sentido crítico	14	8.0	32	18.2	60	34.1	

\*  $p < .05$

A observação da tabela permite-nos concluir que apenas na variável relativa à autorregulação foram encontradas associações estatisticamente significativas [ $\chi^2$  (2, N= 167)= 7.810,  $p < .05$ ]. Recorrendo à correção de Bonferroni e aos resíduos standardizados, para observar de que forma essas diferenças se faziam sentir, verificamos que, apesar de a maioria dos sujeitos não apresentarem capacidade de autorregulação, quando comparados com os outros dois grupos, os JAS-V demonstram, proporcionalmente, maior autorregulação comportamental e menor impulsividade nos seus comportamentos. Os JAS-C apresentam menor autorregulação, mas, de todos, são os JAN-S que demonstram menos autorregulação comportamental. A tabela permite observar, também, que a maioria dos agressores não evidencia empatia pela vítima e possui uma atitude tendencialmente displicente em relação ao crime que cometeu. Os resultados obtidos no que diz respeito à empatia [ $\chi^2$  (2, N= 176)= 1.194,  $p > .05$ ] e à atitude face ao crime [ $\chi^2$  (2, N= 171)= 4.877,  $p > .05$ ] não revelam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos amostrais de agressores.

Seguidamente, e uma vez que estávamos agora perante uma variável comum aos quatro grupos amostrais, foi realizado um novo teste de Qui-quadrado de independência em relação à presença frequente de pares problemáticos no quotidiano dos sujeitos. Os resultados são exibidos a seguir na Tabela 76.

Tabela 76

Resultados do teste de Qui-quadrado aplicado sobre os quatro grupos amostrais relativamente à pertença a um grupo de pares problemático.

	JAS-C (n=14)		JAS-V (n=43)		JAN-S (n=111)		JN-A (n=98)		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Grupo de pares									
Acompanha pares normativos	4	1.5	2	0.8	3	1.1	73	27.4	<b>142.639*</b>
Acompanha pares problemáticos	10	3.8	41	15.4	108	40.6	25	9.4	

\*  $p < .001$

A leitura da tabela salienta a existência de diferenças estatisticamente significativas em relação aos grupos de pares na vida dos sujeitos desta amostra [ $\chi^2$  (3, N= 266)= 142.639,  $p < .001$ ]. A análise diferencial dos quatro grupos com o uso dos resíduos estandardizados e após a correção de Bonferroni, verificou que o grupo de JN-A têm menor probabilidade de acompanhar pares delinquentes. Outro elemento que esta análise comparativa destacou foi o facto de os JAN-S terem significativamente mais possibilidades, do que os dois grupos de JAS, de acompanhar amigos problemáticos. Por último, observou-se que, embora o grupo de JAS-V tenha menos amigos problemáticos do que os JAN-S, possui significativamente mais do que os JAS-C.

Em relação às restantes variáveis em estudo, para conhecer os seus efeitos nos grupos agressores e não agressor, foi realizada uma MANCOVA, tendo em atenção previamente os pressupostos estatísticos necessários de normalidade, linearidade e homogeneidade. Os dois procedimentos estatísticos que utilizaram a MANCOVA tiveram como covariante a desejabilidade social, de modo a controlar os seus efeitos nas respostas dos sujeitos. Relembramos que, na análise das distorções cognitivas, foram eliminados 32 sujeitos (três JAN-S, um JAS-V, um JAS-C e 27 JN-A) por possuírem valores superiores a 4.0 na subescala “Respostas Anómalas” do HITQ, indicador, por isso, de respostas suspeitas ou socialmente desejáveis. As médias e desvios padrões são apresentados na Tabela 77 (em relação à presença de raiva e hostilidade) e na Tabela 78 (sobre as distorções cognitivas) a seguir expostos.

Tabela 77

Resultados obtidos com a MANCOVA em relação às subescalas de Raiva e Hostilidade nos quatro grupos amostrais.

	JAS-C (n=10)	JAS-V (n=17)	JAN-S (n=28)	JN-A (n=88)	<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta_p^2$
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)			
QA Raiva	18.4 (4.6)	17.1 (5.9)	16.7 (5.3)	15.2 (4.9)	1.830	.145	.038
QA Hostilidade	21.7 (7.3) <b>D</b>	19.8 (5.0)	17.4 (6.2)	16.9 (5.9)	2.636	<b>.050*</b>	.054

A=JA-Abusadores Sexuais de Crianças B=JA-Violadores C=JAN-S D=JNA (a indicação da letra à frente representa o(s) grupo(s) que difere(m) estatisticamente desse mesmo grupo, tendo este último **maior** média de cotações)

\*  $p < .05$

A tabela permite observar que não se verificou qualquer diferença significativa entre os grupos em relação à presença da emoção raiva [ $F(3,138)=1.830$ ,  $p < .05$ ,  $\eta_p^2=.038$ ] e, também, salienta a ocorrência de diferenças significativas entre os grupos na variável Hostilidade [ $F(3,138)=2.636$ ,  $p < .05$ ,  $\eta_p^2=.054$ ]. No que diz respeito à presença de hostilidade, os JAS-C demonstram ter significativamente mais atitudes e comportamentos hostis do que os JN-A.

Tabela 78

Resultados obtidos com a MANCOVA em relação à presença de distorções cognitivas nos quatro grupos amostrais.

	JAS-C (n=9)	JAS-V (n=22)	JAN-S (n=38)	JN-A (n=65)	<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta_p^2$
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)			
HIT Egocentrismo	3.3 (0.8) <b>C</b>	2.7 (0.7)	2.6 (0.7)	3.1 (0.8) <b>C</b>	4.847	<b>.003*</b>	.095
HIT Racionalização	3.1 (1.0)	2.8 (0.8)	2.8 (0.6)	3.5 (0.7) <b>BC</b>	8.029	<b>.000*</b>	.149
HIT Minimização	2.8 (0.5)	2.4 (0.5)	2.4 (0.6)	2.8 (0.6) <b>C</b>	4.693	<b>.004*</b>	.093
HIT Catastrofização	3.6 (0.8)	3.2 (0.8)	3.2 (0.7)	4.1 (0.6) <b>BC</b>	15.839	<b>.000*</b>	.256

A=JA-Abusadores Sexuais de Crianças B=JA-Violadores C=JAN-S D=JNA (a indicação da letra à frente representa o(s) grupo(s) que difere(m) estatisticamente desse mesmo grupo, tendo este último **maior** média de cotações)

\*  $p < .05$

Os dados obtidos evidenciaram a não existência de efeitos significativos da desejabilidade social nas respostas dos sujeitos em qualquer uma das

variáveis aqui em estudo [ $F(3,138)= .27, p>.05, \eta_p^2=.012$ ]. A tabela atesta a ocorrência de diferenças significativas entre os grupos no que diz respeito às distorções cognitivas de egocentrismo [ $F(3,138)= 4.847, p<.05, \eta_p^2=.095$ ], racionalização [ $F(3,138)= 8.029, p<.05, \eta_p^2=.149$ ], minimização [ $F(3,138)= 4.693, p<.05, \eta_p^2=.093$ ] e catastrofização [ $F(3,138)= 15.839, p<.05, \eta_p^2=.256$ ]. Importa ter presente as normas de cotação e avaliação indicados pelos autores do HITQ (Barriga & Gibbs, 1996; Barriga, Gibbs, Potter, & Liau, 2001), ao sugerirem que apenas deve ser considerada a presença da distorção cognitiva da respetiva subescala quando os valores médios são de 3.0 ou superiores. Deste modo, não consideramos a existência de distorções cognitivas minimizadoras, na medida em que observamos em todos os grupos valores inferiores 3.0. A correção de Bonferroni ( $p\leq.05$ ) permitiu averiguar de que modo as outras diferenças detetadas se constituíam. Verificamos que o grupo de JN-A apresentava significativamente mais distorções cognitivas egocêntricas ( $M= 3.1; DP= 0.8; p<.05$ ) do que os JAN-S, apresentava mais distorções cognitivas de racionalização ( $M= 3.5; DP= 0.7; p<.05$ ) do que os JAN-S e JAS-V e, por último, apresentava mais distorções cognitivas de catastrofização ( $M= 4.1; DP= 0.6; p<.001$ ) do JAN-S e do que JAS-V. Nesta comparação entre os quatro grupos amostrais observa-se também que, dada a ausência de significância estatística, o grupo de JAS-C aparenta ter características semelhantes ao grupo de JN-A em relação à presença de distorções cognitivas. É importante destacar a magnitude da variância total atribuída aos resultados estatísticos encontrados, evidenciando-se efeitos médios (e.g., .054 e .095) e elevados (e.g., .149 e .256), de acordo com as indicações de Cohen (1988).

Numa análise estatística posterior, comparando unicamente os três grupos agressores nas variáveis já enunciadas, verificou-se que a desejabilidade social teve aqui um efeito significativo [ $F(3,55)= 4.343, p<.05, \eta_p^2=.362$ ], tendo sido controlada pela MANCOVA efetuada. Os resultados foram coerentes com o teste aplicado anteriormente aos quatro grupos, revelando apenas que a única diferença significativa encontrada entre os grupos agressores foi relativa aos pensamentos cognitivos egocêntricos [ $F(2,51)= 3.249, p<.05, \eta_p^2=.113$ ]. A correção de Bonferroni ( $p\leq.05$ ) permitiu observar que o grupo de JAS-C tem

significativamente mais pensamentos egocêntricos ( $M= 3.3$ ;  $DP= 0.8$ ;  $p<.05$ ) que o grupo de JAN-S ( $M= 2.6$ ;  $DP= 0.7$ ;  $p<.05$ ).

#### **IV. Discussão**

No estudo apresentado tinha-se como objetivo comparar e diferenciar os grupos amostrais relativamente à manifestação de tendências antissociais, concretamente, através de nove variáveis: presença de autorregulação comportamental, associação a pares delinquentes, manifestação de empatia pela vítima, manifestação de raiva, demonstração de hostilidade e, por último, a presença de quatro distorções cognitivas cujo conteúdo se encontra associado a comportamento antissociais (catastrofização, racionalização, egocentrismo e minimização). Em todas as variáveis cuja informação foi proveniente de autorrelatos procurou-se controlar o eventual efeito da desejabilidade social. Com os resultados obtidos verificou-se que, proporcionalmente, nesta amostra, os JAS-V tendem a demonstrar mais autocontrolo e menos impulsividade comportamental. Por outro lado, os JAS-C apresentam menos autorregulação comportamental. Porém, são os JAN-S que, proporcionalmente aos três grupos, apresenta mais problemas de regulação comportamental. Os dados permitiram também observar a existência de reduzida empatia em todos os grupos agressores, bem como a presença de atitudes de indiferença em relação ao crime cometido, não tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas a este nível entre os grupos de agressores.

Quando se procedeu às análises comparativas entre os quatro grupos amostrais, observou-se que os JN-A têm menor probabilidade de acompanhar pares delinquentes. Já os JAN-S têm significativamente mais possibilidades, do que os JAS, de acompanhar amigos problemáticos. Os JAS-V possuem significativamente mais amigos problemáticos do que os JAS-C. Não se detetaram efeitos significativos da desejabilidade social nas respostas dos sujeitos em qualquer uma das variáveis decorrentes de autorrelatos, quando o processo de comparação dizia respeito aos quatro grupos amostrais. Não se verificou qualquer resultado significativo em relação à presença de raiva. Na

diferenciação entre os grupos, em relação à presença de distorções cognitivas, observou-se que os JN-A manifestaram mais distorções cognitivas egocêntricas do que JAN-S, mais distorções cognitivas de racionalização do que os JAN-S e os JAS-V e mais distorções cognitivas de catastrofização do que JAN-S e JAS-V. Uma análise posterior somente com os três grupos agressores, revelou que os JAS-C desta amostra apresentam mais distorções cognitivas egocêntricas do que os JAN-S. Os JAS-C demonstram também ter significativamente mais atitudes e comportamentos hostis do os JAN-S e do que os JN-A.

A presença de tendências antissociais, entendidas como fatores relacionados com a probabilidade de envolvimento em comportamentos criminais, tem sido referida como um dos elementos diferenciadores entre agressores sexuais e agressores não sexuais. Os resultados são muitas vezes contraditórios, verificando-se esta diferenciação em algumas investigações (e.g., Caputo, Frick & Brodsky, 1999) mas não em outras (e.g., Zakireh et al., 2008), sugerindo alguns autores (Wijk et al., 2006) que esta diferenciação apenas se torna evidente quando se comparam jovens delinquentes com JAS de crianças e JAS de pares/adultos. Neste terceiro estudo quisemos analisar as diferenças dos grupos amostrais (JAS-C, violadores, agressores não sexuais e, sempre que a informação estava disponível, os não agressores) relativamente a sete variáveis associadas a tendências antissociais (autorregulação, empatia, atitude face ao crime, raiva, hostilidade, distorções cognitivas e associação a pares delinquentes).

À semelhança do estudo anterior antecipou-se, antes de mais, que o grupo de não agressores divergisse dos jovens agressores em relação às variáveis em exame, possuindo cotações inferiores nas subescalas do autorrelatos QA e HITQ, e acompanhando mais pares normativos. Em relação aos jovens agressores, entendíamos que os JAN-S pertenciam com mais frequência a grupos de pares problemáticos e mantinham valores mais elevados nas cotações médias e nas proporções estatísticas dos autorrelatos, quando comparados com os JAS, apresentando, porém, os JAS-C menos cotações médias de tendências antissociais. Não era esperado que os grupos de adolescentes agressores distassem entre si no que respeita a problemas de

autorregulação, na presença de empatia pela vítima ou nas atitudes face aos crimes praticados.

Os resultados da análise desta nossa amostra permitiram evidenciar que é muito mais provável que um jovem não delinquente se envolva com grupos de pares normativos, comparativamente a qualquer outro jovem com comportamento agressivo. Os JAN-S apresentam um envolvimento significativamente superior com pares delinquentes a todos os outros sujeitos agressores. Estes dados encontram-se em linha com outros estudos (Leve & Chamberlain, 2005; Monahan, Steinberg, & Cauffman, 2009) transparecendo, também aqui, a relevância deste fator de risco como precursor do surgimento de delinquência, ou seja, que a ligação a pares delinquentes aumenta a probabilidade de o adolescente se envolver em comportamentos antissociais. Em relação aos agressores sexuais, estatisticamente, os JAS-V apresentam mais associação a pares delinquentes do que os JAS-C, o que é coerente com o estudo de Wijk et al. (2006), onde foram obtidos resultados semelhantes, estando os JAS-V neste aspeto mais próximos de outros jovens agressores, do que dos JAS-C, que acompanham, proporcionalmente, menos pares problemáticos.

Os resultados confirmam a hipótese levantada sobre a não existência de diferenças entre os três grupos agressores em relação à atitude criminal e à demonstração de empatia pela vítima. Estes dados afastam-se dos resultados de alguns investigadores (Lindsey et al., 2001; Whittaker et al., 2006) que verificaram estas diferenças entre agressores sexuais e outros adolescentes e aproximam-se mais de outros estudos (Seto & Lalumière, 2010). Contudo, Varker e Devilly (2007) observaram que, genericamente, os JAS não possuíam défices ao nível empático mas apresentavam, especificamente, problemas empáticos em relação à(s) vítima(s) de que abusaram, pelo que seria importante esclarecer se esta circunstância estava presente nos sujeitos da amostra aqui em estudo uma vez que, na maior parte das vezes, a avaliação psicológica efetuada sobre esta matéria prendia-se com os atos perpetrados. Já em relação à presença de autorregulação, a nossa previsão, que passava pela presença genérica deste problema em todos os grupos agressores, não foi confirmada. Entre todos os jovens agressores, os JAN-S foram avaliados com mais frequência como tendo



mais problemas a este nível. Dentro dos agressores sexuais, mesmo apresentando muitos problemas autorregulatórios, proporcionalmente, os jovens violadores são avaliados como tendo mais autorregulação comportamental e os jovens abusadores de crianças apresentaram menos autorregulação.

Os resultados sobre a presença de comportamentos mais hostis em relação aos outros, por parte dos JAS-C, a par das suas características cognitivas mais egocêntricas quando comparado com outros agressores não sexuais, sugere que este grupo de agressores, comparativamente aos restantes, tende a agir consistentemente de acordo com os seus próprios interesses e desejos, de modo impulsivo e pouco reflexivo. Este funcionamento ensimesmado parece refletir-se também no tipo de agressão que demonstra, tendo esta um carácter mais cognitivo e que tipicamente se expressa pelo modo coercivo até conseguir os seus intentos, estando presente, muitas vezes, baixa tolerância à frustração (Marsee et al., 2011).

Sobre os resultados obtidos em relação às distorções cognitivas, verificou-se que os JN-A apresentaram maior cotação média em quase todas as subescalas. Porém, no questionário HITQ é essencial ter presente os critérios de cotação e avaliação recomendados pelos autores (Barriga & Gibbs, 1996; Barriga, Gibbs, Potter, & Liao, 2001), ao indicarem que apenas deve ser considerada a presença da distorção cognitiva da respetiva subescala quando os valores são de 3.0 ou superiores (Liao et al., 1998). Observando os valores médios obtidos (< 3.0) verificámos que não poderemos considerar a presença de qualquer distorção cognitiva minimizadora neste estudo. A importância das distorções cognitivas para este estudo prende-se com o facto de os investigadores (e.g., Liao, Barriga, & Gibbs, 1998) sugerirem que estas são essenciais para a compreensão e predição da delinquência, relacionando-se com o modo de processamento cognitivo da informação.

Ao procurar explicar a ocorrência dos comportamentos antissociais, os modelos de processamento de informação social referem que certos padrões de processamento contribuem e motivam os atos agressivos (Crick & Dodge, 1996), ou seja, os jovens agressores processam a informação social de modo diferente dos JN-A. Em relação às diferenças entre adolescentes agressores na presença

de distorções cognitivas, Hunter (1991, citado em Hunter 2012), não verificou qualquer diferença entre JAS e JAN-S. Racey, Lopez e Schneider (2000), quando compararam JAS com JAN-S, verificaram a presença de menos distorções cognitivas nos agressores sexuais. Mais recente, um estudo de Flores (2003) revelou resultados comparativos entre JAS e outros jovens agressores que evidenciaram a presença significativa de mais distorções cognitivas neste último grupo. Contudo, todos os autores efetuaram as suas comparações com um grupo muito diversificado de JAS, não realizando uma comparação em função da idade da vítima, como fizemos na nossa investigação. Importa, então, salientar que não foi possível encontrar nenhum estudo que tenha comparado estas quatro subescalas em JAS, JAN-S e JN-A, pelo que nos é difícil estabelecer pontos comparativos. Aliás, o nosso processo de comparação entre os quatro grupos amostrais decorreu das sugestões de Seto e Lalumière (2010) que tinham já evidenciado esta falta de estudos mais específicos.

Em relação às distorções cognitivas, sobre os resultados por nós obtidos julgamos ser relevante salientar três pontos: 1) Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ao nível das distorções cognitivas entre os grupos de agressores sexuais e não sexuais. A exceção a este padrão refere-se unicamente à tendência para subsistirem mais pensamentos egocêntricos nos JAS-C, comparativamente aos JAN-S. 2) Os JAS-C parecem ter as mesmas distorções cognitivas que o grupo normativo, apresentando, assim, valores médios mais altos que os restantes agressores. 3) A tendência para a presença de mais distorções cognitivas nos JN-A (grupo normativo) poderá dever-se, por um lado, a uma estratégia socialmente adaptativa e/ou, por outro lado, ao efeito da institucionalização nos jovens agressores.

Em relação a este último ponto, gostaríamos de frisar que se procurou controlar a desejabilidade social usando-a como covariante e, também, foram eliminados previamente os sujeitos que possuíam respostas suspeitas segundo os critérios do HITQ. O facto de muitos dos agressores violadores e não sexuais se encontrem institucionalizados há mais tempo, e de, assim, partilharem/conhecerem melhor os mecanismos de avaliação judiciais, poderá influenciar as suas respostas ao interpretarem os itens de forma mais receosa e

menos espontânea, com receio de que possa ter efeitos nas saídas antecipadas da instituição. Isto apesar de se ter garantido o anonimato e confidencialidade. Uma outra explicação para estes resultados poderá dever-se às intervenções feitas nos Centros Educativos (e.g., GPS) nos quais as distorções cognitivas são muito trabalhadas. A eventualidade dos JAS-C serem tendencialmente mais novos e, em muitos dos casos, estarem institucionalizados há menos tempo, poderá facilitar a ocorrência de respostas mais naturais (e menos intervencionadas). A consideração de poder existir um processo adaptativo por parte dos JN-A deve-se igualmente à existência de condições para que aparentemente as respostas tivessem surgido de um modo voluntário e, também, pelo facto de muitas das questões colocadas pelo autorrelato HITQ poderem ser perfeitamente integradas pelos sujeitos na habitual vivência urbana e suburbana de um adolescente do sexo masculino (e.g., *Uma vez por outra é preciso ser duro, Só um covarde é que foge sempre das lutas; Quando quero mesmo fazer uma coisa estou-me nas tintas se é proibido ou não*).

É necessário em todo este processo atender à própria idade dos sujeitos e respetivo período desenvolvimental, tipicamente menos reflexivos (Cauffman & Steinberg, 2000). Neste sentido, destacamos a circunstância da distorção cognitiva com cotações médias mais elevadas em todos os grupos amostrais (normativo e agressores) ser a Catastrofização, cujo conteúdo dos itens aborda a atribuição frequente de intenções hostis ao comportamento de outros (mesmo que muitas vezes infundamentada), no assumir que a mudança do seu comportamento é impossível ou em considerar muitas situações sociais como inevitáveis (e.g., *Mesmo que me esforce perco muitas vezes o controlo; Não vale a pena fugir das brigas; Se não nos impomos aos outros, aproveitam-se eles de nós, entre outros*), sugerindo os resultados que a maioria dos jovens da nossa amostra considera como “normal” que assim seja, cada grupo amostral, possivelmente, adaptando este processo ao seu contexto e quotidiano. Realçamos o facto de este efeito explicar 25.6% da variância deste resultado na subescala de distorções catastrofistas, um valor estatisticamente expressivo.



# Capítulo 8

## ESTUDO 4

### ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIMENSÕES SOCIAIS, FAMILIARES E COMUNITÁRIAS EM JOVENS AGRESSORES SEXUAIS E JOVENS AGRESSORES NÃO SEXUAIS

#### I. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Tendo presente os resultados de outras investigações (Driemeyer, Yoon, & Briken, 2011; Seto & Lalumière, 2010), no estudo aqui apresentado procurou-se comparar os JAS-V, os JAS-C e os JAN-S, em relação a um conjunto de variáveis relacionadas com os seus contextos familiares, sociais e comunitários. Alguns trabalhos científicos têm frisado que as dinâmicas de funcionamento vivenciadas no ambiente familiar, podem, em alguns casos, transformar-se em fatores de risco para o desenvolvimento de comportamento antissocial (Keenan & Shaw, 2003). O mesmo se tem verificado noutros trabalhos em relação aos contextos sociais e comunitários (Brook et al., 2011; Evans, 2006). Dado o objetivo geral do estudo, pretendíamos saber se em relação a estes fatores de risco para a delinquência haveria diferenças entre JAS e JAN-S.

Deste modo, no processo de comparação estatística entre os três grupos agressores, as variáveis familiares examinadas foram: 1) a supervisão comportamental desempenhada pelos cuidadores, 2) imposição de regras e limites durante o processo de parentalidade, 3) a existência de comportamentos antissociais parentais e em irmãos, 4) a presença de violência familiar/doméstica, 5) ocorrência de afastamento da família de origem durante os primeiros anos de vida. Do ponto de vista social selecionaram-se as variáveis relativas à 6) situação

económica da família e 7) estatuto socioeconómico. Por último, em termos comunitários, foi analisado o efeito nos grupos agressores da 8) área residencial no contexto de origem. A informação relativa a todas estas variáveis é proveniente dos ficheiros judiciais individuais dos jovens, em concreto dos relatórios de avaliação psicológica e dos acórdãos judiciais.

Atendendo à revisão da literatura efetuada, esperávamos que não subsistissem diferenças entre os grupos agressores em relação a qualquer uma das variáveis sociais, familiares e comunitárias em análise, com exceção da ocorrência de violência doméstica, onde prevíamos que fosse mais frequente no contexto familiar dos JAS-C.

## **II. MÉTODO**

### **a) Amostra**

Foi estudada uma amostra composta por 168 jovens, sendo 110 JAN-S, 39 JAS-V e 19 JAS-C. À semelhança dos estudos anteriores, estatisticamente o número de indivíduos nos grupos amostrais variou de teste para teste, em função da informação obtida nas respetivas variáveis. As características detalhadas desta amostra foram já exibidas no capítulo da metodologia geral.

### **b) Medidas**

A operacionalização do estudo das variáveis ligadas a variáveis familiares foi efetuada recorrendo aos dados constantes nos relatórios judiciais e técnicos, e registados na Grelha de Dados Processuais – Agressor (Barroso, 2010), descrita com mais detalhe no capítulo da metodologia geral.

### **c) Procedimentos**

O procedimento aplicado a este estudo é análogo ao que foi efetuado no Estudo 2 e 3 e já exposto no capítulo referente à metodologia geral.

## **III. RESULTADOS**

Dada a natureza das variáveis em análise, foram realizados testes de

Qui-quadrado de independência para se conhecerem as diferenças proporcionais entre os três grupos agressores. A Tabela 79 a seguir exposta sintetiza os dados obtidos.

Tabela 79

Resultados obtidos com a aplicação do teste de Qui-quadrado nos três grupos agressores relativamente às variáveis familiares, sociais e comunitárias em análise.

	JAS-C (n=19)		JAS-V (n=46)		JAN-S (n=111)		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	
Supervisão comportamental							
Supervisão próxima, atenta e com controlo	1	20.0	2	40.0	2	40.0	2.446
Insuficiente, devido a horário laboral dos pais	2	10.5	6	31.6	11	57.9	
Insuficiente - Negligente	16	11.1	31	21.5	97	67.4	
Imposição de regras e limites comportamentais							
Agregado familiar que impõe regras e limites	1	9.1	2	18.2	8	72.7	.253
Imposição insuficiente de regras e limites	13	10.4	29	23.2	83	66.4	
Não intervêm, de todo, neste âmbito	3	10.3	6	20.7	20	69.0	
Mãe esteve presa							
Sim	0	0.0	2	28.6	5	71.4	.758
Não	13	9.0	32	22.2	99	68.8	
Pai esteve preso							
Sim	2	9.1	7	31.8	13	59.1	1.124
Não	12	9.9	26	21.5	83	68.6	
Irmão(s) esteve/estiveram preso(s)							
Sim	1	3.1	10	31.2	21	65.6	3.314
Não	12	13.5	19	21.3	58	65.2	
Existência de violência doméstica							
Sim	8	11.1	17	23.6	47	65.3	<b>5.787*</b>
Não	1	1.9	8	15.4	43	82.7	
Afastamento da família na infância							
Sim	14	13.1	27	25.2	66	61.7	2.365
Não	3	5.6	13	24.1	38	70.4	
Situação económica da família							
Suficiente	7	7.8	19	21.1	64	71.1	5.597
Insuficiente	10	12.2	28	34.1	44	53.7	
Avaliação do contexto comunitário							
Conotado com marginalidade	5	5.0	23	23.0	72	72.0	<b>5.873*</b>
Sem conotações problemáticas	9	13.6	20	30.3	37	56.1	
Estatuto sócio-económico							
Médio	4	7.3	15	27.3	36	65.5	1.472
Médio-baixo	10	12.7	22	27.8	47	59.5	
Baixo	2	8.0	6	24.0	17	68.0	
Área residencial							
Rural	4	23.5	6	35.3	7	41.2	<b>14.907*</b>
Urbano	6	9.8	8	13.1	47	77.0	
Suburbano	7	7.1	35	35.4	57	57.6	

\*  $p < .05$

A leitura da tabela permite-nos concluir que foram encontrados resultados significativos em três das variáveis em análise: existência de violência conjugal na família [ $\chi^2$  (2, N= 124)= 5.787,  $p < .05$ ], qualidade do contexto comunitário [ $\chi^2$  (2, N= 166)= 5.873,  $p < .05$ ] e área residencial de origem [ $\chi^2$  (2, N= 168)= 14.907,  $p < .05$ ]. Em nenhuma das outras variáveis se observaram diferenças estatisticamente

significativas ( $p > .05$ ). Na observação pormenorizada das diferenças significativas encontradas, através da correção de Bonferroni e dos resíduos estandardizados, constatamos que há maior probabilidade em ocorrer violência doméstica no contexto familiar dos JAS-C do que nos restantes grupos de agressores. No que diz respeito à avaliação do contexto comunitário de origem dos jovens agressores, verificamos que o grupo dos JAN-S está mais associado a contextos conotados com marginalidade e delinquência, sendo os JAS-C aqueles que apresentam menor probabilidade de estar enquadrados num contexto problemático. Quanto ao resultado significativo encontrado na análise do efeito da área residencial onde os sujeitos residiam (antes da institucionalização), verifica-se que nesta amostra os JAS-C pertencem significativamente mais vezes ao contexto rural do que os restantes jovens, os JAS-V têm maior probabilidade de pertencer a contextos suburbanos e, por último, os JAN-S têm uma probabilidade significativamente mais elevada de residir num contexto urbano.

#### **IV. Discussão**

Neste estudo pretendia-se comparar e diferenciar os três grupos de agressores relativamente a uma série de variáveis relacionadas com o contexto familiar, social e comunitário de origem. Em particular, observamos as diferenças entre os sujeitos em relação à supervisão comportamental implementada pelos cuidadores, imposição de regras e limites durante o processo de parentalidade, existência de comportamentos antissociais parentais e em irmãos, presença de violência familiar/doméstica, ocorrência de afastamento da família de origem durante os primeiros anos de vida, situação económica da família, estatuto socioeconómico e área residencial no contexto de origem. Com os resultados obtidos verificámos que, nesta amostra de 168 sujeitos, existem diferenças ao nível da experiência de violência doméstica, sendo que os JAS-C sentem significativamente mais esta circunstância na sua história de vida. Outros dados observados prendem-se com as características do contexto comunitário dos jovens, verificando-se que os JAN-S pertencem significativamente mais vezes a contextos conotados com marginalidade e delinquência, enquanto os JAS-C



apresentam valores mais reduzidos de pertença a esses contextos. Por último, constatou-se uma tendência estatisticamente significativa para os JAS-C residirem em contextos menos citadinos, os JAS-V terem maior probabilidade de pertencer a contextos suburbanos e os JAN-S terem uma probabilidade significativamente mais elevada de residir em contexto urbano.

Consistentemente, os investigadores têm verificado que alguns aspetos do contexto familiar, social e comunitário estão relacionados com o surgimento de comportamentos externalizadores, atos de violência e condutas antissociais em jovens delinquentes (Torry & Billick, 2011; Winslow & Shaw, 2007). Este padrão parece estar presente, também, na história de vida de JAS (Ronis & Borduin, 2007), sugerindo estes autores que nestas dimensões não se verificam diferenças entre agressores sexuais e não sexuais. Contudo, também neste âmbito, em particular sobre os contextos familiares, surgem outras investigações com resultados distintos (Driemeyer et al., 2011). Neste quarto estudo tínhamos como finalidade analisar a diferenças entre agressores sexuais e agressores não sexuais em relação às supervisão parental, à imposição de regras e limites parentais, à existência de comportamentos antissociais na família, à ocorrência de violência doméstica, a existência de afastamento da família de origem durante os primeiros anos de vida, à situação económica da família, ao estatuto socioeconómico e à área residencial de origem. Recordamos que, embora houvesse essa informação, não foi possível utilizar as variáveis relativas ao estilo parental do pai e da mãe porque as mesmas não estavam correlacionadas entre jovens vindos de centros educativos e estabelecimentos prisionais o que poderia enviesar os resultados. O mesmo sucedeu em relação à ocorrência de maus tratos físicos e ao uso da punição física pelos cuidadores.

Em função dos dados obtidos na literatura até ao momento, entendíamos que não haveria diferenças entre os grupos agressores em relação a qualquer uma das variáveis sociais, familiares e comunitárias em análise. Porém, dentro das variáveis familiares, julgávamos que iríamos encontrar maior frequência de episódios de violência doméstica no contexto familiar de JAS de crianças, comparativamente aos outros dois grupos agressores. Os resultados obtidos confirmaram esta última hipótese, ao verificar-se uma maior probabilidade de

ocorrência de violência doméstica no grupo de JAS, sendo consistente com os dados obtidos por Latzman et al. (2011) e Worling (1995) que verificaram também interações significativamente mais negativas e violentas nestes jovens, comparativamente a outros agressores. O contexto familiar dos JAS por abuso de crianças da nossa amostra parece ser de tal forma problemático que muitos deles acabam por ser retirados a esta e colocados em Lares de Infância e Juventude. Para muitos é depois, nestas instituições, que os episódios são cometidos e/ou descobertos, como se pode observar nos dados por nós obtidos, sendo este um elemento que parece diferenciar esta amostra de outros estudos internacionais. Os jovens com crime de abuso sexual de crianças apresentaram também neste estudo uma menor probabilidade de estarem inseridos (antes da institucionalização em Lares de Infância e Juventude, quando isso aconteceu) em contextos comunitários conotados com marginalidade e delinquência, residindo em áreas residenciais menos citadinas ou suburbanas.

Com os JAN-S verificou-se precisamente o oposto aos JAS-C, ou seja, tendem a residir significativamente mais em contextos comunitários conotados com marginalidade e delinquência, residindo em áreas residenciais tendencialmente urbanas e suburbanas. As características do contexto parecem, assim, ter mais influência no comportamento destes JAN-S do que nos JAS de crianças. Esta influência do contexto comunitário no comportamento delinquente não sexual tem sido encontrada na maioria das investigações (Farrington, 2007; Loeber et al., 2008; Beyers, Loeber, Wikstrom, & Southamer-Loeber, 2001).

Nas restantes variáveis não foram observadas diferenças significativas, o que é coerente com muitos outros estudos comparativos (Ronis & Borduin, 2007; Seto & Lalumière, 2012; Pullman & Seto, 2012). As variáveis parentais, em particular a qualidade da supervisão do comportamento dos filhos e a imposição de limites comportamentais, não se revelaram diferentes nas análises comparativas, sendo avaliadas como tendencialmente problemáticas nos três grupos agressores. A possibilidade de existência de comportamento criminal nos pais ou em irmãos também não se apresentou distinta nos grupos. Igualmente, nas variáveis sociais e económicas avaliadas não foram encontradas desproporções significativas. Consistentes com os efeitos verificados em outros

estudos (Ronis & Borduin, 2007; Wijk et al., 2006), os nossos resultados sugerem que os JAS têm problemas semelhantes aos JAN-S. Ambos os grupos evidenciam problemas nos seus contextos familiares, a mesma possibilidade na manifestação de comportamentos antissociais de alguns dos seus familiares e a mesma probabilidade em ocorrerem problemas socioeconómicos nas suas famílias.



# Capítulo 9

## ESTUDO 5

### COMPORTAMENTOS SEXUAIS NA ADOLESCÊNCIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE JOVENS AGRESSORES SEXUAIS E JOVENS AGRESSORES NÃO SEXUAIS

#### I. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Como já foi salientado anteriormente, algumas das variáveis associadas à sexualidade na adolescência são consideradas fatores de risco para a prática de crimes sexuais. No nosso estudo procurou-se comparar os JAS-V, os JAS-C e os JAN-S, relativamente a variáveis centradas na manifestação dos seus comportamentos e interesses sexuais, bem como à exposição precoce e ao modo de aprendizagem da sexualidade. As variáveis que serão tidas em conta neste estudo de diferenças entre os grupos passam pela avaliação: *a)* das fantasias sexuais (exploratórias, íntimas, impessoais, sadomasoquistas), *b)* exposição precoce a violência sexual ou a atos sexuais, *c)* consumo de pornografia e, finalmente, *e)* modo de aprendizagem da sexualidade.

Em função dos resultados obtidos em outros estudos, era esperado que os dois grupos de jovens com comportamentos sexualmente agressivos se diferenciasssem dos JAN-S, apresentando maiores cotações nas escalas Impessoais e Sado-masoquistas de fantasias sexuais. Era esperado, também, que os JAS tivessem sido mais expostos, desde cedo, a comportamentos sexuais, assim como ao longo sua história de vida. Relativamente aos conhecimentos sobre sexualidade, mais propriamente o modo de aquisição dessa informação, previa-se que os JAS-C tivessem menos conhecimentos, comparativamente com os outros dois grupos de agressores.

## **II. MÉTODO**

### **a) Amostra**

Foi estudada uma amostra composta por 82 jovens, sendo 45 JAN-S, 22 JAS-V e 15 JAS-C. Dada a presença de um número expressivo de valores ausentes (*missing values*), em virtude de não ter sido possível obter informações em algumas das dimensões, o número de sujeitos teve alterações de análise para análise. As características pormenorizadas dos três grupos foram já apresentadas no capítulo da metodologia geral.

### **b) Medidas**

Novamente, as medidas utilizadas neste estudo fazem parte do protocolo de avaliação já relatado com mais minúcia no capítulo da metodologia geral. A informação referente às variáveis deste estudo provêm do instrumento de autorrelato Escala de Fantasias Sexuais (Wilson, 1988) e de informações transmitidas pelos próprios sujeitos nos minutos que antecediam o preenchimento deste instrumento, através de uma breve entrevista. Estas informações foram registadas na Grelha de Dados Processuais – Agressor (Barroso, 2010) e, depois, sujeitos a tratamento estatístico. Uma vez que estávamos perante algumas variáveis obtidas por autorrelato, foi controlado o possível efeito da desejabilidade social, com recurso ao Short Desirability Scale-Short Form (Ballard, 1992).

### **c) Procedimentos**

O procedimento aplicado a este estudo é idêntico aos que foi executado no Estudo 1 e já exposto no capítulo referente à metodologia geral.

## **III. RESULTADOS**

O foco de atenção dirigiu-se inicialmente para os efeitos das fantasias sexuais nos dois grupos agressores sexuais e no grupo agressor não sexual, sendo realizada uma MANCOVA, tendo em atenção previamente os pressupostos estatísticos necessários de normalidade, linearidade e homogeneidade, e usando como covariante a desejabilidade social de modo a controlar os seus eventuais

efeitos nas respostas dos sujeitos. As médias e desvios padrões são apresentados na Tabela 80 a seguir exposta.

Tabela 80

Resultados obtidos com a MANCOVA respeitantes às fantasias sexuais nos três grupos de agressores.

	JAS-C (n=15)	JAS-V (n=22)	JAN-S (n=45)	<i>F</i>	<i>p</i>	$\eta_p^2$
	M (DP)	M (DP)	M (DP)			
EFS Fantasias Sexuais Exploratórias	5.4 (6.4)	7.1 (4.6)	8.9 (4.3) <b>A</b>	4.218	<b>.018*</b>	.098
EFS Fantasias Sexuais Íntimas	8.6 (5.4)	8.8 (5.2)	10.3 (4.4)	1.610	.207	.040
EFS Fantasias Sexuais Impessoais	4.8 (3.7)	6.5 (4.0)	5.8 (4.2)	.613	.544	.015
EFS Fantasias Sexuais Sadomasoquistas	2.4 (2.8)	2.4 (3.5)	2.1 (3.1)	.017	.983	.000

A=JAS-Abusadores de Crianças B=JAS-Violadores C=JAN-S (a indicação da letra à frente representa o(s) grupo(s) que difere(m) estatisticamente desse mesmo grupo, tendo este último **maior** média de cotações)

\* $p < .05$

Da análise desta tabela ressalta que a única subescala em que surgem diferenças significativas entre os grupos é a de fantasias sexuais exploratórias [ $F(3,78) = 4.218$ ,  $p < .05$ ,  $\eta_p^2 = .098$ ]. Também neste estudo os dados obtidos evidenciaram a não existência de efeitos significativos da desejabilidade social nas respostas dos sujeitos em qualquer uma das variáveis aqui em estudo [ $F(2,78) = .997$ ,  $p > .05$ ,  $\eta_p^2 = .050$ ]. Na análise post hoc das diferenças entre os grupos, com o auxílio à correção de Bonferroni ( $p \leq .05$ ), verificou-se que as diferenças estatisticamente significativas encontradas se estabeleciam numa maior cotação nesta subescala pelo grupo dos JAN-S ( $M = 8.9$ ;  $DP = 4.3$ ;  $p < .05$ ) e, unicamente, em relação ao grupo de JAS-C ( $M = 5.4$ ;  $DP = 6.4$ ;  $p < .05$ ). O valor do Eta parcial de .098 nesta análise indica-nos que, aproximadamente, 10% da variância desta medida de avaliação se encontra associada a este efeito. Trata-se, de acordo com os critérios de Cohen (1988), de um efeito médio.

Nas análises com as restantes variáveis em estudo foi realizado um teste de Qui-quadrado de independência para se entenderem as diferenças proporcionais entre os três grupos agressores relativamente à exposição precoce

a comportamentos sexuais, consumo de pornografia e ao modo de aprendizagem sobre as questões de sexualidade. A tabela 81 mostra os resultados alcançados.

Tabela 81

Resultados obtidos com a aplicação do teste de Qui-quadrado nos três grupos agressores relativamente às variáveis de sexualidade.

	JAS-C (n=15)		JAS-V (n=22)		JAN-S (n=45)		$\chi^2$
	N	%	N	%	N	%	
Exposição a atos sexuais ou a violência sexual no contexto familiar e/ou de grupo de pares							<b>14.055*</b>
Sim	6	40	8	53.4	1	6.6	
Não	0	0.0	8	28.5	20	71.5	
Consumo frequente de pornografia, incluindo na internet							1.237
Sim	12	14.8	15	27.8	31	57.4	
Não	0	0.0	1	20.0	4	80.0	
Com quem aprendeu sobre sexualidade							<b>22.347*</b>
Inexperiente sexualmente	6	31.6	2	10.5	11	57.9	
Com amigos (recorrendo a prostituta)	0	0.0	2	100	0	0.0	
Em conversas com amigos	1	3.2	6	19.4	24	77.4	
Na escola, com professores	1	16.7	1	16.7	4	66.7	
Internet/TV Cabo/filmes pornográficos	4	22.2	6	33.3	8	44.4	
Pais/familiares	0	0.0	2	40.0	3	60.0	
Por si próprio	2	40.0	0	0.0	3	60.0	

\*  $p < .05$

A leitura da tabela permite observar a existência de diferenças estatisticamente significativas em relação à exposição a atos sexuais ou violência sexual [ $\chi^2$  (2,N=43)= 14.055,  $p < .05$ ] e aprendizagem sobre sexualidade [ $\chi^2$  (12,N=86)= 22.347,  $p < .05$ ]. A análise post hoc de diferenciação dos grupos nos dados significativos, com recurso aos resíduos estandardizados, leva-nos a verificar que, em relação à exposição frequente a violência e a atos sexuais durante o seu desenvolvimento, há uma maior probabilidade de isso ter sucedido aos jovens com crimes sexuais. Neste âmbito, os JAS-C tendem a ter maiores probabilidades do que os JAS-V.

No que respeita ao modo de aprendizagem da sexualidade, assiste-se a uma maior probabilidade de serem os JAS-C a demonstrarem não terem experiência e/ou conhecimentos mínimos sobre sexualidade. Ao mesmo tempo,



são também os jovens deste grupo que exibem maior probabilidade em terem adquirido conhecimentos iniciais sobre sexualidade recorrendo a uma estratégia de sucessivas tentativas (e erros), ou seja, através de uma prática exploratória. Comparativamente com os outros dois grupos amostrais, os JAS-V desta amostra tendem a ter maior probabilidade de adquirir conhecimentos sexuais iniciais através da prática de sexo em grupo com uma prostituta. Este grupo de sujeitos violadores tem, igualmente, maior probabilidade de obter conhecimentos sexuais iniciais através da internet, canais pornográficos na televisão ou através de filmes pornográficos, comparativamente aos outros grupos. Uma das diferenças encontradas entre estes três grupos de agressores, passa pela demonstração do grupo de JAN-S, em adquirir conhecimentos sexuais iniciais através do grupo de pares, muito mais do que nos restantes grupos amostrais.

#### **IV. DISCUSSÃO**

No estudo aqui exposto procurou-se diferenciar uma amostra de jovens agressores não sexuais, outra de jovens agressores sexuais com crime de violação e, por último, jovens agressores com crime de abuso sexual de crianças. Esta diferenciação era relativa a variáveis relacionadas com a sexualidade, em concreto, experiências sexuais atípicas, fantasias sexuais e uso de pornografia. Nas subescalas relativas às fantasias sexuais, informação proveniente de autorrelatos, controlou-se o possível efeito da desejabilidade social, não se tendo revelado, contudo, significativo. Os resultados verificados permitiram observar que os JAN-S tinham significativamente mais fantasias sexuais exploratórias que os JAS-C. Nas restantes fantasias sexuais não foram encontrados resultados significativos. Em relação à exposição frequente e precoce a violência sexual e a atos sexuais, verificou-se uma maior probabilidade de isso acontecer a jovens com crimes sexuais, tendo os JAS-C maiores probabilidades do que os JAS-V. Quando nos centramos nas formas de aquisição de conhecimentos sobre comportamentos sexuais, verificamos que os JAS-C demonstram significativamente mais possibilidade de não ter experiência sexual ou conhecimentos mínimos sobre sexualidade e, também, de adquirirem esses

conhecimentos por si próprios através de práticas exploratórias. Por seu lado, em comparação com os outros grupos de agressores, os JAS-V têm maior probabilidade em obter conhecimentos sexuais iniciais através da internet, canais pornográficos ou através de filmes pornográficos, comparativamente aos outros grupos ou, então, através da prática de sexo em grupo com uma prostituta. O grupo de pares parece ser aquele que influencia mais significativamente os jovens agressores não sexuais na aquisição de conhecimentos iniciais sobre sexualidade.

Na meta-análise efetuada por Seto e Lalumière (2010) estes autores concluem que, embora possa ser estranho e incongruente, a maioria das investigações sobre comportamentos sexuais abusivos em adolescentes não abrange a análise de variáveis de sexualidade, sendo estas as que se encontram menos estudadas nesta população. A estranheza decorre, principalmente, do facto de se julgar que, na génese destas práticas abusivas se encontram, na maior parte das vezes, motivos sexuais. Pretendíamos, neste quinto estudo, examinar as eventuais diferenças existentes entre JAS e JAN-S no que se refere à presença de fantasias sexuais (exploratórias, íntimas, impessoais, sadomasoquistas), ocorrência de exposição precoce a violência sexual ou a atos sexuais, ao consumo de pornografia e, por último, à forma como todos os sujeitos efetuaram a aprendizagem sobre os temas da sexualidade.

No nosso estudo, no que diz respeito às fantasias sexuais, observamos que apenas os JAN-S apresentavam significativamente mais fantasias exploratórias do que os sujeitos agressores sexuais de crianças. Não foram registadas diferenças estatisticamente significativas nas restantes subescalas. Estes dados contrariam de algum modo os resultados obtidos em outros estudos. Butz e Spaccarelli (1999) observaram, num estudo com 101 JAS, entre os 12 e os 19 anos, institucionalizados em centros educativos, que os jovens com crimes de violação tendiam a apresentar mais fantasias sexuais associadas a coerção e violência, em comparação com não violadores. Recordamos que, segundo o autor do instrumento de autorrelato por nós utilizado (Wilson, 1988), esta subescala de fantasias exploratórias aponta para a tendência à excitação e variedade sexual (e.g., sexo em grupo, várias/os parceiras/os), podendo indicar um forte impulso

sexual. Deste modo, este resultado obtido no estudo parece sugerir que, atendendo à idade e período desenvolvimental dos sujeitos, esta poderá ser uma característica típica, e, à partida normativa, de um conjunto de jovens do sexo masculino.

Embora com valores médios inferiores, os JAS-V não se diferenciam neste aspeto dos JAN-S. Julgamos que o foco desta análise deverá centrar-se nos JAS-C que, tendencialmente, parecem não partilhar as características dos outros dois grupos e, deste modo, parecem ter menos curiosidade em experienciar novas sensações sexuais. No entanto, se consideramos o facto de, teoricamente, serem as experiências sexuais que se vão obtendo ou observando desde cedo que influenciam as fantasias sexuais que vão surgindo e, possivelmente, os comportamentos sexuais posteriores (Swaffer, Hollin, Beech, Beckett, & Fisher, 2000), podemos aludir a que muitos destes jovens não têm tido experiências sexuais semelhantes aos outros dois grupos, uma vez que observamos nestes sujeitos formas de aquisição de informação sobre a sexualidade de algum modo pouco esclarecedoras (e.g., internet, filmes, “tentativa e erro”) ou, até, não possuírem experiência sexual. Estes resultados são congruentes com os obtidos em outros estudos (Hart-Kerkhoffs et al., 2009), o que sugere o papel importante da educação sexual na prevenção de alguns dos episódios de abuso de crianças por outros menores de idade. O modo de aprendizagem da sexualidade tende a ter efeitos também nos comportamentos sexuais dos JAS por violação. Estes sujeitos, comparativamente aos outros grupos, tendem a adquirir conhecimentos sobre sexualidade através da prática de sexo com prostitutas (em alguns casos em grupo) ou através da internet ou de canais de televisão pornográficos. Whittaker et al. (2007) verificaram que os JAS tinham menos conhecimentos sexuais, comparativamente a JN-A o que, em conjunto com baixas competências empáticas, tinham um efeito preditor do comportamento sexualmente agressivo. Embora não tenhamos feito esta análise preditora nesta investigação, no terceiro estudo verificamos que esta amostra tem também competências empáticas muito baixas, podendo esta associação estatística arriscada verificada por Whittaker et al. (2007) estar também presente na amostra aqui em análise. Já os JAN-S distinguem-se a este nível dos outros

grupos por adquirem, com maior probabilidade, conhecimentos sobre sexualidade através de conversas com o grupo de pares, o que vem reforçar a influência já referenciada que estes têm na vida do indivíduo.

Em conformidade com outras investigações que notaram diferenças entre JAS e não sexuais nos efeitos da exposição a atos sexuais ou a violência sexual no seu contexto familiar ou no grupo de pares (Barbaree & Langton, 2006), também neste estudo se verificou um maior probabilidade em isso suceder em JAS, sendo este efeito mais evidente nos jovens agressores com crime de abuso sexual de crianças. Julgamos que o contexto familiar muitas vezes problemático destes sujeitos, com dificuldades de imposição de regras e limites e com papéis muito pouco diferenciados, torna-os mais suscetíveis a este tipo de influência. Alguns autores têm observado também uma forte relação entre consumo de pornografia e violência sexual (White, Kadlec, & Schrist, 2006), sendo esta uma dimensão que outros autores assumem como diferenciando JAS e não sexuais, com os primeiros a exibirem uma maior tendência para o consumo de produtos desta natureza (Seto & Lalumière, 2010). Na nossa amostra, contudo, não verificamos qualquer diferença significativa entre os grupos, sendo o seu consumo uma prática comum a todos eles.

Em todas estas análises estatísticas temos, porém, que atender ao baixo número de sujeitos destas amostras. Embora os testes e as condições estatísticas realizadas sejam suficientemente robustas para as análises efetuadas (Maroco, 2011), é necessário que as conclusões daí decorrentes sejam tomadas cautelosamente.

# Capítulo 10

## Conclusão Geral

Os resultados desta investigação providenciam informações importantes sobre a diferenciação entre JAS e JAN-S. Como sublinham Seto e Lalumière (2010), numa meta-análise cujos resultados serviram de base aos estudos que efetuamos neste projeto de investigação, as eventuais diferenças entre os JAS, JAN-S e JN-A podem sugerir que variáveis poderão ter um papel explicativo no surgimento da violência sexual juvenil. Já as diferenças entre JAS e JAN-S poderão ajudar a identificar que variáveis parecem ter um papel específico na explicação do facto de alguns adolescentes cometerem agressões sexuais em vez de outro tipo de agressões. Iniciaremos esta reflexão final pela análise dos resultados relativos às comparações entre JAS, JAN-S e JN-A, seguidos da reflexão sobre os resultados comparativos entre os dois grupos de agressores sexuais (JAS-C e JAS-V) e, por último, a análise dos resultados referentes a JAS e JAN-S.

No que diz respeito às comparações entre JAS, JAN-S e JN-A, ou seja, agressores vs controlo, os resultados obtidos não nos permitiram indicar qualquer variável que pareça ser pertinente no surgimento da violência sexual juvenil. Os resultados permitiram, por outro lado, o esclarecimento dos principais fatores que explicam o surgimento da delinquência juvenil nas amostras de agressores desta investigação. Em linha com muitos dos principais estudos sobre os fatores de risco para a delinquência (e.g. Farrington, 2007; Loeber et al., 2008), em comparação com o grupo controlo, os jovens agressores apresentam mais problemas de comportamento no contexto escolar (com colegas, docentes e não docentes) e no seu quotidiano, têm proporcionalmente mais amigos problemáticos, apresentam mais comportamentos agressivos e demonstram mais hostilidade nos seus comportamentos.

Julgamos que um dos resultados inovadores que esta investigação trouxe foi demonstrar a importância de existir diferenciação dos JAS, em particular em função da idade da vítima. Tornou-se claro, assim, que é totalmente contraproducente aplicar as mesmas metodologias de avaliação e de intervenção psicológica a todos os JAS sem que se efetue essa diferenciação. Os resultados encontrados nos diversos estudos permitiram-nos notar que as principais especificidades entre estes dois grupos amostrais de jovens agressores sexuais se situam na tendência para uma maior presença de violência no contexto familiar e doméstico dos JAS-C, na existência de grupos de pares mais problemáticos nos JAS-V e na tendência para os JAS-C residirem em contextos comunitários menos problemáticos. Para além disso, há especificidades entre estes dois grupos no que concerne ao seu percurso de desenvolvimento e nas práticas educativas. Todavia, é na dimensão da sexualidade que parecem incidir as diferenças mais pertinentes entre estes dois grupos de adolescentes agressores. Os resultados verificados permitiram-nos observar que, tendencialmente, os JAS-C apresentam mais histórias de exposição a atos sexuais e a violência sexual durante o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os JAS-C parecem demonstrar menor experiência sexual ou conhecimentos sobre sexualidade, sendo mais provável nestes adolescentes que as experiências sexuais iniciais tenham ocorrido de modo exploratório, isto é, por “tentativa e erro”. Por outro lado, os JAS-V registam uma maior probabilidade em terem adquirido conhecimentos sexuais através do envolvimento com pornografia (muitas vezes hardcore e violenta) em filmes e na internet, bem como recorrendo à prostituição.

Entendemos, tal como outros autores (Seto & Lalumière, 2010), que as primeiras experiências sexuais dos JAS-C, muitas vezes com vítimas com idades inferiores às suas, poderão ter criado um padrão de interesse que, mais tarde, se começa a revelar sistemático (se a oportunidade ocorrer) e que pode levar, posteriormente, à institucionalização judicial. Seto e Lalumière (2010) referem a este propósito que, com estas experiências, podem estar a formar “interesses sexuais atípicos” (p. 568). Do mesmo modo, a aquisição de conhecimentos sexuais dos JAS-V, em particular através de filmes pornográficos (muitas vezes, com alinhamentos filmicos específicos em termos de coerção e/ou submissão,

quer individual quer grupal) podem ter aqui um papel relevante nos interesses sexuais posteriores. Relembramos que cerca de 60% das violações cometidas pelos adolescentes desta amostra foram cometidas em grupo, o que parece associar-se à reflexão que efetuamos e, igualmente, parece afastar-se das práticas de violação cometidas tendencialmente por adultos agressores sexuais.

Já em termos de semelhanças entre JAS-C e JAS-V, constatamos a não existência de diferenças em relação às fantasias sexuais impessoais e sadomasoquistas (os dois grupos confirmam a sua presença, embora em menor grau nas últimas), e a maioria destes jovens agressores apresentam distúrbios comportamentais apresentando vários problemas na escola ou no dia a dia e registam índices elevados de agressividade, hostilidade e raiva. Não parece ser, assim, a maior ou menor existência de comportamento agressivo e violento que justifique a prática de crimes sexuais com menores ou com pares/adultos. Também no que se relaciona com as fantasias sexuais coercivas, nas amostras desta investigação, não parecem ser um fator diferenciador entre JAS-C e JAS-V.

Como foi referido por diversas vezes, o principal objetivo desta investigação era o de comparar as características e comportamentos os JAS e JAN-S, procurando determinar as especificidades de cada grupo. Em termos de semelhanças, verificamos a existência de problemas comportamentais (no contexto escolar e no quotidiano) em ambos os grupos amostrais. O mesmo se verificou em relação à não existência de diferenças na média de idades de início dos problemas de comportamento. A (não) manifestação de empatia pelas vítimas e a atitude pouco crítica em relação aos seus atos delinquentes é, também, uma característica comum em ambos os grupos agressores. Outro dos resultados verificados prende-se com a regularidade dos dois grupos em relação às suas características familiares e sociais. Neste sentido, tanto JAS como JAN-S apresentam disfuncionalidade familiar, que se manifesta em problemas de supervisão comportamental, na imposição de regras e limites comportamentais e na pertença, tendencialmente, a estratos socioeconómicos médio-baixo. Na dimensão da sexualidade, verificámos que o uso de pornografia é comum a JAS e JAN-S, e, em relação à presença de fantasias sexuais, observamos que os JAN-S demonstram mais abertura e interesse na experienciação de práticas sexuais

novas e diferentes. Entendemos que estes resultados nos permitem concluir que não parece ser a utilização da pornografia que, por si só, justifique a prática de crimes sexuais. O estudo de variáveis moderadoras e/ou mediadoras neste processo no futuro poderá acrescentar informações relevantes a estas variáveis.

Foram detetadas, no entanto, um conjunto de diferenças entre JAS e JAN-S. Verificou-se que, em termos comunitários, proporcionalmente, os JAN-S tendem mais a residir em contextos conotados com a marginalidade e delinquência, embora este seja um resultado estatístico, de algum modo, pouco marcante se atendermos ao facto de existirem muitos JAS nestas condições. Os JAN-S demonstraram também nesta investigação que, proporcionalmente, tendem a estar integrados em grupos de pares com história de delinquência. Contudo, objetivamente, este é mais um resultado estatístico que nos parece de aplicação dúbia, dada a percentagem de JAS (JAS-C ou JAS-V) que apresenta a mesma tendência. Um terceiro resultado estatístico verificado que nos parece de pouca relevância clínica e forense diz respeito à autorregulação, ou seja, verificou-se que, proporcionalmente, os JAN-S demonstram mais problemas de impulsividade comportamental (tendo os JAS-V, mais controlo neste sentido). Mas é possível observar a existência de problemas significativos a este nível numa percentagem maioritária de JAS e de JAN-S, pelo que não nos parece razoável acompanhar também este resultado.

Porém, outros resultados estatísticos diferenciais se evidenciaram importantes, envolvendo em especial os JAS-C e JAN-S. Os dados encontrados mostram que, em relação à manifestação de problemas comportamentais, os JAS-C parecem perceber-se como tendo mais problemas do que os JAN-S, sendo este um resultado com uma dimensão de efeito estatístico elevado. Outros resultados salientam também que os JAS-C apresentam mais hostilidade e distorções cognitivas egocêntricas, em comparação com JAN-S. No plano da sexualidade, os JAN-S tendem a ser mais influenciados pelo grupo de pares no que diz respeito à aquisição de conhecimentos sobre estas matérias. Em comparação com JAN-S, os JAS-C apresentam também maior exposição a violência sexual e a atos sexuais (no seu contexto familiar ou comunitário) durante o seu desenvolvimento. Estes dados permitem-nos especular, em especial, sobre



as especificidades dos JAS-C. Julgamos que estes adolescentes tendem a apresentar problemas comportamentais no contexto familiar e escolar em que estão inseridos, comportamentos agressivos e hostis que envolvem colegas e outros menores e, tipicamente, uma maior centração nos seus próprios interesses. A par destas características próprias, assistimos à pertença a contextos familiares disfuncionais, que proporcionam muitas vezes práticas desadequadas e que moldam, negativamente, o comportamento da criança/adolescente. O interesse/curiosidade desenvolvimental na dimensão sexual é mais tarde afetado por todas estas características específicas, onde, a par da falta de esclarecimentos necessários sobre a matéria, as práticas sexuais são manifestadas de modo exploratório, manipulador e/ou coercivo. Estas práticas podem, progressivamente, tornar-se mais frequentes e estabelecer um padrão comportamental. Assim, os JAS-C parecem diferenciar-se de JAS-V que, em termos de características, parecem aproximar-se mais de JNA-S.

Embora tivesse havido um esforço por parte do investigador no sentido de antecipar e minimizar os problemas encontrados ao longo do estudo, este apresenta várias limitações que terão de ser consideradas quando interpretamos os nossos resultados. Em primeiro lugar, os dados apresentados foram recolhidos de modo retrospectivo recorrendo aos processos individuais dos JAS e JAN-S. Esta circunstância, embora possibilite o acesso a informação que de outra forma seria ainda mais difícil de obter, pode considerado como uma limitação uma vez que poderá não constar ali um número suficiente de dados. No entanto, julgamos que esta limitação estará substancialmente diminuída no estudo aqui apresentado uma vez que as informações constantes nos processos da DGRS e da DGSP (que, entre outras, é composta pelos acórdãos judiciais, relatórios de avaliação psicológica, por vezes vários, e de outros relatórios profissionais) é bastante extensa e completa, o que nos leva a afirmar com segurança a total credibilidade das informações que ali constam. Em relação à amostra, e como já foi referido neste trabalho, ela não é representativa da população portuguesa, pelo que os resultados aqui verificados deverão ser estritamente enquadrados nos objetivos traçados para esta investigação. O facto de não ter sido possível avaliar certas dimensões psicológicas nos sujeitos que constavam nos registos das Equipas

Tutelares Educativas das DGRS de Lisboa e do Porto foi um aspeto que limitou esta investigação. Esta circunstância permitiria o aumento do número de sujeitos nos diferentes estudos. Deste modo, o reduzido número de sujeitos em muitas das análises leva-nos a afirmar que os dados aqui expostos devem ser considerados com prudência até ser possível a realização das mesmas análises estatísticas com mais sujeitos, em especial mais JAS-C. Outras das limitações prende-se com a possível presença nesta amostra de sujeitos com características mais gravosas em termos comportamentais.

Julgamos que os dados que constam nesta investigação têm implicações importantes na avaliação e intervenção psicológica de adolescentes agressores, em particular os jovens agressores sexuais. De forma a melhor complementar os dados aqui obtidos, estudos futuros deverão centrar-se na análise de variáveis preditoras, moderadoras e mediadoras, tendo presente, também, mais características psicológicas, sociais e de personalidade dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbey, A. (2005). Lessons learned and unanswered questions about sexual assault perpetration. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 39–42.
- Abbey, A., Parkhill, M., BeShears, R., Clinton-Sherrod, A., & Zawacki, T. (2006). Cross-sectional predictors of sexual assault perpetration in a community sample of single African American and Causasian men. *Aggressive Behavior*, 32, 54-67.
- Abel, G., Coffey, L. & Osborn, C. (2008). Sexual arousal patterns: normal and deviant. The *Psychiatric Clinics of North América*, 31, 643-655.
- Achenbach, T. M. (2010). Multicultural evidence-based assessment of child and adolescent psychopathology. *Trascultural Psychiatry*. 47, 707-727.
- Achenbach, T. M. (2011, junho). Assessment with the ASEBA. In P. Dias (Coordenador), *Avaliação da psicopatologia em crianças e adolescentes com a bateria ASEBA*. Comunicação apresentada no Seminário Avaliação da Psicopatologia em Crianças e Adolescentes com a Bateria ASEBA, Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Aebi, M., Vogt, G., Plattner, B., Steinhausen, H., & Bessler, C. (2011). Offender types and criminality dimensions in male juveniles convicted of sexual offenses. *Sex Abuse: a Journal of Research and Treatment*, 24, 265-288.
- Allan, A., Allan, M. M., Marshall, P., & Kraszlan, K. (2002). Juvenile sexual offenders in Western Austrália: demographic, characteristics and offence histories. *Psychiatry, Psychology and Law*, 2, 200-213.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios
- Alvarez, A. & Bachman, R. (2008). *Violence: the enduring problem*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- Amaro, F. (1990). *Escala de Graffar Adaptada*. In Costa, A. M. B. (1996). *Currículos Funcionais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Anderson, C. A. & Huesmann, L. R. (2003). Human aggression: a social cognitive view. In M. A. Hogg & J. Cooper, *The Sage Handbook of Social Psychology*, Thousand Oaks: Sage Publication.
- Andrade, J. T., Vincent, G. M., & Saleh, F. M. (2006). Juvenile sex offenders: a complex population. *Journal of Forensic Science*, 51, 163-167.
- Araji, S. (2004). Preadolescents and adolescents: evaluating normative and non-normative sexual behaviours and development. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 3-35). East Sussex: Brunner-Routledge.
- Associação Americana de Psiquiatria (2002). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4ª Ed., Texto Revisto). Lisboa: Climepsi.
- Bancroft, J. (2006). Normal sexual development. In H. Barbaree, & W. Marshall, *The Juvenile Sex Offender* (pp. 19-57). New York: Guilford.
- Bancroft, J., Janssen, E., Carnes, L., Strong, D., Goodrich, D. & Long, J. (2004). Sexual activity and risk taking in young heterosexual men: the relevance of personality factors. *Journal of Sex Research*, 41, 181-192.
- Barbaree, H. E. & Marshall, W. L (2006), *The Juvenile Sex Offender*. New York: Guilford Publications.
- Barbaree, H. E., & Langton, C. M. (2008). The effects of child sexual abuse and family environment. In H. E. Barbaree & W. L. Marshall, *The Juvenile Sex Offender* (pp. 58-76). New York: Guilford Publications.
- Barbaree, H., & Langton, C. (2006). The effects of child sexual abuse and family environment. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 58-76). New York: Guilford.
- Barker, E. D., Tremblay, R. E., van Lier, P. A. C., Vitaro, F., Nagin, D. S., Assaad, J.-M. & Séguin, J. R. (2011). The neurocognition of conduct disorder behaviors: Specificity to physical aggression and theft after controlling for ADHD

- symptoms. *Aggressive Behavior*, 37, 63-72.
- Barriga, A. Q., Landau, J. R., Stinson, B. L., & Liao, A. K., & Gibbs, J. C. (2000). Cognitive distortion and problem behaviors in adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 27 (1), 36-56.
- Barriga, A., Gibbs, J., Potter, G., & Liao, A. (2001). *How I Think Questionnaire Manual*. Illinois: Research Press.
- Barriga, A.Q., & Gibbs, J.C. (1996). Measuring Cognitive Distortion in Antisocial Youth: Development and Preliminary Validation of the "How I Think" Questionnaire. *Aggressive Behavior*, 22(5), 333-343.
- Barroso, R. & Machado, C. (2010). Definições, Dimensões e Determinantes da Parentalidade. *Psychologica*, 52, 211-229.
- Barroso, R. (2010). Da Punição Física ao Abuso Físico: conceptualização e Consequências Práticas. *Revista Portuguesa de Ciências Criminais*, 20, 2, 279-304.
- Barroso, R. (2011). O controlo e as práticas disciplinares no exercício da parentalidade. *Psicologia, Educação e Cultura*, 2, 245-256.
- Barroso, R., Leite, A., Manita, C. & Nobre, P. (2011). Between public agenda and the emergence of intervention programmes: sexual offenders within the Portuguese context. *Sex Offender Treatment*, 6, 1-12.
- Beauchaine, T. P., Webster-Stratton, C., & Reid, M. J. (2005). Mediators, moderators, and predictors of 1-year outcomes among children treated for early-onset conduct problems: a latent growth curve analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73, 371-388.
- Becker, J. V. & Hicks, S. (2003). Juvenile sexual offenders: characteristics, interventions and policy issues. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989, 397-410.
- Becker, J. V. (1998). What we know about the characteristics and treatment of adolescents who have committed sexual offenses. *Child Maltreatment*, 3, 317-329.
- Bender, K. (2010). Why do some maltreated youth become juvenile offenders?: a call for further investigation and adaptation of youth services. *Children and Youth*

*Services Review*, 32, 466-473.

- Berlin, F. S. (1983). Sex offenders: a biomedical perspective and a status report on biomedical treatment. In: Greer J. B. & Stuart I. R. (Edts). *The Sexual Aggressor: Current Perspectives on Treatment* (pp. 83-123). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Beyers, J., Loeber, R., Wikstrom, P. & Southamer-Loeber, M. (2001). What predicts adolescent violence in better-off neighborhoods? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 29, 369-381.
- Blanchard, R. (2010). The DSM diagnostic criteria for pedophilia. *Archives of Sexual Behavior*, 39, 304-331.
- Boyd, N. J., Hagan, M. & Cho, M. E. (2000). Characteristics of adolescent sex offenders: a review of the research. *Aggression and Violent Behaviour*, 5, 137-146.
- Broidy, L. M., Nagin, D. S., Tremblay, R. E., Bates, J. E., Brame, B., Dodge, K. A., Fergusson, D., Horwood, J. L., Loeber, R., Laird, R., Lynam, D. R., Moffitt, T. E., Pettit, G. S., & Vitaro, F. (2003). Developmental trajectories of childhood disruptive behaviours and adolescent delinquency: a six-site, cross-national study. *Developmental Psychology*, 39, 222-245.
- Bron, T., Rijen, E., Abeelen, A., Berg, M. (2012). Development of regulation disorders into specific psychopathology. *Infant Mental Health Journal*, 33, 212-221.
- Brook, D., Brook, J., Rubenstone, E., Zhang, C., Saar, N. (2011). Developmental associations between externalizing behavior, peer delinquency, drug use, perceived neighborhood crime, and violent behavior in urban communities. *Aggressive Behavior*, 37, 349-361.
- Bullens, R. & Van Wijk, P. (2004). European perspectives on juvenile who sexually abuse. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 409-419). East Sussex: Brunner-Routledge.
- Burk, L. & Burkhart, B. (2003). Disorganized attachment as a diathesis for sexual deviance: developmental experience and the motivation for sexual offending.

*Aggression and Violent Behavior*, 8, 487-511.

- Burton, D. (2008). An exploratory evaluation of the contribution of personality and childhood sexual victimization to the development of sexually abusive behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20, 102-115.
- Burton, D. L. & Meezan, W., (2005). Revisiting recent research on social learning theory as an etiological proposition for sexually abusive male adolescents. In M. Calder (Eds.), *Children and young people who sexually abuse: new theory, research and practice developments* (pp. 74-96). Dorset: RHP.
- Buschgens, C., Aken, M., Swinkels, S., Ormel, J., Verhulst, F. & Buitelaar, J. (2010). Externalizing behaviors in preadolescents: familial risk to externalizing behaviors and perceived parenting styles. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 19, 557-575.
- Buss, A. H. & Perry, M. (1992). The Aggression Questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 3, 452-459.
- Butler, S. M., & Seto, M. C. (2002). Distinguishing two types of adolescent sex offenders. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41, 83-90.
- Butler, S. M., & Seto, M. C. (2002). Distinguishing two types of adolescent sex offenders. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 1, 83-90.
- Butz, C., & Spaccarelli, S. (1999). Use of physical force as an offense characteristic in subtyping juvenile sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 11, 217-232.
- Calder, M. C. (2001). *Juveniles and Children who Sexually Abuse: Frameworks for Assessment*. Lyme Regis: Russell House.
- Caldwell, M. (2007). Sexual offense adjudication and sexual recidivism among juvenile offenders. *Sexual Abuse*, 19, 107-113.
- Caldwell, M., & Dickinson, C. (2009). Sex offender registration and recidivism risk in juvenile sexual offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 27, 941-956.

- Callender, K., Olson, S., Choe, D., & Sameroff, A. J. (2012). The effects of parental depressive symptoms, appraisals, and physical punishment on later child externalizing behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 471-483.
- Caputo, A. A., Frick, P. J., & Brodsky, S. (1999). Family violence and juvenile sex offending: the potential role of psychopathic traits and negative attitudes toward women. *Criminal Justice and Behavior*, 26, 338-356.
- Carpentier, J. & Proulx, J. (2011). Correlates of recidivism among adolescents who have sexually offended. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 23, 434-455.
- Carpentier, J. & Proulx, J. (2011). Correlates of recidivism among adolescents who have sexually offended. *Sexual Abuse*, 23, 4, 434-355.
- Cauffman, E., & Steinberg, L. (2000). (Im)maturity of judgment in adolescence: why adolescent may be less culpable than adults. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, 741-760.
- Coddy, C. (2010). Recovery services for child victims of sexual violence and their families – what can be offered? In Council of Europe (Edt.). *Protecting Children from Sexual Violence: a Comprehensive Approach* (pp. 203-224). Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Coker, D. (2003). Addressing the real world of racial injustice in the criminal justice system. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 93, 827-838.
- Coley, R., Carrano, J., & Lewin-Bizan S. (2011). Unpacking links between father's antisocial behaviors and childrens behavior problems: direct, indirect, and interactive effects. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 39, 791-804.
- Conger, R., Neppl, T., Kim, K., & Scaramella, L. (2003). Angry and aggressive behavior across three generations: a prospective, longitudinal study of parents and childrens. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31, 143-160.
- Council of Europe (2010). *Protecting Children from Sexual Violence: a Comprehensive Approach*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Creswell, J. W. (2009). *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed*



*Methods Approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.

- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social information-processing mechanisms in proactive and reactive aggression. *Child Development*, 67, 993-1002.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Deater-Deckard, K., Petrill, S. A., & Thompson, L. A. (2007). Anger/frustration, task persistence, and conduct problems in childhood: a behavioral genetic analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48, 80-87.
- Dicataldo, F. (2009). *The Perversion of Youth: Controversies in the Assessment and Treatment of Juvenile Sex Offenders*. New York: New York University Press.
- DiLalla, D. L., & Dollinger, S. J. (2006). Cleaning up data and running preliminary analyses. In F. T. L. Leong and J. T. Austin (Eds.). *The Psychology Research Handbook: A Guide for Graduate Students and Research Assistants* (pp. 241-253). California: Sage.
- Dodge, K.A., Lochman, J. E., Harnisch, J. D., & Bates, J. E. (1997). Reactive and proactive aggression in school children and psychiatrically impaired chronically assaultive youth. *Journal of Abnormal Psychology*, 106, 37-51.
- Driemeyer, W., Yoon, D., & Briken, P. (2011). Sexuality, antisocial behavior, aggressiveness, and victimization in juvenile sexual offenders: a literature review. *Sexual Offender Treatment*, 6, 1, 1-10.
- Duane, Y., & Morrison, T. (2004). Families of young people who sexually abuse: characteristics, context and considerations. In G. O'Reilly, W. L. Marshall, A. Carr, & R. C. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with Young People who Sexually Abuse* (pp. 101-128). New York: Routledge.
- Earls, F. & Messacappa, E. (2005). Conduct and Oppositional Disorders. In M. Rutter & E. Taylor, *Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 419-436). Oxford: Blackwell.
- Epps, K. & Fisher, D. (2004). A review of the research literature on young people who sexually abuse. In G. O'Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 62-

- 102). East Sussex: Brunner-Routledge.
- Evans, G. (2006). Child development and the physical environment, *Annual Review of Psychology*, 57, 423-451.
- Fanniff, A. & Kolko, D. (2012). Victim age-based subtypes of juveniles adjudicated for sexual offenses: comparisons across domains in an outpatient sample. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 24, 224-264.
- Farr, C., Brown, J. & Beckett, R. (2004). Ability to empathise and masculinity levels: comparing male adolescent sex offenders with a normative sample of non-offending. *Psychology, Crime & Law*, 10, 155-167.
- Farrington, D. P. (2004). O Estudo de desenvolvimento da delinquência de Cambridge. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Antissocial e Crime: da Infância à Idade Adulta* (pp. 73-132). Coimbra: Almedina.
- Farrington, D. P. (2007). Childhood risk factors and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press.
- Farrington, D. P. (2007). Human development and criminal careers. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (pp. 511-584). Oxford: Clarendon Press.
- Farrington, D. P., Jolliffe, D., Loeber, R., et al. (2001). The concentration of offenders in families, and family criminality in the prediction of boys' delinquency. *Journal of Adolescence*, 24, 579-596.
- Farrington, D. P., Loeber, R., & Jolliffe, D. (2008). The age-crime curve in reported offending. In R. Loeber, D. P. Farrington, Stouthamer-Loeber & H. R. White (Eds.), *Violence and Serious Theft: Development and Prediction from Childhood to Adulthood*. New York: Routledge.
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: a guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40, 532-538.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Turner, H. (2007). Poly-victimization: A neglected component in child victimization. *Child Abuse and Neglect*, 31, 7-16.

- Fite, P., Wynn, P., & Pardini, D. (2009). Explaining discrepancies in arrest rates between black and white male juveniles. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77, 916-927.
- Fonseca, A. C. & Simões, M. C. (2004). Comportamento antissocial: técnicas e instrumentos de avaliação. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Antissocial e Crime: da Infância à Idade Adulta* (pp. 39-72). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento antissocial: o contributo dos estudos longitudinais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Antissocial e Crime: da Infância à Idade Adulta* (pp. 413-156). Coimbra: Almedina.
- Freeman, K. A., Dexter-Mazza, E. T., & Hoffman, K. C. (2005). Comparing personality characteristics of juvenile sex offenders and non-sex offending delinquent peers: A preliminary investigation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17, 3-12.
- Frick, P.J. & White, S.F. (2008). The importance of callous-unemotional traits for the development of aggressive and antisocial behavior. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49, 359-375.
- Garber, J. & Hollon, S. D. (1991). What can specificity designs say about causality in psychopathology research? *Psychological Bulletin*, 110, 129-136.
- Garcia, B. & Petrovich, A. (2011). *Strengthening the DSM: incorporating resilience and cultural competence*. New York: Springer Publishing.
- Garland, R. (1991). Juvenile delinquency in the graeco-roman world. *History Today*, 41, 12-19.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review. *Psychological Bulletin*, 128, 539-579.
- Gershoff, E., Lansford, J., Sexton, H., Davis-Kean, P. & Sameroff, A. (2012). Longitudinal Links Between Spanking and Children's Externalizing Behaviors in a National Sample of White, Black, Hispanic, and Asian American Families.

*Child Development*, 83, 838-843.

- Gibson, C., & Vandiver, D. (2008). *Juvenile Sex Offenders: What the Public Needs to Know*. Westport: Praeger.
- Glaser, B., Shelton, K., & Bree, M. (2010). The moderating role of close friends in the relationship between conduct problems and adolescent substance use. *Journal of Adolescent Health*, 47, 35-42.
- Godwin, C. D. & Helms, J. L. (2002). Statistics and trends in juvenile justice and forensic psychology. In N. Riebner (Eds.). *The California School of Professional Handbook of Juvenile Forensic Psychology* (pp.3-28). San Francisco: John Wiley & Sons.
- Goodman, R. & Scott, S. (2005). *Child Psychiatry*. Oxford: Blackwell
- Goodnight, J., Lahey, B., Van Hulle, C., Rodgers, J., Rathouz, P., Waldman, I., & D'Onofrio, B. (2012). A quasi-experimental analysis of the influence of neighborhood disadvantage on child and adolescent conduct problems. *Journal of Abnormal Psychology*, 121, 95-108.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005a). Agresores sexuais y peligrosidad: la contribución de la psicopatía. In R. Arce, F. Farina, & M. Novo (Eds.). *Psicología Jurídica* (pp. 167-176). Galicia: Xunta de Galicia.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2005b). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 81-92.
- Graffar, M. (1956). Une méthode de classification sociale d'échantillons de population. *Courier*, 6, 455.
- Green, R. (2010). Hebephilia is a mental disorder? *Sexual Offender Treatment*, 5, 1-8.
- Halpern-Felsher, B., Cornell, J., Kropp, R., & Tschann, J. (2005). Oral versus vaginal sex among adolescents: perceptions, attitudes, and behavior. *Pediatrics*, 115, 845-851.
- Hanscombe, K., Haworth, C., Davis, O., Jaffe, S., & Plomin, R. (2011). Chaotic homes and school achievement: a twin study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 52, 1212-1220.

- Hart-Kerkhoffs, L., Doreleijers, T., Jansen, L., van Wijk, A. & Bullens, R. (2009). Offense related characteristics and psychosexual development of juvenile sex offenders. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 3, 19.
- Henry B., Moffitt T. E., Robins L., et al. (1993). Early family predictors of child and adolescent antisocial behaviour: who are the mothers of delinquents? *Criminal Behavior Mental Health*, 3, 97-118.
- Herts, K. L., McLaughlin, K. A., & Hatzenbuehler, M. L. (2012) Emotion dysregulation as mechanism linking stress exposure to adolescent aggressive behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 1-12.
- Hinshaw, S. P. & Lee, S. S. (2003). Conduct and Oppositional Defiant Disorder. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.). *Child Psychopathology* (pp.144-198). New York: Guilford Press.
- Hoeve, M., Stams, G. J., Put, C. E., Dubas, J. S., Laan, P. H., & Gerris, J. R. (2012). A meta-analysis of attachment to parents and delinquency. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 771-785.
- Holmes, S. & Holmes, R. (2009). *Sex Crimes: Patterns and Behavior*. Thousand Oaks: Sage.
- Hummel, P., Thomke, V., Oldenurger, H. A., & Specht, F. (2000). Male adolescent sex offenders against children: Similarities and differences between those offenders with and those without a history of sexual abuse. *Journal of Adolescence*, 23, 305-317.
- Hunter, J. A. (2012). Patterns of sexual offending in juveniles and risk factors. In E. J. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: a guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 34-53), New York: Oxford University Press.
- Hunter, J. A., Becker, J. V., Kaplan, M., & Goodwin, D. W. (1991). Reliability and discriminative utility of the Adolescent Cognition Scale for adolescent sex offenders. *Annals of Sex Research*, 4, 281-286.
- Hunter, J. A., Figueredo, A. J., Becker, J. V., & Malamuth, N. (2007). Non-sexual delinquency in juvenile sexual offenders: The mediating and moderating

- influences of emotional empathy. *Journal of Family Violence*, 22, 43-54.
- Hunter, J. A., Hazelwood, R., Slesinger, D. (2000). Academic journal juvenile-perpetrated sex crimes: patterns of offending and predictors of violence. *Journal of Family Violence*, 15, 81-93.
- Hunter, J., Figueredo, A., & Malamuth, N. (2010). Developmental pathways into social and sexual deviance. *Journal of Family Violence*, 25, 141-148.
- IPO (2012, 31 de maio). IPO alerta para relação entre sexo oral e cancro oral: infeção pelo vírus do papiloma humano aumenta risco de cancro oral. *Sapo Saúde*. Retirado de <http://saude.sapo.pt/noticias/saude-medicina/ipo-alerta-para-relacao-entre-sexo-oral-e-cancro-oral.html>.
- Johnson, T. (1988). Child perpetrators: children who molest children. *Child Abuse & Neglect*, 12, 219-229.
- Johnson, T., & Doonan, R. (2005). Children with sexual behavior problems: what have we learned in the last two decades? In M. Calder (Eds.), *Children and Young People who Sexually Abuse: New Theory, Research and Practice Developments* (pp. 32-58). Dorset: RHP.
- Jones, V. (2010). Children and young people exhibiting sexually harmful behaviour: what have we learned and what do we need to know to propose effective intervention? In Council of Europe (Edt.). *Protecting Children from Sexual Violence: a Comprehensive Approach* (pp. 247-268). Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Karnik, N. S. & Steiner, H. (2005). Disruptive Disorders and Aggressive Behavior. In R. B. David (Eds), *Child and Adolescent Psychiatry*, (pp. 105-112). Oxford: Blackwell.
- Kazdin, A. (2002). *Research design in clinical psychology*. New York: Pearson Education.
- Kazdin, A.E., Kraemer, H.C., Kessler, R.C., Kupfer, D.J., & Offord, D.R. (1997). Contributions of risk factor research to developmental psychopathology. *Clinical Psychology Review* 17, 375-406.
- Kim, H., Capaldi, D., Pears, K., Kerr, D. & Owen, L. (2009). Intergenerational

- transmission of internalising and externalising behaviours across three generations: gender-specific pathways. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 19, 125-141.
- Knight, R. A. (2004). Comparisons between juvenile and adult sexual offenders on the multidimensional assessment of sex and aggression. In G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 203-233). East Sussex: Brunner-Routledge.
- Knight, R. A., & Sims-Knight, J. E. (2003). The developmental antecedents of sexual coercion against women: Testing alternative hypotheses with structural equation modeling. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989, 72–85.
- Kobak, R., Zajac, K., & Smith, C. (2009). Adolescent attachment and trajectories of hostile-impulsive behavior: implications for the development of personality disorders. *Development and Psychopathology*, 21, 839-851.
- Laird, R., Jordan, K., Dodge, K., Pettit G., & Bates, J. (2001). Peer rejection in childhood, involvement with antisocial peers in early adolescence, and the development of externalizing behavior problems. *Development and Psychopathology*, 13, 337-354.
- Langstrom, N. & Lindblad, F. (2000). Young sex offenders: background, personality and crime characteristics in a swedish forensic psychiatric sample. *Nordic Journal of Psychiatry*, 54, 2, 113-120.
- Latimer, K., Wilson, P., Kemp, J., Thompson, L., Sim, F., Gillberg, C., Puckering, C., & Minnis, H. (2012). Disruptive behaviour disorders: a systematic review of environmental antenatal and early year's risk factors. *Child: Care, Health and Development*, 5, 611-628.
- Latzman, N., Viljoen, J., Scalora, M., & Ullman, D. (2011). Sexual offending in adolescence: a comparison of sibling offenders and nonsibling offenders across domains of risk and treatment need, *Journal of Child Sexual Abuse*, 20, 245-263.
- LeBlanc, M., & Loeber, R. (1998). Developmental criminology updated. *Crime and*

- Justice: A Review of Research*, 23, 115-198.
- Leong & J. Austin (Eds.), *The psychology research handbook* (pp. 167-176). Thousand Oaks: Sage.
- Letourneau, E. & Miner, M. (2005). Juvenile sex offenders: a case against the legal and clinical status quo. *Sexual Abuse: a Journal of Research and Treatment*, 17, 293-312.
- Leve, L. & Chamberlain, P. (2005). Association with delinquent peers: intervention effects for youth in the juvenile system. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 33, 339-347.
- Liau, A., Barriga, A., & Gibbs, J. (1998). Relations between self-serving cognitive distortions and overt vs. covert antisocial behavior in adolescents. *Aggressive Behavior*, 24, 335-346.
- Lindsey, R., Carlozzi, A., & Eells, G. (2001). Differences in the dispositional empathy of juvenile sex offenders, non-sex-offending delinquent juveniles and nondelinquent juveniles. *Journal of Interpersonal Violence*, 16, 510-522.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (2000). Young children who commit crime: epidemiology, developmental origins, risk factors. Early interventions and policy implications. *Development and Psychopathology*, 12, 737-762.
- Loeber, R. & Farrington, D. P. (2001). *Child Delinquents: Development, Intervention, and Service Needs*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Loeber, R. & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48, 371-410.
- Loeber, R., & Leblanc, M. (1990). Toward a developmental criminology. *Crime and Justice: A Review of Research*, 12, 375-473.
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, & Farrington, D. P. (2008). The Pittsburgh Youth Study: it designs, data collection, and early key findings. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Southamer.Loeber, & H. R. White (Eds.) *Violence and Serious Theft: Development and Prediction from Childhood to Adulthood* (pp. 25-37), New York: Routledge.



- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kamen, W. B. et al. (1993), Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology*, 5, 103-133.
- Lussier, P. & Healey, J. (2010). Searching for the developmental origins of sexual violence: examining the cooccurrence of physical aggression and sexual behaviors in early childhood. *Behavioral Sciences and the Law*, 28, 1-23.
- Lussier, P., LeBlanc, M., & Proulx, J. (2005). The generality of criminal behavior: A confirmatory factor analysis of the criminal activity of sexual offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33, 177–189.
- Lussier, P., Proulx, J. & LeBlanc, M. (2005). Criminal propensity, deviant sexual interests and criminal activity of sexual aggressors against women: a comparison of explanatory models, *Criminology*, 43, 249-282.
- Luthar, S. S. (2006). Resilience in Development: a synthesis of research across five decades. In: D. Cicchetti & D. Cohen (Eds). *Developmental Psychopathology* (pp.739-795). 2 ed. New York: Wiley.
- Mallie, A., Viljoen, J., Mordell, S., Spice, A., & Roesch, R. (2011). Childhood abuse and adolescent sexual reoffending: a meta-analysis. *Child Youth Care Forum*, 40, 401-417.
- Margolin, G., Vickerman, K., Oliver, P., & Gordis, E. (2010). Violence exposure in multiple interpersonal domains: cumulative and differential effects. *Journal of Adolescent Health*, 47, 198-205.
- Margolin, G., Vikerman, K., Ramos, M., Serrano, S., Gordis, B., Iturralde, E., Oliver, P., Spies, L. (2009). Youth exposed to violence: stability, cooccurrence, and context. *Clinical Child Family Psychology Review*, 12, 39-54.
- Maroco, J. (2007) *Análise Estatística com a utilização do IBM SPSS Statistics*. 3ª Ed. Silabo. Lisboa.
- Marsee, M., Barry, C., Childs, K., Frick, P., Kimonis, E., Munoz, L., Aucoin, K., Fassnacht, Kunimatsu, M., & Lau, K. (2011). Assessing the forms and functions of aggression using self-report: factor structure and invariance of the peer conflict scale in youths. *Psychological Assessment*, 18, 1-14.

- Marshall, W. L. & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Edts.), *Handbook of sexual assault: issues, theories and treatment of the offender* (pp.164-181). New York: Plenum Press.
- Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma, Violence, & Abuse, 1*, 250–263.
- McDonald R, Jouriles EN, Ramisetty-Mikler S, et al. (2006). Estimating the number of American children living in partner-violent families. *Journal of Family Psychology, 20*, 137-142.
- McDonald, C., Deatrick, J., Kassam-Adams, N., & Richmond, T. (2011). Community violence exposure and positive youth development in urban youth,. *Journal of Community Health, 36*, 925-932.
- Miner, M. H., & Munns, R. (2005). Isolation and normlessness: Attitudinal comparisons of adolescent sex offenders, juvenile offenders, and nondelinquents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 5*, 491-504.
- Miner, M., Borduin, C., Prescott, D., Bovensmann, H., Schepker, R., Du Bois, R., Schladale, J., Eher, R., Schmeck, K., Langfedt, T., Smit, A., & Friedeman, P. (2006). Standards of care for juvenile sexual offenders of the International Association for the Treatment of Sexual Offenders. *Sexual Offender Treatment, 1*, 1-7.
- Miner, M., Robinson, B., Knight, R., Berg, D., Romine, R. & Netland, J. (2010). Understanding sexual perpetration against children: effects of attachment style, interpersonal involvement and hypersexuality. *Sexual Abuse: a Journal of Research and Treatment, 22*, 59-77.
- Moffit, T. E. (2006a). Life-course persistent versus Adolescent-limited antisocial behavior. (pp. 570-). In D. Cicchetti & D. Cohen (Edt); *Developmental psychopathology*, Vol 3: Risk, disorder and adaptation (2<sup>a</sup> ed.). (pp. 570-541). NJ: John Wiley & Sons.
- Moffit, T. E., Arseneault, Belsky, D., Dickson, N., Hancox, R., Harrington, H., Houts,

- R., Poulton, R., Roberts, B., Ross, S., Sears, M., Thomson, W. & Caspi, A. (2010). A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of América*, 108, 2693-2698.
- Moffitt, T. E., Arseneault, L., Jaffee, S. R., Kim-Cohen, J., Koenen, K. C. Odgers. C. L., Slutske, W. S., & Viding, E. (2008). DSM-V conduct disorder: research needs for an evidence base. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49, 3-33.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P.A. (2001). *Sex differences in antisocial behavior: conduct disorder, delinquency and violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674–701.
- Moffitt, T. E. (2006b). A review of research on the taxonomy of lifecourse persistent versus adolescence-limited antisocial. In F. T. Cullen, J. P. Wright & K. R. Blevins (Eds.), *Taking stock: The status of criminological theory*, Vol. 15 (pp. 277–311). New Brunswick: Transaction.
- Monahan, K. C., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2009). Affiliation with antisocial peers, susceptibility to peer influence, and antisocial behavior during the transition to adulthood. *Developmental Psychology*, 45, 1520-1530.
- Monahan, K., Steinberg, L., & Cauffman, E. (2009). Affiliation with antisocial peers, susceptibility to peer influence, and antisocial behavior during the transition to adulthood. *Developmental Psychology*, 45, 1520-1530.
- Moser, C. (2009). When is an unusual sexual interest a mental disorder? *Archives of Sexual Behavior*, 38, 323-325.
- Moura, J. A. S. (2000). A tutela educativa: Fatores de legitimação e objetivos. *Infância e Juventude*, 4, 9-38.
- Mouraz-Lopes, J. (2008). *Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no Código Penal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Mrazek, P.J., & Haggerty, R.J., (1994). *Reducing Risks for Mental Disorders: Frontiers for Preventative Intervention Research*. Washington: National

Academy Press.

- Mrug, S., Hoza, B., & Bukowski, W. M. (2004). Choosing or being chosen by aggressive-disruptive peers: do they contribute to children's externalizing and internalizing problems? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32, 53-65.
- Mrug, S., Madn, A., & Windle, M. (2012). Temperament alters susceptibility to negative peer influence in early adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 201-209.
- Murray, J. & Farrington, D. P. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *Canadian Journal of Psychiatry*, 10, 633-642.
- Murrie, D. C. (2012). Placing sexual behavior problems in context: what is "normal" sexual behavior among juveniles?. In E. J. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: a guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 21-33). New York: Oxford University Press.
- Nangle, D., Hecker, J., Grover, R., & Smith, M. (2003). Perspective taking and adolescent sex offenders: from developmental theory to clinical practice. *Cognitive and Behavioral Practice*, 10, 73-84.
- National Task Force on Juvenile Sexual Offending (1993). The Revised Report from the National Task Force on Juvenile Sexual Offending, 1993 of The National Adolescent Perpetrator Network. *Juvenile and Family Court Journal*, 44: 5-120.
- Nederof, A. J. (1984). Visibility of response as a mediating fator in equity research. *The Journal of Social Psychology*, 122, 211-215.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: trajetórias, intervenção e prevenção*. Porto: LivPsic.
- O'Brien, W. (2011). Challenges redoubled: contexts of risk and compromised access to services for children with sexualised behaviours *Child Indicators Research*, 4, 697-706.
- O'Reilly, G. & Carr, A. (2004). A review of theoretical models of sexual offending. In

- G. O' Reilly, W. Marshall, A. Carr, & R. Beckett, *The Handbook of Clinical Intervention with People who Sexually Abuse* (pp. 36-61). East Sussex: Brunner-Routledge.
- Odgers, C. L., Moffitt, T. E., Broadbent, J. M., Dickson, N., Hancox, R. J., Harrington, H., et al. (2008). Female and male antisocial trajectories: from childhood origins to adult outcomes. *Development and Psychopathology*, 20, 673-716.
- Offord, D. R., Alder, R. J. & Boyle, M. H. (1986). Prevalence and sociodemographic correlates of conduct disorder. *American Journal of Social Psychiatry*, 6, 272-278.
- Patterson, G. R. & Yoerger, K. (2004). Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Antissocial e Crime: da Infância à Idade Adulta* (pp. 93-156). Coimbra: Almedina.
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B. D., & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.
- Paulhus, D. L. & Reid, D. B. (1991). Enhancement and denial in socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 307-317.
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos* (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pepler, D. J., Jiang, D., Craig, W. M., & Connolly, J. (2010). Developmental trajectories of girls and boys delinquency and associated problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38, 1033-1044.
- Pinker, S. (2011). *The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined*. New York: Viking.
- Prentky, R., Harris, B., Frizzel, K., & Righthand, S. (2000). An actuarial procedure for assessing risk with juvenile sexual offenders. *Sexual Abuse: a Journal of Research and Treatment*, 12, 71-87.
- Pullman, L. & Seto, M. C. (2012). Assessment and treatment of adolescent sexual offenders: implications of recent research on generalist versus specialist explanations. *Child Abuse & Neglect*, 36, 203-209.

- Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L., & Craig, W. M. (2004). *Juvenile delinquency: understanding the origins of individual differences*. Washington: APA Press.
- Raaijmakers, M., Smidts, D. P., Sergeant, J. A., Maassen, G. H., Posthumus, J. A., Engekand, H., Matthys, P. (2008). Executive functions in preschool children with aggressive behavior: impairments in inhibitory control. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36, 1097-1107.
- Racey, B. D., Lopez, N. L., & Schneider, H. G. (2000). Sexually assaultive adolescents: cue perception, interpersonal competence and cognitive distortions. *International Journal of Adolescence and Youth*, 2-3, 229-239.
- Raudino, A., Woodward, L., Fergusson, D. & Horwood, L. (2011). Childhood conduct problems are associated with increased partnership and parenting difficulties in adulthood, *Journal of Abnormal Child Psychology*, 40, 251-263.
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do violador português: um estudo exploratório*. Coimbra: Almedina.
- Rende, R., & Waldman, I. (2006). Behavioral and molecular genetics and developmental psychopathology. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology. Vol. 2: Developmental neuroscience* (pp. 427–464). New York: Wiley.
- Rich, P. (2003). The juvenile sexual offender: commonalities and characteristics. In P. Rich, *Juvenile Sexual Offenders: understanding, assessing and rehabilitating* (pp. 38-57). New Jersey: Wiley.
- Rich, P. (2009). *Juvenile Sexual Offenders: a Comprehensive Guide to Risk Evaluation*. New Jersey: Wiley.
- Roberts, J. V. (2004). Public opinion and youth justice. *Crime and Justice*, 31, 495.
- Ronis, S. T., & Borduin, C. M. (2007). Individual, family, peer, and academic characteristics of male juvenile sexual offenders. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35, 153-163.
- Rothchild, S. (1996). Beyond incarceration: juvenile sex offender treatment programs offer youth a second chance. *Journal of Law and Policy*, 4, 719.

- Rowe, R., Costello, E., Angold, A., Copeland, W., & Maughan, B. (2010). Developmental pathways in oppositional defiant disorder and conduct disorder. *Journal Abnormal Psychology*, 119, 726-738.
- Rutter, M., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2006). Gene- environment interplay and psychopathology: Multiple varieties but real effects. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 226-261.
- Ryan, E. P. (2012). Changing perceptions of juvenile sexual offending in society and the legal system. In E. J. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: a guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 1-20), New York: Oxford University Press.
- Ryan, G. (2010). Sexually abusive youth: defining the problem and the population. In G. Ryan, T. Leversee, & S. Lane (Eds.) *Juvenile Sexual Offending: Causes, Consequences and Correction*. New Jersey: Wiley.
- Rych, P. (2003). *Juvenile Sexual Offenders: Understanding, Assessing and Rehabilitating*. New Jersey: Wiley.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F. & Lúcio, P. B. (2000). *Metodología de la investigación*. Madrid: McGraw Hill.
- Schwartz, N. (1999). Self-Reports: how the questions shape the answers. *American Psychologist*, 54, 93-105.
- Seto, M. C. & Lalumière, M. (2006). Conduct problems and juvenile sexual offending. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 166-188). New York: Guilford.
- Seto, M. C. & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136, 526-575.
- Sher, K. J. & Trull, T. J. (1996). Methodological issues in psychopathology research. *Annual Review Psychology*, 47, 371-400.
- Sherifali, D. & Ciliska, D. (2006). Parenting children with diabetes and Belsky's determinants of parenting model: literature review. *Journal of Advanced*

*Nursing*, 55, 636-642.

- Shonkoff, J. P. & Garner, A. S. (2011). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 10, 2011-2663.
- Siegel, L. J. & Welsh, B. C. (2009). *Juvenile Delinquency: Theory, Practice and Law*. Belmont: Wadsworth.
- Sierra, J. C., Ortega, V. & Zubeidat, I. (2006). Confirmatory factor analysis of a Spanish version of the Sex Fantasy Questionnaire: assessing gender differences. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 32, 137-159.
- Slep, A. & O'Leary, S. (2005). Parent and partner violence in families with young children: Rates, patterns, and connections. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73, 435-444.
- Smallbone, S. (2005). Attachment insecurity as a predisposing and precipitating factor for sexually abusive behaviour by young people. In M. Calder (Eds.), *Children and young people who sexually abuse: new theory, research and practice developments* (pp. 6-18). Dorset: RHP.
- Smallbone, S. (2006). Social and psychological factors in the development of delinquency and sexual deviance. In H. E. Barbaree & W. L. Marshall (Eds.), *The Juvenile Sex Offender* (pp. 105-127). New York: Guilford Press.
- Smith, C. A. & Stem, S. B. (1997). Delinquency and antisocial behavior: a review of family processes and intervention research. *Social Services Review*, 71, 382-420.
- Snyder, H., & Sickmund, M. (2006). *Juvenile offenders and victims: 2006 national report*. Washington: US Department of Justice. Retirado de <http://www.ojjdp.gov/ojstatbb/nr2006/> em 10 de março de 2012.
- Steffensmeier, D., Zhong, H., Ackerman, J., Schwartz, J., & Agha, S. (2006). Gender gap trends for violent crimes, 1980 to 2003: A UCR-NCVS comparison. *Feminist Criminology*, 1, 72-98.
- Stinson, J. D., Sales, B. D. & Becker, J. V. (2008). *Sex offending: causal theories to inform research, prevention and treatment*. APA Press.



- Swaffer, T., Hollin, C., Beech, A., Beckett, R., & Fisher, D. (2000). An exploration of child sexual abusers' sexual fantasies before and after treatment. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 12, 61-68.
- Szasz, T. (2001). The therapeutic state: the tyranny of pharmacracy. *Independent Review*, 5, 485-521.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. New York: Harper & Row.
- Thornburg, H. D. (1975). *Development in adolescents*, Monterey: Wadsworth.
- Tolan, P. H., Gorman-Smith, D., & Henry, D. B. (2003). The developmental ecology of urban males' youth violence. *Developmental Psychology*, 39, 274-291.
- Tolman, D. & McClelland, S. (2011). Normative sexuality development in adolescence: a decade in review. *Journal of Research on Adolescence*, 21, 242-255.
- Torry, Z. & Billick, S. (2011). Implications of antisocial parents. *Psychiatry Quarterly*, 82, 275-285.
- Towe-Goodman, N. Stifter, C., Coccia, M., & Cox, M. (2011). Interparental aggression, attention skills, and early childhood behavior problems. *Development and Psychopathology*, 23, 563-576.
- Tremblay, R. E., & Nagin, D. S. (2005). The developmental origins of physical aggression in humans. In R. E. Tremblay W. W. Hartup, & J. Archer (Eds.), *Developmental origins of aggression* (pp. 83–106). New York: Guilford.
- Tretacosta, C., Hyde, L., Shaw, D., & Cheong, J. (2009). Adolescent dispositions for antisocial behavior in context: the roles of neighborhood dangeusness and parental knowledge. *Journal of Abnormal Psychology*, 118, 564-575.
- Trivits, L. C., & Reppucci, N. D. (2002). Application of Megan's Law to juveniles. *American Psychologist*, 57, 690-704.
- Underwood, L. A., Robinson, S. B., Mosholder, E. & Warren, K. M. (2008). Sex offender care for adolescents in secure care: critical factors and counseling startegies. *Clinical Psychology Review*, 28, 917-932.
- Van Outsem, R. (2007). Sexually abusive behaviour in juveniles: deviant and non-

- deviant pathways, *Journal of Sexual Aggression*, 13, 169-179.
- Van Wijk, A., Vermeiren, R., Loeber, R., Hart-Kerkhoffs, L., Doreleijers, Th., & Bullens, R. (2006). Juvenile Sex Offenders Compared to Non-Sex Offenders: A review of the literature 1995-2005. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7, 227-243.
- Van Wijk, A., Vermeiren, R., Loeber, R., Hart-Kerkhoffs, L., Doreleijers, T., & Bullens, R. (2006). Juvenile sex offenders compared to non-sex offenders: a review of the literature 1995-2005. *Trauma, Violence & Abuse*, 7, 227-243.
- Varker, T. & Devilly, G. (2007). Types of empathy and adolescent sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 13, 139-149.
- Varker, T., Devilly, G., Ward, T., & Beech, A. (2008). Empathy and adolescent sexual offenders: a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 251-260.
- Veen, V., Stevens, G., Doreleijers, T., van der Ende, J., & Vollebergh, W. (2009). Ethnic differences in mental health among incarcerated youths: do Moroccan immigrant boys show less psychopathology than native Dutch boys?. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 19, 431-440.
- Vieira, A. & Soeiro, C. (2002). Agressividade e Psicopatia. *Temas Penitenciários*, 11, 8, 25-35.
- Ward, T. & Beech, A. (2006). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 44-63.
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime, and Law*, 9, 197-248.
- Watts, G. (2012). Critics attack DSM-V for overmedicalising normal human behaviour. *British Medical Journal*, 344, e1020.
- White, J., Kadlec, K., & Sechrist, S. (2006). Adolescent sexual aggression within heterosexual relationship. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 128-147). New York: Guilford.
- Whittaker, M., Brown, J., Beckett, R., & Gerhold, C. (2006). Sexual knowledge and empathy: a comparison of adolescent child molesters and non-offending adolescents. *Journal of Sexual Aggression*, 12, 143-154.

- Wicks-Nelson, R. & Israel, A. (2003). *Behaviour Disorders of Childhood* (5th Ed.). New Jersey: Pearson Education.
- Wijk, A., Vermerein, R., Loeber, R., Hart-Kerkhoffs, L., Doreleijers, T., Bullens, R. (2006). Juvenile sex offenders compared to non-sex offenders: a review of the literature 1995-2005. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7, 227-243.
- Wilson, G. D. (1988). Measurement of sex fantasy. *Sexual and Marital Therapy*, 3, 45-55.
- Wilson, G. D. (2010). The sex fantasy questionnaire: an update. *Sexual & Relationship Therapy*, 25, 68-72.
- Wilson, M., Hurtt, C., Shaw, D., Dishion, T., & Gardner, F. (2009). Analysis and influence of demographic and risk factors on difficult child behaviors. *Prevention Science*, 10, 353-365.
- Winslow, E. & Shaw, D. (2007). Impact of neighborhood disadvantage on overt behavior problems during early childhood, *Aggressive Behavior*, 33, 207-219.
- Worling, J. & Langstrom, N. (2006). Risk of sexual recidivism in adolescent who offend sexually: correlates and assessment. In H. Barbaree & W. Marshall (Eds.). *The Juvenile Sex Offender* (pp. 219-247). New York: Guilford.
- Worling, J. (1995). Sexual abuse histories of adolescent male sex offenders: differences on the basis of the age and the gender of their victims. *Journal of Abnormal Psychology*, 4, 610-613.
- Ybarra, M., Mitchell, K., Hamburguer, M., Diener-West, M., & Leaf, P. (2011). X-Rated material and perpetration of sexually aggressive behavior among children and adolescents: is there a link? *Aggressive Behavior*, 37, 1-18.
- Zakireh, B., Ronis, S. T., & Knight, R. A. (2008). Individual beliefs, attitudes, and victimization histories of male juvenile sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 20, 323-351.
- Zimring, F. E. (2004). *An American travesty: Legal responses to adolescent sexual offending*. Chicago: University of Chicago Press.



**ANEXOS**



## **ANEXO 1 – RECOLHA DE DADOS PROCESSUAIS**

## RECOLHA DE DADOS PROCESSUAIS

(Barroso, 2010)

### AGRESSOR

Número: \_\_\_\_\_ Centro Educativo/EP: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

XXXX: \_\_\_\_\_ Data Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Habilitações académicas efectivas: \_\_\_\_\_ Anos de Escolaridade: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

Frequência de ensino pré-escolar: \_\_\_\_\_

Ocupação no momento do crime: \_\_\_\_\_

Local de Proveniência: \_\_\_\_\_

Contactos (para contactos futuros se o adolescente o permitir):

---

---

---

---

---

### CONTEXTO FAMILIAR

Índice Graffar (através da grelha em anexo): \_\_\_\_\_

Elementos que compõem a família nuclear (Nomes, idades, profissões, escolaridade): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Pais: Biológicos: \_\_\_\_\_ Adoptivos: \_\_\_\_\_ Outros: \_\_\_\_\_ (quais?) \_\_\_\_\_

Pais são emigrantes em Portugal? (especificar há quanto, qualidade da integração,...): \_\_\_\_\_

---



Adolescente é filho de emigrantes? (especificar há quanto tempo se encontra em PT e qualidade da integração): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Definição de regras e limites: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Supervisão parental (existência, modo de execução): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Vínculo parental: \_\_\_\_\_

Acordo/Desacordo parental: \_\_\_\_\_

Comportamento do ofensor com cada um dos progenitores/cuidadores: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Condições habitacionais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Contactos (para contactos futuros se o adolescente/pais o permitir): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Ocupação profissional Pais: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Família tem de apoios sociais (quais, datas de início): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Percurso Criminal dos Pais (se): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

História de violência familiar (detalhar o tipo de violência, os episódios, localização e circunstâncias antes e depois dos episódios): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Episódios de violência alvo de atenção policial e/ou judicial?: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

História de maus-tratos no adolescente ofensor (detalhar o tipo de violência, os episódios, localização e circunstâncias antes e depois dos episódios): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

---

---

Episódios de violência alvo de atenção policial e/ou judicial?: \_\_\_\_\_

---

Irmãos (quantidade, género e idades): \_\_\_\_\_

---

Percorso criminal dos irmãos (se): \_\_\_\_\_

---

---

Actual ocupação dos irmãos: \_\_\_\_\_

---

---

---

Outros elementos importantes no contexto familiar: \_\_\_\_\_

---

---

Problemas evidenciados em irmãos: \_\_\_\_\_

---

---

Contactos com a família (frequência, qualidade desta interacção, alvo de intervenção,...): \_\_\_\_\_

---

---

---

Problemas de saúde mental na família: \_\_\_\_\_

---

---

Pontos fortes: \_\_\_\_\_

---

Uso/posse de armas no contexto familiar: \_\_\_\_\_

---

## HISTÓRIA DESENVOLVIMENTAL

Marcos desenvolvimentais (parto, andar, falar), adaptação a diferentes transições (creche, infantil, escola, instituições,...): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

## CONTEXTO COMUNITÁRIO / RESIDENCIAL

Local de Proveniência: \_\_\_\_\_

Apoios sociais disponíveis: \_\_\_\_\_

Colaboração da família junto destes diferentes apoios: \_\_\_\_\_

---

Situação económica e habitacional (suficientes, insuficientes): \_\_\_\_\_

Avaliação do contexto comunitário (indicar se está conotado com marginalidade, toxicodependência, delinquência juvenil,...): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Grupo de pares: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Factores de Risco (mais evidentes): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### HISTÓRIA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

(Número de Vezes, Razões, Períodos Temporais; Reacções, Tipo de intervenções)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Comportamento dentro da instituição (p.ex. em termos de ocorrências e de relacionamento com os outros e com os elementos da equipa): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

### HISTÓRIA DE COMPORTAMENTOS DELINQUENTES

Factos provados pelo crime que levou à actual institucionalização:

(Episódios, Datas e Circunstâncias, detenção, reacções): \_\_\_\_\_

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Factos provados de outros crimes (Episódios, Datas e Circunstâncias, detenção): \_\_\_\_\_

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Registro Criminal até ao momento:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Atitude do ofensor face aos delitos perpetrados e face à necessidade de mudança: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Atitudes face à vítima e de reparação (empatia com a vítima e compensação): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Quanto episódios de abuso sexual (ou crimes sexuais) houve antes? (Até ser preso pelo crime que o levou à reclusão actual): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

Problemas de comportamento ao longo do desenvolvimento (idade de início, locais onde se manifestava,...):

---

---

---

---

---

---

Idade aquando da institucionalização actual: \_\_\_\_\_

Anos de Institucionalização definidos pelo tribunal: \_\_\_\_\_

Quantos anos (ou meses) já cumpridos: \_\_\_\_\_

Quantos anos (ou meses) por cumprir: \_\_\_\_\_

Percepção, por parte do jovem, do ambiente institucional: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Pertença a *gangs*: \_\_\_\_\_

---

**EXPLICAÇÃO, SEGUNDO O JOVEM, PARA O(S) SEU(S) COMPORTAMENTO(S)**

---

---

---

---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

---

---

---

### RELACIONAMENTO AFECTIVO/NAMORO

Mantém relacionamento afectivo actual? : \_\_\_\_\_

Descrever companheira/o e circunstanciar a relação afectiva (modo de conhecimento, modo de relacionamento, planos futuros,...): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Possui filhos ou companheira encontra-se grávida? (Se sim, reacção à situação e como antevê a vida do(s) filho(s) no futuro): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

### ESCOLARIDADE/APRENDIZAGEM

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Percorso escolar até à actualidade: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Integração escolar/ocupacional: \_\_\_\_\_

Comportamento no contexto escolar: \_\_\_\_\_

Resultados das últimas avaliações académicas efectuadas: \_\_\_\_\_

Resultados de avaliações cognitivas efectuadas: \_\_\_\_\_

Relacionamento no contexto escolar com o grupo de pares: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Relacionamento dos pais/tutores com a escola/professores: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

#### **TENTATIVAS DE SUICÍDIO**

Ideação suicida? (prévia ou pós institucionalização) \_\_\_\_\_

Houve tentativas de suicídio? Se sim, especificar a metodologia e circunstanciar o(s) episódio(s): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Acompanhamento médico para o efeito? \_\_\_\_\_

As tentativas de suicídio encontram-se aparentemente ligadas a alguma circunstância específica (p.ex. início da institucionalização, mudança de instituição, ...): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

## PERPETRAÇÃO CRIME SEXUAL

### (MODUS OPERANDI)

(A secção “modus operandi” foi adaptada de Rebocho, 2009)

Tipo de Crime: \_\_\_\_\_

Sexo da Vítima: \_\_\_\_\_ Idades das Vítimas: \_\_\_\_\_ Total de Vítimas: \_\_\_\_\_

Localizações dos crimes: \_\_\_\_\_

Data e Hora dos Crimes:

1. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

2. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

3. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

4. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

5. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

Momento do Crime: (e.g. após fuga à escola) : \_\_\_\_\_

Perpetrou o crime individualmente ou em grupo (caracterizar quem): \_\_\_\_\_

Consumo de álcool nas horas precedentes ao crime: \_\_\_\_\_

Onde consumiu? \_\_\_\_\_

Consumo de drogas nas horas precedentes ao crime: \_\_\_\_\_

Onde consumiu? \_\_\_\_\_

Tipo de drogas: \_\_\_\_\_

Afecto predominante antes do crime: \_\_\_\_\_

Premeditação: \_\_\_\_\_

Idade da vítima: \_\_\_\_\_

Relação vítima/ofensor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Seleccção da Vítima: \_\_\_\_\_

Características apresentadas pela vítima procuradas pelo ofensor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tipo de características procuradas pelo ofensor: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Razões para a escolha da vítima: \_\_\_\_\_

Disponibilidade

Género

Idade

Localização

Características físicas

Vestuário

Vulnerabilidade

Outras razões específicas

Sem razão específica

O ofensor escolheu outra(s) vítima(s) antes: \_\_\_\_\_

O ofensor procurou locais específicos para encontrar uma vítima que pretendia: \_\_\_\_\_

A vítima encontrava-se sob a influência de drogas/álcool durante o crime: \_\_\_\_\_

A vítima encontrava-se vestida de forma provocante, segundo o ofensor: \_\_\_\_\_

Ocupação da vítima: \_\_\_\_\_

Método de viagem/transporte da vítima: \_\_\_\_\_

A vítima provinha de um ambiente disfuncional/pobre: \_\_\_\_\_

A vítima era fisicamente/mentalmente doente: \_\_\_\_\_

A vítima encontrava-se sozinha quando o ofensor a abordou: \_\_\_\_\_

Método utilizado pelo ofensor para abordar a vítima: \_\_\_\_\_

Estratégia usada pelo ofensor para abordar a vítima: \_\_\_\_\_

Uso de pornografia antes de cometer o crime sexual (se sim, características do conteúdo, quanto tempo antes, meios,...): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Estratégia usada pelo ofensor para atrair a vítima ao local do crime: \_\_\_\_\_

Estratégia usada pelo ofensor para cometer o crime: \_\_\_\_\_

Uso de pornografia durante o crime: \_\_\_\_\_  
 Rapto da vítima: \_\_\_\_\_  
 Uso de armas durante o crime: \_\_\_\_\_  
 Uso de armas ou drogas como facilitadores do crime: \_\_\_\_\_  
 Uso de veículo (e de que tipo, e de que forma) para cometer o crime: \_\_\_\_\_  
 Uso da restrição física durante o crime: \_\_\_\_\_  
 Uso de disfarce para e durante o cometimento do crime: \_\_\_\_\_  
 Vítima atada a algo: \_\_\_\_\_  
 Vítima vendada: \_\_\_\_\_  
 Vítima com cara encoberta: \_\_\_\_\_  
 Ofensor entrou na casa da vítima: \_\_\_\_\_  
 Ofensor cometeu roubo antes ou após o abuso sexual: \_\_\_\_\_  
 Nível de força física usada pelo ofensor para cometer o crime: \_\_\_\_\_  
 Tipo de resistência da vítima: \_\_\_\_\_  
 Resposta do ofensor à resistência da vítima: \_\_\_\_\_  
 Tipo de actos sexuais cometidos na vítima:  
     Penetração vaginal (com dedos): \_\_\_\_\_  
     Penetração anal (com dedos): \_\_\_\_\_  
     Penetração vaginal (com pénis): \_\_\_\_\_  
     Penetração anal (com pénis): \_\_\_\_\_  
     Penetração vaginal (com objectos): \_\_\_\_\_  
     Penetração anal (com objectos): \_\_\_\_\_  
     Outros: \_\_\_\_\_  
     Contacto sexual (seios, genitais): \_\_\_\_\_  
     Carícias/Roçar: \_\_\_\_\_  
     *Cunnilingus*: \_\_\_\_\_  
     Sexo oral: \_\_\_\_\_  
     Masturbação: \_\_\_\_\_  
     Exibicionismo: \_\_\_\_\_  
     Outros: \_\_\_\_\_  
 O ofensor ejaculou no local onde foi cometido o crime: \_\_\_\_\_  
 Relação com a vítima: \_\_\_\_\_  
 Escalada verbal de interacção entre o ofensor e a vítima: \_\_\_\_\_  
 Disfunção sexual durante o abuso sexual: \_\_\_\_\_  
 Mutilação da vítima: \_\_\_\_\_  
 Humilhação da vítima: \_\_\_\_\_  
 Nível de risco durante o crime: \_\_\_\_\_  
 Afecto predominante do ofensor durante o crime: \_\_\_\_\_

Ofensas físicas perpetradas sobre a vítima durante o crime: \_\_\_\_\_

Partes do corpo afectadas por essas ofensas físicas: \_\_\_\_\_

Severidade das ofensas físicas: \_\_\_\_\_

Afecto predominante após o crime: \_\_\_\_\_

Distorções cognitivas associadas com o crime: \_\_\_\_\_

Cidade onde foi cometido o crime: \_\_\_\_\_

Tipo de local onde foi cometido o crime: \_\_\_\_\_

O local onde foi realizado o encontro antes do crime era familiar ao ofensor e à vítima: \_\_\_\_\_

O local onde foi cometido o crime era familiar ao ofensor e à vítima: \_\_\_\_\_

Descrição do local: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Reacção das testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Forma de abandono da vítima: \_\_\_\_\_

Primeiras reacções da vítima após o crime: \_\_\_\_\_

#### VARIÁVEIS JURÍDICAS

Tribunal de Origem: \_\_\_\_\_

Tempo entre o crime e a sentença: \_\_\_\_\_

Advogado de defesa foi contratado pelo Estado: \_\_\_\_\_

Postura/Atitude perante o tribunal: \_\_\_\_\_

Confronto com a vítima: \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### SEXUALIDADE

Interesses sexuais: \_\_\_\_\_

Como aprendeu sobre sexo? (quem transmitiu as primeiras informações e como): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Evocação da 1ª experiência sexual: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

Masturbação (evocar a 1ª vez, percepção individual do comportamento, frequência actual): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Fantasias sexuais (recorrer preferencialmente ao instrumento de auto-relato): \_\_\_\_\_

---

Utilização de pornografia (evocar a 1ª experiência, idade, meio de utilização, presença de outros, conteúdos):

---

---

---

---

---

---

Exposição a comportamentos sexuais (no contexto familiar, grupo de pares,... incidir nos conteúdos, idade e contexto e percepção da(s) experiência(s)): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---



Experiências de vitimação sexual: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Experiências sexuais apropriadas à idade: \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

---

Interesse parafilico: avaliação de parafilias (uso de questionário de Seto & Lalumière?): \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

---

Activação Sexual (o quê, forma,...): \_\_\_\_\_

---

---

**PERPETRAÇÃO CRIME(S) NÃO SEXUAIS**

**(MODUS OPERANDI)**

Tipo de Crime: \_\_\_\_\_

Sexo da Vítima: \_\_\_\_\_ Idades das Vítimas: \_\_\_\_\_ Total de Vítimas: \_\_\_\_\_

Localizações dos crimes: \_\_\_\_\_

Data e Hora dos Crimes:

1. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

2. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

3. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

4. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

5. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_:\_\_\_\_ (tipo de crime: \_\_\_\_\_)

Momento do Crime: (e.g. após fuga à escola) : \_\_\_\_\_

Perpetrou o crime individualmente ou em grupo (caracterizar quem): \_\_\_\_\_

Consumo de álcool nas horas precedentes ao crime: \_\_\_\_\_

Onde consumiu? \_\_\_\_\_

Consumo de drogas nas horas precedentes ao crime: \_\_\_\_\_

Onde consumiu? \_\_\_\_\_

Tipo de drogas: \_\_\_\_\_

Afecto predominante antes do crime: \_\_\_\_\_

Premeditação: \_\_\_\_\_

Idade da vítima: \_\_\_\_\_

Relação vítima/ofensor: \_\_\_\_\_

Seleção da Vítima: \_\_\_\_\_

Características apresentadas pela vítima procuradas pelo ofensor: \_\_\_\_\_

Tipo de características procuradas pelo ofensor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Razões para a escolha da vítima: \_\_\_\_\_

Disponibilidade

Género

Idade

Localização

Características físicas

Vestuário

Vulnerabilidade

Outras razões específicas

Sem razão específica

O ofensor escolheu outra(s) vítima(s) antes: \_\_\_\_\_

O ofensor procurou locais específicos para encontrar uma vítima que pretendia: \_\_\_\_\_

A vítima encontrava-se sob a influência de drogas/álcool durante o crime: \_\_\_\_\_

A vítima provocou o crime, segundo o ofensor: \_\_\_\_\_

Ocupação da vítima: \_\_\_\_\_

Método de viagem/transporte da vítima: \_\_\_\_\_

A vítima provinha de um ambiente disfuncional/pobre: \_\_\_\_\_

A vítima era fisicamente/mentalmente doente: \_\_\_\_\_

A vítima encontrava-se sozinha quando o ofensor a abordou: \_\_\_\_\_

Método utilizado pelo ofensor para abordar a vítima: \_\_\_\_\_

Estratégia usada pelo ofensor para abordar a vítima: \_\_\_\_\_

Estratégia usada pelo ofensor para atrair a vítima ao local do crime: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Estratégia usada pelo ofensor para cometer o crime: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Rapto da vítima: \_\_\_\_\_

Uso de armas durante o crime: \_\_\_\_\_

Uso de armas ou drogas como facilitadores do crime: \_\_\_\_\_

Uso de veículo (e de que tipo, e de que forma) para cometer o crime: \_\_\_\_\_

Uso da restrição física durante o crime: \_\_\_\_\_

Uso de disfarce para e durante o cometimento do crime: \_\_\_\_\_

Vítima atada a algo: \_\_\_\_\_

Vítima vendada: \_\_\_\_\_

Vítima com cara encoberta: \_\_\_\_\_

Ofensor entrou na casa da vítima: \_\_\_\_\_

Nível de força física usada pelo ofensor para cometer o crime: \_\_\_\_\_

Tipo de resistência da vítima: \_\_\_\_\_

Resposta do ofensor à resistência da vítima: \_\_\_\_\_

Relação com a vítima: \_\_\_\_\_

Escalada verbal de interacção entre o ofensor e a vítima: \_\_\_\_\_

Mutilação da vítima: \_\_\_\_\_

Humilhação da vítima: \_\_\_\_\_

Nível de risco durante o crime: \_\_\_\_\_

Afecto predominante do ofensor durante o crime: \_\_\_\_\_

Ofensas físicas perpetradas sobre a vítima durante o crime: \_\_\_\_\_

Partes do corpo afectadas por essas ofensas físicas: \_\_\_\_\_

O ofensor ficou ferido: \_\_\_\_\_

Severidade das ofensas físicas: \_\_\_\_\_

Afecto predominante após o crime: \_\_\_\_\_

Distorções cognitivas associadas com o crime: \_\_\_\_\_

Cidade onde foi cometido o crime: \_\_\_\_\_

Tipo de local onde foi cometido o crime: \_\_\_\_\_

O local onde foi realizado o encontro antes do crime era familiar ao ofensor e à vítima: \_\_\_\_\_

O local onde foi cometido o crime era familiar ao ofensor e à vítima: \_\_\_\_\_

Descrição do local: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Reacção das testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Forma de abandono da vítima: \_\_\_\_\_

Primeiras reacções da vítima após o crime: \_\_\_\_\_

### COMPETÊNCIAS INTERPESSOAIS

(Importante o relato dos técnicos e dos dados da YLS)

Como se relaciona com os outros dentro e fora do contexto institucional, relacionamento com o grupo de pares (colegas, vizinhos,...), aprecia a companhia dos outros, demonstra dificuldades de relacionamento, relação com os irmãos, relação com os pais, relação com raparigas, competências específicas (agressivo, dominante, tímido, envergonhado, isolado,...), estado de humor habitual, o que o entristece, o que o costuma alegrar. Atender à frequência.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

## SINTOMATOLOGIA PSICOLÓGICA – PSIQUIÁTRICA

(Descrever os testes, os resultados obtidos e datas de aplicação. Útil a avaliação de Ansiedade e Depressão)

[illegible]

Tem acompanhamento psicoterapêutico? (individual, em grupo) \_\_\_\_\_

Medicação (actual e passada, referindo idades de início e razão): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### USO – ABUSO DE SUBSTÂNCIAS

(A acrescentar outros dados relevantes)

---

---

---

---

---

---

---

---

### HISTÓRIA MÉDICA

(Procurar detalhar a história médica ao longo de todo o desenvolvimento. Se havia ou há actualmente queixas físicas, se são objecto de tratamento, medicação utilizada e finalidade, doenças crónicas, reacções à doença, reacções das famílias à doença, internamentos)

---

---

---

---

---

---

---

---

### PREPARAÇÃO PARA O “PÓS-INSTITUCIONALIZAÇÃO”

(Informações sobre como está a ser preparada a vida do ofensor. Tipo de intervenções a que é sujeito, alvos da intervenção, modo como a intervenção é planeada, reacções do ofensor a estas intervenções, técnicos envolvidos neste processo,...)

---

---

---

---

---

---

---

---

[illegible]

## OPINIÃO DOS TÉCNICOS QUE O ACOMPANHAM

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

## QUESTÕES A EXPLORAR NA ENTREVISTA

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on its right side, suggesting it's resting on a surface. There is no handwriting or other markings on the paper.

## AVALIAÇÃO DO RISCO DE REINCIDÊNCIA

- A. Preenchimento do teste J-SOAP
- B. Preenchimento do teste ERASOR



## **ANEXO 2 – FOLHA DE RECOLHA DE DADOS**

## FOLHA DE DADOS

Por favor não coloque o seu nome ou qualquer tipo de identificação nas folhas que se seguem. Os dados recolhidos são anónimos e permanecerão totalmente confidenciais.

Este é o primeiro de um conjunto de questionários que lhe pedimos que preencha. Não há respostas “certas ou erradas”, há apenas a sua opinião que lhe pedimos que seja sincera.

Obrigado pela sua colaboração!

Escola: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Anos de Escolaridade: 7 8 9 10 11 12

1. Alguma vez ficou retido em algum ano de escolaridade?

Sim ☐

Não ☐

Se Sim, em que ano(s)? 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

2. Profissão dos pais:

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

3. Escolaridade dos Pais:

Pai: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 Outra: \_\_\_\_\_

Mãe: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 Outra: \_\_\_\_\_

4. Tipo de habitação onde vive:

Apartamento ☐ Casa/Vivenda ☐ Outro tipo ☐ \_\_\_\_\_

5. Local de Residência

Urbano: ☐ Rural: ☐

6. Os seus Pais são emigrantes em Portugal?

Sim ☐ Não ☐

Se Sim, em há quantos anos? 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 \_\_\_\_\_

7. Quantas pessoas habitam normalmente na sua casa?

Pai: ☐ Mãe: ☐ Irmãos: ☐ Quantos? \_\_\_\_\_ Avô: ☐ Avó: ☐ Padrasto: ☐ Madrasta: ☐

Cunhada: ☐ Quantas? \_\_\_\_\_ Cunhado: ☐ Quantos? \_\_\_\_\_ Sobrinhos: ☐ Quantos? \_\_\_\_\_

Outros: ☐ \_\_\_\_\_

Resido habitualmente numa instituição: ☐

8. É normal existir em todas as famílias, de vez em quando, problemas e discussões entre os seus membros. Na sua família alguma vez houve discussões que implicassem agressão física (p.ex. dar uma bofetada ou um empurrão) ou insultos (p. ex. chamar nomes) entre os seus membros? Sim ☐ Não ☐

a) Se sim, por favor explique entre quem houve estes actos de **agressão física**:

Entre os pais: ☐ Entre os pai e os filhos: ☐ Entre a mãe e os filhos ☐ Outros ☐ \_\_\_\_\_

Assinale com que frequência:

Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

b) Se sim, por favor explique entre quem houve estes actos de **chamar nomes/insultar**:

Entre os pais: ☐ Entre os pai e os filhos: ☐ Entre a mãe e os filhos ☐ Outros ☐ \_\_\_\_\_

Assinale com que frequência:

Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

9. Alguma vez cometeu um acto considerado um crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, por favor resuma o acto praticado:

---

---

---

---

10. Alguma vez cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) mas que, por alguma razão, **não foi** à policia e/ou ao tribunal?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, por favor resuma o acto praticado:

---

---

---

---

11. Alguma vez o seu **Pai** cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal? Sim ☐ Não ☐

12. Alguma vez a sua **Mãe** cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal? Sim ☐ Não ☐

13. Alguma vez algum dos seus **irmãos** cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal? Sim ☐ Não ☐

14. Alguma vez algum dos seus **familiares mais próximos** cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal?

Sim ☐ Não ☐

15. Alguma vez algum dos seus **amigos mais próximos** cometeu um acto considerado crime (p.ex. roubo numa loja ou uma agressão a outra pessoa) que implicou a sua ida à policia e/ou ao tribunal?

Sim ☐ Não ☐

16. A zona ou bairro onde reside é visto como estando muito próximo de actos de marginalidade, toxicodependência ou delinquência frequente? Sim ☐ Não ☐

17. Em relação ao seu comportamento dentro do seu espaço escolar alguma vez foi sujeito a algum procedimento disciplinar? Sim ☐ Não ☐

Se sim, por favor resuma o acto praticado:

---

---

---

---

18. Tem como hábito consumir alguma destas substâncias?

Álcool ☐ Haxixe ☐ Outra(s) substância(s) ☐ \_\_\_\_\_

19. Existem diferentes formas de educar os filhos. Quando, por você ter feito alguma asneira séria ou qualquer coisa de muito errado, é costume ou habitual os seus pais:

a) Darem conselhos ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

b) Darem “sermões” ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

c) Ralharem ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

d) Ameaçam que me batem ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

e) Batem-me (p. ex. uma bofetada) ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

f) Castigam (p.ex. não ver TV ou não jogar playstation) ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

g) Dão-me uma sova (p. ex. baterem com objecto duro) ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

h) Chamam-me nomes / Insultam-me ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

i) Não costumam fazer nada ☐

Se sim.: Raramente: ☐ Algumas vezes: ☐ Muitas Vezes: ☐ Quase Sempre: ☐

FIM



### **ANEXO 3 – CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO**

## CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO

Estamos a solicitar a sua participação num estudo sobre os percursos de vida de adolescentes que tenham tido problemas com a justiça. A Direcção Geral de Reinserção Social e a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, autorizaram este estudo.

Trata-se de um grupo de investigadores interessados em aprofundar o conhecimento científico neste domínio, pelo que gostaríamos de saber se deseja participar no presente estudo, concedendo-nos o seu consentimento para que seja entrevistado e lhe sejam aplicados instrumentos de avaliação psicológica.

As suas respostas ou informações pessoais serão estritamente confidenciais (mantendo-se unicamente na posse do investigador) e a sua participação será voluntária, pelo que poderá recusar participar se assim entender.

Declaro que aceito participar no estudo referido,

---

Assinatura do Investigador  
(Ricardo Barroso)

---

Assinatura do Voluntário

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_